UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JEFFERSON MARTINS VIEL

A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri

Versão Original

São Paulo

2017

JEFFERSON MARTINS VIEL

A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri

Versão Original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Homero Silveira Santiago

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Vf

Viel, Jefferson

A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri / Jefferson Viel ; orientador Homero Santiago. - São Paulo, 2017.

223 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Antonio Negri. 2. operarismo italiano. 3. composição de classe. 4. produção social. 5. trabalho imaterial. I. Santiago, Homero, orient. II. Título.

VIEL, Jefferson Martins. **A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Aos meus pais, cuja trajetória operária permitiu-me
compreender um pouco mais do mundo daqueles ita-
lianos

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Aracelis e Osmar, quais sem o apoio que me foi dado durante toda minha trajetória escolar e acadêmica este trabalho jamais poderia ser realizado.

Ao meu orientador, Homero, por ter me acompanhado durante esses anos com paciência e atenção, conferindo-me toda liberdade para a pesquisa e para a redação desta dissertação.

Aos meus amigos da Universidade de São Paulo, pois, cada um à sua maneira, todos contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Menções especiais aos meus companheiros do grupo de estudos de filosofia contemporânea, do grupo de estudos espinosanos e do seminário dos alunos da pós-graduação, a quem agradeço pelas inúmeras discussões nos campos da filosofia e da política, bem como em outros mais frívolos.

Ao Lucas Carpinelli, por sua amizade generosa e pela leitura detalhada de meus manuscritos.

À Camile, pelos motivos mais numerosos.

À Marilena e à Silvana, por sua atenciosa leitura e pelos utilíssimos comentários feitos em meu exame de qualificação; novamente à Marilena, e à Marília, por compor minha banca de defesa; ao Luís César e ao Sílvio por terem se disponibilizado para a função de suplentes.

A toda equipe de funcionários da FFLCH, particularmente os da seção de alunos e da secretaria do Departamento de Filosofia, por todo o suporte que nos é dado.

À CAPES e à sociedade que a financia, pela bolsa sem a qual a realização deste trabalho seria bastante dificultada, se não impossível.

A todos aqueles que em no mundo inteiro desprezam a noção de propriedade intelectual e que disponibilizam inúmeros textos, alguns dos quais de fundamental importância para este trabalho, em variadas páginas da internet.

O que importava era a pesquisa imediata, foi na base dessa pesquisa que se procurou textos para apoiá-la. O processo nunca foi o de uma elaborada investigação teórica que levasse à atividade prática; a questão era pelo contrário reconstruir uma atividade prática de um ponto de vista teórico

Antonio Negri,
entrevista a Max Henninger

A fábula fala de ti

Quinto Horácio Flaco,
Sátiras, I

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar a formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri. Para cumprir essa tarefa, principiamos com o exame de certo itinerário do que se convencionou chamar de operarismo italiano, do qual destacamos alguns aspectos metodológicos de fundamental importância no pensamento de nosso autor, especialmente a “copesquisa”, desenvolvida por Romano Alquati, e a “hipótese operarista”, formulada por Mario Tronti. Além disso, dedicamo-nos também ao exame da própria reflexão metodológica negriana, a partir do estudo por ele realizado sobre os *Grundrisse* de Marx. Acreditamos que o exame das metodologias operarista, em geral, e negriana, em particular, seja de grande valia para a compreensão das preocupações eminentemente práticas que envolviam esses autores e do lugar que é reservado à classe operária em seu pensamento. Em nosso segundo capítulo é investigada a noção de “composição de classe”, criada e difundida entre os teóricos e militantes operaristas durante os anos sessenta, bem como as variações dessa composição ao longo do último século. Atentamo-nos particularmente ao “ciclo de lutas” do “operário massa” e, de maneira ainda mais circunscrita, aos eventos reunidos em torno da criação dos “muitos Vietnãs”, que, a partir do que foi interpretado por Negri como a “recusa do trabalho”, levaram à passagem do operário massa para uma figura de classe renovada, chamada de “operário social”. Nessas lutas, e especialmente na recusa do trabalho, residem os primeiros elementos que permitem a compreensão não só das demandas operárias dos anos sessenta como também das estratégias capitalistas de reestruturação da produção efetuadas nos anos setenta e oitenta, fundamentais para o advento do trabalho imaterial. Por fim, baseados em algumas pesquisas sociológicas realizadas por Negri na virada da década de oitenta para a década de noventa, dedicamo-nos à compreensão da reestruturação da produção capitalista e, paralelamente, das – insuficientes – considerações negrianas sobre o operário social, duma parte, e à primeira formulação do conceito de “trabalho imaterial”, doutra. A partir dessas pesquisas sociológicas, é possível verificar como essa nova forma de trabalho chamada por Negri de imaterial se vincula com a reestruturação capitalista da produção e à recuperação das demandas operárias feitas no ciclo de lutas do operário massa pelo capital, compreender alguns aspectos empíricos relacionados à organização e à realização do trabalho imaterial, a nosso ver ausentes das posteriores obras de nosso autor, e indicar as bases teóricas para as suas mais recentes reflexões sobre esse tema.

Palavras-chave: Antonio Negri, operarismo italiano, composição de classe, produção social, trabalho imaterial.

ABSTRACT

The present dissertation has as its purpose the investigation on the making of the concept of immaterial labor in the philosophy of Antonio Negri. To do so, we began by examining a certain itinerary of the so called Italian workerism, highlighting some methodological aspects of fundamental importance in the thought of our author, especially the “coresearch” developed by Romano Alquati, and the “workerist hypothesis”, formulated by Mario Tronti. In addition, we also examine the Negri’s methodological reflection, based on his study on Marx’s *Grundrisse*. We think that examining the workerist methodology in general and the Negri’s methodology in particular is of great value in understanding which were the eminently practical preoccupations involving these authors and what was the space reserved for the working class in their thinking. In our second chapter, the notion of “class composition”, created and diffused between the theoreticians and militant workerists in the 1960s, as well as the variations of this composition over the twentieth century, is investigated. We are particularly paying attention to the “cycle of struggles” of the “mass worker” and, even more, to the events gathered around the creation of the “many Vietnams”, which, from what was interpreted by Negri as the “refusal of work”, led to the passage of the mass worker to a renewed figure of class, the “social worker”. In these struggles, and especially in the refusal of work, rely the first elements that allow the understanding not only of the workers’ demands in the 1960s but also the capitalist restructuring strategies of the 1970s and 1980s, fundamental in the making of the concept of immaterial labor. Finally, based on some sociological research carried out by Negri from the 1980s to the 1990s, we devoted ourselves not only to the understanding of the restructuring of capitalist production and as well as of the - insufficient – Negri’s considerations about the social worker on one hand and the first formulation of the concept of “immaterial labor” on the other. From this sociological research, it is possible to verify how this new form of work called immaterial by Negri is linked to the capitalist restructuring of production and to the recovery of the demands made by the mass worker in their cycle of struggles, to understand some empirical aspects related to the organization and execution of immaterial work, in our view absent from the later works of our author, and to point the theoretical basis for his more recent reflections about this subject.

Keywords: Antonio Negri, Italian workerism, class composition, social production, immaterial labor.

SOMMARIO

Questa dissertazione di laurea si propone di studiare la formazione del concetto di lavoro immateriale nella filosofia di Antonio Negri. Per adempiere questo compito, si comincia con l'esame di certo itinerario del cosiddetto operaismo italiano, mettendo in evidenza alcuni aspetti metodologici di fondamentale importanza nel pensiero del nostro autore, in particolare la "conricerca" sviluppata da Romano Alquati, e le "ipotesi operarista" formulata da Mario Tronti. Inoltre, ci siamo anche dedicati in esaminare la propria riflessione metodologica negriana, dallo studio condotto da lui sui *Grundrisse* di Marx. Noi crediamo che l'esame delle metodologie operaistiche, in generale, e negriana, in particolare, è di grande valore per comprendere le preoccupazioni eminentemente pratici che coinvolgono questi autori e il luogo che è riservato alla classe operaia nel loro pensiero. Nel nostro secondo capitolo è analizzato il concetto di "composizione di classe", creato e diffuso tra i militanti e teorici operaisti durante gli anni sessanta, così come le variazioni di questa composizione nel corso dell'ultimo secolo. Ci concentriamo in particolare nel "ciclo di lotte" del "operaio massa" e, di modo ancora più circoscritto, negli eventi riuniti attorno della creazione dei "molti Vietnam" che, da quello che Negri chiama di "rifiuto del lavoro", hanno portato al passaggio dell'operaio massa ad una figura rinnovata di classe, l' "operaio sociale". In queste lotte, in particolare il rifiuto del lavoro, risiedono i primi elementi che consentono la comprensione non solo di richieste operai del '60, nonché le strategie capitalisti di ristrutturazione della produzione effettuati negli anni Settanta e Ottanta, fondamentali per l'avvento del lavoro immateriale. Infine, sulla base d'alcune ricerche sociologiche condotte da Negri a cavallo degli anni Ottanta agli anni Novanta, si sono dedicati a comprendere la ristrutturazione della produzione capitalista e, in parallelo, la – insufficiente – considerazione di Negri dell'operaio sociale, di un parte, e la prima formulazione del concetto di "lavoro immateriale" di una altra. Da queste ricerche sociologiche, si può vedere come questo nuovo modo di lavorare chiamato da Negri immateriale è collegato alla ristrutturazione capitalista di produzione e il recupero del capitale di rivendicazione dei lavoratori effettuate nel ciclo delle lotte dell'operaio massa, la comprensione di alcuni aspetti empirici relativi alla organizzazione e alla realizzazione del lavoro immateriale, a nostro avviso assente dalle sue opere successive, e indicare le basi teoriche per il più recenti riflessioni del nostro autore sul questo soggetto.

Parole-chiave: Antonio Negri, operaismo italiano, composizione di classe, produzione sociale, lavoro immateriale.

LISTA DE ABREVIATURAS

AP	“Archaeology and Project” <i>In: Revolution Retrieved</i>
BECA	“Les PME italiennes, l’exemple Benetton et le nouveau chef d’entreprise dans l’Europe” <i>In: Des entreprises pas comme les autres.</i>
BTI	<i>Le bassin de travail immatériel (BTI) dans la métropole parisienne</i> (com Maurizio Lazzarato e Antonella Corsani)
CGFE	“De <i>El capitale</i> a los <i>Grundrisse</i> ” <i>In: La forma-Estado</i>
C	<i>Commonwealth</i> (com Michael Hardt)
CL	<i>Cinco lições sobre Império</i>
DCDS	<i>Dentro/contro il diritto sovrano</i>
DSLRL	“Il dominio e il sabotaggio” <i>In: I libri del rogo</i>
E	<i>Empire</i> (com Michael Hardt)
FE	<i>La forma-Estado</i>
FS	<i>Fin de siglo</i>
ICST	<i>Interpretation of the class situation today</i>
IF	<i>L’inverno è finito</i>
IO	<i>Un intellettuale fra gli operai</i>
KAVM	<i>Kairòs, Alma Venus, Multitudo</i>
KLD	“Keynes and the capitalista theory of the State” <i>In: Labor of Dionysus</i>
LC	<i>Il lavoro nella Costituzione</i>
LD	<i>Labor of Dionysus</i> (com Michael Hardt)
LR	<i>Libri del rogo</i>
M	<i>Multitude</i> (com Michael Hardt)
MM	<i>Marx oltre Marx</i>
NEL	<i>Les nouveaux espaces de liberté</i> (com Félix Guattari)
OMOS	<i>Dall’operaio massa all’operaio sociale</i>
OSA	<i>Operai senza Alleati</i>
PC	<i>O poder constituinte</i>
PrC	<i>In the praise of the common</i> (com Cesare Casarino)
PSLR	“Proletari e Stato” <i>In: I libri del rogo</i>
S	<i>Spinoza</i>
SECA	“Le Sentier” (com Maurizio Lazzarato e Giancarlo Santilli) <i>In: Des entreprises pas comme les autres</i>

SUMÁRIO

Introdução ou Um nome ruim.....	21
Sobre o método	29
Itinerários do operarismo italiano	30
<i>Raniero Panzieri e as bases metodológicas do operarismo</i>	<i>34</i>
<i>Romano Alquati e a copesquisa</i>	<i>39</i>
<i>Mario Tronti e a hipótese operarista</i>	<i>51</i>
Antonio Negri e a tendência antagonista	59
<i>Marx além de Marx? Uma hipótese de leitura para os Grundrisse</i>	<i>62</i>
<i>Critérios do método marxiano nos Grundrisse.....</i>	<i>69</i>
Composições da classe operária	91
Introdução à composição de classe	93
<i>Composição orgânica do capital</i>	<i>94</i>
<i>Composição técnica da força de trabalho</i>	<i>102</i>
<i>Composição política da classe operária.....</i>	<i>105</i>
O operário massa e a recusa do trabalho.....	109
<i>A emersão do operário massa.....</i>	<i>111</i>
<i>O biennio rosso e a recusa do trabalho</i>	<i>122</i>
<i>Dois, três, muitos Vietnãs.....</i>	<i>133</i>
Bases materiais para a teoria do trabalho imaterial	151
Tudo começou com uma revolução	156
<i>Da decomposição à recomposição: reestruturação capitalista na Itália.....</i>	<i>157</i>
<i>Um novo modo de produção: o Sentier parisiense e o trabalho imaterial.....</i>	<i>181</i>
Considerações finais ou <i>Eppur si muove!</i>	203
Bibliografia.....	207

Introdução ou Um nome ruim

“Quando se diz ‘trabalho imaterial’, se diz uma bobagem [*sciocchezza*]”. Esse é o tom encontrado em diversas críticas à filosofia de Antonio Negri, especialmente ao seu conceito de trabalho imaterial, a cuja formação pretendemos nos dedicar neste escrito. George Caffentzis, expoente do marxismo autonomista britânico, por exemplo, não faz nenhuma cerimônia ao iniciar um ensaio seu com a afirmação de que o “trabalho imaterial [...] não existe”. Sergio Lessa, marxista brasileiro dedicado ao tema do trabalho, por sua vez, chama o conceito negriano de “fábula”, prevendo ainda que “suas debilidades são tantas que a nova categoria do trabalho imaterial não deverá permanecer sequer por alguns poucos anos no debate em curso”. Para David Graeber, antropólogo social e militante anarquista estadunidense, enfim, “a noção de trabalho imaterial pode ser descartada com bastante rapidez [pois] em vários sentidos ela é transparentemente absurda”.¹ Entretanto, pode ser difícil não se espantar com o fato de que tenha sido ninguém mais ninguém menos que o próprio filósofo e militante italiano o responsável pelas palavras que abrem o nosso escrito. Com efeito, ao ser interpelado sobre o conceito de trabalho imaterial no primeiro dia dos *Diálogos com Antonio Negri*, evento realizado na Universidade de São Paulo no último mês de outubro, nosso autor não se furtou em chamar o seu próprio conceito de “bobagem”, ao que completou, auferindo risos da numerosa plateia: “usamos o termo ‘trabalho imaterial’ porque não havíamos encontrado nenhum outro [...]. É claro que o trabalho é sempre material”.² Todavia, talvez seja possível dissipar o espanto causado por semelhante declaração tendo em vista algumas considerações sobre o itinerário militante e intelectual do operarista de Pádua.

O conceito de trabalho imaterial emerge na filosofia de Negri a partir da virada dos anos oitenta para os anos noventa do último século, quando as circunstâncias de seu exílio na França o levaram a realizar algumas pesquisas de cunho sociológico com Maurizio Lazzarato e o círculo de exilados italianos. Fruto da tentativa de compreender o modo original de produção que

¹ Respectivamente, CAFFENTZIS. “Crystals and analytic engines” In: *In letters of blood and fire*. Oakland; Brooklyn: PM Press; Common Notions; Autonomedia, 2013, p. 176, LESSA. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. *Revista Outubro*, v. 8, p. 27-46, 2003, p. 27 (para o tratamento do trabalho imaterial como uma fábula, cf. *Id. Para além de Marx?* São Paulo: Xamã, 2005) e GRAEBER. The Sadness of Post-workerism or “Art and Immaterial Labour” Conference. *The Commoner*, 01-jul-2008. Mesmo Sergio Bologna, importante companheiro de Negri na Universidade de Pádua, tacha a ideia de trabalho imaterial de “mito”, ainda que não se refira diretamente ao nosso autor. Cf. BOLOGNA. Problematique del lavoro autonomo in Italia. *Altre Ragioni*, v. 1, 1992. Para um debate entre as noções de trabalho imaterial e as de trabalho autônomo, defendida por Bologna, “produção por meio da linguagem”, defendida por Christian Marazzi, e *General Intellect*, defendida por Paolo Virno, cf. LAZZARATO. “Trabalho autônomo, produção por meio de linguagem e *General Intellect*” In: LAZZARATO; NEGRI. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, cap. 5, pp. 91-106.

² NEGRI. *Diálogos com Antonio Negri*. São Paulo, 25-out-2016, 4:51:15 e ss.

naquela época se apresentava sobre o solo francês, o conceito de trabalho imaterial ganhou importância cada vez maior para o pensamento negriano no decorrer dos anos noventa, marcando presença em seus ensaios da revista *Futur Antérieur* (1990-1998) e em *Labor of Dionysus*, de 1994, escrito com Michael Hardt. Já nesse período, inúmeras críticas, vindas de variados campos no interior das ciências humanas, se apresentaram ao conceito construído pelo círculo de Negri.³ Sem dúvida, muitas delas foram absorvidas pelo operarista, que, em parceria com Hardt, buscou refinar suas considerações sobre o trabalho imaterial, fornecendo-lhe a sua teorização mais bem-acabada em *Empire*, redigido entre 1994 e 1997, mas publicado em 2000. Entretanto, isso não foi suficiente para extirpar as deficiências do conceito e, por conseguinte, as contundentes críticas que continuavam a ser-lhe dirigidas. Diante de suas denunciadas limitações, o conceito de trabalho imaterial passará a figurar com frequência e importância cada vez menores nas obras posteriores de Negri. Isso pode ser conferido já a partir de *Multitude*, obra que se segue a *Empire*, onde o conceito de trabalho imaterial passa a ser substituído por aquele, talvez não menos problemático, de produção biopolítica – que em *Empire* surgira de modo ainda secundário e mesmo confuso. Tal substituição é confirmada ainda em *Commonwealth*, último livro da chamada “trilogia do Império”, onde o termo “trabalho imaterial” desaparece quase que por completo, enquanto a ideia de produção biopolítica atinge toda a sua intensidade.⁴

Em sua tese de doutorado, que tem como tema a ontologia política em Gilles Deleuze e em Negri, Hardt afirma que, ao contrário do primeiro, o último não é um pensador extemporâneo.⁵ Sua produção intelectual, nesse sentido, deve ser estreitamente ligada tanto a questões conjunturais, ao “estado de coisas atual”, diria Marx, quanto ao seu próprio itinerário filosófico, seu “aprendizado em filosofia”, diria o próprio Hardt. Nesse itinerário, Negri faz uma série de autocríticas a respeito de diversos pontos de sua obra, sendo provavelmente mais conhecida

³ Os principais modelos de crítica dirigidos ao conceito de trabalho imaterial são reunidos por Nick Dyer-Witford em DYER-WITHEFORD. “Cyber-Marx” In: MURPHY; MUSTAPHA (Orgs.). *The philosophy of Antonio Negri*. London; Ann Arbor (MI): Pluto, 2005, v. 1, pp. 146-51.

⁴ Esse deslocamento foi percebido também por Helgis Cristóforo em CRISTÓFARO. *O trabalho como categoria em Economia Política*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016 (dissertação de mestrado), cap. 3.3, p. 101. No mesmo lugar, Cristóforo nota o retorno do trabalho imaterial como tema central em um texto de Negri posterior a *Commonwealth*, publicado no Brasil sob o título “Biocapitalismo e constituição política do presente”. Entretanto, a nosso ver, essa consideração não abala a percepção maior de um deslocamento do conceito de trabalho imaterial para aquele de produção biopolítica no itinerário recente de nosso autor. Uma pequena discussão sobre a pertinência de considerar *Empire*, *Multitude* e *Commonwealth* uma trilogia pode ser encontrada em FONSECA. *Hardt, Negri e a organização do desejo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015 (dissertação de mestrado), Introdução, pp. 17-8.

⁵ HARDT. *The art of organization*. University of Washington, Seattle, 1990 (tese de doutorado), cap. 6, Remark. Essa tese foi parcialmente publicada sob o título *Gilles Deleuze*. São Paulo: 34, 1996.

aquela concernente ao conceito de multidão, proferida logo após a publicação de *Empire*.⁶ Entretanto, a nós interessa, antes de tudo, a autocrítica dirigida ao conceito de trabalho imaterial, tema desta dissertação. Ela aparece de modo recorrente nas intervenções do nosso autor. Conferimo-lo nas palavras que abrem o presente escrito e a elas poderíamos adicionar mais dois exemplos. Um tem como origem uma fala proferida no Equador em 2012. Nela, o filósofo e militante italiano confessa que “chamar de imaterial o trabalho, em certa medida e por diferentes motivos, nos [a ele e a Hardt] envergonhava”, mas, no mesmo sentido em que faria nos *Diálogos com Antonio Negri*, pondera que “por outro lado, chamá-lo de trabalho social ou cognitivo, ou de trabalho cooperativo social era insuficiente; continuava faltando um nome para compreender esses processos”. O outro é encontrado numa entrevista concedida por nosso autor a Giuseppe Cocco e Thiago Fonseca, no ano seguinte. Nela, Cocco esboça uma questão – ou “talvez uma crítica” – que confessa querer endereçar a Negri “há algum tempo”. “Na transformação do trabalho, do trabalho material que se torna imaterial...”, enceta o pensador radicado no Brasil ao ser interrompido por Negri, que, prevendo a crítica que lhe seria endereçada, se acusa imediatamente: “sim, sim, sempre dizemos que ‘imaterial’ é uma palavra horrível”.⁷

Essas três falas têm em comum o fato de localizarem a autocrítica referente ao trabalho imaterial no registro nominal. Bobagem é *dizer* trabalho imaterial, motivo de vergonha é *chamar* de imaterial o trabalho, horrível, enfim, é a *palavra* usada por Negri e por outros pós-operaristas para designar essa nova forma de trabalho. Estabelecer a crítica do trabalho imaterial no registro nominal, entretanto, não a torna menos incisiva que as críticas dirigidas à adequação do conceito ao real, como em Caffentzis, às suas debilidades internas (lógicas, portanto), como em Lessa, ou mesmo à sua própria sensatez, como em Graeber. Isso porque o nome recebe uma importância primordial na compreensão que o nosso autor tem da atividade filosófica.

Na introdução de *Kairòs, Alma Venus, Multitudo*, Negri narra certa discussão travada com um amigo franco-americano. Em dado momento dessa discussão, que posteriormente ensejaria a redação do livro, o nosso autor é indagado “se o materialismo não carece, sobretudo, de uma terminologia adequada”. Diante dos problemas suscitados por tal indagação, aquele sobre a noção de conceito surge rapidamente. “Qual pode ser ainda o significado de ‘conceito’, com o peso de reminiscências idealistas e transcendentais que o caracteriza?”, pergunta-se o nosso autor. Sem demora, uma resposta é esboçada: “em vez disso [conceito], no materialismo,

⁶ BROWN; SZEMAN. O que é a multidão? *Novos Estudos*, v. 75, pp. 93-108, 2006.

⁷ NEGRI. “Biocapitalismo e constituição política do presente” In: *Biocapitalismo*. São Paulo: Iluminuras, 2015, p. 62 e *Id.* O comum. *Uninômade*. 2014, página de internet, respectivamente. Agradeço a Thiago Fonseca pela disponibilização do áudio original dessa entrevista.

o signo do comum será um ‘nome’, ou seja, um dispositivo nominal de apreensão do real e uma máquina de suas formas mais gerais – ‘nome comum’”.⁸ “Um dispositivo nominal de apreensão do real”, mas em que sentido? Talvez possamos encontrar uma pista sobre esse assunto num outro texto, escrito anos antes da redação de *Kairòs, Alma Venus, Multitudo*, a saber, *Qu’est-ce que la philosophie selon Deleuze et Guattari*, de 1991.

Nesta resenha, Negri destaca cinco aspectos da última obra conjunta de Deleuze e Guattari. Dentre eles, um diz respeito à própria definição de filosofia face às outras formas de produção do conhecimento, quais sejam, a ciência e a arte. A definição de filosofia dada pelos pensadores franceses é célebre: “a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”. O que, no entanto, é um conceito? Deleuze e Guattari buscam responder essa questão de modos variados ao longo de seu livro, definindo “conceito” segundo as suas propriedades, estabelecendo-lhe diversas relações (com outros conceitos em um mesmo plano, com o filósofo que o assina, com as personagens conceituais de que necessitam, com a língua e a etimologia, dentre outros), distinguindo-o das ferramentas próprias à ciência e à arte, etc. Não obstante, Negri parece se interessar de maneira mais aprofundada na relação entre o conceito e o acontecimento [*événement*]. Duas citações feitas por ele são esclarecedoras a esse respeito. A primeira diz que “o conceito se define pela inseparabilidade de um número finito de componentes heterogêneos percorridos por um ponto em sobrevoo absoluto à velocidade infinita”. A segunda afirma que

o conceito filosófico não se refere ao vivido, por compensação, mas consiste, por sua própria criação, em erigir um acontecimento que sobrevoe o todo vivido, bem como qualquer estado de coisas. Cada conceito corta o acontecimento, o recorta à sua maneira. A grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos. Portanto, é necessário experimentar em seus mínimos detalhes o vínculo único, exclusivo, dos conceitos com a filosofia como disciplina criadora.⁹

⁸ *Id. Kairòs, Alma Venus, Multitudo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, Introdução, p. 23, doravante *KAVM*. Logo depois, Negri retomará esse esboço: “Dizíamos: conhecemos os conceitos, conhecemos através de conceitos. Mas ‘conceito’ é uma palavra gasta por guerras longas demais e tradições interpretativas diferentes demais. Em vez de ‘conceito’, digamos ‘nome’, ou seja, um signo linguístico que atribuímos a uma coisa; e ‘nome comum’, quando as coisas são muitas e pretendemos representar o seu elemento comum. Todas as coisas têm, ou podem ter, um nome, e todos os conjuntos de coisas, a despeito de como tenham sido reunidas, têm, ou podem ter, um nome comum”. *KAVM*, cap. 1.1, p. 35.

⁹ DELEUZE; GUATTARI. *O que é a filosofia?*, São Paulo: 34, 1992, cap. 1, pp. 29, 43, respectivamente. A essas citações, acrescentamos ainda outras três, que nos parecem auxiliar na compreensão da leitura que Negri faz de *O que é a filosofia?* de Deleuze e Guattari: “Toda criação é singular, e o conceito como criação propriamente filosófica é sempre uma singularidade. O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados”. “O conceito diz o acontecimento, não a essência ou a coisa. É um Acontecimento puro, uma *heccidade*, uma entidade”. “O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, por que é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele

O conceito, então, deve “erigir o acontecimento”, “dizer o acontecimento”, mas é ele também um acontecimento, uma singularidade, uma hecceidade. Ou, nas palavras de Negri, “o conceito é a singularidade e o acontecimento da singularidade. A filosofia não é nem reflexão abstrata, nem contemplação, nem vontade de verdade, mas fabricação de verdade”.¹⁰

Semelhante conclusão será retomada em *Kairòs, Alma Venus, Multitudo*. Para evitar os problemas relacionados ao conhecer, diz-nos Negri, é preciso que o nome chame a coisa à existência “ao mesmo tempo” em que ele mesmo vem à existência no ato de nomear. Esse “ao mesmo tempo”, prossegue o nosso autor, “imprime verdade ao nome e ao nome comum, que põe nome e coisa ‘exatamente aqui’”. Mas esse “ao mesmo tempo” não é o suficiente, não basta para o conceito convocar-nos ao acontecimento, para usar o vocabulário de Deleuze e Guattari. Em vez disso, bem como nos pensadores franceses, ele mesmo deve ser um acontecimento. “Entendo por ‘evento [evento]’”, diz-nos Negri, “a verdade (a adequação) do nomear e da coisa nomeada que nascem ao mesmo tempo. Ambos são chamados a existir: nesse sentido, nome e nome comum constituem um evento”. Destarte, cabe à filosofia não só nomear os acontecimentos, como também trazê-los à existência, isto é, gerá-los, por meio do ato de nomear.¹¹

Não nos aprofundaremos aqui na reflexão negriana da “ontologia do conhecer”. De todo modo, acreditamos que a partir das breves considerações feitas acima, seja possível compreendermos melhor o teor das referidas autocríticas do filósofo e militante italiano. Indubitavelmente, o conceito – ou ainda o nome – de trabalho imaterial aborda um acontecimento de extrema importância na história contemporânea do modo capitalista de produção, qual seja, a passagem do “fordismo” ao “pós-fordismo”. Contudo, embora essa passagem seja um ponto pacífico para inúmeros estudiosos das áreas de economia, sociologia e filosofia do trabalho, o mero fato do prefixo “pós” ainda ser usado para fazer referência aos atuais modos de produção indica que as discussões a esse respeito não foram capazes de fornecer um conceito, ou um

conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. Destacar sempre um acontecimento das coisas e dos seres é a tarefa da filosofia quando cria conceitos, entidades. Erigir o novo acontecimento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos... DELEUZE; GUATTARI. *O que é a filosofia? Op. cit.*, Introdução, p. 13 e cap. 1, pp. 29, 42, respectivamente.

¹⁰ NEGRI. Qu’est-ce que la philosophie, selon Deleuze et Guattari. *Futur Antérieur*, v. 8, inverno, 1991, página de internet. Sobre a relação entre conceito e acontecimento, não deixam dúvidas Deleuze e Guattari quando dizem, com todas as letras, “os conceitos são acontecimentos”. DELEUZE; GUATTARI. *Op. cit.*, cap. 2, p. 46.

¹¹ KAVM, cap. 1.1. A distinção vocabular entre “acontecimento” e “evento” em Deleuze e Guattari e Negri, a rigor, não existe, sendo a presença dos dois termos um resultado das trajetórias particulares da tradução desses vocábulos para a língua portuguesa. Enquanto “acontecimento” traduz o francês “*événement*”, “evento” traduz o italiano “*evento*”, que, por sua vez, é a tradução italiana corrente para o conceito de *événement* em Deleuze. Para uma competente apresentação do conceito de “acontecimento” no filósofo francês, cf. SASSO; VILLANI (Orgs.). *Le vocabulaire de Gilles Deleuze*. Paris: J. Vrin, 2003, pp. 138-53. Para uma discussão sobre as várias acepções do termo *événement* na história da língua francesa, ver DOSSE. *O renascimento do acontecimento*. São Paulo: Unesp, 2003, Introdução, pp. 2-13.

nome comum adequado a semelhante acontecimento. Parece ser nesse sentido que Negri realiza a sua (auto)crítica do nome “trabalho imaterial”. Com efeito, o léxico por ele utilizado – a bobagem de *dizer* trabalho imaterial, a vergonha de *chamar* de imaterial o trabalho, o horror da própria *palavra* imaterial – não nos parece distante daquele conferido em *Kairòs*, *Alma Venus*, *Multitudo*. Não seria ilícito, então, tentar precisar as intervenções e as autocríticas do nosso autor a partir da ideia de um “nome ruim” e, além disso, indagar se “trabalho imaterial” não seria um nome ruim para descrever as atuais formas de trabalho e, de modo mais geral, de produção.¹²

Na verdade, parece-nos desnecessário ir muito longe para encontrar uma resposta a essa questão. A nosso juízo, ela já está dada nas supracitadas intervenções de Negri e, principalmente, no abandono do conceito de trabalho imaterial e sua concomitante substituição por aquele de produção biopolítica nas obras mais recentes do nosso autor. Todavia, isso não torna descartável o conceito de trabalho imaterial – ao menos não no mesmo sentido em que sugerem ou mesmo defendem abertamente alguns críticos do operarista de Pádua, dentre os quais aqueles citados nas primeiras linhas desta dissertação. Pelo contrário, tal conceito se insere numa discussão que ainda deve ser feita. Primeiro, porque, independentemente do nome escolhido para abordá-la, é de suma importância buscar a compreensão da nova realidade produtiva e do trabalho no capitalismo contemporâneo. Depois, porque o debate em torno do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Negri tem ocorrido majoritariamente a partir de obras em que há menos discussão e elaboração filosófica sobre esse tema que a utilização de um conceito já formado em obras anteriores.

Assim, propomo-nos retrazar aqui certo itinerário intelectual e militante que conduziu o nosso autor à formulação do conceito de trabalho imaterial. Para tanto, partiremos do contexto operarista de que ele participou na Itália dos anos sessenta em direção a certos trabalhos sociológicos por ele realizados durante os anos noventa em seu exílio na França. Com isso, esperamos não só retrabalhar certas bases teóricas indispensáveis para compreender a filosofia de Negri como também discutir alguns trabalhos sociológicos em grande medida desconhecidos por muitos de seus leitores, mas que são de extrema importância na formação do conceito de trabalho imaterial.

¹² Nome, é claro, no sentido em que o filósofo e militante italiano lhe atribui e, portanto, um nome inadequado, um nome talvez incapaz de “igualar-se ao acontecimento”, como diria Deleuze e Guattari, ou, como diria o próprio Negri, um nome que não se apresenta na inquietude da temporalidade, em *kairòs*. Cf. DELEUZE; GUATTARI. *O que é a filosofia?* *Op. cit.*, cap. 6, p. 189 e *KAVM*, cap. 1.1, p. 44.

Salvo indicação contrária, as citações de passagens textuais em língua estrangeira são de nossa tradução.

Outrossim, os grifos presentes em citações devem ser remetidos aos autores quando o contrário não for expressamente especificado.

Embora indiquemos a abreviatura correspondente em toda primeira citação de determinada obra negriana, há uma lista de abreviaturas que pode ser consultada acima.

Sobre o método

Steve Wright, importante historiador do autonomismo operário italiano, intitula sua obra mais conhecida de *Storming Heaven*. Como indica o autor, a escolha desse título tem sua origem em três diferentes passagens textuais. A primeira é recuperada do último número da revista *La Classe*, de agosto de 1969. Ali se diz: “[nossa] linha encontrou sua verificação teórica e política, tática e estratégica, nas lutas dos operários da FIAT [*Fabbrica Italiana Automobili Torino*] – no renovado projeto operário de assalto ao céu”.¹³ A segunda passagem encerra o opúsculo *Il dominio e il sabotaggio*, de Antonio Negri, escrito em 1977. Nela Negri afirma: “a nossa sabotagem organiza o assalto proletário ao céu. E no fim não mais haverá esse maldito céu!”.¹⁴ Sem dúvida, ambas as passagens, escritas no contexto das lutas operárias italianas dos anos sessenta e setenta, remetem a uma velha carta de Karl Marx a Ludwig Kugelmann, a terceira passagem retomada por Wright. Em meio aos acontecimentos da Comuna de Paris, Marx escreve:

A atual sublevação de Paris, mesmo que derrotada face aos lobos, porcos e rafeiros da velha sociedade, é o feito mais glorioso do nosso partido desde a insurreição de junho parisiense. Compare-se com estes titãs [*Himmelsstürmern*] de Paris os escravos celestes [*Himmelsklaven*] do sacro Império Romano Germano-Prussiano, com as suas mascaradas póstumas cheirando a caserna, a igreja, aos *Junker* de aldeia e, sobretudo, a filisteísmo.¹⁵

¹³ “Il lavoro de LA CLASSE, la cui prima fase con queste numero se conclude, è tutto consistito nel seguire questo formidabile processo di ricomposizione politica della classe operaia italiana: il recupero dell’analisi teorica, e i primi approcci ad una sintesi organizzativa, si sono susseguiti su una linea che riteniamo fondamentalmente corretta, e che ha trovato la sua verifica teorico e politica, tattica e strategica, nella lotta degli operai della FIAT – nel rinnovato progetto operaio di ‘dare l’assalto al cielo’”. LA CLASSE, n. 13-4, 1969, p. 1. Em Wright, essa passagem é citada da maneira seguinte: “[Our] line has found its theoretical and political, tactical, and strategic verification in the struggle of the FIAT workers – in the renewed working class project of ‘storming heaven’”. WRIGHT. *Storming heaven*. London; Stearling (VA): Pluto, 2002, Epigraph. Esse tema é retomado por Negri em GUATTARI; NEGRI. *Les nouveaux espaces de liberté*. Clemency: Lignes, 2010, Annexe 2, pp. 172-3, doravante NEL.

¹⁴ “Il nostro sabotaggio organizza l’assalto proletario al cielo. E finalmente non ci sarà più quel maledetto cielo”. NEGRI. “Il dominio e il sabotaggio” In: *I libri del rogo*. Roma: DeriveApprodi, 2006, p. 300, doravante DSLR. Na edição inglesa da Red Notes, utilizada por Wright, essa mesma passagem é traduzida por Ed Emery da seguinte forma: “Our sabotage organizes the proletarian ‘assault on the heavens’. And in the end those damned heavens will no longer be there!”. NEGRI. “Capitalist domination & working class sabotage” In: *Working class autonomy and the crisis* Apud WRIGHT. *Loc. cit.* Anos mais tarde, tal tradução será revisada por Timothy S. Murphy como se segue: “Our sabotage organizes the proletarian storming of heaven. And in the end that accursed heaven will no longer exist!”. NEGRI. “Domination and sabotage” In: *Books for burning*. London; New York: Verso, 2005, p. 285.

¹⁵ MARX. “Carta a Ludwig Kugelmann (12 de abril 1871)” In: ENGELS; MARX. *Obras escolhidas*. Moscou: Progresso Lisboa, 1982, v. 2, pp. 457-8, ortografia modificada. De fato, a tradução portuguesa de José Barata-Moura e João Pedro Gomes não é boa, deixando escapar o jogo de palavras utilizado por Marx. A oposição encontrada no texto original entre os *Himmelsstürmern* de Paris e os *Himmelsklaven* do exército prussiano é mantida na tradução anglófona: “However that may be, the present rising in Paris – even if it be crushed by the wolves, swine and vile curs of the old society – is the most glorious deed of our Party since the June Insurrection in Paris. Compare these Parisians, storming the heavens, with the slaves to heaven of the German Prussian Holy Roman Empire, with its posthumous masquerades reeking of the barracks, the Church, the cabbage Junkers and, above all, of the philistines”. MARX. “Marx to Ludwig Kugelmann (12 April 1871)” In: *Marx-Engels collected*

As passagens em que Wright colhe o título de seu livro referem-se, todas elas, às lutas políticas dos trabalhadores e, como indica o subtítulo de seu escrito, *Class composition and struggle in Italian autonomist Marxism*, esse tema está entre seus principais interesses. Mas se tais lutas – sejam as dos trabalhadores parisienses no século XIX, sejam as dos operários italianos no século XX – procuram assaltar o céu, ainda que para destruí-lo, em vez de ocupá-lo,¹⁶ o mesmo não ocorre quanto às investigações inequivocamente materialistas empreendidas por Marx tanto quanto por Negri. Nestas, desde o começo, não há céu algum. Assim, no lugar de assaltá-lo, trata-se de descer até o “terreno oculto da produção”, daquilo que há de mais concreto nas sociedades capitalistas.¹⁷ Semelhante investigação exige um método específico, “um instrumento adequado para perseguir a multiplicidade e o dinamismo omnilateral [*omnilaterale*] da realidade”.¹⁸ Gostaríamos de dedicar a essa questão o primeiro capítulo de nosso trabalho, onde examinaremos alguns critérios metodológicos mobilizados por Negri em sua construção do conceito de trabalho imaterial. Para tanto, faremos um recorte inevitavelmente restrito da trajetória percorrida pelo operarismo italiano durante os anos sessenta e, em seguida, debruçar-nos-emos sobre a leitura realizada por Negri dos *Grundrisse* de Marx na década seguinte.

Itinerários do operarismo italiano

Segundo Cristina Corradi,

o prestígio adquirido pelo Partido Comunista Italiano [PCI] na organização do antifascismo militante e na guerra da liberação, como também a essencial contribuição da União Soviética na derrota do nazismo, são a origem, no pós-guerra, de um renovado interesse pelo marxismo [naquele país].¹⁹

Pode-se dizer que os primeiros passos do marxismo italiano são dados no fim do século XIX, tendo em Antonio Labriola seu principal referencial teórico. Labriola introduz no *bel*

works. Moscou: Progress Publishers, 1989, v. 44, p. 132, grifos nossos. Para o texto original de Marx, cf. MARX. “Marx an Ludwig Kugelmann (12 April 1871)” In: ENGELS; MARX. *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*. Berlin: Dietz, 1976, v. 33, p. 206.

¹⁶ “Se consultares o último capítulo do meu *18 de Brumário*, verás que enuncio que a próxima tentativa da revolução francesa não irá mais, como até aqui, transferir a maquinaria burocrático-militar de umas mãos para outras mas *demoli-la*, e isto é a condição prévia de toda a verdadeira revolução popular no continente”. MARX “Carta a Ludwig Kugelmann (12 de abril 1871)” In: ENGELS; MARX. *Obras escolhidas*. *Op. cit.*, pp. 457-8, modificada. Cf. também *DSL*, p. 300 e *supra*.

¹⁷ MARX. *O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 250. Essa frase será retomada por Michael Hardt e Negri em *Empire*. Cambridge (MA); London: Harvard University, 2000, Preface, p. XVII e Intermezzo, p. 205, doravante *E*. “A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra”, dissera Marx noutro contexto. Cf. MARX. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010, Introdução, p. 146.

¹⁸ NEGRI. *Marx oltre Marx*. Roma: Manifestolibri, 1998, cap. 1, p. 30, doravante *MM*.

¹⁹ CORRADI. *Storia dei marxismi in Italia*. Roma: Manifestolibri, 2005, Parte Seconda, cap. 1, p. 91.

paese as discussões sobre o materialismo histórico. Em seus escritos, o autor recusava a então frequente mistura do marxismo com o positivismo de Augusto Comte e com o dito darwinismo social de Herbert Spencer, procurando demonstrar a autonomia teórica do pensamento de Marx, além de atribuir-lhe o triplo significado de filosofia da *práxis*, de crítica da economia política, e de teoria política do movimento operário.²⁰

Em contrapartida, interpretações que tendem, “de maneiras diversas, a desarticular esse nexos sistemático [estabelecido por Labriola] e a privar o marxismo de autônoma espessura filosófica” surgem a partir da virada do século. Tais interpretações são empreendidas sobretudo por Benedetto Croce, que negava o caráter histórico da investigação marxiana bem como a concretude da sociedade por ele examinada, considerando-as respectivamente abstrata e ideal, e por Giovanni Gentile, que aproximava o conceito de *práxis* à atividade espiritual, transformando Marx num “idealista nato”, discípulo de Kant, Hegel e, especialmente, Fichte. O confronto de Croce e de Gentile com o pensamento marxiano tal qual introduzido por Labriola, porém, não tinha como objetivo a tentativa de estabelecer uma melhor compreensão do pensador alemão. Diversamente, ele surgia como propedêutica para a reforma do pensamento e da dialética de Hegel e, por conseguinte, para a edificação daquilo que passou a ser chamado de neoidealismo italiano.²¹

O neoidealismo adquiriu indiscutível importância ao longo da primeira metade do último século, tornando-se o movimento filosófico hegemônico na Itália dessa época e sendo comumente associado, ao menos em sua vertente gentiliana, ao pensamento fascista. De fato, Gentile aderiu explicitamente ao regime de Benito Mussolini e foram essencialmente as interpretações neoidealistas de Marx que circularam na Itália entre a ascensão e a queda do fascismo.²² Porém, entre esse último acontecimento, em 1945, e o nascimento da República Italiana, no ano seguinte, testemunhou-se uma forte reação ao pensamento neoidealista ao passo da emergência de uma concepção militante de filosofia “chamada a renunciar às tarefas de sabedoria edificante para iluminar a realidade histórica e contribuir para a construção de uma nova sociedade e de uma nova cultura”, isto é, no contexto dado, para a construção de uma Itália pós-fascismo.²³

²⁰ CORRADI. *Storia dei marxismi in Italia. Op. cit.*, Parte Prima, cap. 1, pp. 17-23. Para as origens do marxismo na Itália, cf. também PATALANO. “Genesi e sviluppo del paradigma marxista in Italia” In: BELLOFIORE (Org.). *Da Marx a Marx?* Roma: Manifestolibri, 2007, pp. 35-75 e FAVILLI. *Storia del marxismo italiano*. Milano: Franco Angeli, 1996.

²¹ Cf. CORRADI. *Op. cit.*, pp. 23-47. Sobre a herança de Hegel no pensamento italiano da primeira metade do último século, ver LOSURDO. *Dai fratelli Spaventa a Gramsci*. Napoli: Città del Sole, 1997.

²² Para a adesão de Gentile ao fascismo, cf. LOSURDO. *Ibid.*, cap. 5.2. Para as interpretações de Marx disponíveis na vintena fascista, ver CORRADI. *Op. cit.*, p. 51, n. 90.

²³ CORRADI. *Op. cit.*, Parte Seconda, cap. 1, p. 91.

Corradi identifica três vertentes de pensamento que participaram dessa “retomada do marxismo” no pós-guerra italiano. A primeira, dita historicista, surgiu na esteira da publicação dos *Cadernos do Cárcere* (entre 1948 e 1951) e, rompendo apenas parcialmente com o neoidealismo de Croce, dedica-se principalmente à leitura da obra de Antonio Gramsci. Essa vertente tem como principal representante Palmiro Togliatti, organizador da primeira edição dos *Cadernos* e membro histórico do PCI, do qual foi secretário desde a prisão de Gramsci, em 1926, até sua própria morte, em 1964. A segunda vertente gira em torno da figura de Galvano Della Volpe e de seus comentários à obra do jovem Marx, escritos a partir da segunda metade da década de quarenta. Com as críticas à “escolástica crociogramsciana” – isto é, ao historicismo – realizadas pelo mais notável discípulo de Della Volpe, Lucio Colletti, a vertente dellavolpiana torna-se uma verdadeira “alternativa à ideologia e à política do PCI”, ou seja, ao togliattismo. Igualmente, por operar um verdadeiro rompimento com o neoidealismo, ela é recebida como um novo começo para o marxismo italiano. Caso semelhante será, enfim, o da vertente operarista, de maior importância para nosso trabalho. Tal vertente foi formada por dissidentes dos partidos comunista e socialista inicialmente reunidos em torno dos *Quaderni Rossi* (1961-1965), anuário fundado por Raniero Panzieri. Nosso autor, ele mesmo um dissidente de esquerda do Partido Socialista Italiano (PSI), comporá o operarismo, que possui além dos dois últimos, Romano Alquati e Mario Tronti como seus fundadores e mais célebres representantes.²⁴

De modo a nos introduzir no contexto extrauniversitário da formação teórica de Negri, façamos uma aproximação inicial a esta última vertente do renovado marxismo italiano identificada por Corradi.

Então, perguntemos de chofre o que afinal é o operarismo. Uma primeira resposta a essa questão pode ser encontrada em certas polêmicas no interior do marxismo. Nelas, “operarismo”

²⁴ CORRADI. *Storia dei marxismi in Italia. Op. cit.*, Parte Seconda, cap. 1, pp. 94-6. Estudiosos como Steve Wright e César Altamira defendem que o nascimento do operarismo propriamente dito deve ser firmado a partir dos levantes da Piazza Statuto (Turim), em 1962, e da publicação do primeiro número da revista *Classe Operaia*, em 1964. Desse ponto de vista, a reunião em torno de Panzieri e dos *Quaderni Rossi*, em 1961, constituiria uma “pré-história” do operarismo. Contudo, não distinguiremos aqui tal pré-história da chamada “fase clássica” do operarismo por compreender que os principais temas operaristas abordados em nosso trabalho estavam já em desenvolvimento nos textos de Panzieri, Alquati e Tronti publicados nos *Quaderni*. Nessa decisão somos apoiados pelo próprio Negri, quando ele afirma que a criação da revista *Classe Operaia* marca, antes que a fundação, a consolidação do operarismo italiano, e por Tronti, para quem “o operarismo italiano dos anos sessenta começa com o nascimento dos *Quaderni Rossi* e termina com a morte de *Classe Operaia*”. Para as considerações de Negri e Tronti, ver CASARINO; NEGRI. *In the praise of de common*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 2008, A class-struggle propaedeutics, p. 56, doravante PrC e TRONTI. Our *operaismo*. *New Left Review*, n. 73, pp. 118-39, 2012, p. 119, respectivamente. Para a distinção entre pré-operarismo e operarismo propriamente dito em Wright e Altamira, cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, caps. 2 e 3, esp. pp. 58-68 e ALTAMIRA. *Os marxismos do novo século*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, cap. 2, esp. pp. 126-54, respectivamente. Destacamos ainda que a própria reunião de diversos autores da esquerda italiana a partir dos anos sessenta sob a alcunha de “operaristas” carece de consenso, sendo questionada, por exemplo, por Sergio Bologna em A review of “Storming heaven”. *Strategies*, v. 16, n. 2, pp. 97-105, 2003, pp. 104-5.

é um termo frequentemente pejorativo usado para referir-se, e em certo sentido para denunciar, o pensamento e a militância de esquerda que tomam o trabalho industrial e o operariado de forma exclusiva, eliminando assim quaisquer outras forças políticas e sociais de suas considerações teóricas e de suas ações políticas. No Brasil, “operarismo”, de acordo com o sentido descrito acima, foi compreendido sob o vocábulo “obreirismo”. Aqui, esse termo foi usado para designar o culto ao trabalhador fabril bem como a consequente orientação seguida pelos partidos comunistas de purificação de seus quadros e de defesa de sua constituição essencialmente operária, o que poderia envolver, por exemplo, a expulsão de intelectuais e de outros quadros ditos “pequeno-burgueses”.²⁵

Tal definição, no entanto, interessa-nos pouco. Ela se limita às demasiado frequentes polêmicas no interior do marxismo, não sendo capaz de apontar atributos que nos parecem decisivos no operismo italiano. Esses serão melhor encontrados na resposta fornecida pelo próprio Negri à questão. Em um texto autobiográfico publicado em 1979, nosso autor afirma que “o chamado ‘operarismo’ nasce e se forma como uma tentativa de resposta política à crise do movimento operário dos anos cinquenta, crise determinada fundamentalmente pelos eventos históricos do movimento operário em torno do XX Congresso”.²⁶ A essa resposta, podemos adicionar esta descrição global dada por Wright. Segundo o estudioso,

as origens do operarismo residem no início dos anos 1960, quando jovens dissidentes do PCI e do PSI tentaram aplicar a crítica da economia política de Marx a uma Itália em meio a uma rápida transição para a maturidade industrial. Nisso eles foram motivados não por um interesse filológico em executar uma leitura mais correta de Marx, mas um desejo político de desvendar as fundamentais relações de poder da sociedade de classes. No processo, eles tentaram confrontar *O capital* com o “estudo real da fábrica real” em busca de um entendimento mais claro dos novos casos de ação independente da classe trabalhadora que a “questão nortista” do desenvolvimento econômico do pós-guerra havia trazido em sua esteira.²⁷

²⁵ Para um exemplo da definição de obreirismo dentro dessa polêmica, cf. o verbete “Workerism”, disponível em <<http://libcom.org/library/workerism-antagonism>>, acessado em 20-03-2016. Para uma breve consideração histórica da virada tática do Partido Comunista do Brasil (PCB) rumo ao obreirismo a partir do fim dos anos vinte, cf. HENN. A virada tática comunista no final da década de 1920. *Revista Latino-americana de História*, v. 1, n. 3, pp. 289-99, 2012.

²⁶ NEGRI. *Dall'operaio massa all'operaio sociale*. Verona: Ombre Corte, 2007, cap. 1, pp. 36-7, doravante OMOS. “XX Congresso” refere-se aqui ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de 1956, tornado célebre pelo “Discurso secreto” de Nikita Khrushchev, então secretário do Partido. Nesse discurso, Khrushchev denuncia os crimes e o culto à personalidade de Stálin, abalando todo o mundo socialista, bem como os simpatizantes e os detratores desse mundo. Para o XX Congresso do PCUS e o Discurso de Khrushchev, cf. BROWN. *Ascensão e queda do comunismo*. São Paulo: Record, 2012, cap. 13, esp. pp. 288-91 e PRIESTLAND. *A bandeira vermelha*. São Paulo: Leya, 2012, cap. 8, pp. 374-90.

²⁷ WRIGHT. *Storming Heaven*. *Op. cit.*, Introduction, p. 3.

Conforme essa primeira aproximação, percebemos que, diferentemente do caso francês que lhe era contemporâneo, no qual certa vertente estruturalista do marxismo liderada por Louis Althusser tinha como objetivo “alcançar na interpretação de Marx o mesmo rigor científico irretocável que [Claude] Lévi-Strauss lograra obter com o pensamento selvagem”,²⁸ o marxismo italiano do pós-guerra e, particularmente, a corrente operarista da qual Negri participará eram dirigidos sobretudo por um interesse prático-político fortemente ancorado em questões conjunturais, notadamente o vertiginoso processo de industrialização pelo qual passou a Itália no período conhecido como “milagre econômico”, e a concomitante reorganização de uma classe operária que, por um lado, foi profundamente transformada pela industrialização dos anos do “milagre” e que, por outro, foi profundamente transtornada pelos acontecimentos do XX Congresso.²⁹

Atentando-nos sempre ao interesse prático-político que caracteriza o operarismo, passemos nas subseções seguintes ao exame de um recorte mais circunscrito dessa vertente do marxismo italiano do pós-guerra, abordando mais de perto o itinerário teórico-político cujas proposições metodológicas constituíram “uma base enorme de pesquisa para muitos estudiosos”,³⁰ especialmente, no que nos concerne, para Negri e para a construção do conceito de trabalho imaterial. Tal itinerário tem seu ponto de partida em Panzieri, com a ruptura em relação à histórica esquerda italiana, passando Alquati, com a prática da *copesquisa*, e por Tronti, com a formalização da chamada “*hipótese operarista*”.

Raniero Panzieri e as bases metodológicas do operarismo

Indicamos acima que o operarismo italiano apresenta-se como resposta a questões conjunturais, notadamente aquelas ligadas, no âmbito nacional, à industrialização e à consequente

²⁸ DOSSE. *História do Estruturalismo*. Bauru (SP): EDUSC, v. 1, 2007, cap. 29, p. 370. Para um comentário histórico do marxismo althusseriano por François Dosse, cf. *Ibid.*, cap. 30, pp. 376-81 e caps. 31-2.

²⁹ O desprezo pelos critérios exclusivamente científico-acadêmicos tradicionais e o interesse prático-político que guiava os operaristas em suas investigações é resumido por Tronti quando ele diz: “o operarismo foi nossa universidade; nós nos graduamos em luta de classes – diplomando-nos não a ensinar, mas a viver”. TRONTI. *Our operaismo*. *New Left Review*. *Op. cit.*, p. 127. Considerações desse gênero podem ser encontradas também nos comentários de Negri sobre essa época, como o que se segue: “Eu comecei a deixar esse mundo hegeliano [que marcara os primeiros trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelo autor] para ir lá em baixo, e mover-me em direção ao real. Minha grande dúvida cartesiana, minha grande cesura husserliana consistiu precisamente em ir para a frente dos portões da fábrica afim de verificar o que realmente estava acontecendo lá [...]. Tudo o que eu fiz de 1958 a 1968 realmente foi uma grande propedêutica à luta de classes”. *PrC*, *A class-struggle propaedeutics*, pp. 51, 53. No ilustrativo quadro construído por Harry Cleaver, o operarismo é associado à leitura política de Marx, distinguindo-se tanto das leituras acadêmico-filosóficas de Althusser e da Escola de Frankfurt, quanto das leituras econômico-políticas da Segunda Internacional e do neomarxismo keynesiano. Para esse tema, cf. CLEAVER. *Reading Capital politically*. Leeds (UK); Edinburgh: Anti/Thesis; AK, 2000, Introduction.

³⁰ NEGRI. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, Lição 1, p. 55, doravante *CL*.

transformação da classe operária ocorrida no contexto do “milagre econômico” e, no âmbito internacional, aos eventos relacionados ao XX Congresso do PCUS. Não cabe retomar aqui todo o quadro político, econômico e social do pós-guerra italiano e tampouco os desdobramentos do movimento socialista internacional a partir do “discurso secreto” de Khrushchev.³¹ Todavia, parece-nos importante destacar, conquanto de forma absolutamente breve, dois fatos aparentemente paradoxais. Primeiramente, que o período do “milagre” testemunhou um crescimento econômico jamais visto na Itália. O Produto Interno Bruto (PIB) italiano, impulsionado inicialmente pelo Plano Marshall e pela reconstrução nacional, expandiu-se a uma taxa média anual de 5.5% entre 1951 e 1958, taxa que foi elevada a 6.3% entre 1958 e 1963, com a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a abertura da economia ao mercado externo. Além disso, os índices de crescimento da produção industrial e de produtividade dos trabalhadores aumentaram vertiginosamente, atingindo os patamares de 89% e 63%, respectivamente, entre 1951 e 1960. Em segundo lugar, que nesse mesmo período houve um enfraquecimento das lutas trabalhistas e uma consequente piora das relações salariais e das relações de trabalho do operariado, o que frustrou completamente as conquistas e expectativas cultivadas pelos trabalhadores durante a Resistência.³² O ponto simbolicamente culminante desse enfraquecimento pode ser estabelecido em 1955, quando o mais importante e combativo sindicato italiano, a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), ligada ao PCI, perdeu pela primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra, a maioria dos representantes sindicais – e, por conseguinte, sua hegemonia entre os trabalhadores – nas eleições para a *Comissione Interna* da FIAT, a maior fábrica daquele país. Como reflexo de tal enfraquecimento podemos conferir o decréscimo dos salários a uma taxa de 0.6% entre 1951 e 1960, apesar do significativo aumento de produtividade no mesmo período.³³

Alguns intelectuais e militantes de esquerda atribuíram as seguidas derrotas da classe operária nos anos cinquenta – bem como suas consequências para as relações salariais e as

³¹ Para o contexto histórico, econômico e social da Itália nos anos cinquenta (e início dos anos sessenta), cf. WRIGHT. *Storming heaven*. *Op. cit.*, cap. 1 e GINSBORG. *A story of contemporary Italy*. London: Penguin, 1990, caps. 3-7. Para as consequências do discurso de Khrushchev para o comunismo internacional, cf. BROWN. *Ascensão e queda do comunismo*. *Op. cit.*, cap. 15 e PRIESTLAND. *A bandeira vermelha*. *Op. cit.*, cap. 8, pp. 390-400; no contexto que dará origem ao operarismo, em particular, cf. TRONTI. *Our operaismo*. *New Left Review*. *Op. cit.*, pp. 120-3 e OMOS, cap. 2.

³² Diz-nos Wright que “para muitos trabalhadores, e particularmente para aqueles do Norte que haviam tomado seus locais de trabalho durante as lutas contra Mussolini e o *Wehrmacht*, o futuro prometido, se não era o advento iminente do socialismo – embora isso também fosse proclamado em muitas fábricas – era certamente o de melhorias significativas nas condições de trabalho e de salário, somado a uma maior influência na produção em geral”. *Op. cit.*, p. 7. Para uma breve consideração da Resistência Italiana, cf. GINSBORG. *Op. cit.*, cap. 2. Para um exame exaustivo da Resistência, cf. PAVONE. *Una guerra civile*. Torino: Bollati Boringhieri, 1991.

³³ Para os dados sobre o “milagre econômico” aqui recolhidos, cf. GINSBORG. *Op. cit.*, cap. 6, pp. 191-3 e cap. 7, pp. 214-6. Para a derrota de 1955 na FIAT, ver WRIGHT. *Op. cit.*, pp. 10-1.

condições de trabalho do operariado italiano – ao distanciamento cada vez maior dos partidos e sindicatos em relação aos trabalhadores, razão pela qual aqueles foram incapazes de perceber as transformações ocorridas no terreno produtivo. É o caso, por exemplo, de Raniero Panzieri.³⁴

Ao examinar a experiência da esquerda histórica italiana, Panzieri passou a questionar as relações entre os trabalhadores e suas instâncias representativas.³⁵ Nessa relação, o autor criticava sobretudo a amplamente difundida identidade entre verdade, partido e classe, por ele percebida como a razão da miséria do marxismo oficial. Dessa forma, era mister afastar o pensamento marxista de quaisquer dogmatismos e lhe restaurar o terreno natural, aquele “da crítica permanente”. Tal tarefa poderia ser cumprida somente com a liberação do marxismo em relação ao “controle das lideranças e das direções partidárias”, onde, com o avanço do stalinismo, ele fora em toda parte aprisionado. Nesse sentido, Panzieri propunha que as preocupações do pensamento marxista se deslocassem da esfera do partido para o exame da “realidade do movimento político e organizacional das classes populares”. Ao mesmo tempo, o exame da esfera econômica, compreendida como “a fonte real do poder”, e das mutações sofridas pela classe operária no decorrer do significativo desenvolvimento dos anos do “milagre” fazia-se também necessária.³⁶

As tentativas panzierianas de operar um aprofundamento analítico da situação política italiana são vistas por Negri como uma “coisa absolutamente extraordinária”. Durante os anos cinquenta, as políticas sustentadas pelos partidos comunista e socialista pregavam a “via italiana” para o socialismo, baseada na ação institucional (notadamente a parlamentar) e na aliança com a burguesia. No âmbito teórico, a corrente dominante entre a esquerda era o historicismo,

³⁴ Panzieri nasceu em Roma no ano de 1921. Em 1945 ingressou no PSI e alguns anos depois moveu-se para a Sicília, onde trabalhou com Della Volpe e Ernesto De Martino, se engajou nas lutas pela distribuição de terras, e ocupou a direção regional do PSI. Ascendeu ao Comitê Central desse partido em 1953, tornando-se seu Secretário Geral de Cultura no ano seguinte, com apenas 33 anos. Para considerações de ordem biográfica sobre Panzieri, cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 1, p. 21 e MANCINI. “Nota biografica” In: PANZIERI. *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*, Torino: Einaudi, 1976, pp. XXXV-XXXVI.

³⁵ Por esquerda histórica, ou ainda esquerda oficial, queremos designar, no âmbito político, a esquerda ligada aos partidos comunista e socialista italianos, bem como aos seus sindicatos e, no âmbito teórico, a esquerda identificada às interpretações historicistas de Marx, especialmente o togliattismo. À esquerda histórica ou oficial, opor-se-á a chamada esquerda radical, esquerda extraparlamentar ou ainda extrema-esquerda italiana, cujo vigoroso crescimento se testemunha a partir dos anos sessenta e da qual diversos operaristas, inclusive Negri, participarão. O exame da esquerda oficial realizado por Panzieri foi reunido por Dario Lanzardo e Giovanni Pirelli em PANZIERI. *La crisi del movimento operaio*. Milano: Lampugnani Nigri, 1973.

³⁶ Para esse tema, cf. esp. PANZIERI. “Azione politica e cultura” In: *La crisi del movimento operaio*, Sezione I, cap. 3 e WRIGHT. *Op. cit.*, pp. 15-21. A proposição de Panzieri pode ser resumida na seguinte ideia de Danilo Montaldi, importante intelectual desse período: “antes de aderir a um partido, ser um militante da revolução ou o sujeito do futuro poder socialista, o operário é um ser que vive sobretudo na produção capitalista e na fábrica; e [...] é na produção que a revolta contra a exploração, a capacidade de construir um tipo superior de sociedade, juntamente com a solidariedade de classe com outros operários e ódio pela exploração e exploradores – tanto os clássicos chefes de ontem quantos os impessoais burocratas de hoje e de amanhã – são formadas”. *Apud* WRIGHT. *Op. cit.*, pp. 23-4.

que se dedicava à leitura (dogmática) de Gramsci e que surpreendentemente acabou por excluir os estudos e o discurso marxiano do movimento operário. Nesse período, diz-nos Negri, era impossível discutir com jovens socialistas ou comunistas em termos que não fossem o de alguns “poucos livretos” (como os de Maurice Dobb e Paul Sweezy, importantes teóricos do que poderia ser chamado de neomarxismo keynesiano) que circulavam entre os membros do partido, mas que estavam completamente fora das discussões da base. Alheios às discussões e às necessidades da classe operária estavam também os sindicatos, que não foram capazes de perceber as transformações ocorridas no ambiente produtivo e cujo modo de ação, como admitira o próprio líder nacional da CGIL à época, tornou-se deveras esquemático, reduzindo-se por vezes à repetição incansável de velhas práticas de organização e luta. Com Panzieri, esse cenário será profundamente transformado. É somente a partir dele, no contexto que dará origem ao operismo, que se busca “estabelecer até o fim o problema específico [...] da crítica ao marxismo [oficial]”, o que levará à ruptura com o dogmatismo marxista em geral, mas sobretudo, com o togliattismo em particular. Além disso, é com Panzieri que se opera, a partir da retomada dos escritos de Marx, isso que, nas palavras de Negri, gerou resultados “extraordinários e miraculosos”, a saber, “a retomada dos estudos do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento da luta de classes da Itália do fim dos anos cinquenta”.³⁷

A posição defendida por Panzieri, assim como sua ruptura com o marxismo da esquerda oficial, ganhará contornos mais acentuados a partir de sua direção da *Mondo Operaio* (1948-1994, 1998-presente), revista política e cultural do PSI, em 1957. Para além do questionamento das relações entre classe e partido, da proposta de separação do marxismo em relação às direções partidárias e da consecutiva decisão de voltá-lo ao exame do “movimento real” da classe operária, o pensador socialista atribuirá a esta última autonomia na organização e na condução das lutas, no que ficara conhecido nos anos cinquenta como “teses sobre o controle operário”. Na experiência recente da esquerda histórica na Itália, diz-nos o autor, pôde-se verificar a ascensão de concepções como a de “partido-guia”, como a do “partido como o único depositário da verdade revolucionária”, como a de “partido-Estado”. No entanto, contra essa dogmática

³⁷ Cf. *OMOS*, cap. 2, pp. 39-40 e WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 2, pp. 33-4. Para o exame panzieriano do desenvolvimento capitalista, remetemos principalmente a “Sullo uso capitalistico delle macchine nel neocapitalismo” e “Plusvalore e pianificazione” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico. Op. cit.*, pp. 9-23 e 51-85, respectivamente. Para um comentário de Negri a esse exame, ver Ambiguita di Panzieri? *Aut Aut*, v. 149-150, pp. 141-55, set-dez 1975. Devemos lembrar também que é Panzieri o responsável por incentivar a leitura de Marx, mais especificamente do primeiro livro d’*O capital*, entre os jovens dissidentes dos partidos comunista e socialista italianos – dentre eles o próprio Negri – entre o fim dos anos cinquenta e o início dos anos sessenta, marcando toda uma geração. A introdução “tardia” à obra de Marx (ocorrida em 1962, quando ele tinha 29 anos de idade) é admitida por Negri, tendo nosso autor, em suas próprias palavras, se tornado comunista antes de tornar-se marxista. Para esse assunto, cf. NEGRI. *Il lavoro nella Costituzione*, Verona: Ombre Corte, 2009, La costituzione del lavoro, pp. 121-2, doravante *LC* e *PrC*, A class-struggle propaedeutics, p. 44 e ss.

stalinista, que pensava as lutas a partir do alto, a renovação do movimento operário deve ocorrer, prossegue Panzieri, a partir do baixo, com a reafirmação do “princípio da ação de classe como autonomia das classes exploradas e oprimidas na luta por sua liberação”.³⁸

As críticas à esquerda italiana oficial, a ascensão da facção de Pietro Nenni à direção partidária em 1959 e a consequente marcha do PSI rumo ao centro levaram Panzieri a um isolamento cada vez maior no interior do partido. Logo removido da direção de *Mondo Operaio*, Panzieri deixa Roma para trabalhar na editora Einaudi, em Turim, onde é excluído de vez dos conselhos internos do PSI. Entretanto, ao mesmo tempo em que era duramente afastado do núcleo partidário, Panzieri aproximou-se de vários grupos dissidentes dos partidos socialista e comunista italianos: em Milão, um grupo reunido em torno de Luciano Della Mea; em Roma, um liderado por Tronti; em Turim ecléticos grupos dos quais destacamos os nomes de Vittorio Rieser e de Alquati; no Vêneto, um que tinha em Negri seu nome mais notável. A despeito de suas diferentes origens, esses pensadores e militantes concordavam com a tese de que o desenvolvimento econômico dos anos do “milagre” causara importantes transformações no operariado italiano e que, por negligenciá-las, a esquerda oficial encontrava-se em total descompasso com classe operária, sendo incapaz de responder às suas necessidades.³⁹

O profundo descontentamento que esses pensadores e militantes guardavam em relação aos rumos da esquerda oficial, especialmente ao seu dogmatismo e à sua consequente indiferença às transformações da classe trabalhadora, motivará não só sua reunião mas também a construção de uma nova forma – ou, se quisermos, metodologia – de análise do desenvolvimento capitalista e das lutas da classe operária, cujos pontos principais podem ser encontrados numa carta de Panzieri enviada a Maria Adelaide Salvaco em 1959:

Se a crise da organização (partidos e sindicato) está no hiato crescente entre estes e o movimento real de classe, portanto, no hiato entre as condições subjetivas da luta e a ideologia política dos partidos, o problema somente pode ser enfrentado partindo das condições, estrutura e movimento de base, onde a análise somente é cumprida com a participação na luta.⁴⁰

³⁸ PANZIERI. “Tredici tesi sulla questione del partito di classe” e “La crisi del comunismo” In: *La crisi del movimento operaio*. Op. cit., Sezione II, cap. 16, p. 194 e Sezione I, cap. 4, p. 62, respectivamente. A noção de autonomia da classe operária será de suma importância na trajetória do operarismo italiano, nomeando mesmo um dos movimentos ditos pós-operaristas em que Negri terá um papel fundamental: a Autonomia Operária [*Autonomia Operaia*]. Essa noção deverá retornar, sob diversas formas, em outros momentos de nosso trabalho. Aqui, limitar-nos-emos a indicar suas primeiras formulações, que podem ser remetidas a Panzieri, no contexto das “teses sobre o controle operário”, e, antes dele, a Rodolfo Morandi, principal nome do PSI no pós-guerra. Cf. *OMOS*, cap. 2, pp. 45-6. Para as “teses sobre o controle operário”, por sua vez, cf. PANZIERI. *La crisi del movimento operaio*. Op. cit., Sezione II, e LANZARDO. “Introduzione” In: PANZIERI. *Ripresa del marxismo leninismo in Italia*. Roma: Nuove edizioni operaie, 1977, pp. 32-8.

³⁹ WRIGHT. *Storming heaven*. Op. cit., cap. 1, p. 20.

⁴⁰ PANZIERI. “A Maria Adelaide Salvaco” In: Op. cit., Sezione III, cap. 3, p. 254.

A posição expressada por Panzieri não poderia ser mais clara. Para responder à crise do movimento operário é necessário romper com o dogmatismo dos partidos e sindicatos – dogmatismo que não foi capaz, muito aquém de qualquer revolução socialista, nem mesmo de garantir melhorias nas relações salariais e condições de trabalho dos operários durante o estrondoso desenvolvimento econômico italiano dos anos cinquenta. Mas além disso, é preciso também deslocar os esforços teóricos e políticos do marxismo para a classe trabalhadora, reconhecendo sua autonomia na luta por liberação, ao passo da participação daqueles que conduzem a análise nessa luta.⁴¹ Teoria e prática, então, são intimamente vinculadas.

Tais proposições metodológicas marcarão a experiência desses e outros militantes e intelectuais em torno da revista *Quaderni Rossi*. A partir dos *Quaderni*, a ruptura com o marxismo oficial efetuada por tais representantes do operarismo consolidar-se-á e as proposições metodológicas de Panzieri serão desenvolvidas, dando origem às mais importantes noções produzidas por essa vertente do marxismo italiano do pós-guerra. Dentre elas, dedicar-nos-emos abaixo às já mencionadas “hipótese operarista”, formulada por Tronti, e copesquisa, proposta e praticada por Alquati.

Romano Alquati e a copesquisa

Prossigamos pela última proposição metodológica citada acima, qual seja, a da participação daqueles que conduzem as pesquisas nas lutas operárias. Diz-nos Wright que se o primeiro tema do operarismo foi o da autonomia, o segundo concernia à “possível utilidade da sociologia ‘burguesa’ como meio para compreender a realidade da classe trabalhadora moderna”.⁴² Com efeito, as reflexões sobre a sociologia tiveram forte presença na retomada do marxismo italiano do pós-guerra, presença verificada também entre os colaboradores dos *Quaderni Rossi*, que se ocuparam desse tema mais de uma vez em suas reuniões. Naquela ocorrida em setembro de 1964 na cidade de Turim, Panzieri apresenta um seminário intitulado *Uso socialista dell'inchiesta operaia*. Com esse seminário o fundador dos *Quaderni* pretendia atingir dois escopos: de uma parte, “trazer alguns esclarecimentos sobre o tema ‘objetivos políticos

⁴¹ No contexto trabalhado por Panzieri (e, como veremos, no operarismo em geral), decorre da noção de autonomia de classe a ideia de anterioridade ou de primazia da classe operária. Quanto à relação entre classe e organização, a primazia da classe operária dar-se-á sobre os sindicatos e partidos, que vinham tomando o papel de guia da luta de classes. Contra qualquer concepção de “partido-guia”, as instâncias representativas dos trabalhadores devem subordinar-se à classe operária, retornando à sua posição de “instrumento da formação política do movimento operário”, movimento esse construído “do baixo”. *Id.* “Sette tesi sulla questione del controllo operaio” *In: Ibid.*, Sezione II, cap. 3, p. 113.

⁴² WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 1, p. 21.

da enquete””; de outra, “precisar o método de trabalho dos *Quaderni Rossi*”.⁴³ Quanto ao primeiro escopo, a questão central de Panzieri poderia ser resumida da seguinte maneira: “é possível construir uma sociologia do trabalho e da indústria que não esteja a serviço do desenvolvimento tecnológico e sim das lutas dos trabalhadores?”.⁴⁴ Para respondê-la, o autor recorrerá a uma consideração sobre a obra de Marx, cotejando-a com o caso dos próprios operaristas.

Panzieri explica que embora Marx tenha se deparado em sua época com uma economia política a pleno serviço do capital, o pensador alemão, no lugar de rechaçá-la enquanto ciência devido a seu uso burguês, submeteu-a à crítica. A base dessa crítica estaria na “acusação ricamente documentada [...] do caráter unilateral da economia política”. Nesse sentido, a crítica marxiana apontaria não para a falsidade teórica da ciência econômica, mas para seus limites: a economia política “pretende encerrar a realidade social dentro do esquema limitado de um modo particular de funcionamento e, então, assume esse modo de funcionamento como o melhor e o natural”. Assim, o capitalismo é transformado num dado da natureza, no estado natural desta, mas também de quaisquer outras sociedades ditas civilizadas, sendo a consequência mais importante desse credo naturalista da economia política a redução do trabalhador a mero fator da produção (força de trabalho) ou a mero componente do capital (sua parte variável). Ora, prossegue o operarista, a crítica de Marx almeja superar os limites da ciência econômica. Diferentemente desta, a análise marxiana reconhecerá o caráter dicotômico da sociedade capitalista bem como as duas classes que a constituem. Consequentemente, ela “recusa identificar a classe operária a partir do movimento do capital, isto é, afirma que não é possível remontar [*risalire*] do movimento do capital automaticamente ao estudo da classe operária: a classe operária [...] exige uma observação científica absolutamente distinta”.⁴⁵

Semelhante será o caso da sociologia. Panzieri desenvolve a hipótese de que o capitalismo precisou inicialmente indagar-se sobre o seu próprio modo de funcionamento, fazendo da economia política sua ciência mais preciosa. Entretanto, com a passagem do capitalismo

⁴³ PANZIERI. “Uso socialista dell’inchiesta operaia” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Op. cit., p. 87. Como veremos, pelo nome de enquete [*inchiesta*], Panzieri não se refere meramente a um formulário de pesquisa sociológica ou de opinião, mas a toda uma concepção de investigação dos operários no ambiente produtivo.

⁴⁴ ALTAMIRA. *Os marxismos do novo século*. Op. cit., cap. 2, p. 131. É somente nos anos cinquenta que, a partir das influências americana (com a *John-Forest Tendency* de C. L. R. James e Raya Dunayevskaya) e francesa (com o *Socialisme ou Barbarie* de Claude Lefort e Cornelius Castoriadis), se começa a falar de sociologia do trabalho na Itália. Nessa época, a ciência sociológica era motivo das maiores desconfianças no interior do movimento operário (sobretudo, no contexto da guerra fria, uma sociologia de extração estadunidense), o que causou diversas dificuldades ao posterior trabalho dos *Quaderni Rossi*, como veremos abaixo. Para esse tema, cf. WRIGHT. Op. cit., pp. 22-5, WOODCOCK. The workers’ inquiry from Trotskyism to *Operaismo*. *Ephemera*, v. 14, n. 3, pp. 489-509, 2014 e HAIDER; MOHANDESI. Worker’s inquiry. *Viewpoint*, v. 3, página de internet, 2013.

⁴⁵ PANZIERI. Op. cit., pp. 88-90.

concorrencial ao capitalismo planificador do pós-guerra, uma nova necessidade surge, a saber, “organizar o estudo do consenso e das reações sociais que se instalam sobre esse mecanismo”. A transição do capitalismo a um grau maior de maturidade, assim, poderia explicar tanto o declínio da economia política naqueles anos quanto a ascensão da sociologia, usada de forma a integrar a classe operária ao capital. Contudo, a sociologia não deve ser rechaçada enquanto ciência. Inversamente, defende o pensador italiano,

nós podemos usar, tratar, criticar a sociologia como Marx fizera com a economia política clássica, isto é, vendo-a como ciência limitada [...]. Isso significa que o que ela vê em seu conjunto é verdadeiro, não é falso em si. Em vez disso, é algo de limitado, que provoca deformações internas. Todavia, ela conserva aquilo que Marx considerava o caráter de uma ciência, a saber, uma autonomia baseada em um rigor coerente, científico, lógico.⁴⁶

A questão, portanto, não é a da oposição entre verdade e falsidade de uma ciência qualquer. Considerados adequados os instrumentos de pesquisa ou, ainda, estabelecida a sua validade científica, o que separa a sociologia dita burguesa da enquête sociológica proposta por Panzieri é, antes, o seu uso. O uso burguês da sociologia é mistificador no sentido em que toma unilateralmente uma realidade social dicotômica, aceitando a supostamente neutra racionalidade do capital e ignorando a relação de classe, núcleo pulsante do processo produtivo. O uso socialista da enquête sociológica, ao contrário, deve reconhecer a clivagem fundamental da sociedade capitalista e assumir preventivamente a consciência da parcialidade omitida pela ciência burguesa, o que lhe permitiria uma melhor compreensão da classe operária.⁴⁷

A origem do uso da enquête sociológica proposta por Panzieri deve ser remetida ao próprio Marx, podendo ser encontrada de maneira exemplar na *Enquête ouvrière*, publicada na *Revue Socialiste* em 1880. Na introdução à *Enquête*, Marx destaca a ausência de quaisquer investigações sérias acerca da situação da classe operária na França. Na Inglaterra, inversamente, investigações desse tipo – conduzidas tanto pelo governo monárquico quanto por “grupos socialistas” – já existiam, revelando a infâmia da exploração capitalista e ensejando reformas legislativas, o que deixou “a burguesia francesa ainda mais temerosa dos perigos que

⁴⁶ PANZIERI. “Uso socialista dell’inchiesta operaia” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Op. cit., pp. 90-1. Como exemplo do alegado declínio da economia política, Panzieri cita a “crise da economia moderna, crise da economia subjetiva etc., e tentativas, mais ou menos mutiladas, de retomar o fio da tradição do pensamento clássico na economia”. *Ibid.*, p. 90.

⁴⁷ Aqui encontramos pela primeira vez a noção de “ciência parcial” ou de “ciência da classe operária” que estará presente em todo o itinerário operarista examinado neste trabalho. Em Panzieri, tal noção surge sob a forma do uso da ciência. Enquanto o uso burguês da ciência reivindica uma enganosa universalidade, o uso socialista da ciência assume o *ponto de vista* da classe operária. Para uma análise mais abrangente do uso que Panzieri propõe da ciência sociológica, remetemos a FASULO. Raniero Panzieri and the workers inquiry. *Ephemera*, v. 14, n. 3, pp. 315-33, 2014.

poderiam representar uma enquete imparcial e sistemática” sobre os trabalhadores de seu país.⁴⁸ Diante desse quadro, a *Revue Socialiste* decide iniciar por sua própria conta uma enquete sobre a classe operária francesa, contando para isso com o fundamental apoio de Marx. Essa enquete pretendia adquirir “um conhecimento exato e positivo das condições nas quais trabalha e se move a classe operária” por meio do relato dos próprios trabalhadores, os únicos que “podem descrever com todo o conhecimento de causa os males que suportam”. Mas, para além dos objetivos científicos da investigação, o pensador alemão visava sobretudo os “perigos” que semelhante pesquisa poderia causar. Nesse sentido, a *Enquête* tinha um objetivo político bastante preciso, a saber, o de contribuir com as lutas da classe operária, a única capaz de “energicamente remediar as misérias sociais que sofre”, na construção de uma nova sociedade.⁴⁹

Tendo como referência a iniciativa de 1880, Panzieri propõe a realização de uma nova enquete operária adequada à compreensão da classe trabalhadora italiana e também à colaboração para com suas lutas. Em primeiro lugar, a enquete permitiria evitar quaisquer concepções míticas da classe operária, muito comuns ao marxismo oficial, por meio da determinação do nível real de consciência de classe dos trabalhadores. Para tanto, ela deve considerar com atenção a ascensão do capitalismo planificador e estudar as tendências novas que as transformações do estatuto dos operários (decorrentes das transformações do próprio capitalismo) suscitaram em sua consciência de classe. Além de pretender averiguar o nível de consciência de classe dos

⁴⁸ MARX. *Enquête ouvrière. Travailler*, v. 12, n. 2, p. 21-8, 2004, p. 22. A mais notável reforma legislativa examinada por Marx na Inglaterra foi a promulgação da chamada “lei das 10 horas”, que retomaremos adiante. Segundo Michel Thiollent, a noção de enquete operária surge na primeira metade do século XIX, sendo primeiramente “pesquisas feitas a pedido de governos e das classes dominantes para tentarem entender a ‘questão operária’ e propor diversos remédios”. Posteriormente, principalmente na segunda metade do século XIX, “a ideia de enquete operária foi apropriada pelos grupos socialistas como instrumento de autoconhecimento da classe operária sem compromisso com as autoridades ou com as academias”, ou seja, em prol de um novo uso. THIOLLENT. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982, cap. 4, p. 103, modificada. A *Enquête* de Marx se insere neste contexto, mas devemos destacar também o estudo de Friedrich Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁴⁹ MARX. *Loc. cit.*, modificada. Podemos conferir na própria forma do questionário de Marx, ou seja, na maneira pela qual suas questões são enunciadas e organizadas, o modo pelo qual o pensador alemão pretende cumprir seu intuito. É notável a diferença que ele mantém em relação aos questionários convencionais de pesquisa científica ou de opinião. Primeiramente, todas as questões da *Enquête* são feitas em formato aberto. Em contraste às questões fechadas das pesquisas convencionais, onde o respondente é obrigado a enquadrar suas respostas em uma das alternativas previstas pelo pesquisador, Marx recomenda que estas sejam as “mais amplas e detalhadas possíveis”, o que indica o caráter qualitativo da pesquisa. Além disso, o respondente é levado não simplesmente a opinar sobre dado assunto, mas, a descrever com riqueza de detalhes seu trabalho, o ambiente produtivo em que ele é desenvolvido, a remuneração que lhe é conferida etc. – o mesmo valendo em relação à situação de seus colegas, próximos e distantes. Portanto, no lugar de reservar ao operário uma posição passiva, o questionário de Marx condu-lo a uma postura ativa, onde a reflexão sobre o trabalho, as comparações temporais, as analogias entre os operários e entre as diversas fábricas etc. são estimuladas a partir de sua própria experiência material e a de seus colegas. Finalmente, longe de pretender assumir a suposta neutralidade das pesquisas convencionais, a *Enquête* articula, desde o princípio, a problemática marxiana da produção industrial na sociedade capitalista. As questões são encadeadas segundo uma linha de raciocínio que o autor claramente quer fornecer, linha de raciocínio que pretende deslocar os respondentes das representações do senso comum, privilegiando seu processo cognitivo

trabalhadores italianos, a enquete ambicionava também elevá-lo, por meio – não só da formulação e do encadeamento das perguntas do questionário, como em Marx, mas também – do contato entre os investigadores e os operários que se daria necessariamente no decorrer da análise. Assim, enquete garantiria também o liame entre teoria e prática, atuando como um meio entre a ciência sociológica e a ação política.⁵⁰ Desse modo, os objetivos da *inchiesta operaia* dos *Quaderni Rossi* permaneciam muito próximos aos da *Enquête ouvrière* da *Revue Socialiste* – ao menos segundo a interpretação que os próprios *Quaderni* faziam desta.⁵¹ Se a revista francesa intentava, além de “explicar teoricamente [aos trabalhadores] condições que eles conhecem muito bem”, despertar “a gradual e sempre mais ampla crítica operária à exploração capitalista”, articulando exemplarmente dois objetivos que caminham lado a lado na obra marxiana, a saber, a análise crítica do sistema de produção capitalista e a ação política contra ele, o periódico italiano pretendia, de maneira semelhante, “assegurar uma observação científica do grau de consciência que tem a classe operária”, além de “ser a via para levar essa consciência a graus mais altos”.⁵²

Com a renovada proposta da enquete operária, Panzieri buscou dar sustentação teórica à prática operarista do “estudo real da fábrica real”. Porém, somados aos objetivos científico e político, bem como o de articulação entre teoria e prática, a *inchiesta*, como dissemos, tinha como escopo solucionar certos problemas concernentes à atuação dos próprios *Quaderni Rossi*. “A leitura desse texto, então, deve levar em conta o fato de que não se trata de um relatório introdutivo, mas de uma intervenção no calor da discussão”, discussão tal que se estendia desde

⁵⁰ PANZIERI. “Uso socialista dell’*inchiesta operaia*” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Op. cit., pp. 92-6.

⁵¹ Cabe a Lanzardo recuperar a *Enquête*, publicando-a no quinto número dos *Quaderni Rossi* junto a um comentário de sua autoria. Permitimo-nos aqui fazer uma longa citação do autor, onde são interpretados os objetivos da *Enquête* de Marx: “A investigação fora organizada pela *Revue Socialiste* e não por Marx, que havia somente elaborado o questionário. Logo, é evidente que os escopos da investigação partiam das exigências do movimento operário francês, que eram principalmente os de ter maiores elementos de conhecimento sobre as reais condições de desenvolvimento da classe operária, sobre seu grau de organização, etc. E isto para organizar mais eficazmente a própria luta sindical e para estender a base operária dos grupos socialistas e associações operárias, tomando contato direto com o maior número possível de operários [...]. Mas o desenvolvimento desse trabalho foi construído por Marx de forma tal que aos objetivos do exame do movimento operário francês se sobrepujaram imediatamente os objetivos da Primeira Internacional Socialista e, em particular, do próprio Marx, quais sejam, oferecer à classe operária futuros instrumentos teóricos para a aquisição da consciência da verdadeira natureza do capitalismo e de sua condição de classe explorada, de um lado, e, de outro, propor aos ‘grupos socialistas de escolas diversas’, a partir de um exemplo concreto, um método de trabalho baseado no socialismo científico que poderia criar as condições para uma luta eficaz contra o capitalismo francês e, com isso, dar à ação comum de vários grupos e associações operárias um significado não formal. Por fim, o fato de que a investigação não tenha sido concluída – as respostas que chegaram à *Revue Socialiste* foram da ordem de uma centena, enquanto os exemplares distribuídos pela França foram da ordem de vinte e cinco mil – tem uma importância bastante relativa, porque manteve-se como resultado, contudo, o fato de que os questionários foram enviados aos operários e, com eles, novas possibilidades de conhecimento sobre o modo de funcionamento da exploração capitalista”. LANZARDO. Intervento socialista nella lotta operaia. *Quaderni Rossi*, v. 5, pp. 1-24, 1965, pp. 18-9.

⁵² *Ibid.*, p. 8 e PANZIERI. Op. cit., p. 95.

a fundação dos *Quaderni*.⁵³ Com efeito, variadas eram as posições no interior da revista quanto ao uso da sociologia como ferramenta para a compreensão da classe trabalhadora. Como seu corpo editorial era composto por diversos grupos dissidentes dos partidos comunista e socialista da Itália, unidos sobretudo pela crítica aos desenvolvimentos do movimento sindical e às direções partidárias, o “esboço de teoria” construído pelos *Quaderni*, entendiam alguns de seus membros, inclusive Panzieri, foi elaborado de forma essencialmente negativa, isto é, por antítese às posições da esquerda oficial. A ausência de uma fundação positiva comum aos diversos membros do periódico teria dado espaço a algumas “ambiguidades” – e mesmo a importantes divergências – teóricas em seu interior. A proposta da enquete operária, então, intervém nesse contexto, almejando mediar as disputas internas dos *Quaderni Rossi* e suprimir suas ambiguidades teóricas fornecendo um “fundamento positivo”, isto é, fundando “empiricamente a nível de classe” o trabalho do anuário operarista.⁵⁴

Entretanto, Panzieri foi incapaz de cumprir este último objetivo. O seminário sobre o uso socialista da enquete operária foi sua última intervenção no debate operarista, sendo proferido em setembro de 1964, apenas um mês antes da sua morte prematura, e publicado postumamente em abril de 1965 no quinto número dos *Quaderni Rossi*.⁵⁵ Nessa época a ruptura interna entre os grupos de Tronti, Alquati e Negri e o grupo de Panzieri e dos chamados “jovens sociólogos” já havia se consolidado. A revista *Classe Operaia* (1964-1967), mensário fundado por Tronti, ocupara prontamente um lugar de destaque na esquerda italiana, contando, quando do lançamento do quinto número dos *Quaderni*, com mais de uma dúzia de publicações. A revista de Panzieri, por sua vez, não resistiu à ruptura entre os grupos que a formavam e à morte de seu fundador, encerrando suas atividades no ano de 1965, após seu número sexto.⁵⁶ Todavia, é possível defender que ao menos parte dos objetivos da *inchiesta* já havia sido cumprida com as pesquisas de campo empreendidas pelos operaristas no início dos anos sessenta. Entre 1959, quando Panzieri afirma a autonomia da classe operária bem como a participação em suas lutas,

⁵³ LANZARDO In: PANZIERI. Uso socialista dell’inchiesta operaia. *Quaderni Rossi*, v. 5, pp. 67-76, 1965, p. 67.

⁵⁴ PANZIERI. “Uso socialista dell’inchiesta operaia” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Op. cit., p. 96.

⁵⁵ O quinto número dos *Quaderni Rossi* foi dedicado integralmente ao tema da enquete. Embora as discussões sobre o método de investigação existissem desde a fundação dos *Quaderni*, aparecendo, por exemplo, no ensaio de Franco Momigliano “Possibilità e limite dell’azione sindacale”, publicado no segundo número da revista (*Quaderni Rossi*, v. 2, pp. 99-115, 1962), é somente em seu quinto número que encontramos uma discussão mais abrangente sobre a investigação operária, com o comentário da *Enquête* de Marx por Lanzardo, com a publicação do seminário de Panzieri e com um questionário construído pelos operaristas, dentre outros textos e intervenções. Cf. QUADERNI Rossi, v. 5, Op. cit.

⁵⁶ Para as diversas versões sobre o rompimento entre os citados grupos dos *Quaderni Rossi*, cf. OMOS, caps. 2 e 3, pp. 69-78, TRONTI. Our operaismo. *New left review*. Op. cit., pp. 124-6, ALQUATI. Per una storia di classe operaia. *Bailamme*, v. 24, n. 2, pp. 173-205, 1999, MANCINI. “Introduzione” In: PANZIERI. *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Op. cit., pp. XXVI-XXXII, ALTAMIRA. *Os marxismos do novo século*. Op. cit., cap. 2, pp. 145-6 e WRIGHT. *Storming heaven*. Op. cit., cap. 2, pp. 58-62.

e 1964, quando é proferido o seminário sobre a enquete operária, importantes investigações no interior das fábricas italianas já haviam sido conduzidas pelos *Quaderni Rossi*. Dentre eles, a pesquisa realizada na planta de Mirafiori da FIAT, em Turim, no ano de 1960, foi fundamental para a realização da enquete operária, mas também para a consolidação de uma forma original de investigação que pretendia radicalizar a conexão entre teoria e prática intentada pela *inchiesta*, a saber, a copesquisa.

A pesquisa na FIAT em 1960 foi uma iniciativa do próprio Panzieri. Enquanto alguns membros dos *Quaderni Rossi* desejavam iniciar os trabalhos de campo em fábricas onde a luta estava já em curso, Panzieri insistia na peculiaridade da FIAT.⁵⁷ Contrariamente a outras fábricas no norte da Itália, a montadora de automóveis não participara da reabertura do ciclo de lutas de 1959-1960, quando os trabalhadores do setor metalúrgico junto aos principais sindicatos italianos se uniram entorno da campanha de renovação contratual.⁵⁸ Nessa época, aquela que viria a ser a maior fábrica do mundo nos anos sessenta foi capaz de oferecer a seus trabalhadores semiqualeificados um salário relativamente superior ao das outras empresas da mesma região. Além disso, ela teria encontrado certo sucesso em projetar uma imagem institucional de boa empregadora, de provedora de altos salários e de dinâmica estrutura de carreira, em suma, de encarnação do que havia de melhor no “milagre econômico”. Todavia, para muitos na esquerda, a FIAT evocava imagens de péssimas condições de trabalho, de sindicalismo atrelado aos interesses patronais e de força de trabalho dócil e obcecada pelo consumo. De toda forma, era consenso que ela havia sido capaz de forjar um cordão sanitário entorno de si, isolando-se das perturbações trabalhistas que atingiam as demais indústrias no norte da Itália.⁵⁹ *Locus* colossal da exploração capitalista e com uma classe operária aparentemente passiva, a montadora se apresentava como um espaço conveniente para a implantação dos trabalhos de campo pelos operaristas, para tomar um primeiro contato com os trabalhadores, para verificar as mutações em sua consciência de classe e para observar, no ambiente produtivo, potenciais para conflitos futuros.⁶⁰

⁵⁷ “A influência de Panzieri foi determinante, pois nós trabalhávamos com o sindicato naquele momento não na FIAT mas em outras fábricas turinesas, substancialmente aquelas em que já havia luta. Dizíamos: ‘continuemos trabalhando sobre essas coisas. Na FIAT, como fazemos?’ Panzieri, no entanto, dizia: ‘Não. Devemos enfrentar as questões decisivas da FIAT, e o único modo de fazê-lo é por meio da enquete operária’. Então, todos naquele momento se reuniram em torno da investigação na FIAT. Alquati e [Pierluigi] Gasparotto estavam aqui, então o núcleo de Turim dos *Quaderni Rossi* nasceu fundamentalmente através desse trabalho”. RIESER. “L’inchiesta comme stile di militanza” In: BORIO; POZZI; ROGGERO. *Futuro Anteriore*. Roma: DeriveApprodi, 2002, página de internet.

⁵⁸ Na FIAT, as campanhas para a renovação contratual ocorrerão somente no ano de 1962, ensejando os levantes de Piazza Statuto. Cf. LANZARDO. *La rivolta di piazza statuto*. Milano: Feltrinelli, 1979, cap. 1.

⁵⁹ WRIGHT. *Storming heaven*. Op. cit., cap. 2, pp. 34-5, 47.

⁶⁰ WOODCOCK. The workers’ inquiry from Trotskyism to *Operaismo*. *Ephemera*. Op. cit., p. 500.

A primeira aproximação dos operaristas em Mirafiori contou com o apoio fundamental do movimento operário tradicional, especialmente a CGIL e seu sindicato dos metalúrgicos, a *Federazione Impiegati Operai Metallurgici* (FIOM). Parte do grupo que conduziria a pesquisa de 1960 já vinha trabalhando no campo com os sindicatos em outras fábricas de Turim. Além disso, malgrado sua extrema desconfiança em relação à abordagem sociológica, as seguidas derrotas na capital piemontesa durante os anos cinquenta, das quais já destacamos aquela de 1955 na própria FIAT, motivaram as organizações sindicais a experimentar novas formas de trabalho político no interior das fábricas, o que fazia dos sindicatos um canal privilegiado para a realização da enquete operária.⁶¹ Entretanto, além da desconfiança em relação à abordagem sociológica pelas organizações sindicais, outra barreira a ser superada na pesquisa em Mirafiori dizia respeito ao descrédito que o próprio movimento operário tradicional tinha com os trabalhadores da fábrica automotiva.⁶² Não obstante seu número estrondoso de operários, os índices de sindicalização na FIAT eram baixíssimos, de modo que a planta de Mirafiori constava como um território desconhecido não apenas para os membros dos *Quaderni Rossi* como também para toda a esquerda histórica da Itália. Por essa razão, a pesquisa na montadora de automóveis foi iniciada com uma aproximação dita “do exterior” e, para desbravar tal campo desconhecido, diversas hipóteses de trabalho – colhidas fundamentalmente nas sociologias da indústria e do trabalho oriundas da França, da Inglaterra, e dos Estados Unidos – e variadas abordagens foram experimentadas.⁶³

Embora sua influência para a realização da pesquisa de 1960 tenha sido determinante, a participação de Panzieri nas investigações da FIAT se resumiu a uma função diretiva. O trabalho de campo ficou a cargo de um grupo heterogêneo de pesquisadores, composto essencialmente pelos “jovens sociólogos”, grupo majoritário cuja formação era ligada sobretudo a Nicola

⁶¹ Cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 2, pp. 33-4 e GINSBORG. *A history of contemporary Italy. Op. cit.*, cap. 6, pp. 191-3.

⁶² Tal situação não era diferente, por exemplo, na fábrica da Olivetti em Ivrea, nos arredores de Turim. A esse respeito, Alquati assinala: “em Ivrea existia entre os companheiros, mas também entre os operários, uma profunda desconfiança em relação à sociologia. Muitos ativistas sabiam o que ela era, a provaram. Muitos dos mais notáveis sociólogos italianos foram formados na Olivetti, e em particular aqueles de ‘esquerda’. Nossos companheiros os conheceram, os viram trabalhar em seu posto, defronte a *O capital*, numa série de ocasiões: não lhes estimaram muito. A sociologia que floresceu – e floresce – na Olivetti, eles dizem, ‘experimentamo-la na pele’, nos novos ritmos do trabalho. Além disso (como já acontecia em Mirafiori, por exemplo), as pessoas não estavam dispostas a mover um dedo por uma coisa que, como todas as outras, acabasse num livro, ou num artigo”. ALQUATI. “Composizione organica del capitale e forza-lavoro alla Olivetti” In: *Sulla Fiat*. Milano: Feltrinelli, 1975, cap. 4, p. 91.

⁶³ *Id.* *Sulla FIAT. Op. cit.*, Introduzione, p. 12. Alquati também recorda que a “Itália estava presa na estagnação. Portanto, não existiam estudos sobre os operários e sobre as fábricas [...]. Os mais cultos entre nós recorriam à literatura estadunidense: ali havia análises sobre as relações humanas, suas críticas, o taylorismo, o fordismo” *apud* MORINO. “El trabajo del Penelope” In: MALO (Org.). *Nociones Comunes*. Madrid: Traficante de sueños, 2004, cap. 6, p. 114, n. 5.

Abbagnano, e por um subgrupo liderado por Alquati, cuja formação era ligada especialmente a Montaldi, em Cremona.⁶⁴ Segundo o testemunho de Alquati, dos diversos métodos de pesquisa experimentados na FIAT, destacavam-se a pesquisa [*ricerca*] sociológica ou tradicional e o que ele chama de autopesquisa operária [*autoricerca operaia*] ou copesquisa [*conricerca*].⁶⁵ A copesquisa foi inspirada nas “autoanálises de comunidades” conduzidas por Danilo Dolci no Sul pobre e rural da Itália, sendo adotada no âmbito industrial por Alessandro Pizzorno, Montaldi e Alquati, cada um ao seu modo, a partir do contato com as experiências americana e francesa.⁶⁶ Em Mirafiori, ela foi inicialmente conduzida pelo grupo ligado ao último com “veleidade” e de modo “esporádico”, estando na verdade submetida à pesquisa sociológica tradicional. Esta, por sua vez, é associada ao grupo dos “jovens sociólogos”, encabeçado por Rieser. Este grupo, que já conduzia pesquisas com os sindicatos nas fábricas de Turim, passou a contar a partir dos anos sessenta com uma importante formação teórica e metodológica fornecida por Panzieri. Porém, independentemente de suas diferenças tanto um modo de abordagem quanto o outro, diz-nos Alquati, procuraram estabelecer uma primeira relação com o campo, referindo-se sempre aos operários considerados isoladamente, isto é, como trabalhadores presentes individualmente no processo de trabalho.⁶⁷

Nesse sentido, é possível afirmar que, malgrado suas limitações, já podiam ser encontrados na pesquisa de 1960 importantes elementos da proposta panzieriana da enquête operária, se não a própria execução empírica da *inchiesta*. Com efeito, em sua tentativa de “trazer alguns esclarecimentos sobre o tema ‘objetivos políticos da enquête’” e de “precisar o método de trabalho dos *Quaderni Rossi*” Panzieri havia levado em conta as pesquisas que já haviam sido realizadas pelos membros de sua revista. O uso da pesquisa sociológica em prol do movimento operário, como empreendido na FIAT, era vivamente defendido por Panzieri e os objetivos

⁶⁴ Cf. ALQUATI. *Sulla FIAT. Op. cit.*, Introduzione, p. 12 e *Id. Camminando per realizzare un sogno comune*. Torino: Velleità alternative, 1994, p. 145 *apud Id.* Per una storia di classe operaia. *Bailamme. Op. cit.* Abbagnano, mais conhecido no Brasil por seu *Dicionário de Filosofia* (São Paulo: Martins Fontes, 2007), embora não tivesse participado da retomada do marxismo na Itália do pós-guerra, pregava a aplicação da filosofia à realidade do mundo social, sendo partidário de um empirismo metodológico radical. Também foi pioneiro na institucionalização dos estudos de sociologia na Itália, fundando com Franco Ferrarotti a *Rivista di Sociologia* em 1951. Montaldi, por sua vez, era um destacado intelectual que, após deixar o PCI, tomou contato com diversas organizações de esquerda na Europa, dentre elas o *Socialisme ou Barbarie*, passando a realizar diversas pesquisas de campo sobre as classes subalternas na Itália.

⁶⁵ Embora em sua introdução ao *Sulla FIAT* Alquati se valha dos dois termos para se referir ao modo original de pesquisa que ele, Gasparotto, Remo Gobbi e Emilio Soave executaram nas fábricas do norte italiano, usaremos em nosso trabalho sempre o termo copesquisa por ser o mais frequente na obra de Alquati bem como nas diversas considerações sobre o operarismo realizadas até os dias atuais.

⁶⁶ Cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 1, pp. 21-5. Fundamentais aqui foram os livros de *Journal d'un ouvrier*, de Daniel Mothé e *The american worker*, de Paul Romano, traduzidos para o italiano por Montaldi a partir do *Socialisme ou Barbarie*. Cf. BORIO; POZZI; ROGGERO. “Conricerca as political action” In: COTÉ; DAY; PEUTER (Org.). *Utopian pedagogy*. Toronto: University of Toronto, 2007, pp. 165-8.

⁶⁷ ALQUATI. *Sulla FIAT. Op. cit.*, *loc. cit.*

alcançados por ele na fábrica de automóveis foram retomados como escopo da enquete na proposta de 1964. Além disso, devemos destacar que o próprio trabalho de 1960 passara a ser posteriormente referido como enquete operária.⁶⁸ Mas, somados aos elementos que aproximavam a experiência na FIAT da proposta de Panzieri, também podem ser encontradas limitações que distanciariam a primeira da última. Para o fundador dos *Quaderni*, o contato entre pesquisadores e trabalhadores através da investigação sociológica serviria de meio ao objetivo político de elevação do nível da consciência de classe dos últimos. Havia, em suas palavras, uma “continuidade bem precisa entre o momento da observação sociológica, conduzida sob critérios sérios e rigorosos, e a ação política”.⁶⁹ Contudo, essa continuidade se mostrou menos evidente na pesquisa em Mirafiori.

Segundo Alquati, o grupo majoritário de pesquisadores em Mirafiori resistia à passagem para a ação política. Nesse sentido, ele afirma em tom provocativo que na FIAT “não se fazia pesquisa operária. Em vez disso, fazia-se uma pesquisa sociológica sobre a classe operária”. Nela, os trabalhadores singulares entravam “apenas como fonte de conhecimentos preliminares que nós processávamos do exterior”.⁷⁰ Não obstante a realização desse tipo de pesquisa naquela época representasse um avanço expressivo na emergente sociologia da indústria na Itália, o subgrupo de Alquati preconizava, quebrada a primeira barreira que separava os trabalhadores e os pesquisadores, a passagem a uma “segunda fase”, em que o modo tradicional de investigação fosse ultrapassado e a pesquisa assumisse um caráter militante que priorizasse a ação política dos operários, ou, em outras palavras, que a copesquisa deixasse de submeter-se à pesquisa sociológica e avançasse de uma execução meramente “intencional” para uma execução real. Porém, essa não era a opinião dos “jovens sociólogos”. Para eles, as condições da passagem à ação política ainda não estavam dadas na FIAT, seja por motivos técnicos (o número de pesquisadores na montadora era diminuto e suas condições de trabalho eram precárias), seja por motivos políticos (o sindicato dos metalúrgicos havia sido incapaz de organizar a luta na fábrica de automóveis), razão pela qual insistiam em permanecer no estágio da pesquisa tradicional.⁷¹ Nessa decisão eles eram apoiados por Panzieri, que, segundo Alquati,

⁶⁸ Cf. PANZIERI. “Uso socialista dell’inchiesta operaia” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. *Op. cit.*, p. 95, ALQUATI. *Sulla FIAT*. *Op. cit.*, Introduzione, WOODCOCK. The workers’ inquiry from Trotskyism to *Operaismo*. *Ephemera*. *Op. cit.*, p. 500 e WRIGHT. *Storming heaven*. *Op. cit.*, cap. 2, p. 43.

⁶⁹ PANZIERI. *Op. cit.*, p. 92.

⁷⁰ ALQUATI. *Op. cit.*, p. 13.

⁷¹ RIESER. “L’inchiesta come stile di militanza” In: BORIO; POZZI; ROGGERO. *Futuro Anteriore*. *Op. cit.*, página de internet. A contraposição entre os dois grupos é descrita por Alquati da seguinte forma: “só uma parte do grupo se propunha a essa passagem [à ação política], entendendo a pesquisa sociológica, portanto, como um momento provisório e de emergência. Para os outros era o oposto: a relação política com o operário coletivo e

continuava a confiar mais na ‘ciência’ social tradicional, recurso que pensava ser taticamente necessário para o movimento operário, dando então uma importância maior aos sociólogos em relação ao subgrupo intervencionista, que queria reconverter à pesquisa científica tradicional e às fontes convencionais.⁷²

Embora a divergência entre os dois grupos no interior da pesquisa de 1960 se devesse, para Rieser, a uma questão abstrata, qual seja, uma disputa metodológica entre uma “sociologia ‘de cima’” e uma “sociologia ‘de baixo’”, para Alquati a proposta da copesquisa nunca foi encarada como uma “sociologia ‘de baixo’”, mas como um modo de organizar politicamente a autonomia operária, isto é, organizar os operários independentemente das mediações sindicais ou partidárias. Numa das raríssimas definições de copesquisa oferecidas por Alquati, lhe são destacadas duas particularidades. A primeira diz respeito à “cooperação de pessoas [...] em posições diversas, dotadas de conhecimentos, experiências, competências e capacidades de indagação diversos [...], no pesquisar”. A segunda, ao

fato que a própria pesquisa se move dentro de uma realidade formada, estruturada e ainda hierárquica e centralizada [...], propondo-se influenciar na transformação dessa realidade a partir de seu interior, a partir de uma presença e um lugar particular no interior dessa realidade, segundo certos desejos e certo projeto de liberação sempre constitutiva, do novo e do diverso, de alteridade (além de ser constituída pela resistência ao presente, que pode ser levada ao antagonismo).⁷³

com a sua emergente organização autônoma era um meio para realizar a pesquisa sociológica”. ALQUATI. *Sulla FIAT. Op. cit.*, Introduzione, p. 13.

⁷² ALQUATI. “Documenti sulla lotta di classe alla FIAT” In: *Op. cit.*, cap. 2, p. 54. O apoio de Panzieri à pesquisa conduzida pelos jovens sociólogos na FIAT reforça nosso argumento de que ali pode ser encontrado um cumprimento substancial da *inchiesta* proposta pelo fundador dos *Quaderni Rossi*. Alquati, porém, é enfático ao excluir Panzieri de qualquer participação na realização da copesquisa e, mais que isso, de qualquer enquête operária. Diz-nos o autor que: “o mapa, a cartografia da copesquisa ‘de fato’ na Itália entre o fim dos anos cinquenta e o início dos anos sessenta [...] mostraria sobretudo um triângulo com um vértice socialista pizzorniano [isto é, ligado a Alessandro Pizzorno], um vértice de Montaldi, oposto ao precedente, e um terceiro vértice meu (com Gasparotto e Soave), certamente mais próximo de Montaldi, mas oposto a ele em relação aos socialistas pizzornianos e, mais tarde, aberto em direção a Tronti e/ou [Gaspari] De Caro, com algum pequeno apêndice local. Panzieri estava fora desse triângulo por sua conta, em oposição à copesquisa operária assim como nós havíamos de fato a pensado, ainda que a chamando de nomes diversos. Foram os socialistas pizzornianos que a chamaram de copesquisa. Repito mais uma vez que não existiu, nem de nome, nem de fato, nenhuma copesquisa de Panzieri e tampouco uma enquête operária feita por Panzieri em Turim!” ALQUATI. *Camminando per realizzare un sogno comune*, p. 122 *apud* Per una storia di classe operaia. *Bailamme. Op. cit.* Para essa “precisão amarga”, cf. também *Id. Per fare la conricerca*. Padova: Calusca, 1993, cap. 1.1.1. Para Alquati, somente a copesquisa por ele realizada na FIAT teria cumprido, no âmbito dos *Quaderni*, os originais anseios de Panzieri acerca da *inchiesta*. *Id. Sulla FIAT. Op. cit., loc. cit.* Mas, devemos acrescentar, se a copesquisa cumpriu os objetivos panzierianos da *inchiesta*, ela só pôde fazê-lo ultrapassando o modelo de pesquisa por ele proposto.

⁷³ ALQUATI. *Per fare la conricerca. Op. cit.*, cap. 1.1, pp. 8-9. Para a posição de Rieser, ver “L’*inchiesta* come stile di militanza” In: BORIO; POZZI; ROGGERO. *Futuro Anteriore. Op. cit.*, página de internet. O “jovem sociólogo” compreendia a pesquisa operária “como um instrumento cognitivo da realidade operária transformada, a fim de fornecer o estímulo para uma renovação teórica e política das instituições do movimento operário oficial”. PALANO. Il bandolo della matassa. *Intermax*. pp. 1-51, 2000, p. 6. Nesse sentido, enquanto os pesquisadores e os sindicatos não formulassem um programa comum, a passagem ação política se fazia impossível.

Ela implica, diversamente da enquete de Panzieri, certa desconfiança no uso da sociologia tradicional, vista apenas como uma ferramenta útil para a aproximação inicial dos pesquisadores com o campo e, portanto, relegada a um estágio subalterno da pesquisa.⁷⁴ Rompida a barreira inicial entre o observador e o campo, o primeiro muda de posição, movendo-se do exterior para o interior dos processos analisados, ou seja, pondo-se no mesmo nível da classe. Esse processo se diferencia daquele utilizado na enquete operária efetivamente cumprida nas fábricas italianas. Embora se distanciasse consideravelmente do togliattismo, a pesquisa sociológica efetuada pelo grupo liderado por Rieser guardava ainda alguns resquícios do modelo do “intelectual orgânico” concernentes à separação entre a vanguarda e a massa, enquanto a copesquisa exigia uma cooperação radical entre pesquisadores e pesquisados, almejando aniquilar qualquer verticalidade na produção do conhecimento, assim como a habitual distinção entre sujeito e objeto da pesquisa.⁷⁵

Além disso, a copesquisa pretende ultrapassar a mera compilação de dados sobre trabalhadores isolados que vinha sendo realizada em Mirafiori a fim de alcançar o exame do operário coletivo, isto é, o operariado organizado enquanto classe.⁷⁶ Nesse sentido, seu foco será deslocado à subjetividade operária, ao seu comportamento, às suas necessidades, enfim, ao seu ponto de vista sobre o funcionamento da empresa, os regimes de produção, de contratação, de carreira etc., bem como a mediação exercida pelas instâncias representativas, como os sindicatos. Embora tal proposta pudesse ser encontrada já no modelo da pesquisa operária em Panzieri (e no próprio Marx), a copesquisa, ao deslocar-se para o exame da subjetividade da classe operária,

⁷⁴ ALQUATI. *Sulla FIAT. Op. cit.*, Introduzione, p. 13. Ver também WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 1, p. 24, para quem “o uso acrítico da sociologia por alguns membros dos *Quaderni Rossi* após a morte de Panzieri pareceram confirmar as piores suspeitas dos operaristas”. *Ibid.*, cap. 2, p. 62. Por sua desconfiança em relação à sociologia tradicional e pela forma como conduziam suas pesquisas, os copesquisadores foram comumente chamados de “anarcossociólogos”. Cf. ROGGERO. Breves notas sobre o método. *Lugar Comum*, v. 39, pp. 91-6, jun 2013, p. 92.

⁷⁵ Diferentemente do intelectual orgânico de Gramsci, o intelectual orgânico de extração togliattiana, “geralmente advindo das camadas médias e universitárias, era formado na linha do partido e então apresentado nas fábricas, greves, comícios e intervenções públicas, com a missão de vocalizar os dirigentes e conscientizar a massa de trabalhadores de sua própria luta”. CAVA. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. *Lugar Comum*, v. 37-38, pp. 17-38, fev 2013, p. 21. Cf. também ARMANO; SACHETTO; WRIGHT. Co-research and counter-research. *Viewpoint*, v. 3, 2013, página de internet. Tal concepção pode ser encontrada na interpretação lanzardiana da pesquisa operária realizada por Marx. Enquanto, para alguns, a *Enquête* é construída sobre um “único princípio: aprender com a classe trabalhadora ela mesma” (HAIDER; MOHANDESI. *Workers Inquiry. Viewpoint. Op. cit.*, página de internet), Lanzardo nela vê “um momento do desenvolvimento gradual do encontro dos operários com o socialismo científico: a explicação de condições que aqueles conhecem muito bem” (Intervento socialista nella lotta operaia. *Quaderni Rossi. Op. cit.*, p. 8). Quanto à copesquisa, adverte Gigi Roggero: “o prefixo *co* não pressupõe uma submissão ao puro dado empírico, nem à indistinção voluntarista entre entrevistador e entrevistado em nome de um igualitarismo de sabor populista. Refere-se, em vez disso, à colocação em crise da divisão entre intelectuais e ação política, divisão inervada no sistema representativo, para localizar o nó da organização inteiramente dentro da composição de classe”. ROGGERO. *Op. cit.*, p. 93. Para o conceito de composição de classe, cf. *infra*.

⁷⁶ ALQUATI. *Op. cit.*, loc. cit.

mais que articular ciência e política, procura minar qualquer separação ou relação de anterioridade entre uma e outra, conduzindo-as concomitantemente no mesmo processo.

Assim, a copesquisa buscou avançar em relação à pesquisa operária conduzida na FIAT, mas o fez também em relação à própria proposta panzieriana de enquête operária.⁷⁷ Mais que focar o processo cognitivo dos trabalhadores, visando, com o desenvolvimento desse processo, a ação política posterior, com a copesquisa o processo cognitivo e ação política são inseparáveis, dando-se ao mesmo tempo. Nesse sentido, a copesquisa

ou servia para organizar autonomamente os trabalhadores, ou então não existia. [...] O prefixo “co” expressava o questionamento das fronteiras entre a produção de conhecimento e de subjetividade política, entre ciência e conflito. Não se tratava simplesmente do conhecimento, mas da organização de uma resistência. A copesquisa era a ciência da classe trabalhadora.⁷⁸

Com ela encontramos a mais completa realização daquele segundo preceito enunciado por Panzieri, qual seja, que a investigação envolve necessariamente a participação nas lutas.

Mario Tronti e a hipótese operarista

Retornemos agora à segunda proposição metodológica de Panzieri, qual seja, a que afirma a autonomia da classe operária. Com efeito, tal proposição pode ser encontrada nas propostas de enquête operária e de copesquisa, cada uma a seu modo. Contudo, será a partir do rompimento entre os grupos dos *Quaderni Rossi* e de *Classe Operária* que ela será bradada em sua forma mais radical. No manifesto *Lenin in Inghilterra*, publicado como editorial do primeiro número da revista *Classe Operaia*, em 1964, Tronti pondera:

⁷⁷ Isso não foi ignorado por Panzieri, que, a partir dos resultados das pesquisas de campo, incorporou em sua proposta de 1964 alguns pontos teóricos e práticos contra os quais havia inicialmente se posicionado, especialmente em relação à “pesquisa quente” [*inchiesta a caldo*], isto é, a pesquisa sociológica realizada em momentos de ação e de luta operárias – intervenção, aliás, que também era preconizada por Rieser. Cf. MANCINI *apud* PANZIERI. “Uso socialista dell’inchiesta operaia” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. *Op. cit.*, p. 94, n. 1 e *supra*. Sobre a “pesquisa quente”, ver MOULIER. “Introduction” In: NEGRI. *The politics of subversion*. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity, 2005, pp. 13-4.

⁷⁸ ROGGERO. Liberdade operaísta. *Lugar Comum*, v. 30, pp. 13-6, 2011, pp. 15-6. Aqui, notamos novamente a noção de “ciência da classe operária” ou “ciência parcial”. Diferentemente da compreensão panzieriana, em Alquati a “parcialidade” da ciência não se limitará ao seu uso pela classe trabalhadora, mas dirá respeito à própria construção da pesquisa por essa última: “Nesses artigos tentávamos transformar a teoria em organização política capaz de socializar-se e de crescer subjetivamente dentro da prática cotidiana do movimento de massa da classe operária [...]. Nesse sentido, foi uma experiência ‘científica’. [...] A cientificidade dos materiais recolhidos não deve ser buscada no grau de abstração, na eventual grandeza do pensamento ou na pouco provável profundidade da elaboração individual, mas na capacidade (ou incapacidade) de construção e organização prática, no sentido e no nível escolhido na interpelação; embora a própria interpelação estivesse em movimento e fosse continuamente reajustada no interior do movimento de luta”. ALQUATI. *Sulla FIAT*. *Op. cit.*, Introduzione, p. 10.

A sociedade capitalista tem suas leis de desenvolvimento: os economistas as inventaram, os governantes as aplicaram, os operários as sofreram. Mas as leis do desenvolvimento da classe operária, quem as descobrirá? O capital tem sua história e seus historiadores a escreveram. Mas a história da classe operária, quem a escreverá? Tantas são as formas de domínio político da exploração capitalista. Mas como se chegará à próxima forma de ditadura dos operários, organizados como classe dominante? É preciso trabalhar com paciência, no seio, de dentro, sobre este explosivo material social.⁷⁹

Ora, não é surpreendente, e pode parecer mesmo natural, que os dirigentes partidários – esses “intelectuais orgânicos [que] agora eram, na prática, orgânicos somente à máquina do partido”⁸⁰ – voltassem suas atenções primariamente às instituições nas quais estavam inseridos. Da mesma forma, não será de scandalizar que os detentores de capital coloquem no centro de seus pensamentos e de suas ações o acúmulo de capital. Mas não é aí que devemos enxergar o problema. A questão é que a primazia conferida ao capitalismo não foi dada somente pelos economistas e historiadores em suas cátedras, pelos governantes em seus palácios ou pelos próprios capitalistas em suas empresas. “Nós também”, isto é, o movimento operário, “temos visto primeiro o desenvolvimento capitalista e, então, a luta operária”, afirma Tronti.⁸¹ Esse modo de enxergar os desenvolvimentos capitalista e da luta de classes pode ser explicado a partir de certo modelo interpretativo d’*O capital* de Marx.

Segundo esse modelo, pode-se esquematicamente dizer que o conceito de classe operária é construído n’*O capital* como refinamento político do conceito de força de trabalho. A força de trabalho, por sua vez, surgiria como uma representação social do conceito econômico do conceito de capital variável. Nesse sentido, do político ao sociológico, do sociológico ao econômico, os conceitos de classe operária e de força de trabalho retomariam o conceito de capital variável, formando-se, destarte, no interior do capital. Com efeito, o capital construiu dinamicamente, isto é, historicamente, a força de trabalho através do processo de acumulação primitiva. Mas, na economia clássica, tal construção era dada em uma relação de capital como situação e determinação absolutamente estáticas, o que, outrossim, valeria ao menos parcialmente para a sua crítica. Segundo esse quadro, então, o próprio conceito de classe operária seria também construído de maneira estática, como projeção mecânica da força de trabalho, e, portanto, ainda como figura interna ao capital.⁸²

“Isso é um erro”, defenderá Tronti. As considerações da classe operária como mero componente do capital ignoram o caráter crítico daquele conceito. Pois, não obstante seja parte

⁷⁹ TRONTI. “Lenin in Inghilterra” In: *Operai e capitale*. Roma: DeriveApprodi, 2006, p. 87.

⁸⁰ WRIGHT. *Storming heaven*. *Op. cit.*, cap. 1, p. 17.

⁸¹ TRONTI. *Loc. cit.*

⁸² Esse modelo interpretativo é descrito por Negri em *CL*, Lição 1, p. 54.

integrante do capital (enquanto força de trabalho), a classe operária age contra ele desde seu interior.⁸³ Assim, assumindo a crise própria ao conceito de classe operária e contemplando as transformações ocorridas no capitalismo italiano no período do “milagre econômico”, Tronti defenderá o exame não do fator objetivo existente na relação entre “operários e capital”, isto é, do desenvolvimento da economia capitalista que integra a classe operária como um de seus componentes, mas do elemento subjetivo dessa relação, isto é, da atividade política da classe operária.⁸⁴

Trata-se, portanto, de uma virada no ponto de vista segundo o qual o movimento operário deverá compreender o desenvolvimento do capital. Como declara Tronti, “é preciso reverter o problema, mudar o sinal, retornar ao princípio: e o princípio é a luta da classe operária”.⁸⁵ Panzieri – e também Alquati – já pregava a primazia da classe operária nas análises marxistas. Mas enquanto no fundador dos *Quaderni Rossi* a primazia da classe operária era compreendida como autonomia em relação às suas instâncias representativas, devendo estas últimas tornar-se “instrumento[s] da formação política do movimento de classe”, isto é, submeterem-se ao movimento operário, tem-se com o fundador de *Classe Operaia* um deslocamento fundamental: a primazia operária dar-se-á em relação ao próprio capital, movendo-se contra ele e determinando seu desenvolvimento. Nesse sentido, Tronti afirmará que este último “é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas deve fazer corresponder o mecanismo político da [sua] própria produção”.⁸⁶

⁸³ Ou, segundo a glosa marcadamente dialética de Harry Cleaver, “o capital busca incorporar a classe operária dentro de si como força de trabalho ao passo que a classe trabalhadora afirma a si mesma como uma independente classe-para-si através das lutas que rompem com a reprodução do capital”. CLEAVER. *Reading Capital politically*. Op. cit., 2000 Introduction, p. 66. Nesse sentido, dirá Tronti que a classe operária é “ao mesmo tempo articulação e dissolução do capital”. TRONTI. “Marx, forza-lavoro, classe operaia”, cap. 12 In: *Operai e capitale*. Op. cit., p. 237. A temática do “dentro e contra” perpassa todo o operarismo, estando presente nas considerações de Panzieri sobre a classe operária, passando por Tronti e atingindo mesmo os últimos trabalhos de Negri. Para um comentário dessa questão no último Negri, cf. DARDOT; LAVAL; MOUHOUD. *Sauver Marx?*. Paris: La découverte, 2007, Introduction générale.

⁸⁴ Igualmente, a valorização analítica da subjetividade operária em vez da valorização da objetividade do movimento do capital atribuído ao marxismo da Segunda Internacional é uma das principais marcas do operarismo. Segundo Tronti, foram as próprias lutas operárias que exigiram essa mudança de perspectiva: “O *renascimento teórico* do ponto de vista operário se impõe hoje pelas próprias necessidades da luta [...], pois [elas] têm, justamente, tomado o comando da produção das ideias”. TRONTI. “La linea de condotta” In: Op. cit., pp. 8-9.

⁸⁵ Id. “Lenin in Inghilterra” In: Op. cit., p. 87. Note-se aqui a implícita retomada de Tronti do “retorno ao princípio” de Maquiavel. Para esse tema no filósofo florentino, cf., por exemplo, MACHIAVELLI. “Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio”, cap. 1 In: MARTELLI (Org.). *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni, 1971, pp. 73-254. O “retorno ao princípio de Maquiavel” será reafirmado por Negri em “Un intellettuale fra operai” In: SACHETTO; SBROGIO (Orgs.). *Quando il potere è operaio*. Roma: Manifestolibri, 2009, pp. 140-2, doravante, IO. Para uma leitura de extração operarista do pensamento maquiaveliano, remetemos a NEGRI. *O poder constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, cap. 2, doravante PC.

⁸⁶ PANZIERI. “Setti tesi sulla questione del controllo operaio” In: *La crisi del movimento operaio*. Op. cit., Sezione II, cap. 3, p. 113, grifos removidos e TRONTI. “Lenin in Inghilterra” In: Op. cit., p. 87. Tal proposição, segundo a leitura de Tronti, pode ser encontrada já nas considerações marxianas sobre a lei do valor-trabalho: nelas, “o caráter particular da força de trabalho como mercadoria se verifica [...] não como um dado econômico

Com Tronti, os estudos do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento da luta de classes sofrerão uma verdadeira revolução copernicana, no sentido em que a classe operária deixa de orbitar em torno do capital, tornando-se agora o centro da análise teórico-política.⁸⁷ Poder-se-ia, no entanto, objetar que essa virada de perspectiva, esse conjunto de proposições que ficara conhecido como “hipótese operarista”, não passaria de um expediente retórico, pronto a recuperar a confiança de uma classe trabalhadora que ainda amargurava as graves derrotas sofridas no decorrer dos últimos anos. Tronti está atento a esse tipo de objeção. “É verdade”, admite o autor, “é hoje urgente sacudir das costas esse ar de derrota operária que enreda por décadas aquele que nasceu como o único movimento revolucionário, não só de nossa época”. Mas não se trata apenas disso. “Uma urgência prática”, prossegue, “não é suficiente para sustentar uma tese científica”. Assim, para escapar de objeções dessa natureza, Tronti estabelece uma relação entre a validade de um postulado científico e a possibilidade de sua verificação histórica: uma tese científica, ele assevera, “deve sustentar-se com suas próprias pernas em um emaranhado histórico de fatos materiais”.⁸⁸ No caso da “hipótese operarista”, cremos poder recuperar tal emaranhado a partir das lutas em torno da jornada de trabalho na Inglaterra do século XIX, lutas que foram examinadas por Marx no oitavo capítulo d’*O capital*.⁸⁹

passivamente incorporado na existência do operário, mas como uma *possibilidade política ativa* que a classe operária tem em seu próprio poder por sua mera presença como parte viva no interior do capital. Assim, a valorização da força de trabalho para além do seu valor, a coação moderna ao mais-trabalho, a extorsão industrial do mais-valor, essas leis econômicas do movimento da sociedade capitalista, vamos novamente descobri-las todas como leis políticas do movimento da classe operária, dobradas pela força subjetiva da organização para servir brutalmente as necessidades revolucionárias objetivas do antagonismo e da luta”. TRONTI. “Marx, força-lavoro, classe operária”, cap. 10, *In: Operai e capitale*. *Op. cit.*, p. 224, grifos removidos.

⁸⁷ Para um exame da “revolução copernicana” de Tronti, cf. TOSCANO. “Chronicles of insurrection” *In: CHIESA; TOSCANO (Orgs.) The Italian difference*. Melbourne: Re.press, 2009, pp. 114-22.

⁸⁸ TRONTI. “Lenin in Inghilterra” *In: Op. cit.*, pp. 87-8. Assim como nos demais operaristas examinados até agora, Tronti não se refere aqui a qualquer concepção universal de ciência, mas de uma “ciência parcial” ou uma “ciência da classe operária”. Nas palavras de Corradi, o marxismo de Tronti é retomado “na chave de uma ‘ciência ativa’: não ciência clássica galilaica, mas ciência da crise dos fundamentos e do princípio de indeterminação, não metodologia geral e ciência universal, e sim ciência parcial, subjetiva, unilateral, no âmbito de um sistema em que vige um alto grau de indeterminação. O exame marxiano é comparado à descoberta das geometrias não euclidianas, assim como o espírito da Revolução de Outubro é aproximado da ruptura marcada pela teoria einsteiniana da relatividade”. CORRADI. *Storia dei marxismi in Italia*. *Op. cit.*, Parte Seconda, cap. 2, p. 169. Para esse tema, cf. também WRIGHT. *Storming heaven*. *Op. cit.*, cap. 3, pp. 82-6 e TRONTI. “La linea de condotta” *In: Op. cit.*, pp. 8-9.

⁸⁹ Uma segunda objeção que poderia ser feita a Tronti refere-se ao próprio caráter ambíguo de *Lenin in Inghilterra*. Com efeito, podemos verificar no início desse manifesto a afirmação radical da autonomia da classe operária, reconhecida por Negri mesmo em seus últimos trabalhos: “A classe operária era definida por seu modo subjetivo, pela capacidade de mostrar-se como evento e de dispor-se como constituição social. A Mario Tronti deve ser dado o mérito de ter formalizado, em *Operai e capitale*, esse tipo de hipóteses teóricas [...], pensar numa espontaneidade dos movimentos de classe, que tivesse em si um projeto, deu vida a uma conceituação que se opunha imediatamente ao determinismo causal clássico da velha dogmática marxista”. CL, Lição 1, pp. 54-5. Por outro lado, porém, a ele pode também ser remontada às primeiras afirmações trontianas sobre o partido que culminariam no chamado *entrismo* dos anos setenta, o que mereceu desde o início as críticas de Alquati: “Eu critiquei o editorial de Tronti *Lenin in Inghilterra*. [...]. A questão do partido surge desde o primeiro número [de *Classe Operaia*] de modo ambíguo. Não é dito claramente de que partido se trata [...]. *Lenin in Inghilterra* muito me

Na abertura desse capítulo, Marx retoma a discussão sobre a duração da jornada de trabalho. Segundo o pensador alemão, essa duração é determinada por dois limites. O primeiro se refere ao trabalho necessário para a reprodução da própria força de trabalho e determina a duração mínima da jornada de trabalho. O segundo se refere aos limites físicos da força de trabalho bem como a “limites morais” impostos pela sociedade de acordo com o seu nível geral de cultura e determina a duração máxima dessa mesma jornada. Nas sociedades capitalistas, a duração da jornada de trabalho pode ser estabelecida em qualquer ponto entre seus limites mínimo e máximo, sendo, portanto, uma grandeza mutável, indeterminada, embora determinável, movendo-se, como observa Marx, no “interior de limites físicos e sociais” muito elásticos, e que “permitem as mais amplas variações”.⁹⁰ Sendo assim, como a duração da jornada de trabalho é estabelecida?

Para responder essa questão, Marx convoca mais uma vez suas *personae dramatis* mais conhecidas: o detentor de capital e o detentor da força de trabalho, o capitalista e o trabalhador. A cena se desenvolve tendo como pano de fundo a lei da troca de mercadorias. O capitalista é caracterizado como a personificação do capital, que tem como único impulso vital sua própria expansão ilimitada. Assim, enquanto comprador de mercadorias, (neste caso específico, enquanto comprador de força de trabalho), o capitalista “busca tirar o maior proveito possível do valor de uso de sua mercadoria”. Para tanto, estende ao máximo a jornada de trabalho, a fim de dela retirar a maior quantidade possível de mais-valor. Porém, em contraposição ao capitalista levanta-se o trabalhador, enquanto vendedor de uma determinada mercadoria (mais uma vez, a força de trabalho). Tal mercadoria é diferente de todas as outras. Por um lado, ela é capaz de gerar valor. Por outro, ela necessita de certas condições para a sua própria reprodução. Então, revida o trabalhador:

Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstendo-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável. [...]. Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo ao teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência. [...]. Exijo a jornada de trabalho normal porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor de minha mercadoria.

parece *Togliatti in Italia*”. ALQUATI. “Per una storia di classe operaia”. *Bailamme. Op. cit.*, pp. 11, 14. Há ainda um terceiro tipo de objeção dirigida a Tronti. Segundo Panzieri, *Lenin in Inghilterra* é “um resumo fascinante de toda uma série de erros que podem acometer a esquerda operária nesse momento. É fascinante porque é muito hegeliano, no sentido original, como uma nova maneira de reviver uma filosofia da história [...] uma filosofia da história da classe operária”. *Apud* WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 2, p. 61.

⁹⁰ MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 8, p. 306.

Aqui, o capitalista e o trabalhador são exclusivamente um comprador e um vendedor de uma dada mercadoria. A discussão apresentada por Marx se dá no terreno econômico, onde a única lei conhecida é a lei da troca de mercadorias. Todavia, sob o abrigo dessa lei existe entre as duas partes o mesmo grau de legitimidade reivindicatória. Quando busca tornar ótimo o uso de sua mercadoria, ou seja, quando procura estender ao máximo a jornada de trabalho, o capitalista não faz outra coisa que valer os seus direitos de comprador. A mesma lógica vale também para o trabalhador quando ele exige um limite viável de jornada para a venda da sua força de trabalho. Assim, chega-se, na cena desenvolvida por Marx, a um impasse: “um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias”. E “entre direitos iguais”, decreta o autor, “quem decide é a força”.⁹¹

Nesse momento de sua exposição, Marx interrompe o desenvolvimento lógico-argumentativo com que iniciara o oitavo capítulo, passando a uma análise histórica da jornada de trabalho, primeiro com o sistema medieval de corveias nos Principados do Danúbio e, então, com o moderno sistema fabril inglês, culminando na regulamentação da redução da jornada de trabalho na Inglaterra entre os anos de 1833 e 1864 e sua repercussão em outros países europeus. Essa passagem à história é de suma importância para o prosseguimento da exposição marxiana d’*O capital*.⁹² O exame da regulamentação da jornada de trabalho na Inglaterra dará concretude material a um dos mais célebres temas de todo o pensamento de Marx, mas que fora introduzido n’*O capital* apenas a partir da cena acima representada, a saber, o tema da luta de classes.

Não cabe aqui retomar os eventos históricos da regulamentação da redução da jornada de trabalho na Inglaterra. Nos interessa, contudo, reter dois pontos fundamentais. Primeiramente, que o terreno econômico em que atuaram as personagens de Marx não é capaz de dar conta do impasse entre o capitalista e o trabalhador. Quando a lei da troca de mercadorias leva o capitalista e o trabalhador a uma antinomia, a força é chamada para decidir a questão. “E assim”, dirá o pensador alemão, “a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe dos capitalistas, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora”.⁹³ Nesse sentido, defenderá Tronti, o deslocamento à história na exposição marxiana do oitavo capítulo corresponde, no plano teórico, à passagem ao terreno

⁹¹ MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 8, pp. 308-9.

⁹² Diz-nos Harvey sobre essa passagem: “Já mencionei o complexo entrelaçamento dos argumentos lógicos e históricos n’*O capital*, e, na maioria dos casos, afirmei ser mais seguro optarmos pelo argumento lógico. Aqui, porém, o que importa é a narrativa histórica – embora não seja desprovida de importância teórica. HARVEY. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, cap. 5, p. 133.

⁹³ MARX. *Op. cit.*, p. 309.

político, no plano empírico: “é pela mediação da legislação, com a intervenção da lei, através do uso do direito, isto é, sobre o terreno político que pela primeira vez o contrato de compra e venda entre capitalista singular e operário isolado se transforma em relação de força entre classe dos capitalistas e classe operária”.⁹⁴

Em segundo lugar, que, na luta política entre a classe dos trabalhadores e a classe dos capitalistas pela regulamentação da jornada de trabalho, na primeira batalha da luta de classes relatada por Marx n’*O capital*, a vitória coube àquela. De fato, após mais de dez anos de luta, foi promulgada em 1847 – entrando em vigor no dia primeiro de maio do ano seguinte – a lei que limitava em dez horas a jornada diária de trabalho.⁹⁵ Os efeitos práticos dessa lei foram formidáveis. Mas seu alcance em muito ultrapassou as fronteiras da melhora cotidiana das condições de trabalho dos operários ingleses. Na verdade, a limitação jurídica da jornada de trabalho na Inglaterra institui um marco histórico: “foi a vitória de um princípio”, diz Marx na *Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, “foi a primeira vez que em plena luz do dia a *economia política da classe média* sucumbiu à *economia política da classe operária*”.⁹⁶

Voltamos, assim, à “hipótese operarista” de Tronti. Como vimos, o pensador italiano extrai dos pontos expostos acima as maiores consequências. Ao abordar as lutas pela jornada de trabalho, Tronti argumenta que com o estabelecimento de uma legislação específica os trabalhadores foram capazes de conter a extensão da jornada de trabalho e, com isso, o impulso capitalista para o aumento da exploração do mais-valor absoluto, donde conclui que já a partir de seu primeiro embate político aberto com a classe capitalista, a classe trabalhadora foi capaz de coagir o capital, de forma que ele alterasse sua própria forma de atuação e de domínio:

⁹⁴ TRONTI. “La fabbrica e la società” In: *Operai e capitale. Op. cit.*, p. 43. Ao tomar a luta de classes como uma luta política, Tronti rompe com as tradicionais leituras “econômico-políticas” do capital, como as realizadas pela Segunda Internacional e, especialmente, pelo leninismo. Para esse tema, cf. CLEAVER. *Reading Capital politically. Op. cit.*, Introduction, pp. 44-6. O caráter político da luta de classes é afirmado por Marx em *A miséria da filosofia*: “As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política”. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, cap. 2, § 5, p. 159. Destacamos ainda que, segundo Tronti, o antagonismo de classe levará o capital a graus cada vez maiores de socialização, até que os traços particulares da organização fabril, compreendidos como o modo específico do domínio político do capital sobre os operários, se expandam para toda a sociedade no que é chamado de fábrica-social. Retornaremos a esse tema adiante.

⁹⁵ MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 8, p. 355 e ss.

⁹⁶ *Id.* “Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores” In: *Obras escolhidas. Op. cit.*, grifos nossos. Logo adiante, na mesma mensagem, Marx fala também em “economia política da propriedade” e “economia política do trabalho”, o que com certeza permite aos operaristas a concepção de uma “ciência da classe operária”.

Diante do impulso natural do capital para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho, é verdade que os operários reuniram suas cabeças e obtiveram à plena força, como classe, uma lei do Estado, uma barreira social, que os impediu, eles próprios, de aceitar a escravidão “por meio de um contrato voluntário com o capital”. A luta de classe constrangeu o capitalista a modificar a forma de seu domínio. O que significa que a pressão da força de trabalho é capaz de constranger o capital a modificar sua própria composição interna; intervém dentro do capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista.⁹⁷

Desse modo, os primeiros fios que compõem o emaranhado de fatos materiais exigido pelo fundador de *Classe Operaia* para dar sustentação à sua tese científica são tramados nas lutas pela redução da jornada de trabalho na Inglaterra do século XIX. A partir de então – e aqui não podemos nos esquecer dos levantes que se espalharam por toda a Europa nesses anos, em especial aquele ocorrido na França apenas dois meses após a promulgação, na Inglaterra, da “lei das 10 horas” – “os operários subiram no palco e não mais o abandonaram”, diz-nos Tronti. “Escolheram voluntariamente, de tempos em tempos, apresentar-se em diferentes papéis, como atores, como pontos [*suggestori*], como técnicos, como trabalhadores, à espera de descer à plateia e atacar os espectadores”.⁹⁸ A esses momentos, estabelecidos, além de 1848, em 1871, em 1917 e em 1968, retornaremos adiante. Aqui, basta-nos reter que o cenário que levou à promulgação da “lei das 10 horas” será generalizado por importantes pensadores operaristas, especialmente por Negri. A partir da “revolução copernicana” de Tronti será possível escrever uma “história interna da classe operária”, uma história que

reconstrua os momentos da sua formação, as mudanças em sua composição e o crescimento de sua organização segundo as variadas e sucessivas determinações que a força de trabalho assume enquanto força produtiva do capital e segundo as diversas, recorrentes e sempre novas experiências de luta que a massa operária escolhe enquanto única antagonista da sociedade capitalista.⁹⁹

Assim, de fato singular, a determinação dos rumos do capitalismo nas lutas pela redução da jornada de trabalho passará a ser compreendida, para voltar aos termos de Marx e de Maquiavel,

⁹⁷ TRONTI. “La fabbrica e la società” In: *Operai e capitale. Op. cit.*, p. 43. Semelhante interpretação pode ser encontrada de maneira explícita n’*O capital*. Lá diz-nos Marx: “Assim que a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais-valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se como todo seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria (cap. 13, p. 482). Portanto, “não é por acaso”, conclui Tronti, “que Marx introduz o capítulo sobre a jornada de trabalho quando se trata de passar do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo, do capital que se apodera do processo de trabalho tal como o encontra ao capital que põe de ponta-cabeça esse mesmo processo de trabalho até moldá-lo à sua imagem e semelhança. A luta pela jornada de trabalho normal se põe historicamente no centro dessa passagem”. TRONTI. *Loc. cit.*

⁹⁸ TRONTI. “Lenin in Inghilterra” In: *Op. cit.*, p. 88

⁹⁹ *Id.* “Marx, forza-lavoro, classe operaia”, cap. 2 In: *ibid.*, p. 148.

como um princípio. Um princípio a que se deve retornar a fim abandonar a teoria e a política desenvolvidas pelo marxismo oficial e novamente trazer o exame do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento da classe operária para bons trilhos; o princípio imperioso da classe operária que, para além de qualquer integração passiva ao capital, constitui “o motor de qualquer desenvolvimento através da luta”.¹⁰⁰

Antonio Negri e a tendência antagonista

Procuramos expor acima um itinerário que nos parece fundamental para a formação extrauniversitária de Negri e para sua ulterior construção do conceito de trabalho imaterial. Tal itinerário tem como ponto de partida a ruptura de Panzieri com o marxismo oficial da Itália ocorrida gradualmente durante os anos cinquenta, o que permitiu a reunião de diversos intelectuais e militantes dissidentes da esquerda oficial em torno da revista *Quaderni Rossi* na aurora da década seguinte. Segundo o fundador dos *Quaderni*, a crise do movimento operário se devia ao crescente distanciamento das instâncias representativas em relação à classe. Nesse sentido, ele propunha o deslocamento da investigação aos movimentos de base considerados em sua autonomia e a participação daqueles que a conduzem na luta da classe operária. Como bem indica Murphy, encontramos nessas proposições o embrião de uma inovação metodológica central com a qual todos os operaristas, de diferentes maneiras, irão contar.¹⁰¹ Defendemos que esse foi o caso de Tronti, que ao formular a chamada “hipótese operarista” bradou em sua forma mais radical a primeira proposição de Panzieri, conferindo à classe trabalhadora autonomia, mais que em relação às suas instâncias representativas, em relação ao próprio capital. Igualmente, defendemos que esse foi o caso de um pequeno grupo ligado a Alquati, que com a formulação e principalmente a prática da copesquisa em grandes indústrias do Norte italiano melhor cumpriu a proposição panzieriana da necessária vinculação entre pesquisa e luta operárias.

¹⁰⁰ CL, Lição 1, p. 54, grifos removidos. Será nesse sentido que Hardt e Negri (*E, Intermezzo*, p. 208) lerão a seguinte passagem de Marx: “a maquinaria não atua apenas como uma poderosa concorrente, sempre pronta a tornar ‘supérfluo’ o trabalhador assalariado. O capital, de maneira aberta e tendencial, proclama e maneja a maquinaria como potência hostil ao trabalhador. Ela se converte na arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas operárias, greves etc. contra a autocracia do capital [...]. Poder-se-ia escrever uma história inteira dos inventos que, a partir de 1830, surgiram meramente como armas do capital contra os motins operários”. MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 13, p. 508. Afirmação semelhante é encontrada em *A miséria da filosofia. Op. cit.*, cap. 2, § 5, p. 154, modificada: “Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas. As máquinas eram, pode-se dizê-lo, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho especializado em revolta. A *self-acting mule* [máquina de fiar automática], a maior invenção da indústria moderna, deixou fora de combate os fiandeiros revoltados. Ainda que as coalizões [de trabalhadores] e as greves não tivessem outro efeito senão o de fazer reagirem contra elas as consequências do gênio mecânico, elas sempre exerceram uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria”.

¹⁰¹ MURPHY. *Antonio Negri*. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity, 2012, cap. 3, p. 69.

Como os demais operaristas, Negri também se orientará pelas proposições metodológicas esboçadas por Panzieri em sua trajetória intelectual e militante. Porém, ao comentar o que chamamos de “bases metodológicas do operarismo”, foi notável a relativa ausência do filósofo e militante paduano em nossa exposição. Semelhante ausência pode ser justificada pelo modo como nosso autor participou do debate operarista na maior parte dos anos sessenta. Até 1968, tal participação se deu mormente ao largo das intervenções textuais, restringindo-se às articulações locais no Vêneto e à codireção das revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*.

Com efeito, nos primórdios do operarismo Negri começou a experimentar sua dupla vivência de acadêmico e de agitador político. Professor assistente da Universidade de Pádua desde 1956, obtém em 1958 pela mesma instituição o título de *libera docenza* (equivalente ao doutorado brasileiro), defendido com uma tese sobre o historicismo alemão. Nos anos seguintes, publica um estudo sobre o formalismo jurídico no kantismo e uma tradução de textos do jovem Hegel para o italiano, tonando-se catedrático da Universidade de Pádua em 1966 e diretor de seu Istituto di Scienze Politiche no ano seguinte.¹⁰² Doutra parte, data também de 1958 o início da “propedêutica à luta de classes” realizada pelo filósofo, ocorrida através do contato com os trabalhadores petroquímicos de Porto Marghera – região localizada entre Pádua, onde desenvolvia suas atividades acadêmicas, e Veneza, onde morava – e estendida até o 68 italiano – acontecimento que marcaria não só o fim da propedêutica à classe operária como também o fim de qualquer propedêutica.¹⁰³ Devido à sua crescente participação nas lutas políticas dos trabalhadores, a produção acadêmica de Negri praticamente cessa a partir de 1962, mesmo ano dos levantes de Piazza Statuto e da cisão entre os grupos dos *Quaderni Rossi* e de *Classe Operaia*, sendo reduzida à escrita de algumas poucas resenhas de livros, ensaios para revistas universitárias, e verbetes enciclopédicos. Quanto a seus escritos ditos “políticos”, estes se limi-

¹⁰² Nomeada *Lo storicismo tedesco da Dilthey a Weber*, a tese de Negri foi publicada parcialmente sob o título de *Saggi sullo storicismo tedesco*. Milano: Feltrinelli, 1959. Sua tese menor, desenvolvida em grande parte junto a Jean Hippolyte na École Normale Supérieure (ENS), foi dedicada ao estudo do jovem Hegel, sendo nomeada *Stato e diritto nel giovane Hegel: studio sulla genesi illuministica della filosofia giuridica e politica di Hegel*, mesmo título com que foi publicada em Padova: Cedam, 1958. Para o trabalho sobre o formalismo jurídico no kantismo e para a tradução dos escritos do jovem Hegel, cf. *Alle origini del formalismo giuridico*, Padova: Cedam, 1962 e HEGEL. *Scritti di filosofia del diritto*, Bari: Laterza, 1962, respectivamente.

¹⁰³ *PrC*, A class struggle propaedeutics, p. 57. Sobre essa época, diz-nos Negri: “A fábrica era meu arquivo – e quão excepcional ele era! Minha pesquisa consistia em chegar aos portões da fábrica às cinco da manhã e lá permanecer até as oito distribuindo panfletos, conversando, e embebedando-me de *grappa* [aguardente italiano feito com cascas e bagaço de uvas] com os trabalhadores, enquanto era cercado pela espessa neve do inverno e pelo insuportável cheiro de óleo. Então, ia embora e lecionava na Universidade de Pádua. Por fim, eu retornava a Porto Marghera às cinco da tarde para encontrar novamente os trabalhadores bem como para escrever os panfletos que iríamos distribuir no dia seguinte. *Ibid.*, p. 52. Para esse tema, cf. também *IO*.

taram a alguns panfletos e relatórios acerca das condições de trabalho e das lutas dos trabalhadores de Porto Marghera, não acrescentando nenhuma proposição metodológica realmente nova ao debate operarista.¹⁰⁴

Todavia, no fim dos anos sessenta, e, portanto, com o fim de sua propedêutica à luta de classes, Negri retoma a atividade de escrita com a redação de dois ensaios sobre o *New Deal* rooseveltiano e de um estudo sobre Descartes.¹⁰⁵ Tal retomada esteve intimamente ligada ao envolvimento do filósofo na luta política dos trabalhadores italianos. Como ele nos diz, “eu comecei – e assim continuei por um longo período de tempo – a escrever baseado estritamente nas necessidades do movimento; sob esse ângulo, esses escritos foram feitos por encomenda”.¹⁰⁶ De fato, durante o decênio compreendido entre 1967 e 1977, período que ficou conhecido como “longo 1968” italiano, a luta dos trabalhadores atingiu um nível de combatividade e de inovação jamais visto no *bel paese*, colocando novas indagações à teoria e dela exigindo novas respostas.¹⁰⁷ Assim, visando contribuir com essas lutas, os escritos publicados

¹⁰⁴ É o caso, por exemplo, de “Chimici”, escrito com Rieser e publicado em *Quaderni Rossi - Cronache Operaie*, última tentativa de manter unidos os grupos divergentes no interior da revista de Panzieri, em 1963; “Operai senza alleati” (doravante *OSA*), publicado como editorial do terceiro volume do primeiro ano de *Classe Operaia*, onde, ao se contrapor ao “discurso das alianças”, Negri reafirma a autonomia da classe operária nas lutas por sua própria liberação (pp. 1, 18); e de alguns textos coletivos sobre os trabalhadores petroquímicos de Porto Marghera, publicados nos volumes 1 (pp. 2-4, 14-6), 3 (pp. 14-5), 4-5 (pp. 28-30) e 6 (pp. 2-4) do primeiro ano de *Classe Operaia*. O ensaio *Il lavoro nella Costituzione*, escrito no ano de 1964, decerto constitui uma exceção aos demais escritos negrianos dos anos sessenta na medida em que desenvolve uma análise original do papel do trabalho na Constituição italiana de 1948. Porém, esse ensaio – o primeiro escrito operarista de Negri (*LC*, *La costituzione del lavoro*, p. 122), indicando a menor importância de seus escritos publicados nos *Quaderni Rossi* e, principalmente, em *Classe Operaia* – permaneceu inédito durante treze anos, sendo publicado somente em 1977 em *La forma-Stato* – e republicado posteriormente em HARDT; NEGRI. *Labor of Dionysus*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 1994, cap. 3, doravante *LD*, e em *LC*.

¹⁰⁵ Respectivamente, “La teoria capitalistica del ’29”. *Contropiano*, vol. 1, jan 1968 e “Marx sul ciclo e la crisi”. *Contropiano*, vol. 2, mai 1968, republicados em *Operai e Stato*. Milano: Feltrinelli, 1972, e *Descartes politico*. Milano, Feltrinelli. 1970, reeditado em Roma, 1997, pela Manifestolibri.

¹⁰⁶ *PrC*, A class struggle propaedeutics, p. 58. Afirmação semelhante é feita em NEGRI. *I libri del rogo*. Op. cit., 1997: vent’anni dopo, doravante *LR*. Os escritos referidos por Negri são, principalmente os publicados pela revista *Contropiano*, os publicados em *La forma-Stato*, os ulteriormente reunidos em *I libri del rogo*, seu estudo sobre Lênin (publicado em Pádua sob o título *La fabbrica della strategia* pela Cooperativa libreria editrice degli studenti di Padova e pelo Collettivo editoriale librirossi e reeditado como *Trantatré lezione su Lenin*. Roma: Manifestolibri, 2004), e seu seminário sobre os *Grundrisse* publicado sob o título *Marx oltre Marx*: Milano, Feltrinelli, 1979 (com reedição em 1998, também pela Manifestolibri na cidade de Roma, já referida por nós como *MM*). O estudo sobre Descartes, que pode ser aproximado aos escritos universitários de Negri e que não deixou de causar estranhamento entre os amigos acadêmicos tanto quanto os amigos militantes de nosso autor (“por que Negri está perdendo tempo com Descartes?”, perguntavam-se os últimos; “o que pretende um marxista com Descartes?”, indagavam-se os primeiros), talvez configure uma exceção aos demais textos. Para a recepção de *Descartes politico* nos círculos frequentados por Negri, cf. NEGRI. *The political Descartes*. London; New York: Verso, 2007, Postface to the English Edition, p. 317. A aproximação entre o estudo sobre Descartes e aqueles sobre a filosofia alemã, por sua vez, pode ser conferida em MURPHY. *Antonio Negri*. Op. cit., cap. 2.

¹⁰⁷ “Os anos que confluem em 1968 permitem o passo prático a um nível teórico mais alto”, afirma Negri em “Del *El Capital* a los *Grundrisse*” In: *La forma-Estado*. Madrid: Akal, 2003, cap. 1, p. 19, doravante *CGFE*. Para a intersecção entre teoria e prática nesse sentido, cf. DELEUZE; FOUCAULT. “Os intelectuais e o poder” In: DELEUZE. *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 265.

por Negri nos anos setenta, sobretudo aqueles reunidos em *I libri del rogo*, retomam e reelaboram o trabalho de crítica ao marxismo oficial dos partidos e sindicatos – ou, como nosso autor passa a denominar, do “Movimento Operário Oficial” (“com letras maiúsculas”), que se afastava cada vez mais das necessidades e demandas da base na medida em que perseguia o dito “compromisso histórico” – e o exame do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento da luta de classes iniciado pelos *Quaderni Rossi* e aprofundado por *Classe Operaia*.¹⁰⁸

A retomada e a reelaboração empreendidas por Negri do trabalho teórico e político realizado pelos operaristas durante os anos sessenta não deixou de tocar em questões de ordem metodológica. Se a “revolução copernicana” de Tronti e a prática da copesquisa por Alquati foram essenciais para a experiência operarista na década de sessenta, nos anos setenta testemunhar-se-á a proposição do método da tendência no contexto do movimento teórico e político que ficara conhecido pelo nome de “Autonomia Operária”. Nesta seção, dedicar-nos-emos a este tema, considerando agora o itinerário do próprio filósofo e militante paduano durante a década de setenta, especialmente a sua leitura dos *Grundrisse* de Marx.

Marx além de Marx? Uma hipótese de leitura para os Grundrisse

Os *Grundrisse der Kritik der politishen Ökonomie* – comumente referidos no Brasil por “Manuscritos de 1857-1858”, por “Esboços da crítica da Economia Política”, ou simplesmente pela abreviação do título alemão “*Grundrisse*” – são a reunião de uma série de cadernos redigidos por Marx entre julho de 1857 e maio de 1858. Tais cadernos constituem três textos distintos. Nomeado “Bastiat e Carey”, o primeiro texto é datado de julho de 1857, consistindo numa resenha à segunda edição do tratado de economia publicado por Frédéric Bastiat em 1851 sob o título de *Harmonies économiques*. Redigido no fim de agosto do mesmo ano, o segundo texto consiste no “Caderno M” e contém “o que seria uma projetada Introdução” à obra marxiana de crítica à economia política. Por fim, o terceiro texto, de longe o mais extenso, compreende os cadernos numerados de I a VII, redigidos entre outubro de 1857 e maio de 1858, sendo chamado, ele também, de *Grundrisse*.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Cf. LR, 1997: vent’anni dopo. “Compromisso histórico” foi o nome dado à aliança parlamentar entre o PCI e a Democracia Cristã (DC) durante os anos setenta. Para uma consideração histórica desse tema, remetemos a GINSBORG. *A history of contemporary Italy. Op. cit.*, cap. 10, pp. 354-8, para a sua discussão por Negri, cf. “Proletari e Stato” In: LR, doravante PSLR.

¹⁰⁹ MARX. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, Nota da edição, pp. 7-8. Para a referência de Marx à “projetada introdução”, cf. *Id. Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, Prefácio, pp. 45-6. Originalmente, os *Grundrisse* foram publicados em dois volumes. O primeiro, de 1939, continha o “Caderno M” e os cadernos numerados de I a VII; o segundo, de 1941, continha o chamado *Apêndice*, [Anhang], composto por variados textos e índices, dentre eles, o “Bastiat e Carey” (cf. CERQUEIRA. David Riazanov e a

A publicação do *Rohentwurf* não obedeceu uma trajetória linear. A primeira edição que o reúne em sua integralidade ficou a cargo do Instituto Marx-Engels-Lênin do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de Moscou (IMEL), sendo publicada entre 1939 e 1941, portanto, mais de oitenta anos após a sua redação. Antes disso, porém, os cadernos de Marx já haviam sido parcialmente publicados em duas ocasiões. Primeiro, por Karl Kautsky. Depois de passar despercebido pelos cuidados de Engels, responsável pelo espólio intelectual [*Nachlass*] de Marx, o *Rohentwurf*, bem como a maioria dos textos originais do pensador de Tréveris, foi depositado no arquivo do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), em Berlim. Nesse período, Kautsky ocupou-se desses cadernos, publicando – “com enormes erros”, dirá Negri¹¹⁰ – o “Caderno M” sob o título de *Einleitung zu einer Kritik der politischen Ökonomie* (Esboços da crítica da Economia Política) na revista *Neue Zeit* (1883-1923), do SPD, em 1903, e um fragmento de julho de 1857 sob o título de *Carey und Bastiat: ein Fragmente aus dem Nachlass* (Carey e Bastiat: um fragmento do espólio) na mesma revista, no ano seguinte. Depois, pelo Instituto Marx-Engels de Moscou (IME, antecessor do IMEL). O *Rohentwurf* foi descoberto – ou redescoberto, caso aceitemos a razoável hipótese de que Engels e/ou Kautsky já o conheciam – em 1923 por David Riazanov, diretor do IME e organizador das obras completas de Marx e Engels (*Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA)). A partir de então, cerca de sete mil fotografias desses cadernos, bem como de outros escritos originais de Marx que permaneciam sob a tutela do SPD, foram estudados por especialistas em Moscou, trabalho que se estendeu até o ano de 1931. Dois anos mais tarde, uma tradução parcial do *Rohentwurf* para o russo foi publicada sob o título de “Capítulo do dinheiro” e, em 1935, surgiu a edição em alemão do mesmo texto. Trechos dos cadernos II e IV foram publicados em 1933, 1935 e 1939 e o texto sobre as “Formas que precedem a produção capitalista” foi publicado também nesse último ano. Em 1936, a maior parte do *Rohentwurf* foi adquirida pelo (agora) IMEL, possibilitando, enfim, a resolução de problemas editoriais e a publicação dos textos integrais a partir de 1939.¹¹¹

edição das obras de Marx e Engels. *Economica*, v. 11, n. 1, pp. 199-215, jan-abr 2010, p. 212). Todavia, por “*Grundrisse*” – ou, também, por “*Manuscritos*” – referir-nos-emos basicamente ao conjunto de textos formado por “Bastiat e Carey”, “Caderno M” e os cadernos numerados de I a VII, conforme a edição brasileira. Quando o nome “*Grundrisse*” estiver posto em relação à *Introdução*, porém, ele referir-se-á somente aos cadernos numerados de I a VII. Enfim, utilizaremos o epíteto “*Rohentwurf*”, presente da edição alemã de 1953, para fazer referência aos manuscritos originais de Marx.

¹¹⁰ MM, cap. 1, p. 22.

¹¹¹ Cf. MUSTO. “Dissemination and reception of the *Grundrisse* in the world” In: MUSTO (Org.). *Karl Marx’s Grundrisse*. London; New York: Routledge, 2008, Part III, pp. 179-81 e CERQUEIRA. “David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels”. *Op. cit.*, pp. 211-2.

Semelhantemente, a recepção dos *Grundrisse* deu-se de maneira bastante tortuosa. Enquanto a *Introdução* recebeu imediatamente uma grande audiência, sendo publicada rapidamente em várias línguas, adicionada (por Kautsky) como apêndice na edição de 1907 da *Contribuição à crítica da economia política*, e recebendo a atenção de diversos estudiosos, os demais textos que compunham o *Rohentwurf* permaneceram nas sombras. Sua publicação integral e a eclosão da Segunda Guerra se dão no mesmo período, de modo que as três mil cento e quarenta cópias da primeira edição dos *Grundrisse* rapidamente tornaram-se raras e apenas um punhado delas ultrapassa as fronteiras soviéticas. Além disso, tais textos não constavam na *Sochineniya* de 1928-1947, a primeira edição russa das obras de Engels e Marx, e mesmo sua edição em alemão não circulava na Alemanha. Esse quadro é alterado somente com de trinta mil cópias dos *Grundrisse* em Berlin Oriental, motivada pelas homenagens aos setenta anos da morte de Marx, em 1953, e aos cento e cinquenta anos de seu nascimento, em 1958. Assim, ainda que tenham sido publicadas integralmente na virada dos anos trinta para os anos quarenta do último século, os *Grundrisse* só se tornarão acessíveis para a leitura ao redor do mundo cerca de vinte anos depois de sua edição original – ou ainda, considerando a datação de sua escrita, após “cem anos de solidão”.¹¹²

Na Itália as coisas não ocorreram de maneira dissemelhante. Tendo Enzo Grillo como tradutor, a primeira edição italiana completa dos *Grundrisse* foi dividida em dois volumes lançados em 1968 e 1970, respectivamente. Antes disso, entretanto, algumas traduções parciais, bem como importantes interpretações dos textos traduzidos, já circulavam no *bel paese* desde a década de cinquenta. É o caso de “Formas que precedem a produção capitalista”, traduzido por Giorlano Brunetti em 1954. No mesmo ano, Colletti traduz a *Introdução*, que logo se torna objeto de importantes interpretações no interior da vertente dellavolpiana do marxismo italiano. Em 1961, Giorgio Giorgetti fornece a primeira referência aos *Grundrisse* em sua totalidade numa seção de seu prefácio à tradução italiana de *Teorias da mais-valia*. Uma tradução do *Urtext*, texto preparatório para a *Contribuição à crítica da economia política* que figurava no *Apêndice* da edição original dos *Grundrisse*, surgiu na língua italiana em 1963. No ano seguinte, o “Fragmento sobre as máquinas” é traduzido por Renato Solmi e publicado no quarto número dos *Quaderni Rossi*. Ainda nesse ano, alguns fragmentos da tradução de Grillo, ainda em an-

¹¹² MUSTO. “Dissemination and reception of the *Grundrisse* in the world” In: MUSTO (Org.). *Karl Marx’s Grundrisse. Op cit.*, p. 181. Os “cem anos de solidão” são evidentemente uma referência à obra-prima de Gabriel García Márquez. Para tal, cf. MÁRQUEZ. *Cien años de soledad*. Madrid: Alfaguara, 2007.

damento à época, foram publicados na revista *Classe Operaia*. Finalmente, a supracitada tradução para a língua italiana é concluída e os *Grundrisse* são publicados em 1968-1970, tornando-se prontamente o “livro de cabeceira do movimento operário dos anos setenta”.¹¹³

A descoberta, a publicação e a recepção dos *Grundrisse* ensejaram a “reconstrução de um capítulo ainda inescrito da história do marxismo”.¹¹⁴ Os primeiros estudos dos *Manuscritos* considerados em sua totalidade foram realizados nos anos sessenta por Vitaly Vygotsky, em seu *Istorii a odnogo velikogo otkrytii a K. Marksa*, de 1965, e por Roman Rosdolsky, em seu *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen ‘Kapital’*, de 1968.¹¹⁵ Não obstante esses estudos guardem importantes diferenças entre si, neles é possível encontrar a interpretação comum, decerto a mais difundida até os dias atuais, de que os *Grundrisse* não são mais que um relevante rascunho para a posterior redação d’*O capital*. Desse modo, a importância inicialmente atribuída aos primeiros diria respeito à ampliação do campo filológico para os estudos do último.

Esse modelo interpretativo é enfaticamente recusado por Negri. “O procedimento seguido pelos mais ilustres intérpretes não agrada”, afirma o autor. Sua discordância com esse tipo de interpretação pode ser remetida a duas séries de razões. Consideradas filologicamente, tais interpretações, como indicam os títulos dos livros supracitados, não leem os *Grundrisse* como um texto em si mesmo, mas procuram reduzi-lo à parte de outra coisa. Esse procedimento, argumenta o filósofo e militante italiano, apoia-se excessivamente numa concepção continuísta do desenvolvimento teórico marxiano, no qual se verificaria a evolução de um processo invariável de pensamento em direção a *O capital*, tomado como o ponto mais desenvolvido da obra de Marx e como o lugar onde todo o seu pensamento é exaustivamente recapitulado.¹¹⁶ No entanto, Negri se pergunta se *O capital* deve realmente ser compreendido como o ápice da obra

¹¹³ LR, 1997: vent’anni dopo, p. 6. Isso vale igualmente para a trajetória do próprio Negri. Como revela o autor, “sem a leitura – ou melhor, a releitura no interior da luta operária – dos *Grundrisse* de Karl Marx, estes escritos [quais sejam, *I libri del rogo*] – e talvez as experiências de luta das quais eles foram nutridos e as quais eles nutriram – não seriam possíveis”. *Loc. cit.* Com efeito, enquanto o primeiro volume d’*O capital* foi fundamental nos anos sessenta, os *Grundrisse* se tornaram fundamentais nos anos setenta. *PrC*, A class struggle propaedeutics, p. 62. Para a disseminação e recepção dos *Grundrisse* na Itália, Cf. TRONTI. “Italy” In: MUSTO (Org.). *Karl Marx’s Grundrisse. Op. cit.*, Part III, pp. 229-35. Para a passagem “dos *Grundrisse* a *O capital*” realizada por Negri, cf. *CGFE*.

¹¹⁴ MUSTO. “Dissemination and reception of the *Grundrisse* in the world” In: MUSTO (Org.). *Karl Marx’s Grundrisse. Op. cit.*, p. 185.

¹¹⁵ O livro do Vygotsky foi traduzido para a língua inglesa sob o título de *The story of a great discovery*. Berlin: Verlag Die Wirtschaft, 1973. O escrito de Rosdolsky foi traduzido para a língua portuguesa como *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2011. Para as primeiras interpretações dos *Grundrisse* em sua integralidade, cf. MUSTO. *Op. cit.*, pp. 183-85.

¹¹⁶ Esse é também o tom da “Apresentação” à edição brasileira dos *Grundrisse*, segundo a qual “Os *Grundrisse* constituem o primeiro de uma série de manuscritos redigidos por Karl Marx no desenvolvimento de sua crítica da economia política, que culmina na publicação do livro I de *O capital*, em 1867”, ou ainda, “Os *Grundrisse* marcam exatamente o princípio da consolidação desse processo que assume uma forma definitiva, ainda que parcial, somente dez anos mais tarde, no livro I de *O capital*”. DUAYER In: MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, p. 11.

marxiana. A hipótese de nosso autor é a de que esse escrito constitui somente uma parte da temática do filósofo de Tréveris.¹¹⁷ Tal questão, contudo, é deixada em aberto no âmbito filológico, onde Negri se limita a apontar algumas imprecisões na argumentação de Rosdolsky – tomado como exemplo maior desse modelo interpretativo, além de certamente ser seu principal adversário teórico na leitura dos *Grundrisse* – a fim de reforçar a pertinência de sua indagação. Todavia, ela não deixa de ser respondida segundo uma perspectiva considerada “mais substancial” pelo operarista da Pádua, qual seja, a perspectiva política.

No âmbito político, defende Negri, a leitura d’*O capital* permitiu uma ambiguidade fundamental. Na primeira seção deste trabalho vimos o esforço do pensamento operarista em recuperar a teoria marxiana de suas leituras unilaterais e objetivistas. Autores como Panzieri e, notadamente, Tronti buscaram apontar o caráter crítico dos conceitos de Marx bem como valorizar o ponto de vista da classe operária na interpretação desses conceitos. Com efeito, a leitura d’*O capital* no interior do movimento operário foi fundamental para os desenvolvimentos teórico e político do operarismo italiano dos anos sessenta: “cada um de nós nasceu na reflexão e na consciência teórica do ódio de classe de que nos nutrimos a partir do estudo d’*O capital*”, diz-nos Negri. Entretanto, ao mesmo tempo em que permitia o desenvolvimento da luta de classes no contexto operarista (e, decerto, também em diversos outros contextos), o comumente considerado mais importante livro de Marx, prossegue nosso autor, foi sobrevalorizado alhures por possibilitar a sua própria “delimitação e, então, recondução a horizontes interpretativos substancialmente incongruentes com o espírito geral da obra marxiana”. Nesse sentido, além de peça fundamental no desenvolvimento da luta de classes, “*O capital* é outrossim aquele texto que serviu à redução da crítica à teoria econômica, à anulação da subjetividade na objetividade, ao assujeitamento da capacidade subversiva do proletariado à inteligência decompositora e repressiva do domínio”.¹¹⁸

Inversamente, os *Grundrisse* não permitiriam esse tipo de ambiguidade em sua interpretação. Como é sabido, esses textos foram fruto de uma grande urgência provocada pela crise financeira de 1857 nos Estados Unidos.¹¹⁹ Em sua correspondência com Engels, Marx confessa tanto sua excitação quando seu conforto diante da crise. Na carta de 20 de outubro de 1957, o filósofo de Tréveris opina que “a crise americana (sua irrupção em Nova Iorque foi prevista por

¹¹⁷ Cf. *MM*, cap. 1, pp. 22-5, 36-7.

¹¹⁸ *MM*, cap. 1, pp. 37, 22. Para a noção de domínio usada por Negri, cf. *DSLRL*, Parte prima. Para os diversos modelos de leitura d’*O capital*, remetemos mais uma vez a CLEAVER. *Reading Capital politically*. *Op. cit.*, Introdução.

¹¹⁹ Para um exame do contexto da escrita dos *Grundrisse* cf. BOLOGNA. Moneta e crisi In: BOLOGNA; CARPIGNANO; NEGRI. *Crisi e organizzazione operaia*. Milano: Feltrinelli, 1974 e MUSTO (Org.). *Karl Marx’s Grundrisse*. *Op. cit.*, Part II.

nós na *Revue* de novembro de 1850) é maravilhosa [*beautiful*]”; naquela de 13 de novembro do mesmo ano, ele confidencia que “embora [a sua] dificuldade financeira [*financial distress*] possa ser realmente extrema, desde 1849 nunca [s]e senti[u] tão confortável [*cosy*] como durante essa irrupção [*outbreak*]”. O advento da crise abre a possibilidade para práticas transformadoras e revolucionárias, ela é “o impulso para a adoção de uma nova configuração histórica”, dirá Marx.¹²⁰ Diante dela, o pensador alemão procura dar forma às descobertas realizadas ao longo dos anos em que se dedicara ao estudo da economia política. Defronte à crise iminente, Marx passa a trabalhar “como um louco à noite inteira, todas as noites, arranjando [s]eus estudos econômicos de modo que tenha ao menos claros esboços [*Grundrisse*] antes do dilúvio”.¹²¹

Essa urgência vivida por Marx – urgência que não deixou de ser usada para desqualificar a relevância teórica dos *Grundrisse* – é associada por Negri à ideia de uma “síntese teórico-prática” no pensamento do pensador alemão. Ao examinar a relação entre crise e revolução, o operarista dará destaque ao fator subjetivo que atua entre uma e outra, qual seja, a classe operária e sua capacidade de organização política. Se as crises são “o impulso para a adoção de uma nova configuração histórica”, como afirma Marx, esse impulso, complementa Negri, só pode ser levado adiante pela luta da classe operária. Segundo nosso autor, “a crise reativa a subjetividade e a faz aparecer em toda sua potencialidade revolucionária”. Dessa forma, a crise iminente – fato histórico determinante para a redação dos *Manuscritos*, além de um de seus principais objetos teóricos – “não é crise capitalista senão na medida em que é possibilidade do partido, de fundação do partido” ou, dito de outro modo, “a catástrofe para o capital é o partido, o desenvolvimento da subjetividade comunista e a vontade e organização revolucionárias”.¹²²

¹²⁰ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Elementos fundamentais para a crítica da Economia Política (doravante Elementos), Capítulo do dinheiro, p. 171. A relação entre crise e revolução é afirmada por Marx, por exemplo, em *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012, cap. 4, p. 149, quando ele diz que “uma nova revolução só será possível na esteira de uma nova crise”, ao que completa, “aquela é tão certa quanto esta”. Tal relação é afirmada também por Duayer In: MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Apresentação, p. 16. Noutro contexto, não muito distante, Negri afirma: “a crise não é a conclusão de um destino, mas o pressuposto da existência. Só os burros podem meditar a crise como um resultado. Só os visionários pretendem poder evitá-la. A crise é a condição, sempre”. “O problema filosófico, então, será, e é, aquele de *ir além da crise, assumindo-a como materialidade do fundamento*”. “Spinoza sovversivo”, cap. 6. In: *Spinoza*. Roma: DeriveApprodi, 2006, pp. 378, 377-8, doravante S.

¹²¹ As citações das correspondências de Marx são referenciadas, com incorreções quanto às datas, por Negri em *MM*, pp. 15-6. As traduções acima baseiam-se tanto na tradução italiana utilizada por Negri quanto na tradução inglesa disponível em MARX; ENGELS. *Marx-Engels collected works*. Moscou: Progress Publishers, 1983, v. 40. Os termos entre colchetes foram usados na língua inglesa pelo próprio Marx. Com o ano de 1849, Marx provavelmente refere-se aos levantes da classe trabalhadora na França. Para esse tema, cf. *As lutas de classe na França. Op. cit.* e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹²² *MM*, cap. 1, p. 16. A noção de partido em Negri sofre importantes modificações no decorrer dos anos setenta, se estendendo desde uma concepção neoleninista de vanguarda operária até uma concepção mais difusa, que inclui os diversos ditos “novos sujeitos” emergentes, como os estudantes, as mulheres, etc. Segundo uma definição genérica, dada já na maturidade do autor, partido é “o sujeito que vive e realiza a passagem do social ao político”. *PC*, cap. 5.2, p. 319. Para uma discussão sobre a questão do partido no Negri dos anos setenta, cf.

É uma questão prática, portanto, que se coloca para Marx. A análise teórica, insiste Negri, “deve redescobrir a prática no momento mesmo em que ela se desenvolve, pois a análise aponta para a subjetividade revolucionária implicada na crise”. É a possibilidade do levante da classe operária contra o capital que explica o conforto, o aconchego [*cosiness*] de Marx diante da crise. É também essa possibilidade que subjaz o paralelo feito pelo pensador alemão entre 1849 e 1857. Desenvolvimento capitalista, crise, subjetividade revolucionária em direção ao comunismo. Esse é o nexo fundamental que Negri pretende examinar nos *Grundrisse* e é a partir desse nexo que se forma o “dilúvio” aguardado pelo pensador alemão e a que ele pretende adiantar-se.¹²³

Assim, a leitura negriana dos *Grundrisse* valorizará, mais que as semelhanças entre esses e *O capital*, as diferenças entre os primeiros e o último. Segundo o autor,

os *Grundrisse* não são somente um texto que pode ser filologicamente usado para estudar a constituição d’*O capital*: são um texto político, a conjunção da apreciação da possibilidade revolucionária apresentada pela “crise iminente” e da vontade teórica de uma síntese adequada da ação comunista da classe operária em face dela – são a teoria dessa relação dinâmica.

O capital, Negri afirma apoiando-se em seus “companheiros italianos”, bloquearia a pesquisa operária, isto é, aquela conjunção teórico-prática que visa, agora conforme o vocabulário do filósofo e militante paduano, a autovalorização da classe.¹²⁴ Seu modo de exposição “objetiva” as categorias da crítica da economia política, permitindo, ainda que em termos paradoxais, “esmagar o dinamismo do processo sob a hipóstase, sob sua fixação como uma totalidade dotada de leis próprias de desenvolvimento que podem, de vez em quando, ser possuídas, dominadas, revertidas”. Inversamente, os *Grundrisse* são descritos como uma “obra aberta” fortemente ancorada na subjetividade da classe trabalhadora:

aqui, domínio e reversão ocorrem somente na medida em que participam como valores antagonistas. Fora do antagonismo não existe movimento e nem existem as categorias. A originalidade, a felicidade, o frescor dos *Grundrisse* está

MURPHY. *Antonio Negri. Op. cit.*, cap. 3, pp. 83-5 e WRIGHT. “A party of autonomy?” In: MURPHY; MUSTAPHA (Orgs.). *The philosophy of Antonio Negri*. London; Ann Arbor (MI): Pluto, 2005, v. 1, pp. 73-106.

¹²³ *MM*, p. 24. De fato, para Negri os *Grundrisse* são marcados por uma coerência interna que se segue da crítica do dinheiro a proposições políticas revolucionárias. Essa tese, que *Marx oltre Marx?* pretende demonstrar com “atenção germânica”, está presente já em seus chamados escritos políticos dos anos setenta. De fato, o exame negriano dos manuscritos de Marx é realizado tanto em *Marx oltre Marx?* quanto naqueles escritos. Para um comentário da relação entre *Marx oltre Marx* e os escritos políticos negrianos dos anos setenta, cf. RYAN. “Epilogue” In: NEGRI. *Marx beyond Marx*. London; New York: Pluto; Autonomedia, 1991, pp. 191-221. Para a coerência interna dos *Grundrisse* em *Marx oltre Marx?*, cf. especialmente *MM*, pp. 18-9. Para este tema nos escritos políticos dos anos setenta, ver, por exemplo “Crisi dello Stato-piano” In: *LR*, pp. 19-24.

¹²⁴ O conceito de autovalorização de classe, cuja origem pode ser remetida aos próprios *Grundrisse* e cujo uso se intensifica cada vez mais nos escritos negrianos dos anos setenta, se refere ao processo social de constituição, por parte da classe operária, de novas necessidades, desejos e, enfim, subjetividades autônomas em relação ao comando capitalista. Para esse tema, cf. *MM*, caps. 7-9 e *LR*.

inteiramente nessa incrível abertura. A ciência que se dá com aquela inconclusividade paradoxal que a compreensão no interior da determinação subjetiva necessariamente determina.¹²⁵

“Marx além de Marx? *Grundrisse* além d’*O capital*?”, pergunta-se Negri. “Talvez”. De todo modo, destacamos que não é uma polêmica abstrata contra um texto e em favor de outro que está em jogo aqui. Trata-se, em vez disso, de recuperar um Marx vivo, “feliz”, capaz não só de auxiliar-nos na crítica da economia capitalista, mas sobretudo de contribuir com o desenvolvimento da luta da classe trabalhadora, de lhe oferecer uma “arma contra o capital”.¹²⁶ O que deve ser recuperado é um Marx para além, sobretudo, de seus epígonos, um Marx resgatado por “sua força, não por nossa fidelidade”.¹²⁷

Critérios do método marxiano nos Grundrisse

Contra as interpretações que veem nos *Grundrisse* não mais que um rascunho para a posterior redação d’*O capital*, Negri destaca as dissimilaridades entre este e aqueles, dando

¹²⁵ *MM*, cap. 1, pp. 22-5. Para a ideia de “bloqueio da pesquisa” e sua referência à Panzieri e a Tronti, cf. também. NEGRI. *Karl Marx’s Grundrisse*. Uninomade 2.0, disponível em: <<http://www.uninomade.org/karl-marx-grundrisse>>, [acesso em: 20 set 2016]. O conceito de obra aberta, por sua vez, deve ser remetido a Umberto Eco. Segundo o semiólogo italiano, pode-se verificar em certas poéticas no interior da dita arte moderna alguma abertura formal, que pede a participação do executor (em casos como o da música ou do teatro) ou do fruidor (em casos como o das artes visuais), na própria construção da obra. As “obras abertas”, desse modo, são marcadas por um significativo grau de indeterminação. ECO. *Opera aperta*. Milano: Bompiani, 1997. Associada à ideia de uma “obra aberta”, reencontramos aqui a noção de “ciência parcial” tão cara ao operismo italiano. Em Negri, essa noção retomará seus desenvolvimentos nos autores operaristas dos anos sessenta, especialmente Tronti, ao destacar a indeterminação dessa ciência, e Alquati, ao fundar tal indeterminação na subjetividade da classe operária.

¹²⁶ A metáfora da teoria marxiana como uma “arma [weapon] contra o capital” foi colhida por nós em CLEAVER. *Reading Capital politically*. *Op. cit.*, Introduction, p. 23. De acordo com Negri em *CGFE*, p. 25, ir d’*O capital* aos *Grundrisse* significa passar “da crítica da valorização capitalista à ciência da autovalorização operária”. Desse modo, quando busca abalizar sua leitura de Marx a partir da luta da classe operária e de seu desenvolvimento, Negri retoma a “revolução copernicana” de Tronti.

¹²⁷ *MM*, p. 36. A esse respeito, diz-nos Cleaver: “Muitos que lerão o trabalho de Negri sobre Marx podem objetar que a interpretação que o primeiro faz dos *Grundrisse* é, às vezes, também um pretexto para estabelecer sua própria análise da luta de classes. Negri, eles podem protestar, tomou de Marx apenas o que lhe convinha [...]. Mas nós não devemos ter medo de selecionar as ideias de Marx. Foi isso o que os marxistas sempre fizeram, sejam eles honestos sobre isso ou não [...]. Para aqueles de nós que compartilhamos o compromisso de Negri com a constante renovação da prática revolucionária, podemos focar naqueles elementos de Marx que informam a análise de nossas próprias lutas. Muitas gerações de marxistas nos deram o hábito de perceber os mecanismos de dominação. O que precisamos agora é usar Marx para ajudar-nos a descobrir os mecanismos de liberação. Podemos deixar aos marxólogos o debate sobre se Negri está certo sobre o que Marx realmente diz. Podemos ler Negri por Negri, e julgar a perspicácia de seus comentários por seus próprios méritos. Quando, no fim do capítulo quinto, Negri questiona a correção de sua interpretação, somos tentados a dizer que isso não importa. Se Marx não diz o que Negri disse que ele diz, tanto pior para Marx. Esse, me parece, é o único espírito que pode levar-nos ao longo do caminho de Marx, de tal forma que possamos realmente ir “para além de Marx”. In: NEGRI. *Marx beyond Marx*. *Op. cit.*, Introduction, p. XX. Ainda sobre esse assunto, a busca desse “Marx vivo” encontrado nos *Grundrisse*, guardaria em alguma medida semelhança em relação à ideia do “Hegel vivo” de Kojève, cuja fidelidade interpretativa torna-se secundária em relação aos seus efeitos no pensamento francês do século XX. Para esse tema, cf. ARANTES. Um Hegel errado mas vivo. *IDE*, v. 21, pp. 72-9, 1991.

ênfase à abertura em direção à subjetividade operária do primeiro em contraposição à totalização das categorias do último. Para o operarista de Pádua, os *Grundrisse* representam um “movimento avante da teoria” bem como o “o ponto mais alto da análise e da imaginação-vontade revolucionárias de Marx”. Contudo, além do caráter eminentemente político, de síntese entre os campos teórico e prático, existe ainda outro ponto que, para Negri, destaca a “importância excepcional dos *Grundrisse* para a definição do pensamento marxiano”, tal ponto diz respeito ao método.¹²⁸

Aqui, as leituras dos grandes intérpretes mais uma vez não agradam o nosso autor. Mantendo a separação que marcou a publicação e a recepção dos *Manuscritos*, semelhantes leituras ora subestimam completamente a importância da *Introdução*, reconhecendo somente nos *Grundrisse* qualquer avanço metodológico significativo em relação à anterior obra marxiana, ora negligenciam a questão do método nos últimos, analisando-a somente na primeira.¹²⁹ Mas, embora a publicação e a recepção dos *Manuscritos* tenham se dado de forma tortuosa, Negri destaca a importância da reunião desses textos – notadamente da *Introdução* e dos *Grundrisse*, objetos maiores de seu exame – numa mesma edição. Certamente, a publicação conjunta do *Rohentwurf* pelo IMEL obedeceu a rigorosos critérios filológicos estabelecidos pelos estudos moscovitas dos anos vinte e trinta, o que teria possibilitado a correção dos “enormes erros” da *Introdução* publicada por Kautsky. Todavia, argumenta o filósofo e militante italiano, mais do que justificável por questões filológicas, a reunião dos cadernos numa única edição é também oportuna do ponto de vista de seu conteúdo. De fato, não é difícil verificar certa continuidade entre esses textos. Ela se dá, por exemplo, em termos temporais, visto que a redação dos *Grundrisse* ocorre imediatamente depois a da *Introdução*, que por sua vez sucede a resenha de *Harmonies Économiques* pretendida em *Bastiat e Carey*. Além disso, ela pode ser encontrada na recorrência do basicamente mesmo plano geral da obra exposto tanto na *Introdução* quanto nos *Grundrisse*.¹³⁰ Entretanto, é no método que Negri encontra o elemento fundamental que

¹²⁸ *MM*, cap. 1, pp. 19, 25, 28.

¹²⁹ *Ibid.*, cap. 3, pp. 65-6. Um decerto é o caso de Vygotsky, para quem faltaria à *Introdução* “o enxerto de materialismo dialético [...] que representa a originalidade” dos *Grundrisse* (*ibid.*, p. 65). Outro é o caso das chamadas “escolas francesa e italiana”, que examinariam o método marxiano na *Introdução* sem, contudo, relacioná-lo aos *Grundrisse*, ligando-o diretamente a *O capital* (*ibid.*, pp. 65-6). As escolas francesa e italiana são assim chamadas, sem maiores precisões, por Negri. Acreditamos que a primeira se refira às leituras althusserianas da *Introdução* e a última diga respeito às leituras dellavolpianas do mesmo texto. Para essas leituras, cf. ALTHUSSER. *Pour Marx*. Paris: La découverte, 2005, Sur la dialectique matérialiste, *Id.* “L’object du Capital”, cap. 2 In: ALTHUSSER; BALIBAR. *Lire Le capital*. Paris: Maspero, 1973, v. 1, DELLA VOLPE. “Per una metodologia della economia e delle discipline morali” In: *Rousseau e Marx*. Roma: Editori Riuniti, 1997 e COLLETTI. *Il marxismo e Hegel*. Bari: Laterza, 1969, Parte Seconda, cap. 8.

¹³⁰ O plano geral da obra traçado por Marx pode ser conferido em *Grundrisse*. *Op. cit.*, Introdução, § 3, pp. 61, e Elementos fundamentais para a crítica da economia política (doravante Elementos), Capítulo do dinheiro, pp.

permite traçar uma continuidade essencial entre estes e aquele escritos, uma continuidade que excede o âmbito filológico. Tal método é exposto de maneira explícita na *Introdução*. Mas, se nela encontramos um “texto excepcional sobre o método”, o método ali apresentado será aplicado e levado adiante, extensiva e criativamente, nos *Grundrisse*, fundamentando o nexo entre os dois textos e guiando toda a construção do livro de Marx.¹³¹ Assim, em contraposição às leituras que separam excessivamente os manuscritos marxianos, Negri colocá-los-á em sintonia ou, ainda, em simbiose. A *Introdução* e os *Grundrisse*, ele nos diz, “iluminam-se reciprocamente”, lê-los ao mesmo tempo “permite-nos, de fato, uma compreensão mais plena de uma e dos outros”.¹³²

A metodologia exposta e utilizada por Marx nos *Manuscritos* é compreendida por Negri segundo quatro critérios ou princípios. O primeiro deles é nomeado *abstração determinada*. Esse critério consiste

na afirmação metódica de uma fundação categorial que se baseia não sobre a recuperação ingênua do “real” e do “concreto”, mas sobre o desenvolvimento de um “processo de síntese” dos dados da intuição e da representação. A metodologia ingênua parte do concreto como pressuposto, a metodologia marxiana assume *o concreto como resultado*.¹³³

Com efeito, Marx descreve na *Introdução* duas vias pelas quais a economia política investiga o seu objeto. A primeira, que adota o concreto como ponto de partida, foi tomada pela economia política em sua gênese: “os economistas do século XVII, por ex., começam sempre com o todo vivo, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.”.¹³⁴ Essa via será rechaçada pelo filósofo alemão. Embora pareça correto tomar o real ou o concreto como pressuposto da investigação, ele pondera, esse tipo de abordagem empírica é mostrado falso diante de uma consideração mais rigorosa. Isso ocorre porque o pressuposto efetivo (o real, o concreto etc.) se revela uma pura abstração quando não se leva em consideração os elementos que o compõem. Assim, para tomar o exemplo da economia política, a população como pressuposto concreto se revelaria uma abstração quando não se considera as classes que a compõem; as classes, por sua vez, exigiriam também a consideração das bases nas quais elas se assentam,

170-1, 204-5. Para um comentário adicional sobre esse tema, cf. DUSSEL. *La producción teórica de Marx*. Ciudad del México: Siglo XXI, 1991, cap. 2.4.

¹³¹ MM, cap. 3, p. 82, cap. 1, p. 28. Para dois comentários tardios sobre o método marxiano e sua recuperação por Negri, cf. CL, pp. 241-71 e HARDT; NEGRI. *Multitude*. New York: Penguin, 2004, 2.1, p. 140, doravante M.

¹³² MM, pp. 66, 65. A continuidade metodológica entre a *Introdução* e os *Grundrisse* é exposta especialmente nos capítulos 3, 6 e 7 de *Marx oltre Marx*.

¹³³ *Ibid.*, p. 72.

¹³⁴ MARX. *Grundrisse*. *Op. cit.*, Introdução, § 3, p. 54. Marx refere-se aqui a fundadores da economia política como William Petty e Pierre de Boisguillebert, Para a identificação desses autores à gênese de tal ciência, cf. *Ibid.*, Bastiat e Carey, p. 27.

por exemplo, o trabalho assalariado; o mesmo ocorreria com esse último, que por sua vez exigiria a consideração da divisão do trabalho etc.; até elementos cada vez mais simples e abstratos. Portanto, “se eu começasse pela população”, diz-nos Marx,

estaria fazendo uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado a determinações mais simples.

Semelhante consequência metodológica pode ser verificada naqueles economistas que, mesmo tomando como ponto de partida o concreto, “sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais [...] que descobrem por meio da análise”.¹³⁵

A segunda via, que compreende o concreto como o resultado de uma atividade intelectual, foi tomada pela economia política em seu desenvolvimento. Depois de ter atingido graus cada vez mais finos de abstração, devemos fazer um caminho de retorno se quisermos atingir novamente o concreto, afirma Marx. Assim, tão logo as determinações muito simples a que chegaram os economistas do século XVII foram mais ou menos fixadas e abstraídas, “começaram os sistemas econômicos”. Tais sistemas elevaram-se do mais simples (abstrato), como o trabalho, sua divisão, necessidade, valor de troca etc., ao mais complexo (concreto), como o Estado, a troca entre nações, o mercado mundial etc. Porém, além de ser um segundo momento histórico do desenvolvimento da economia política, essa via deve ser compreendida também como o segundo movimento propriamente metodológico da investigação, pois somente após o trabalho analítico de refinamento do todo em determinações abstratas cada vez mais simples é que se torna possível elevar-se às categorias mais complexas e concretas.¹³⁶ Percorrido esse movimento, o concreto não será mais uma “representação caótica do todo”, como quando tomado por pressuposto, mas uma “rica totalidade de muitas determinações e relações”.¹³⁷ Em outras palavras, embora o concreto seja o ponto de partida efetivo, isto é, o pressuposto capturado pela intuição e pela representação como atividades primárias do pensamento,¹³⁸ ele apare-

¹³⁵ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, p. 54.

¹³⁶ Para esse tema, cf. também DUSSEL. *La producción teórica de Marx. Op. cit.*, cap. 2.2.

¹³⁷ O conceito de totalidade surge pela primeira vez na *Introdução* nas considerações marxianas sobre a produção: “Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um ramo *particular* da produção [...] ou uma *totalidade* [...] é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (§ 1, p. 41). A compreensão de “totalidade” como “relação e unidade de diferenças” e sua relação com a subjetividade é defendida por Negri em *MM*, cap. 3, p. 68.

¹³⁸ “Para Kant a representação (*Vorstellung*) ‘é o ato de conhecer o objeto por categorias’. Não é exatamente assim para Marx. O conhecer por ‘representação’ é um ato cognitivo inicial, ingênuo, primário, pleno de sentido, mas confuso, caótico. A partir da ‘representação’ originária começa sua ação produtiva do conhecimento, a abstração, como momento analítico da razão”. DUSSEL. *Op. cit.*, cap. 2.1, p. 50.

cerá aqui como o resultado de uma atividade intelectual que o decompôs em diversas determinações (abstratas) e, em seguida, colocou-as em relação. Nesse sentido, Marx afirmará que “o concreto é concreto porque é a síntese [*Zusammenfassung*] de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso [ou seja, totalidade]. Por essa razão”, prossegue o autor, “o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida”. De uma determinação abstrata ao concreto, eis o método cientificamente correto da economia política, sustenta Marx. Pois, se conforme a primeira via o concreto tomado como pressuposto perde sua efetividade, sendo “volatilizado em uma determinação abstrata”, de acordo com a segunda, “as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento”.¹³⁹

Em sua leitura dessa passagem da *Introdução*, Negri identifica em primeiro lugar o rompimento do processo cognitivo com a “estéril história de um comportamento científico fetichista no confronto com o objeto”, identificado nos economistas do século XVII. Contrariamente a tal comportamento, que toma o objeto efetivo como uma determinação, o primeiro critério do método marxiano “sabe [...] que a determinação é o produto de uma abordagem teórica que usa as abstrações, as polaridades, as dimensões gerais para esse objetivo”.¹⁴⁰ No entanto, Marx não se aproximaria de certa concepção idealista do conhecimento quando se afasta do empirismo vulgar? Afinal, com a “abstração determinada” o acesso ao conhecimento dá-se mediante uma atividade intelectual que reproduz os objetos via pensamento – ou, segundo os termos do próprio Marx, “o método de ascender do abstrato ao concreto é o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental”.¹⁴¹ Além disso, enquanto trabalhava na redação dos *Grundrisse*, Marx, “por mero acidente”, reencontrou a *Lógica* de Hegel, livro que lhe teria sido de grande utilidade no que diz respeito ao método. Com efeito, o espectro hegeliano estava sempre no horizonte, mas Marx estava atento a essa questão.¹⁴² Na mesma correspondência em que revela à Engels seu reencontro com a *Lógica*, o pensador de Tréveris admite a existência de um “aspecto racional” no método descoberto por Hegel, mas ao mesmo tempo não deixa de salientar, também, a “mistificação” que o idealista alemão, justamente por seu idealismo, operou a respeito desse mesmo método.¹⁴³ Nesse sentido, é preciso proceder com cautela e evitar aproximações excessivas entre o hegelianismo e o método dos *Grundrisse*.

¹³⁹ MARX. *Grundrisse*. *Op. cit.*, Introdução, § 3, p. 54.

¹⁴⁰ *MM*, cap. 3, p. 72.

¹⁴¹ MARX. *Op. cit.*, pp. 54-5. “*Als ein geistig Konkretes*” na língua alemã, sentença que poderia igualmente ser traduzida por “como um concreto espiritual”, favorecendo as leituras idealistas de Marx.

¹⁴² Cf. DUSSEL. *La producción teórica de Marx*. *Op. cit.*, cap. 2.1, p. 50.

¹⁴³ MARX. “Marx to Engels (16 January 1858)” In: MARX; ENGELS. *Marx-Engels collected works*. *Op. cit.*, v. 40, p. 249.

Como veremos, segundo a interpretação de Negri, o método de Marx não é aquele do idealista alemão.

De fato, poder-se-ia argumentar que o método de “elevar-se do abstrato ao concreto” foi utilizado tanto pela economia política em seu desenvolvimento quanto pelo idealismo filosófico. Porém, ao fazê-lo, uma e outro, segundo a interpretação marxiana, teriam confundido as categorias do pensamento e o mundo efetivo ou, pior, teriam submetido este àquelas, de modo que “o movimento das categorias aparece, por conseguinte, como ato de produção efetivo [...] cujo resultado é o mundo efetivo”. Esse, notadamente, é o caso de Hegel, que ilusoriamente teria concebido o real como “resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo” ou, nos termos do célebre posfácio à segunda edição do primeiro livro d’*O capital*, teria concebido o pensamento como “sujeito autônomo [...], demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro [o pensamento]”.¹⁴⁴ Ora, não se pode negar que o pensamento seja realmente produtivo, diria Marx. Mas, conquanto a síntese concreta do pensamento seja decerto seu produto, isso em nada autorizaria enxergar no pensamento o produtor do real. Primeiro, porque mais que receber para a sua atividade “apenas um estímulo do exterior”, como no idealismo, o pensamento depende da apropriação do concreto dado por meio do “único modo que lhe é possível”, qual seja, por meio da intuição e da representação. Depois, porque não obstante a “abstração determinada” seja o modo do pensamento de apropriar-se do concreto como um concreto mental, isso “de modo algum é o processo de gênese do próprio concreto” ou, recorrendo mais uma vez ao posfácio à segunda edição do primeiro livro d’*O capital*, “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”.¹⁴⁵ Portanto, diferentemente das mistificações idealistas, que confundem o processo de produção da realidade concreta com a reprodução do concreto por meio do pensamento, o método marxiano mantém a distinção entre os dois concretos, o concreto tomado como “pressuposto efetivo”, como “representação caótica do todo” e o concreto compreendido como “unidade da diversidade”, como resultado do processo de pensamento, como “concreto mental”. Nas palavras de Marx citadas por Negri,

o sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.¹⁴⁶

¹⁴⁴ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, p. 55 e *Id. O capital. Op. cit.*, Posfácio à segunda edição, p. 90, respectivamente.

¹⁴⁵ *Id.* *Grundrisse. Op. cit.*, p. 54 e *Id. O capital. Op. cit.*, loc. cit., respectivamente.

¹⁴⁶ *Id. Grundrisse. Op. cit.*, p. 55. Essa passagem é citada por Negri em *MM*, cap. 3, p. 72. Só nesse momento, isto é, depois de afastadas as mistificações idealistas, é que podemos compreender a “abstração determinada” como

Nessas primeiras considerações, o método marxiano é afastado uma primeira vez tanto das formas consideradas de empirismo quanto de idealismo. Mas Negri vai além em seu exame da “abstração determinada”. Ao tratar das razões que justificariam a abertura dos *Grundrisse* pelo exame do dinheiro, diferentemente do que ocorre nos posteriores escritos marxianos de crítica à economia política, iniciados pelo exame da mercadoria, nosso autor defende que, na medida em que o dinheiro, ao organizá-las, representa e sanciona as relações sociais, na medida em que *nós estamos* no interior desse mundo feito de dinheiro, a consideração do valor sob a forma do dinheiro o apresenta imediatamente segundo a materialidade de nosso mundo social. Desse modo, o exame marxiano conduziria diretamente à “imediatricidade prática da crítica, da denúncia e da recusa”, e não a “ideais sínteses cognitivas [e] a hipóstases fantásticas”, como nos filósofos e nos economistas. Em suma,

o dinheiro tem a vantagem de me apresentar imediatamente a face imunda da relação social de valor; isso me apresenta o valor, de imediato, como troca comandada e organizada pela exploração. Não há necessidade de afundar as mãos no hegelianismo para descobrir a dupla face da mercadoria e do valor: o dinheiro tem uma única face: a do patrão.¹⁴⁷

Esse procedimento, que segundo Negri “faz ressaltar primeiro o antagonismo prático dentro de qualquer fundação categorial”, dará a tônica de todo o desenvolvimento dos *Manuscritos* e, por conseguinte, poderá ser encontrado também no que concerne às questões metodológicas expostas na *Introdução*. A respeito da “abstração determinada”, nosso autor afirma que “*estamos todos* dentro dessa realidade cujas determinações concretas e múltiplas tentamos, testamos, arriscamos aproximar através de abstrações”.¹⁴⁸ Então, no primeiro critério do método marxiano (isso só poderá ser confirmado a partir da compreensão global do método), o que estaria em jogo não é somente o procedimento teórico de certa ciência ou filosofia. Não só o cientista ou o filósofo, mas nós todos, insistimos, estamos imersos numa mesma realidade que buscamos

o método propriamente marxiano. Nesse sentido, a crítica endereçada a Negri por Musto nos parece inadequada. Para essa crítica, cf. MUSTO. “History, production and method in the 1857 ‘Introduction’” In: *Id. Karl Marx’s Grundrisse. Op. cit., Part I*, pp. 16-7.

¹⁴⁷ *MM*, cap. 2, pp. 41-2. O exame marxiano da mercadoria é encontrado em sua forma mais acabada em MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 1. Althusser concordaria com Negri no que diz respeito à dificuldade que a forma hegeliana de exposição da mercadoria apresenta a uma leitura política d’*O capital*, razão pela qual recomenda o início da leitura d’*O capital* por sua segunda seção. Cf. ALTHUSSER. “Advertência aos leitores do Livro I d’*O capital*” In: MARX. *O capital. Op. cit.*, p. 45. Para o tema da relação entre Hegel e Marx, considerando os *Manuscritos*, cf. *MM*, cap. 1, pp. 16-7 e cap. 3, pp. 85-6. Para outras aproximações entre os métodos de Hegel e Marx na análise da *Introdução*, ver MUSTO. “History, production and method in the 1857 Introduction” In: MUSTO (Org.). *Karl Marx’s Grundrisse. Op. cit.*, pp. 3-32 e SIQUEIRA. *O método da crítica da economia política*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, 2015, 142 f.

¹⁴⁸ *MM*, p. 42 e cap. 3, p. 72, respectivamente, grifos nossos na segunda citação.

apreender por meio de abstrações. Assim, “o processo da abstração determinada, da aproximação e da conquista abstrata do concreto é um processo coletivo, de conhecimento coletivo”. “Há vontade e inteligência, isto é, uma prática humana e cotidiana, nesse primeiro princípio do método”.¹⁴⁹

A “abstração determinada” indica também uma relação entre o simples e o combinado. Com efeito, a confusa realidade apreendida pela intuição ou representação é analiticamente afinada por meio de abstrações cada vez mais simples. Por sua vez, tais abstrações simplíssimas são sintetizadas numa totalidade por meio de determinações, de modo que a determinação das abstrações nos leva ao concreto. Há aqui uma ordem do pensamento cognitivo que poderia ser aproximada do método cartesiano.¹⁵⁰ Contudo, a relação entre o simples e o combinado apresenta-se também como uma relação entre o mundo dito real e o mundo conceituado, o concreto efetivo e o concreto mental, ou, de maneira mais precisa, entre a ordem do pensamento e o processo histórico.¹⁵¹ Tais relações, esquecidas pelos economistas burgueses e ponto central das preocupações de Marx, exigem, diz-nos Negri, uma interpretação. Essa interpretação, prossegue o filósofo e militante italiano, é realizada pelo segundo critério ou princípio do método marxiano, qual seja, a *tendência*.

De acordo com o primeiro critério do método marxiano, a correta ordem do pensamento segue do simples ao combinado, levando-nos da abstração ao concreto. Porém, semelhante ordem corresponderia à realidade efetiva? Ou, nas palavras do pensador alemão, “essas categorias simples [ou abstratas] não têm igualmente uma existência independente, histórica ou natural, antes das categorias mais concretas [ou compostas]?”. A princípio, a resposta dada a essa questão é ambígua: “ça dépend”. Para justificá-la, Marx procura responder a referida questão a partir de três exemplos: o da categoria “posse”, o da categoria “dinheiro” e o da categoria “trabalho”. Deixemos de lado o exemplo da posse, de fato, o mais confuso entre eles, e tomemos o exemplo do dinheiro, categoria com que o pensador alemão inicia seus *Grundrisse*. A categoria simplíssima do “dinheiro pode existir, e existiu historicamente antes que exista o capital, antes que existam os bancos, antes que exista o trabalho assalariado etc.”, o que permitiria apontar uma

¹⁴⁹ *Ibid.*, cap. 3, pp. 73, 72. Não podemos deixar de notar aqui um primeiro passo para a caracterização do método dos *Grundrisse* como uma ciência da classe operária. Na medida em que essa realidade vivida por nós é a realidade da exploração capitalista, o método será direcionado para a apreensão e superação dessa realidade.

¹⁵⁰ A aproximação entre a determinação abstrata e o método cartesiano é sugerida por Negri em *MM*, cap. 3, p. 72. Para o método em Descartes, cf. DESCARTES. *Regras para a direcção do espírito*. Lisboa: 70, [s.d.], esp. as regras 1-8 e *Id.* “Discurso do método” In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1973, v. 15, pp. 33-79, esp. a Segunda Parte.

¹⁵¹ A relação entre o mundo conceituado e o mundo real é destacada por Negri desde o início em sua leitura da *Introdução*. Para esse tema, cf. esp. *MM*, pp. 66-71. Para o ataque de Marx aos economistas burgueses nesse contexto, cf. MARX. *Grundrisse*. *Op. cit.*, Introdução, § 1.

correspondência entre a ordem das categorias e o concreto efetivo, entre o curso do pensamento e o processo histórico. Todavia, prossegue o filósofo de Tréveris, o contrário teria ocorrido nas sociedades Incas, onde a economia se desenvolveu sem a existência de qualquer tipo de dinheiro; nas sociedades escravas, onde o dinheiro assume papel relevante apenas nas trocas entre as diversas comunidades, ou seja, nas relações comerciais exteriores; nas sociedades antigas, onde o desenvolvimento do dinheiro só aparece no período de dissolução dessas sociedades. Nesses casos, a correspondência entre a ordem das categorias e o processo histórico não é verificada, o que nos leva a concluir que a correspondência entre este e aquela não é necessária, mas apenas contingente. A resposta de Marx sobre a correspondência dessas ordens, contudo, é mais complexa. Pois, bem como o processo histórico, as categorias elas mesmas têm seu próprio desenvolvimento ou, como diria Negri, movimento. Desse modo, ainda sobre o exemplo do dinheiro, o pensador alemão nos diz que “essa categoria muito simples não aparece historicamente em sua intensidade senão nas condições mais desenvolvidas da sociedade”. Ou ainda, que

muito embora possa ter existido historicamente antes da categoria mais concreta, a categoria mais simples, em seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, pode pertencer precisamente a uma forma de sociedade combinada, enquanto a categoria mais concreta estava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos desenvolvida.¹⁵²

Aqui, uma relação dupla entre a ordem do pensamento e o processo histórico é afirmada. Mas, antes de tecer quaisquer conclusões, prossigamos em nossa leitura de Marx tomando agora o exemplo do trabalho, conceito chave de toda a investigação marxiana segundo Negri.

“O trabalho parece uma categoria muito simples”, diz-nos o Marx. “A representação do trabalho nessa universalidade também é muito antiga. Contudo”, ele prossegue, “concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração”. Nesse ponto, o filósofo de Tréveris retraça a história dos sistemas do pensamento econômico, dando ênfase à questão da geração de riqueza e expondo o desenvolvimento da categoria “trabalho”. O sistema monetário, ele nos diz, “põe a riqueza muito objetivamente como coisa fora de si no dinheiro”; o sistema manufatureiro ou comercial, por seu turno, teve o mérito de ter trazido a questão da riqueza para a atividade subjetiva do trabalho, o trabalho manufatureiro e comercial, “embora concebendo ainda essa própria atividade sob forma estreita do simples ganhar dinheiro”; mais um passo foi dado pelo sistema fisiocrático quando ele pôs “o próprio objeto [da riqueza] não mais sob o disfarce do

¹⁵² Ver MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, pp. 55-7. Cf. também *MM*, cap. 3, p. 73.

dinheiro, mas como produto em geral, como resultado universal do trabalho”, esse trabalho, no entanto, permanecia ainda um trabalho determinado, o trabalho agrícola; finalmente, o mais alto grau de abstração da categoria de trabalho na história do pensamento econômico fora atingido por Adam Smith, que “descart[ou] toda determinabilidade da atividade criadora de riqueza”. Para Smith, o trabalho é “trabalho simplesmente, nem trabalho manufatureiro, nem comercial, nem agrícola, mas tanto um quanto os outros”. Teria o economista escocês meramente descoberto a forma abstrata para a relação mais simples e antiga em que os seres humanos aparecem como produtores? A resposta a essa questão, mais uma vez, é ambígua. “Por um lado, isso é correto”, diz-nos Marx. “Por outro, não”. Isso ocorre pela mesma razão encontrada no exemplo do dinheiro, qual seja, ainda que uma categoria simplíssima possa existir numa sociedade menos desenvolvida, ela não atinge seu mais alto grau de desenvolvimento senão nas formas sociais mais complexas. Assim, afirma o pensador alemão a respeito do trabalho: “a indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais”. Portanto”, conclui, “as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico”.¹⁵³ Nesse momento, a ambiguidade inicial da resposta marxiana parece começar a se dissipar e a relação entre a ordem das categorias e o processo histórico aparenta assumir uma regra geral, na qual a complexificação do real permitiria a simplificação e a abstração das categorias.

Ora, temos na sociedade burguesa “a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção”, assinala Marx. Logo, é nessa sociedade que as categorias da economia política encontrarão seu maior desenvolvimento intensivo e extensivo e, destarte, é nela que devemos encontrar o referencial para estabelecer sua ordem. “Seria impraticável e falso”, ajuíza o pensador alemão,

deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece em sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico.¹⁵⁴

Assim, a relação entre o curso do pensamento e a realidade efetiva não é a da manifestação imediata desta naquele, como na economia em sua gênese. Tampouco há uma relação de produção da última pelo primeiro, como em Hegel. Igualmente, não se trata de confundir as ordens

¹⁵³ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, pp. 57.

¹⁵⁴ *Ibid.*, pp. 58, 60.

do pensamento e da realidade, como fizeram os economistas do século XVIII. Outrossim, não há uma separação absoluta entre tais ordens, como em Pierre-Joseph Proudhon. Finalmente, também não se pode pensar que a ordem das categorias corresponda à sua aparição no curso da história. Diversamente dessas aproximações, a ordem das categorias deve ser estabelecida por sua posição na sociedade capitalista mais avançada. Desse modo, “a ordem das categorias [...] reconstitui a realidade em uma ordem abstrata, surgida a partir da realidade ela mesma [...]. Mas a realidade que a ordem das categorias faz referência é a totalidade concreta, com múltiplas determinações, que é a moderna sociedade burguesa”.¹⁵⁵ Nas palavras de Negri, aqui a abstração “busca sua realidade no concreto”. Com a determinação das categorias capazes de explicar as relações da sociedade mais complexa será possível dar conta de compreender as relações de produção de todas as sociedades anteriores: “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco”, assinala Marx.¹⁵⁶ Todavia o método marxiano não se limita a fornecer ferramentas para a compreensão das diferenças entre os modos em que produção se manifestou ao longo da história. Nesse sentido, a ambiguidade da resposta marxiana será deslocada em chave positiva por nosso autor. Além da “abstração que busca sua realidade no concreto”, isto é, o princípio da “abstração determinada”, há também o “concreto que busca na abstração a sua determinação”, ou seja, o processo da “tendência”.¹⁵⁷

Desse modo, a relação entre a ordem das categorias e o processo histórico será interpretada por Negri como “uma relação no pleno sentido da palavra”, isto é, uma implicação recíproca que mobiliza as ordens das categorias e do real, um dinamismo sempre aberto entre o pensamento e a história, no qual se faz impossível qualquer possibilidade de engessamento objetivo ou de superação dialética dos termos, o que permitiria reafirmar o caráter de obra aberta dos *Grundrisse*.¹⁵⁸ Ao lado da “abstração determinada”, que permite alcançar o concreto por meio de determinações, a “tendência” permite encontrar no concreto mental, ou seja, na conceituação dessa totalidade de muitas determinações que é a sociedade burguesa, o movimento

¹⁵⁵ DUSSEL. *La producción teórica de Marx. Op. cit.*, cap. 2.3, p. 56.

¹⁵⁶ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, pp. 58.

¹⁵⁷ MM, cap. 3, p. 73.

¹⁵⁸ Esse sentido de relação já havia sido indicado justamente na caracterização dos *Grundrisse* como uma “obra aberta”, onde o motor do dinamismo é o antagonismo entre classes, sem o qual “não existe movimento e nem existem as categorias”. Cf. MM, cap. 1, pp. 24-5 e *supra*. Sobre a relação entre teoria e prática, remetemos mais uma vez a DELEUZE; FOUCAULT. “Os intelectuais e o poder” In: DELEUZE. *A ilha deserta e outros textos. Op. cit.*, p. 265. Numa pesquisa realizada com Maurizio Lazzarato durante os anos noventa, Negri precisará essa noção de relação distinguindo os termos *relation* e *rapport*. Distinção possível também em língua italiana (entre *relazione* e *rapporto*), mas impossível em língua portuguesa. Lá, os autores afirmam que a *relation* é “irredutível a uma fixidez”, nela “os sujeitos não podem ser anulados ou superados dialeticamente, mas são, inversamente, confirmados e reproduzidos pelo fato de estarem em relação”. Para essa distinção, cf. CORSANI *et al.* *Le bassin de travail immatériel (BTI) dans la métropole parisienne*. Paris: L’Harmattan, 1996, Annexe 2, pp. 199-200, doravante BTI.

que operará no real um novo deslocamento. O princípio da tendência é “comunismo na metodologia”, diz-nos Negri. Trata-se de, ao modo da famosa definição d’*A ideologia alemã*, descobrir no estado de coisas [*Zustand*] atual, a saber, na sociedade burguesa, o movimento real, a tendência que, de seu interior, é capaz de destruir esse presente estado de coisas.¹⁵⁹ Tal movimento, como podemos perceber pela hipótese negriana de leitura dos *Grundrisse* e como confirmaremos no decorrer desta subseção, não será encontrado, como nas leituras objetivistas da teoria marxiana e, particularmente, d’*O capital*, nas “leis econômicas de desenvolvimento” do modo de produção capitalista, mas antes, na subjetividade da classe operária. Negri vê um liame fundamental entre o conceito de totalidade utilizado por Marx na *Introdução* e a noção de subjetividade:

a análise das relações gerais que constituem a categoria [de trabalho], essa unidade e nexos do múltiplo é um elemento dinâmico, o entrelaçamento e um resultado de forças subjetivas. O conceito de trabalho se move na realidade histórica da economia em direção a formas sempre mais altas de abstração: são as relações de produção capitalistas que determinam esse movimento.¹⁶⁰

Com efeito, diz-nos Marx que há “sempre um corpo social, um sujeito social” que constitui uma totalidade maior ou menor de ramos de produção, ou que na economia “as relações e os modos de distribuição aparecem [...] como o reverso dos agentes de produção”.¹⁶¹ Toda a esfera econômica, portanto, e as relações de produção, inclusive, remontam sempre a um sujeito produtor, um sujeito coletivo que participa do processo produtivo.¹⁶² Bem como no primeiro critério do método marxiano, a “coletividade” constituirá também o critério da tendência, predicada de “risco coletivo”. Segundo Negri, “a tendência não é só um modo de passivamente construir categorias a partir de uma soma de aquisições históricas, é sobretudo um modo para ler o presente à luz do futuro, para lançar projetos, para iluminar o futuro. Para arriscar, para lutar”.¹⁶³

¹⁵⁹ *MM*, p. 74. A ideia de uma metodologia comunista acompanhará Negri no decorrer de toda sua trajetória intelectual a partir dos anos setenta, sendo retomada, por exemplo, em *LD*, cap. 1, esp. pp. 4-6. Para a definição de comunismo aludida acima, cf. ENGELS; MARX. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, Feuerbach e História, p. 38, n. a.

¹⁶⁰ *MM*, cap. 3, p. 75.

¹⁶¹ MARX. *Grundrisse*. *Op. cit.*, Introdução, § 1, p. 41 e § 2, p. 50.

¹⁶² A defesa do sujeito produtor como um sujeito coletivo é operada por Marx, contra os economistas, já nas primeiras passagens da *Introdução*: “quando mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior [...]. O ser humano é, no sentido mais literal, um ζῷον πολιτικόν [animal político]”. *Id. Ibid.*, § 1, p. 40. Para esse tema, cf. SIQUEIRA. *O método da crítica da economia política*. *Op. cit.*, cap. 2.1. No mesmo sentido, diz-nos Negri que nos *Grundrisse* o trabalho “passa a definir-se a partir das relações de troca e da estrutura capitalista de produção. “Não se acha em Marx nenhum conceito de trabalho que não seja o de trabalho assalariado, trabalho socialmente necessário para a reprodução do capital; portanto, nenhum conceito de trabalho a restaurar, a liberar, a sublimar; mas somente um conceito e uma realidade do trabalho a suprimir”. *MM*, cap. 1, p. 26.

¹⁶³ *MM*, cap. 3, p. 74.

Podemos ver na definição negriana de “tendência” mais um passo em direção à caracterização do método exposto e utilizado por Marx nos *Grundrisse* como uma ciência da classe operária. Trata-se de um *método de construção do futuro*. Mas, ao mesmo tempo, tal definição não nos livra de alguns problemas. Primeiramente, poderíamos nos perguntar se esse método que se apoia, mais que na história passada, no porvir, não recairia novamente em uma espécie de idealismo, no qual as categorias do pensamento seriam capazes de determinar o curso da história. Além disso, a presença desse sujeito coletivo – isto é, da classe operária – no método de Marx ainda não está clara, malgrado as repetidas referências que Negri fez a ela. Quanto ao primeiro problema, ele talvez possa ser solucionado pelo exame do terceiro critério ou princípio do método marxiano, chamado pelo filósofo e militante italiano de *verdadeiro na prática*.

Retornemos ao exemplo do trabalho fornecido por Marx. Sabemos que as categorias atingem seu maior grau de desenvolvimento “unicamente” nas condições sociais mais desenvolvidas. Portanto, além de advir somente depois da sintetização de múltiplas determinações efetivas da produção numa totalidade, “a indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente”, isto é, em uma forma de sociedade em que a fonte geradora de riqueza é trabalho em geral, trabalho em abstrato. “Um tal estado de coisas [*Zustand*]”, diz-nos Marx, “encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa”, qual seja, os Estados Unidos de sua época. Ora, a publicação da primeira edição d’*A riqueza das nações*, de Smith, ocorre em 9 de março de 1776, cerca de três meses antes da independência dos Estados Unidos da América, ocorrida em 4 de julho do mesmo ano. É lícito, então, afirmar que as pesquisas do pensador escocês sobre a economia política se deram quando esta que se tornaria a mais avançada sociedade burguesa no século seguinte encontrava-se ainda sob o jugo da colonização, sendo conseqüentemente subordinada à metrópole. A categoria de trabalho abstrato, portanto, surge no real somente no século seguinte à sua descoberta por Smith. É apenas com o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos enquanto nação independente que, nas palavras de Marx,

o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado a indivíduos em uma particularidade [...] só nos Estados Unidos a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *pure et simple*, o ponto de partida da Economia moderna, devém verdadeira na prática.¹⁶⁴

¹⁶⁴ MARX. *Grundrisse*. Op. cit., Introdução, § 3, p. 58.

Com isso, é claro, não queremos defender que o princípio da tendência pudesse ser encontrado já em Smith. Pelo contrário, embora o pensador escocês proceda com o método de elevar-se do abstrato ao concreto, ele, bem como outros economistas burgueses (à exceção de James Steuart), remetia suas abstrações não ao desenvolvimento do processo histórico, mas a uma ordem supostamente natural, harmônica e eterna, fato combatido por Marx desde o início da *Introdução*. Igualmente, a tendência não diz respeito meramente a uma determinação do real pelo pensamento, a uma demiurgia intelectual da história, como em Hegel, ainda que essa demiurgia seja tomada em termos de projeção.¹⁶⁵ Bem como vimos quanto à “hipótese operarista”, a tendência exige um momento de verificação para atingir sua validade teórica (ou científica). Em relação ao exemplo do trabalho, Marx nos diz que ele “mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas [...], na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas”.¹⁶⁶ Ou seja, as categorias construídas na cabeça partem do real. Nesse sentido, elas são seu produto. Mas esse produto, no momento de retorno da atividade intelectual, deve retornar ao real, deve ser confrontado com ele a fim de que sua validade teórica seja verificada. Então, o “verdadeiro na prática”, afirma Negri, é “ponto do desenvolvimento categorial no qual a abstração se focaliza e alcança a completude de sua relação com a realidade histórica”.¹⁶⁷ É o ponto nodal entre a teoria e a prática, sem a qual a primeira não pode avançar.

O “verdadeiro na prática”, sublinha nosso autor, é um critério do “dinamismo da relação prática”, da “subjetividade histórica desse movimento”.¹⁶⁸ Mas parece-nos que após expor tal movimento não fomos capazes ainda de definir adequadamente seu princípio ou, ainda, seu motor. É a questão da subjetividade no método marxiano que exige ainda uma melhor explicação. Vimos que a história tanto quanto as categorias têm seu desenvolvimento e o critério do

¹⁶⁵ Com efeito, admite Negri, quando a tendência não está ancorada na subjetividade histórica, ela corre o risco de transmutar-se em mera projeção teórica. Esse “retardo e confusão” do método, assinala o filósofo e militante italiano, indica um “insuficiente aprofundamento da análise” – que, em sua interpretação, será atingido somente com a descoberta da lei do mais-valor – e “reaparece quando menos se lhe espera”. Tais retardo e confusão são flagrantes, por exemplo, nas passagens do “Capítulo do dinheiro” sobre a relação entre crise capitalista e passagem ao comunismo, onde “o problema do comunismo corre o risco de tornar-se um discurso de ficção científica”. Todavia, Negri minimiza esse risco: “ainda assim, não parece que, mesmo nesse caso, o discurso pode ser fechado”. A tendência deve ser ligada à sua verificação subjetiva, ao “verdadeiro na prática” e esse, sustenta Negri, é o caminho seguido pelos *Grundrisse* ao passo de seu aprofundamento investigativo – isto é, em direção à descoberta da teoria do mais-valor. Para esse tema e para as citações acima, cf. *MM*, cap. 3, pp. 81-2.

¹⁶⁶ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, p. 58. Para esse tema, cf. também *ibid.*, § 1, esp. p. 41.

¹⁶⁷ *MM*, p. 75, grifos removidos.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 77.

“verdadeiro na prática” nos oferece o ponto de encontro entre essas duas ordens. Nele, a validade do desenvolvimento teórico se abre à verificação prática numa dada situação [*Zustand*] histórica. As considerações marxianas sobre a história são largamente conhecidas, e aqui nos é suficiente destacar aquela do *Manifesto comunista*, segundo a qual “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”.¹⁶⁹ Mas, e quanto ao desenvolvimento das categorias? A melhor explicação para esse assunto está numa passagem da *Introdução* que, segundo Negri, resume praticamente todo o método do pensador alemão. Nessa passagem, em que Marx toma o exemplo da categoria de produção, é dito que

a produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui o seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a *diferença essencial*.¹⁷⁰

O desenvolvimento das categorias está calcado em sua “diferença essencial”, ou seja, um princípio lógico ou mesmo ontológico. Isso significa que o critério subjetivo, histórico e político colocado por Negri na metodologia marxiana não está expressamente exposto na *Introdução*. Assim, o que autoriza nosso autor a destacar o papel da subjetividade na metodologia marxiana ora examinada? Nesse ponto, onde o discurso sobre o método efetuado na *Introdução* encontra suas limitações, a articulação entre ela e os *Grundrisse*, negada pela tradição, será de fundamental importância, também no que se refere às questões de método, para o filósofo italiano.

Diz-nos Negri que o método marxiano desenvolvido nos *Manuscritos* não é linear. Isso vale para a relação entre a *Introdução*, um texto que pretende dedicar-se especificamente ao método, e os *Grundrisse*, mas também para a própria articulação interna destes.¹⁷¹ Com esta afirmação, nosso autor pretende destacar que o desenvolvimento do método nos *Grundrisse* não se dá anteriormente à sua redação, como ocorreria no caso cartesiano, por exemplo. Pelo contrário, as construções teórica e metodológica dependeriam uma da outra para seu desenvol-

¹⁶⁹ ENGELS; MARX. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005, cap. 1, p. 40.

¹⁷⁰ MARX. *Grundrisse*. *Op. cit.*, Introdução, § 1, p. 41, grifos nossos. Cf. também *Ibid.* § 3, p. 59.

¹⁷¹ *MM*, cap. 3, p. 81.

vimento mútuo, uma e outra “iluminam-se reciprocamente”, para retomar a expressão do filósofo e militante italiano.¹⁷² Desse modo, Negri buscará nos *Grundrisse* o desenvolvimento dos aspectos metodológicos que puderam ser somente indicados com a *Introdução*. Dessas, a passagem da “diferença” ao “antagonismo” tem posição central.¹⁷³

Essa passagem, sublinha nosso autor, é aludida na própria *Introdução*, que, por vezes, a toma implicitamente. Esse seria o caso da segunda seção desse texto, onde Marx expõe a relação da produção com a circulação, a troca e o consumo, mas também de sua quarta seção, onde o pensador alemão procura discutir as relações entre a arte grega e a sociedade moderna. Esta última seção – que na edição brasileira dos *Manuscritos* possui pouco mais de duas páginas – bem como os problemas por ela propostos são abandonados por Marx, que imediatamente passa a dedicar-se à redação do “Caderno I”. Nessa atitude Negri interpreta que o filósofo de Tréveris “parece perceber o limite da proposta de seu método e começar a reflexão que, com os *Grundrisse*, o conduzirá a concluir de maneira criativa os pressupostos da *Introdução* e, em geral, a alcançar a mais alta maturidade teórica”.¹⁷⁴ Mas é com o desenvolvimento de outros elementos teóricos que a metodologia de Marx poderá atingir um aspecto mais acabado. Curiosamente, nosso autor vê em dois dos trechos mais fragmentados dos *Grundrisse* os elementos que permitirão esse avanço: o primeiro consiste numa introdução ao tema do valor adicionado ao fim do “Capítulo do capital” e o segundo é encontrado no texto intitulado *Bastiat e Carey*.

Quanto à introdução sobre o valor, Negri nela encontra um “aprofundamento intensivo da ‘diferença’”.¹⁷⁵ Nessa passagem, que constitui um esboço do capítulo sobre o valor aludido por Marx no “Capítulo do dinheiro” e que já se aproxima dos posteriores escritos marxianos de crítica à economia política, a categoria de valor é exposta a partir das determinações da categoria de mercadoria.¹⁷⁶ “Mercadoria” é uma abstração razoável que se cinde em duas determinações: valor de uso e valor de troca. O valor de uso é “objeto de satisfação de um sistema qualquer de necessidades humanas. Esse é o seu aspecto material, que pode ser comum às épocas

¹⁷² Cf. *supra*. Na abertura do segundo capítulo de *Marx oltre Marx* Negri afirma haver “uma transformação que [o método] experimenta ao entrar em contato com as coisas [isto é, com os objetos da análise]”. *MM*, cap. 2, p. 39.

¹⁷³ Não podemos deixar de notar que enquanto Marx afirma uma “diferença essencial” entre as determinações das abstrações, Negri enfatiza dessa dupla de palavras somente o seu primeiro termo, o que, segundo Murphy, anteciparia sua futura aliança com o pós-estruturalismo francês. Cf. MURPHY. *Antonio Negri. Op. cit.*, cap. 3, p. 107. A ênfase contrária, isto é, no termo “essencial”, também é possível e pode ser encontrada, por exemplo, na interpretação de Dussel em *La producción teórica de Marx. Op. cit.*, cap. 1.2.

¹⁷⁴ *MM*, cap. 3, p. 78, modificada.

¹⁷⁵ *Ibid*, p. 83.

¹⁷⁶ Para as referências à “seção do valor de troca” ou do “chapter que trata do valor de troca enquanto tal”, cf. MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Elementos, Capítulo do dinheiro, pp. 141, 150. Esse primeiro capítulo sobre o valor aparece nos posteriores escritos de crítica à economia política sob o título de “A mercadoria”. Cf. *Id. Contribuição à crítica da economia política. Op. cit.*, cap. 1 e *Id. O capital. Op. cit.*, cap. 1.

de produção mais díspares, e cujo exame, em consequência, situa-se fora do âmbito da economia política”. Como o valor de uso, porém, se insere na esfera da economia política? O valor de uso, diz-nos Marx, é “um pressuposto dado”, isto é, “a base material em que se apresenta uma relação econômica determinada. É essa relação determinada que carimba o valor de uso como mercadoria”. Nesse sentido, o valor de uso determina o valor de troca de uma dada mercadoria, é “suporte do valor de troca”. No entanto, essa relação fundamental entre o valor de uso e o valor de troca é rompida na moderna sociedade burguesa. No interior das relações capitalistas de produção, o valor de uso é “modificado”, diz-nos Marx.¹⁷⁷ Se antes ele constituía “a diferença do valor”, como interpreta Negri (no mesmo sentido em que, alhures, Marx assinala que “o trigo, por exemplo, é um valor de uso especial, que se distingue dos valores de uso como o algodão, o vidro, o papel etc.”), na sociedade burguesa ele, segundo a “dialética da unidade e da diferença”, será “reduzido à unidade” do processo produtivo.¹⁷⁸ Assim,

apesar de imediatamente unidos na mercadoria, valor de uso e valor de troca também se dissociam imediatamente. O valor de troca não só não aparece determinado pelo valor de uso, como, pelo contrário, a mercadoria só devém mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que o seu possuidor não se relaciona com ela como valor de uso. É unicamente por sua alienação [*Entäußerung*], sua troca por outras mercadorias que ele se apropria dos valores de uso. A apropriação pela alienação [*Entäußerung*] é a forma fundamental do sistema social da produção do qual o valor de troca aparece como a expressão mais simples, mais abstrata. O valor de uso é pressuposto, mas não para seu dono, e sim para a sociedade como um todo.¹⁷⁹

Na passagem acima, diz-nos Negri, se verifica o deslocamento do valor de uso como “pressuposto dado”/“premissa objetiva” [*gegeben Voraussetzung*] para o valor de uso como “pressuposto alienado”.¹⁸⁰ Nela, a possibilidade de cisão da mercadoria é deslocada do terreno lógico, como quando uma abstração pode ser cindida em diversas determinações, para o terreno da subjetividade histórica. “É a natureza da relação social, a sua dimensão capitalista, que transforma a premissa objetiva em pressuposto alienado, atribuindo-lhe, assim, uma caracterização dinâmica [ou seja, histórica] que retorna continuamente a fim defini-lo”. Desse modo, a categoria de valor de uso só pode entrar na esfera da economia política (e, por conseguinte, da

¹⁷⁷ *Id. Grundrisse. Op. cit.*, Capítulo do capital, p. 756, grifos nossos na segunda citação.

¹⁷⁸ *MM*, cap. 3, p. 78. Para a citação de Marx, cf. *Contribuição à crítica da economia política. Op. cit.*, cap. 1, p. 52.

¹⁷⁹ *MARX. Grundrisse. Op. cit.* Elementos, Capítulo do capital, p. 756

¹⁸⁰ *MM*, p. 79. Aqui, a expressão alemã *gegeben Voraussetzung* é traduzida de formas consideravelmente distintas nas edições italiana e brasileira dos *Grundrisse*. Enquanto nesta tal expressão é traduzida por “pressuposto dado”, naquela ela é traduzida como “premissa objetiva” [*premissa oggetiva*]. Como se pode notar, a tradução italiana auxilia a interpretação da oposição que Negri faz entre a objetividade da distinção lógica e a fundação subjetiva da distinção histórica sofrida pela categoria de valor, o que lhe permitiria reafirmar sua contraposição dos *Grundrisse* frente a *O capital*.

crítica da economia política) quando a distinção da categoria de valor encontra sua fundação subjetiva na materialidade histórica – isto é, quando ela devém “verdadeira na prática” e a cisão lógica é encontrada também no social. Nesse sentido, Negri conclui que na passagem da “premissa objetiva” ao “pressuposto alienado” a diferença aponta para o antagonismo ou, de maneira mais categórica, “a diferença [lógica] se faz antagonismo [social]”.¹⁸¹

Quanto a Bastiat e Carey, Negri lá enxerga “uma acentuação dinâmica [...] no uso metódico do antagonismo”. Em sua interpretação, no confronto entre a economia política francesa e estadunidense que guia o “Prólogo” à pretendida resenha marxiana de *Harmonies Économiques*, algumas “leis da crítica” – isto é, do método de Marx – são expostas pelo pensador alemão. A primeira dessas leis diria respeito à “tendência de uma sociedade burguesa [...] em desenvolver-se de maneira autônoma, fora dos limites de um movimento secular anterior”.¹⁸² Semelhante tendência, mais uma vez, é “verdadeira na prática” nos Estados Unidos,

um país em que a sociedade burguesa não se desenvolveu sobre a base do feudalismo, mas começou a partir de si mesma; em que a sociedade burguesa não aparece como resultado remanescente de um movimento secular, mas como o ponto de partida de um novo movimento; em que o Estado, em contraste com todas as formações sociais anteriores, desde o início esteve subordinado à sociedade burguesa e à sua produção e jamais pôde ter a pretensão de ser um fim em si mesmo; enfim, em país em que a própria sociedade burguesa, combinando as forças produtivas de um velho mundo com o imenso terreno natural de um novo, desenvolveu-se em dimensões e liberdade de movimento até então desconhecidas e suplantou em muito todo o trabalho anterior no domínio das forças naturais

e, de especial importância para Negri, onde “os antagonismos da própria sociedade burguesa aparecem unicamente como momentos evanescentes”.¹⁸³ Nos Estados Unidos, afirma o filósofo e militante italiano, “o Estado é imediatamente síntese da sociedade civil: o capital é imediatamente capital social”, isto é, a totalidade dos capitais singulares.¹⁸⁴ Porém, os antagonismos aparentemente transitórios da sociedade burguesa intensificar-se-ão: “a harmonia das leis econômicas aparece em todo o mundo como desarmonia, e os primeiros indícios dessa desarmonia surpreendem Carey inclusive nos Estados Unidos”.¹⁸⁵ A partir desse quadro será possível apreender a segunda lei do método marxiano, qual seja, aquela que “define o paralelismo entre

¹⁸¹ *Loc. cit.* Conclusão semelhante é tomada por Negri em sua leitura da § 2 da *Introdução*. Para esse tema, cf. *ibid.*, pp. 69-71.

¹⁸² *MM*, cap. 3, pp. 83, 80.

¹⁸³ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Bastiat e Carey, p. 28.

¹⁸⁴ *MM*, p. 80. Inclusive, o capital como capital social é o ponto de partida para análise marxiana do dinheiro nos *Grundrisse*. Para o conceito de capital social em Marx, cf. *Grundrisse. Op. cit.*, Elementos, Capítulo do dinheiro e *Id. O capital, Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014, § 3, esp. cap. 18. Para o comentário negriano do capital social nos *Grundrisse*, cf. *MM*, cap. 2, p. 43 e ss e cap. 6.

¹⁸⁵ MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Bastiat e Carey, p. 29.

centralização capitalista e centralização estatal”.¹⁸⁶ Negri argumenta que no processo de produção e circulação capitalistas, a concentração do capital, fruto do antagonismo, determinou a necessidade de centralização do poder estatal. Desse modo, o Estado, que antes foi descrito por Henry Carey como o agente perturbador das harmonias econômicas torna-se “o último refúgio” dessas harmonias.¹⁸⁷ Entretanto, é no nível do mercado mundial que o antagonismo aparecerá em sua forma mais intensa. Nas palavras de Marx, a

harmonia das relações de produção burguesas termina com a mais completa desarmonia dessas relações ali onde se apresentam no terreno mais grandioso, o mercado mundial [...]. O que Carey não compreende é que essas desarmonias do mercado mundial são unicamente as expressões adequadas últimas das desarmonias que [são] fixadas nas categorias econômicas como relações fixas ou que têm uma existência local em menor escala.¹⁸⁸

Donde a terceira lei do método marxiano destacada por Negri, a saber, a do “aprofundamento, em todo caso necessário, das contradições e dos antagonismos no nível do mercado mundial na medida em que a figura do Estado (nacional) devém centralização (mediada ou imediata) do capital”.¹⁸⁹

O antagonismo, que segundo nosso autor se aprofunda com as mencionadas três leis do método marxiano, é reafirmado mais uma vez no exame da teoria dos salários de Bastiat feita pelo pensador alemão. Com a crítica da teoria dos salários, defende Negri, não há mais nenhuma possibilidade de reconduzir o antagonismo ao terreno objetivo, às “leis imanentes da produção capitalista”. Por qual razão? Segundo o comentário de Marx, Bastiat descreve um cenário em que “à forma originária de associação em que todo os associados compartilham os riscos do acaso [ou seja, as variações dos ganhos da produção], segue-se a forma em que a remuneração do trabalhador é fixada, associação de nível superior e voluntariamente integrada entre as partes”. Nada é mais estúpido para Marx. Além de débil do ponto de vista lógico, pois pressupõe a

¹⁸⁶ MM, p. 83. Esse processo é um dos pontos que Marx previra em seu “plano da obra”. Cf. MARX. *Ibid.*, §3, p. 61 e Elementos, pp. 171-2 e 204-5.

¹⁸⁷ MARX. *Ibid.*, Bastiat e Carey, p. 30. Essa passagem é citada por Negri em MM, p. 80. Para a noção de centralização do capital, cf. MARX. *O capital, Livro I. Op. cit.*, cap. 23, § 2, pp. 701 e ss e cap. 24, § 7. Para um comentário negriano sobre a centralização estatal estadunidense, cf. PC, cap. 4.

¹⁸⁸ MARX. *Grundrisse. Op. cit.* Bastiat e Carey, p. 30. Mais uma vez nos deparamos com uma divergência nas traduções brasileira e italiana dos *Grundrisse*. Enquanto nesta a expressão *abstrakte Verhältnisse* é traduzida por “relações abstratas” [*rapporti astratti*], a mesma expressão é traduzida por “relações fixas” naquela – o que não deixa de ser compreensível se nos lembrarmos que as abstrações fixam o elemento comum às diversas particularidades. No entanto, a presença do termo “relações abstratas” se faz importante na medida em que corrobora a hipótese de leitura negriana da articulação entre as diferenças categoriais até os antagonismos, e, a partir deles, as crises e a possibilidade do comunismo (cf. *supra*), hipótese que vemos reafirmada aqui.

¹⁸⁹ MM, cap. 3, p. 80.

existência de trabalhadores e capitalistas (as ditas partes) para firmar um acordo que dará origem à divisão entre essas mesmas partes, o cenário descrito por Bastiat não encontra lastro histórico, ou, em outros termos, não é “verdadeiro na prática”. Pelo contrário,

em todas essas transições históricas efetivas o trabalho assalariado aparece como dissolução, como destruição de relações em que o trabalho era fixado em todos os aspectos, em seu rendimento, seu conteúdo, sua localização, sua extensão etc. Portanto, como negação da fixidez do trabalho e de sua remuneração.¹⁹⁰

Negri vê nessa passagem a afirmação do trabalho assalariado – e, por conseguinte, ele acrescenta, da classe operária – como uma “força imediatamente revolucionária”, como “motor de todo o desenvolvimento possível”. O “movimento real” capaz de destruir o “estado de coisas atual” é inteiramente fundado no terreno subjetivo do antagonismo. É o aspecto de dissolução do capital próprio à classe operária que, mais uma vez, é salientado aqui. A leitura negriana dos *Grundrisse*, nesse sentido, reencontra novamente a hipótese operarista de Tronti. O antagonismo da classe trabalhadora é estabelecido como “o motor do desenvolvimento do sistema, o fundamento da contínua recorrência do antagonismo em todo passo avante do projeto, da história do capital”.¹⁹¹ Através dessa “imersão subjetiva” do antagonismo descrita a partir do tema do trabalho assalariado, diz-nos Negri, atinge-se o “ponto de tensão” que os *Grundrisse* tornam definitivo na teoria do mais-valor. Com a descoberta do mais-valor, o método de Marx poderá tomar um contorno definido e os pontos até agora arduamente extraídos dos diversos fragmentos dos manuscritos marxianos poderão ser reunidos de modo conclusivo.

Assim, finalmente se chega ao quarto critério ou princípio do método marxiano comentado por Negri, chamado de “*reposicionamento [spiazzamento] da investigação e do quadro teórico*”, de “*deslocamento do sujeito*”, ou ainda de “*constituição (da estrutura)*”. Esse princípio, diz-nos o autor, “se propõe através do entrecruzamento dos três critérios já maduros na *Introdução* e dos termos que começamos a ver no esboço sobre o valor e no texto sobre Bastiat e Carey” – e, de fato, Negri expõe seu exame do método marxiano de modo que todos os demais critérios do método se direcionem para esse último. No início de nossas considerações sobre o método, afirmamos a necessidade de “um instrumento adequado para perseguir a multiplicidade e o dinamismo omnilateral da realidade”.¹⁹² É a inserção dessa multiplicidade e dinamismo no próprio método que permitirá ao método marxiano tomar contornos definitivos. Tudo é dinâ-

¹⁹⁰ MARX. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁹¹ *MM*, cap. 3, p. 81.

¹⁹² Cf. *ibid.*, cap. 1, p. 30 e *supra*.

mico, móvel, instável. Isso é verdadeiro para o método dos *Grundrisse*, que dança com o aprofundamento da análise marxiana para refinar-se; para as categorias, cujo desenvolvimento se entrelaça com o curso da história; para a realidade ela mesma. “O horizonte histórico se move”, diz-nos Negri, “a categoria definida pela abstração determinada se modifica, a tendência se realiza ou se desloca (de qualquer modo, está sujeita a forte variabilidade), os sujeitos que se movem nesse horizonte e que o qualificam em termos práticos estão eles próprios, felizmente ou não, envolvidos no processo”. Desse modo, o quarto critério do método marxiano deve tomar em consideração as variações, mutações, ou mesmo revoluções da realidade efetiva, bem como a participação dos sujeitos nesse desenvolvimento. Os três nomes dados a esse último princípio metodológico dirão respeito a cada um de seus três movimentos: o primeiro considera como “premissa positiva [...] o reposicionamento do quadro teórico que se segue ao desenvolvimento da luta e a reestruturação dos parâmetros do conflito”; o segundo toma como “negativo [...] a modificação dos termos dinâmicos do processo, o deslocamento da subjetividade, dos polos subjetivos em seu interior – no novo quadro teórico estabelecido”; e o terceiro assume como “síntese [...] a constituição de uma nova estrutura, portanto de uma nova forma de antagonismo, de uma nova situação a ser submetida novamente ao critério da prática e da transformação”.¹⁹³

A forma dialética de apresentação dos termos do princípio da constituição não deve nos reconduzir às discussões da relação entre Marx e Hegel. Tendo em mente a trajetória intelectual de Negri, a ligação que devemos fazer aqui, mais uma vez, é aquela entre a interpretação negriana do método de Marx e as inovações metodológicas propostas pelo operarismo italiano. O dinamismo do método e da história dificulta qualquer exposição mais ou menos estática de nossa parte. De toda maneira, podemos dizer que ante uma situação histórica determinada (mais especificamente, a nossa, o presente, o “estado de coisas atual”), o comunismo metodológico deve buscar o “movimento real” – qual seja, segundo a interpretação de Negri, o antagonismo da classe operária – capaz de transformar esse estado de coisas. Com a transformação do estado de coisas atual, a história ruma a um nível mais alto de complexidade (uma composição maior do concreto efetivo, para retornarmos ao vocabulário de Marx) e, por conseguinte, o quadro teórico tomado deve ser reposicionado: “reposicionamento da investigação”. Mas, no avançar da situação histórica, os próprios termos do antagonismo são deslocados e, portanto, a apreensão teórica da tendência também o é: “deslocamento do sujeito”. Por sua vez, realizando-se ou sendo deslocada, a nova tendência ensinará uma outra transformação e, conseqüentemente, a “constituição” de uma nova situação histórica a ser tomada teoricamente que, por sua vez, será

¹⁹³ *MM*, cap. 3, pp. 82-4.

novamente transformada pelas lutas, etc.: “toda estrutura constituída é um novo antagonismo constituído”. Nesse sentido, Negri afirma a existência não apenas de uma *Forschung* e de uma *Darstellung* no método marxiano, mas também de uma *neue Darstellung*, reforçando uma vez mais a abertura do método nos *Grundrisse*:

toda conclusão expositiva da pesquisa abre ulteriores campos de pesquisa e de exposição [...] sobretudo do ponto de vista histórico e tendencial, onde a identificação de todo novo sujeito mostra imediatamente o novo antagonismo e, através dele, põe em ato um processo de emergência determinada de novos sujeitos [...]. Se trata de um processo constitutivo da complexidade do movimento real, sempre cientificamente abordado, sempre cientificamente renovado. Nenhuma continuidade linear, portanto, mas pluralidade de pontos de vista sempre solicitados pelo antagonismo determinado e transposto à exposição, sob o ritmo constitutivo da investigação, em direção a exposições sempre novas.¹⁹⁴

Isso é chamado por Negri de “universo plural” do método marxiano. Mas, o que mais uma vez se afirma, podemos percebê-lo, é a indeterminação da ciência, uma ciência parcial, conduzida pela classe operária em luta, totalmente aberta ao seu movimento, suas conquistas e suas derrotas, uma ciência da classe operária, enfim. Além disso, vemos novamente a afirmação da primazia dessa classe como o motor de qualquer desenvolvimento através da luta, de seu antagonismo em relação ao capital. Como dito, são as descobertas realizadas por seus camaradas operaristas nos anos sessenta que Negri retoma e reelabora na década seguinte através de sua leitura dos *Grundrisse* de Marx. Semelhantes proposições serão sustentadas por nosso autor, não obstante um ou outro ajuste, durante toda a sua trajetória intelectual ulterior até os dias atuais, estando presentes desde seus trabalhos políticos desenvolvidos nos anos sessenta e setenta até suas mais refinadas reflexões ontológicas sobre a multidão, realizadas nos últimos anos, passando pela construção do conceito de trabalho imaterial, no início dos anos noventa.¹⁹⁵ Até aqui, consideramos tais proposições sob um ponto de vista metodológico. A partir de agora, devemos abordá-las sob o ponto de seu funcionamento. Em outras palavras, procuraremos expor sua aplicação teórica e prática, seu movimento no decorrer do itinerário operarista, em geral, e em direção à construção do conceito de trabalho imaterial, em particular. Para tanto tomaremos como guia essa que, para muitos, é a mais distintiva categoria do operarismo italiano, a saber, a *composição de classe*.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 84 e cap. 1, p. 33, respectivamente. Para a distinção entre *Forschung* e *Darstellung* no método marxiano, cf. MARX. *O capital. Op. cit.*, Posfácio à segunda edição, p. 90

¹⁹⁵ Para considerações metodológicas feitas por Negri em período mais recente, cf., por exemplo, CL, Lições 1 e 5, NEGRI. “Interpretation of the class situation today” In: BONEFELD; GUNN; PSYCHOPEDIS (Orgs.). *Open Marxism*. London: Pluto, 1992, v. II, p. 69-105, doravante ICST e M, cap. 2.1, pp. 140-53.

Composições da classe operária

Na primeira parte deste trabalho, procuramos expor algumas proposições metodológicas adotadas por Negri, em particular, a partir de certo itinerário percorrido pelo operarismo italiano, em geral. Semelhantes proposições – esboçadas por Panzieri já no fim dos anos cinquenta e desenvolvidas por outros pensadores e militantes operaristas ao longo dos anos sessenta e setenta – constituem a base do que muitos considerarão o mais distintivo traço do operarismo, a saber, o exame da composição da classe operária.

Tal exame foi realizado ao longo da experiência operarista segundo, ao menos, dois eixos distintos. Por um lado, há o que pode ser chamado de eixo histórico do exame da composição de classe. De certo modo, esse eixo decorre diretamente da “revolução copernicana” de Tronti. Após afirmar a primazia da classe operária perante o capital, é a história dessa classe que se abre como um novo campo de investigação. Diz-nos Tronti, repetimo-lo, que é um erro tomar – teórica e praticamente – primeiro o capital e então a classe operária. Igualmente, esta não deve ser fixada em uma forma estática, única e definitiva, como o fez o marxismo oficial. É necessário, prossegue Tronti, compreender a classe trabalhadora dinamicamente, por meio de uma história que

reconstrua os momentos da sua formação, as mudanças em sua composição e o crescimento de sua organização segundo as variadas e sucessivas determinações que a força de trabalho assume enquanto força produtiva do capital e segundo as diversas, recorrentes e sempre novas experiências de luta que a massa operária escolhe enquanto única antagonista da sociedade capitalista.¹⁹⁶

Essa tarefa, evidentemente, foi empreendida pelo próprio Tronti quando, por exemplo, ele examinou a formação da classe trabalhadora em *Marx, forza-lavoro, classe operaia*, de 1965. Esse foi também o caso de Bologna, quando, por exemplo, ele investigou a composição de classe no contexto do movimento alemão de conselhos operários em *Composizione di classe e teoria del partito alle origini del movimento consigliare*, de 1967.¹⁹⁷

¹⁹⁶ TRONTI. “Marx, forza-lavoro, classe operaia”, cap. 2 In: *Operai e capitale. Op. cit.*, p. 148. Cf. *supra*.

¹⁹⁷ In: *Id. Op. cit.*, pp. 121-265 e In: BOLOGNA *et al. Operai e Stato. Op. cit.*, pp. 13-46, respectivamente. O melhor exemplo de investigação da composição de classe sob um eixo histórico pode ser conferido na revista *Primo Maggio* (1973-1988). Alguns comentadores associam a construção do eixo histórico de análise da composição de classe ao demasiado distanciamento que seus proponentes mantinham em relação às fábricas, o que valeria especialmente para Tronti e para o grupo romano das revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*. Para esse tema, conferir, por exemplo, WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 3, pp. 63, 72. Negri também parece associar uma coisa à outra em *OMOS*, cap. 4, p. 78. Não podemos deixar de notar ainda que propostas semelhantes à do exame histórico da composição de classe foram empreendidas também em tradições teóricas distintas do operarismo. Cf., por exemplo, THOMPSON. *The making of the english working class*. London: Penguin, 1991.

Porém, para além das importantes considerações de ordem histórica sobre a composição de classe, fazia-se primordial para os operaristas, notadamente aqueles radicados nas cidades industriais do Norte italiano, compreender a classe operária de seu próprio tempo: “interessa neste momento”, afirma Alquati em 1965, “prestar atenção sobretudo à composição interna da classe operária em uma situação histórica precisa, como pode ser a italiana”.¹⁹⁸ Assim, por outro lado, há o que pode ser chamado de eixo empírico (ou ainda sociológico) de investigação da composição de classe. De certo modo, esse eixo decorre diretamente das considerações sobre a enquete operária que animavam os debates internos dos *Quaderni Rossi*. A enquete operária, repetimo-lo também, intentava, duma parte, realizar uma observação científica dos trabalhadores no ambiente produtivo, um “exame real da fábrica real”, e, doutra, contribuir com a elevação dos níveis de consciência de classe dos trabalhadores e com a organização de sua luta contra o capital. As mais célebres tentativas de cumprir essa tarefa podem ser encontradas nas copesquisas empreendidas por Alquati nos anos sessenta e posteriormente reunidas em *Sulla FIAT*.¹⁹⁹

Segundo essa breve exposição dos eixos de investigação da composição de classe, o nome de Negri está ausente mais uma vez. No entanto, isso não permanecerá assim por muito tempo. De fato, Negri não pode ser simplesmente encaixado neste ou naquele eixo de investigação da composição da classe operária. Diversamente, operando uma espécie de síntese entre sua formação acadêmica e seu trabalho militante nas fábricas de Porto Marghera e, de certo modo, também entre as duas vertentes de investigação supracitadas, Negri considerará tanto o eixo histórico quanto o eixo empírico em seu próprio exame da composição da classe operária nos anos setenta.²⁰⁰ Esse exame resultará tanto na construção de uma tipologia das diversas figuras hegemônicas que a composição da classe operária apresentou ao longo da história, quanto na percepção da realização de uma tendência de transformação (de reposicionamento, de deslocamento, de constituição, para retomarmos os termos utilizados por nosso autor em seu exame dos *Grundrisse*) da classe operária e de sua composição, marcadas por uma nova forma da produção capitalista e de uma nova subjetividade dos trabalhadores. Ao tema da composição de classe pretendemos dedicar este segundo capítulo de nosso trabalho. Nela, examinaremos a construção do conceito de composição de classe e as figuras hegemônicas da classe operária

¹⁹⁸ ALQUATI. *Sulla FIAT*. *Op. cit.*, cap. 8, p. 220.

¹⁹⁹ Igualmente, propostas semelhantes de exame empírico da composição de classe foram realizadas em tradições teóricas distintas da operarista. Caso, por exemplo, dos trabalhos da *John-Forest Tendency* e do grupo *Socialisme e Barbarie*.

²⁰⁰ Tal exame, que é exposto de forma extensiva pela primeira vez em *PSLR*, pode ser encontrado de modo embrionário em “La teoria capitalistica del '29” (republicado em, além de *Operai e Stato*, *LD*, cap. 2, sob o título “Keynes and the capitalist theory of the State”) e no verbete “Movimento Operaio” In: *Enciclopedia Feltrinelli-Fischer: Scienze Politiche 1: Stato e Politica*. Milano: Feltrinelli, 1970, pp. 228-37 (republicado em NEGRI. *Dentro/contro il diritto sovrano*. Verona: Ombre Corte, 2009, pp. 106-114, doravante *DCDS*).

assinaladas pelos operaristas, apontando enfim para o deslocamento da composição de classe apontado por Negri e para a sua descoberta do chamado operário social nos anos setenta.

Introdução à composição de classe

Na “Linea de condotta” de *Operai e capitale*, Tronti afirma que

depois de Marx, ninguém descobriu mais nada sobre a classe operária. Ela ainda permanece um continente desconhecido. Sabe-se decerto que existe, pois todos já ouviram falar dela e qualquer um pode ler contos fabulosos a seu respeito. Ninguém, contudo, pôde dizer: a vi e a compreendi. [...]. Como a classe operária é feita por dentro, como funciona no interior do capital, como trabalha, como luta, em que sentido aceita taticamente o sistema, de que forma recusa-o estrategicamente [...] nesses anos próximos, nós deveremos saber.²⁰¹

As primeiras pesquisas empíricas sobre a classe operária no território italiano datam dos anos cinquenta. Contudo, malgrado as precárias condições de investigação de que dispunha (tratava-se de “quatro gatos pingados e sem nenhuma lira”),²⁰² o grupo de Alquati descobriu alguns problemas que a tradicional esquerda italiana não fora capaz de detectar. Tais problemas diziam respeito à estrutura interna da classe operária. Enquanto alguns marxistas apontavam a constituição dessa classe num único período determinado, os operaristas, em geral, e Alquati, em particular, acreditavam que tal constituição resulta da interação contínua entre as articulações da força de trabalho em determinado estágio do desenvolvimento capitalista e as lutas da classe trabalhadora para superá-las. Nesse sentido, em vez de corpo estático, formado em algum lugar do passado, como nos primeiros, a classe trabalhadora era compreendida pelos últimos como corpo dinâmico cuja estrutura interna é passível de transformações. Algumas destas haviam sido apontadas já na pesquisa seminal de 1960 em Mirafiori, relatada em *Relazione sulle forze nuove*, publicada nos *Quaderni Rossi* no ano seguinte. O problema das transformações na estrutura da classe trabalhadora toma contornos mais nítidos, porém, na pesquisa de 1961 na fábrica de equipamentos empresariais Olivetti, relatada em *Composizione organica del capitale e forza-lavoro alla Olivetti*, publicado em duas partes nos anos de 1962 e 1963 na mesma revista. Todavia, as transformações na estrutura interna da classe trabalhadora só serão compreendidas pelo nome de composição de classe no segundo ano da revista *Classe Operaia*, em 1965, quando a revista passa a ser organizada em grandes sessões temáticas, dentre as quais, uma intitulada justamente “*composizione di classe*”, organizada por Alquati.

²⁰¹ TRONTI. *Operai e capitale*. Op. cit., Linea di condotta, p. 14.

²⁰² ALQUATI. *Sulla FIAT*. Op. cit., Introduzione, p. 14.

O conceito de composição de classe, como nos indica o título do relatório da pesquisa realizada por Alquati na Olivetti, em Ivrea, remete-nos de forma praticamente instantânea àquele de composição do capital desenvolvido por Marx, sendo mesmo possível dizer que o primeiro foi como que esculpido no verso do último.²⁰³ Desse modo, parece-nos conveniente abordar primeiramente o conceito marxiano de composição do capital antes de adentrar no exame daquele de composição de classe propriamente dito. Assim, cremos não apenas poder compreender melhor o uso que os operaristas fazem deste conceito, como também apontar suas raízes teóricas nas investigações marxianas.

Composição orgânica do capital

De acordo com Marx, o vigésimo terceiro capítulo do primeiro livro d'*O capital* tem como objetivo examinar “a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora”. Portanto, embora o título desse capítulo seja “A lei geral da acumulação capitalista”, não são apenas as leis de desenvolvimento do capital que parecem interessar ao pensador alemão, mas sobretudo a classe operária, seu destino, e a relação que ela mantém com o desenvolvimento capitalista. Não obstante, ao empreender sua investigação, Marx toma como fio condutor a composição do capital e as alterações que ela sofre no decorrer do processo de acumulação. “A composição do capital”, ele nos diz, “deve ser considerada em dois sentidos”. Primeiro, “sob o aspecto da matéria”. Nesse caso, “todo o capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigido por seu emprego”. Em outras palavras, “sob o aspecto da matéria” a composição do capital diz respeito à quantidade de trabalho necessário para a transformação de dada quantidade de meios de produção em mercadorias segundo um contexto definido. Essa proporção é nomeada por Marx de “composição técnica do capital”. Segundo, a composição do capital deve ser considerada “sob o aspecto do valor”. Nesse caso, ela “se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários”. Em outras palavras, “sob o aspecto do valor” a composição do capital é definida como a razão entre as partes constante e variável do capital, o que comumente é representado pela expressão $\frac{c}{v}$ (onde c representa o capital constante e v representa o capital

²⁰³ Essa posição é afirmada, por exemplo, em VERCELLONE. “Composizione organica del capitale e composizione di classe” In: COMMONWARE; EFFIMERA; UNIPOP (Orgs.). *La crisi messa a valore*. [s.l.]: CWPpress; Sfumature, 2015, pp. 108-9.

variável). Essa proporção é nomeada por Marx de “composição de valor do capital”. Mas, além disso, ele prossegue, “existe uma estreita correlação” entre as composições técnica e de valor. Para expressá-la, “chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital”, também representada pela expressão $\frac{c}{v}$. Aqui, a composição de valor recebe um segundo nome quando é correlacionada à composição técnica. Isso se justifica porque, como veremos adiante, as variações na composição de valor do capital, ou seja, entre seus componentes constante e variável, podem diferir daquelas em sua composição técnica, ou seja, as variações físicas na produtividade.²⁰⁴

Após apresentar as ferramentas conceituais de que fará uso, Marx passa à exposição de dois modelos de acumulação do capital.²⁰⁵ No primeiro, são pressupostos o aumento do capital e a conservação de sua composição técnica. Assim, o crescimento do capital implica, em termos absolutos, o aumento dos meios de produção, por um lado, e – de importância maior, visto que se trata de examinar a influência do aumento de capital no destino da classe trabalhadora – o crescimento da força de trabalho e, por conseguinte, da própria classe trabalhadora, por outro. Quando a escala de acumulação é maior que a escala de crescimento da força de trabalho, tem-se uma relação de oferta e demanda favorável aos trabalhadores, ocasionando o aumento de seus salários – quadro que permanece inalterado enquanto a acumulação sobrepuja os custos com os salários. Porém, uma vez que o aumento dos salários passe a pressionar a obtenção de lucros, a acumulação se afrouxa e, por conseguinte, a demanda por força de trabalho diminui, invertendo a relação entre oferta e demanda de postos de trabalho e, então, ocasionando a queda dos salários dos trabalhadores, o que, por sua vez, permite a retomada dos lucros e, enfim, da acumulação.²⁰⁶

Nesse primeiro modelo, como é dito por Harvey, temos a descrição de “um sistema automático de ajuste entre a demanda e a oferta de trabalho e a dinâmica da acumulação”.²⁰⁷ Nele, embora a acumulação e a exploração possam aumentar ou diminuir, isso em nada altera

²⁰⁴ MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 23, § 1, p. 689.

²⁰⁵ Como diz-nos Harvey, “no capítulo 23, Marx operacionaliza um modelo sinóptico da dinâmica capitalista sob os pressupostos apresentados no começo da seção VII [*ibid.*, cap. 21, pp. 639-40]: a acumulação ocorre normalmente (não há nenhum problema no mercado e tudo é comercializado por seu valor, com exceção, nesse capítulo, da força de trabalho); o sistema é fechado (não há comércio exterior); o mais-valor é produzido por meio da exploração do trabalho vivo na produção; e a divisão do mais-valor entre juro, lucro do capital mercantil, renda e impostos não tem nenhum impacto. Nesse modelo puro do processo de acumulação, tudo depende desses pressupostos. Quando eles são abandonados, como ocorre no Livro II, os resultados são diferentes”. HARVEY. *Para entender O capital. Op. cit.*, cap. 10, p. 253. Trata-se, portanto, de um modelo puro, onde não são consideradas uma série de questões complementares que só poderão ser examinadas nos livros II e III d’*O capital*.

²⁰⁶ MARX. *Op. cit.*, pp. 689-90.

²⁰⁷ HARVEY. *Op. cit.*, p. 255.

o caráter fundamental da produção capitalista e tampouco a condição de submissão do trabalhador ao capital, pois esse aumento ou diminuição são dados em termos extensivos, ou seja, para tomar o último fator da relação descrita, dizem respeito à quantidade maior ou menor de trabalhadores envolvidos no processo capitalista de produção. Nas palavras de Marx,

sob as condições de acumulação até aqui propostas como as mais favoráveis aos trabalhadores, a relação de subordinação destes ao capital aparece sob formas toleráveis [...]. Ao invés de se tornar mais intensa com o crescimento do capital, essa relação de dependência torna-se apenas mais extensa, quer dizer, a esfera da exploração e da dominação do capital não faz mais que ampliar-se juntamente com as próprias dimensões desse capital e com o número de seus súditos. Do próprio mais-produto crescente desses súditos, crescentemente transformado em capital adicional, reflui para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de modo que podem ampliar o âmbito de seus desfrutes, guarnecer melhor seu fundo de consumo de vestuário, mobília etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado. O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torna-las [sic] menos constringentes.²⁰⁸

Esse quadro será alterado no segundo – e mais importante – modelo descrito por Marx, no qual é pressuposta a diminuição do capital variável ao passo do avanço da acumulação. Enquanto no modelo anterior foi considerada a conservação da composição técnica do capital, neste, tal conservação será perturbada pela entrada de um novo elemento no processo produtivo, qual seja, o incremento da produtividade. Diz-nos Marx que, dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre a um momento em que os capitalistas individuais buscarão o barateamento de suas mercadorias. Para cumprir esse intento, a produtividade – isto é, o “volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho” – deverá ser aumentada, o que significa que o “volume [...] dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada” deve crescer ou, ainda, o que dá no mesmo, que o tempo necessário para a transformação em produtos de um mesmo volume de meios de produção deve ser diminuído.²⁰⁹

Que o aumento de produtividade implique sempre uma alteração da composição técnica do capital é evidente, pois, seja ele resultado do aumento da cooperação no interior do processo produtivo, da melhora na infraestrutura de determinada região ou do incremento tecnológico na maquinaria, o aumento da massa de meios de produção em relação à força viva de trabalho ou

²⁰⁸ MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 23, § 1, pp. 694-5.

²⁰⁹ *Ibid.*, § 2, p. 699.

a diminuição da força de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção é sempre obtida. O que há de mais interessante nesse modelo, no entanto, é o fato de que a alteração da composição técnica do capital pela produtividade se reflete na composição de valor do capital – tornando-a, portanto, composição orgânica. Esse processo é denominado por Marx de “lei do aumento crescente da parte constante do capital em relação à sua parte variável”. Nele, enquanto a grandeza do capital constante mantém relação diretamente proporcional com o aumento da acumulação, a grandeza do capital variável mantém com ela relação inversamente proporcional, ou seja, não obstante a acumulação do capital ocasione o crescimento absoluto tanto do capital constante quanto do capital variável, este último decresce em termos relativos com o aumento da produtividade.²¹⁰

Entretanto, para além da diminuição proporcional ou relativa da parte variável da composição orgânica do capital, o avanço da acumulação ocasiona também sua diminuição absoluta. Diz-nos Marx que “os capitais adicionais formados no decorrer da acumulação normal [...] servem preferencialmente como veículos para a exploração de novos inventos e descobertas, ou aperfeiçoamentos industriais em geral”, ou seja, é usual que capitalistas se utilizem do capital acumulado na busca de ramos produtivos mais modernos, como era o caso das ferrovias, ou de inovações tecnológicas que contribuam para o barateamento da produção de suas mercadorias. “Com o tempo, porém, o velho capital [isto é, o capital originário] chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias primas”.²¹¹ Nesse caso, não só a contratação de novos trabalhadores se torna mais difícil proporcionalmente à acumulação do capital como o capital originário, graças à diminuição de postos de trabalho, passa a expulsar um número cada vez maior de trabalhadores que ele anteriormente ocupava.

Desse modo, a influência que a acumulação exerce sobre o destino da classe trabalhadora varia substancialmente segundo os dois modelos descritos por Marx. Se no primeiro modelo tal influência se dá extensivamente, através de uma relação diretamente proporcional entre a acumulação de capital e os salários dos trabalhadores, no segundo, ela se dá de modo intensivo, através de uma relação inversamente proporcional entre a acumulação de capital total e a razão do capital variável. Esta relação ocasiona a diminuição relativa de postos de trabalho, num primeiro momento, e, posteriormente, a extinção de postos existentes de trabalho, de modo

²¹⁰ Essa lei pode obviamente ser demonstrada em termos matemáticos. Mas, além disso Marx se vale também de dados históricos que a corroboram. Para esse tema, cf. MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 23, § 5.

²¹¹ *Ibid.*, § 2, p. 704.

que, nas palavras do pensador alemão, “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e de seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. Essa superpopulação de trabalhadores, Marx nomina “exército industrial de reserva”.²¹²

O exército de trabalhadores excedentes desempenhará um papel crucial na acumulação de capital. Enquanto no primeiro modelo o aumento e a diminuição da acumulação capitalista obedeciam meramente uma relação entre oferta e demanda de força de trabalho, no segundo modelo, notadamente mais complexo, a entrada de novos elementos no processo produtivo permitirá maiores “alavancagens” da acumulação. O primeiro elemento novo que permitirá um aumento maior da acumulação, o vimos, é o incremento da produtividade, isto é, o aumento da produção em relação à quantidade de trabalho. O segundo elemento, chamado por Marx de “centralização”, consiste na atração de capitais menores por capitais maiores, permitindo uma escala maior de produção e, conseqüentemente, seu barateamento. O terceiro elemento que alavanca a produção capitalista, enfim, será o exército industrial de reserva. Isso ocorre por duas razões. Primeiramente, porque a massa supranumerária de trabalhadores oferece às necessidades variáveis de acumulação capitalista “o material humano sempre pronto a ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional”; ou seja, porque ainda que o aumento da demanda por força de trabalho ultrapasse o crescimento populacional, a acumulação capitalista não seria prejudicada graças à disponibilidade de uma massa de força de trabalho desocupada e disponível, pronta a integrar o processo produtivo. Em segundo lugar porque o exército industrial de reserva, mediante sua concorrência, pressiona o exército ativo, isto é, a massa de trabalhadores empregados, ao sobretrabalho e, por conseguinte, a intensidades cada vez maiores de exploração.²¹³

O exame da composição do capital, bem como de suas variações, então, permite a Marx determinar o que ele chama de “lei geral da acumulação capitalista”:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. [...]. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.*

²¹² MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 23, § 3, p. 705.

²¹³ *Ibid.*, pp. 707, 711. Para a centralização como alavanca da produtividade, ver *Ibid.*, § 2, pp.701-4.

Ou seja, ao contrário do que poderia pensar o senso comum (mas também alguns economistas e ideólogos, sejam os examinados por Marx, sejam os atuais), a acumulação do capital e o progresso do sistema capitalista não desemboca no aumento dos salários e, por conseguinte, da melhora das condições de vida dos trabalhadores – como o exemplo do “milagre econômico” italiano já havia nos mostrado. Pelo contrário, “à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar”. Além disso, a manutenção de um exército industrial de reserva “prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo”, submetendo-o com intensidade cada vez maior aos ditames do capital. Logo, é da pior forma que a acumulação de capital influencia o destino da classe trabalhadora. Enquanto significa aumento de riqueza no polo capitalista, tem como efeito no polo oposto, diz-nos Marx, “a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral”.²¹⁴

É possível defender que malgrado intentasse, no vigésimo terceiro capítulo d’*O capital*, investigar sobretudo a classe trabalhadora, seu destino, e a relação que ela mantém com a acumulação capitalista, Marx acaba por privilegiar esta ao nos oferecer um quadro em que é conferido ao capital um papel ativo, no qual ele se vale de uma série de expedientes no cumprimento de seus apetites acumulativos, e à classe operária um papel passivo, no qual ela vê seu destino ser determinado pela acumulação, ora sendo “agraciada” com o afrouxamento de seus grilhões de ouro, ora padecendo da mais cruel pauperização, situação que a faz ansiar desesperadamente pelo reingresso no sistema de exploração da produção capitalista. Porém, em dado momento desse capítulo, tal quadro é rompido por Marx, ainda que momentaneamente. Ao polemizar com os “apologistas econômicos”, a saber, aqueles que se valem da lei da oferta e demanda para justificar o aumento do desemprego, o pensador alemão assinala que

tão logo os trabalhadores desvendam [...] o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante *trade’s unions* [sic] etc., uma cooperação planejada entre empregados e desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruinosas que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu si-cofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer “sagrada” lei da oferta e demanda.²¹⁵

²¹⁴ MARX. *O capital*. *Op. cit.*, cap. 23, § 4, pp. 719-21.

²¹⁵ *Ibid.*, pp. 715-6.

Nessa passagem, a passividade da classe trabalhadora ante a acumulação capitalista é rompida com a evocação da consciência dos trabalhadores acerca de seu destino e com a consequente organização operária contra o capital. Todavia, esse tema não é desenvolvido com o avançar da exposição marxiana, de modo que mesmo um leitor experiente da obra de Marx como Harvey pode informar-nos com surpresa – e talvez mesmo incredulidade – que na passagem supracitada encontramos a única aparição do termo “*trade union*” em todo o primeiro livro d’*O capital*.²¹⁶ Todavia, se a ambivalência – e mesmo o antagonismo – entre operários e capital não é desenvolvida no capítulo sobre a acumulação e tampouco toma preeminência nos capítulos seguintes sobre a acumulação primitiva e sobre a teoria moderna da colonização, os últimos do primeiro livro d’*O capital*, o mesmo não ocorre em capítulos anteriores, onde esse tema adquire um caráter fundamental. É o caso, como vimos, do oitavo capítulo, sobre a jornada de trabalho. Outrossim, é também o caso de um capítulo cujas considerações são pressupostas e explicitamente retomadas no capítulo sobre a acumulação, a saber, o décimo terceiro capítulo d’*O capital*, sobre a maquinaria e a grande indústria.

Esse capítulo é iniciado com algumas considerações sobre o desenvolvimento histórico da maquinaria e de sua implementação nas fábricas inglesas. Em seguida, Marx dedica uma seção ao problema da transferência de valor da máquina ao produto por ela fabricado. Nessa seção, o pensador alemão examina as condições necessárias para que a maquinaria cumpra seu intento de baratear a produção de mercadorias e de diminuir o custo da força de trabalho – ou seja, de incrementar a produtividade. Podemos perceber aqui a importante ligação que têm os capítulos dedicados à maquinaria e à acumulação de capital. Se neste o incremento da produtividade é descrito como a primeira grande alavanca para a acumulação capitalista segundo uma argumentação lógica, naquele é a história desse incremento de produtividade através do avanço tecnológico e da transformação da manufatura em grande indústria por meio da maquinaria que está em jogo. Não é por acaso, então, que Marx, ao fim da segunda seção do décimo terceiro capítulo d’*O capital*, adiante as conclusões sobre a formação do exército industrial de reserva que serão trabalhadas somente dez capítulos mais tarde.²¹⁷ Mas, se a introdução da maquinaria ocasiona, em última estância, a formação de uma população supranumerária de trabalhadores destinados à pauperização, existem, além desse, também outros efeitos mais “imediatos” da introdução da produção mecanizada no destino dos trabalhadores. Tais efeitos são examinados nas seções seguintes do capítulo sobre a maquinaria, de modo que a relação entre operários e

²¹⁶ HARVEY. *Para entender O capital*. Op. cit., cap. 10, p. 263.

²¹⁷ MARX. *O capital*. Op. cit., cap. 13, § 2, pp. 466-7.

capital – ou, especificamente, entre a introdução da maquinaria pelo capital e a sua repercussão sobre os trabalhadores – passa a ser seu objeto nuclear.

Marx examina as repercussões da maquinaria sobre os trabalhadores a partir de três itens, cada um deles ligado a uma dada forma da acumulação. Um se refere ao “prolongamento da jornada de trabalho” dos operários, ou seja, à forma mais elementar de acumulação de capital (examinada por Marx na terceira seção d’*O capital*), onde o capitalista procura estender ao máximo a quantidade de trabalho não pago ao operário e, portanto, fazer um uso ótimo de sua mercadoria. Outro diz respeito à “intensificação do trabalho”, ou seja, a uma forma de acumulação que se vale não mais de expedientes extensivos, mas, antes, de expedientes intensivos de extração de mais-valor (examinados por Marx sobretudo na quarta seção d’*O capital*). Ainda que de modo limitado aos propósitos de nosso trabalho, pudemos conferir acima tanto este – no contexto do exército industrial de reserva – quanto aquele – no contexto do giro copernicano de Tronti – itens examinados por Marx. Desse modo, resta-nos ainda abordar o terceiro item, concernente à “apropriação de forças de trabalho subsidiárias pelo capital”, que nos será de grande valia na consideração da composição de classe.

Embora tenha buscado substituir a força de trabalho [*Arbeitskraft*] humana por outras formas de energia [*Kraft*] (a dos animais, a dos ventos, a da água corrente etc.) desde o período manufatureiro, é somente com o advento da grande indústria e com sua utilização das máquinas automáticas movidas a vapor que o capitalismo consegue revolucionar o meio de trabalho e substituir sistematicamente a força de trabalho humana por outras formas de energia.²¹⁸ Essa substituição afetou especialmente uma forma tão específica quanto necessária de energia, qual seja, a força muscular [*Muskelkraft*], dispendida especialmente pelos trabalhadores do sexo masculino. À medida que essa forma de energia passa a tornar-se cada vez mais prescindível, a “maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!”. Além disso, o *savoir-faire*, a habilidade profissional do trabalhador artesanal, conquanto ainda constituísse a base do modo de produção capitalista no período manufatureiro, torna-se cada vez mais dispensável com o advento da grande indústria. Assim, o trabalhador especializado é

²¹⁸ “Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência para a aplicação consciente da ciência natural. MARX. *O capital*. *Op. cit.*, cap. 13, § 1, p. 459. Para o período manufatureiro, cf. *ibid.*, cap. 12. Para o conceito de força de trabalho em Marx e suas ressonância com a física de sua época, notadamente a da extração helmholtziana, remetemos a RABINBACH. *A human motor*. Berkeley; Los Angeles: University of California, 1992, cap. 3.

gradativamente transformado em mero vigia do trabalho da máquina, que “não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo”, e, desse modo, é a própria figura não só da força de trabalho, mas do próprio trabalhador que se modifica com o advento da grande indústria, em particular, e, especialmente, com o incremento da produtividade por meio de avanços tecnológicos, em geral. Portanto, não é só a ampliação intensiva ou extensiva do trabalho que permite o aumento da composição do capital e, por conseguinte, a acumulação. O mesmo efeito pode ser obtido também com a substituição progressiva de “trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis”, isto é, com a modificação da própria constituição da força de trabalho.²¹⁹

Composição técnica da força de trabalho

Assim, não se torna difícil compreender a fundamental importância que os operaristas davam ao décimo terceiro capítulo d’*O capital*. Com a forte industrialização do Norte italiano no período do “milagre econômico”, um processo análogo àquele descrito por Marx a respeito do advento da grande indústria na Inglaterra passou a “materializar-se ante os olhos” daqueles pensadores e militantes italianos em sua própria terra praticamente um século depois.

Alquati nos dá um importante relato desse processo em suas pesquisas dos anos sessenta. Em nosso próprio exame, tomemos como fio condutor o caso pioneiro da FIAT. Segundo o autor, verificava-se na fábrica de automóveis a convivência de diversos níveis de progresso tecnológico e de organização produtiva. Afora as novíssimas sessões da metalúrgica, com as quais foi impossível travar qualquer tipo de contato, as sessões fabris examinadas pelo grupo de Alquati foram divididas segundo três níveis de organização: “a Materferro”, unidade dedicada à produção de materiais ferroviários, “é um exemplo de produção organizada de modo rudimentar”, isto é, anterior à introdução das técnicas tayloristas de organização; “a S.P.A.”, unidade dedicada à produção de veículos industriais e comerciais, “é um exemplo de produção que entrou na fase de ‘racionalização’”, ou seja, de taylorização; finalmente, “a maior parte de Mirafiori”, unidade dedicada aos veículos domésticos, “está passando da mecanização racional à fase de automação”.²²⁰

²¹⁹ MARX. *O capital*. *Op. cit.*, cap. 13, § 3, p. 468, § 4, p. 495 e cap. 23, § 3, p. 711.

²²⁰ ALQUATI. “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *Sulla FIAT*. *Op. cit.*, cap. 1, p. 30. Sobre a convivência de diversos níveis de progresso tecnológico e organização produtiva convivendo num mesmo ambiente, diz-nos Alquati no mesmo lugar: “A seção no complexo, a oficina na seção, a equipe no departamento, a máquina com a placa de 1900 ao lado do *Transfert* [máquina automática para a estampa de chapas metálicas]: uma lacuna existe”.

Tal convivência de diversos níveis de progresso tecnológico e de organização produtiva na FIAT, contudo, era um fato relativamente recente. No imediato pós-guerra, diz-nos Alquati, todas as sessões da FIAT contavam com um corpo de trabalhadores qualificados de alta média de idade. Isso se devia principalmente a dois fatores: duma parte, porque a organização rudimentar do trabalho se baseava sobretudo na experiência profissional do trabalhador, e, doutra, porque o fascismo e a guerra determinaram um certo “vácuo” na contratação de jovens, vácuo que não foi preenchido com a inclusão de ex-guerrilheiros da Resistência nas fileiras da fábrica. Semelhante cenário começa a se alterar a partir de 1949, quando é aplicada em Mirafiori uma “modificação total dos sistemas de fabricação” a partir da “racionalização” produtiva. Com a “racionalização”, aqueles velhos trabalhadores – por um lado, possuidores de grande maestria em seus ofícios e, por outro, “o estrato politicamente mais consciente que os partidos operários e a FIOM tinham na fábrica” – tornam-se dispensáveis, sendo transferidos de unidade (isto é, marginalizados), deslocados de função (isto é, desqualificados), ou simplesmente demitidos (embora este último processo tenha se dado de maneira significativamente menos intensa que os dois primeiros). A partir desse processo começa a se generalizar uma “condição nova”: os velhos trabalhadores qualificados – ditos de “segunda categoria” – são transformados em trabalhadores desqualificados – ditos de “terceira categoria” – que executam funções parciais e repetitivas na linha de produção. O período de “racionalização” da produção em Mirafiori se estende até o ano de 1954, quando a fábrica de automóveis “atinge o máximo de exploração racional intensiva dos trabalhadores” e quando, em pleno “milagre econômico”, ela procura afirmar-se como grande empresa não só no mercado nacional como também nos mercados europeu e mundial. Para tanto, é realizado um investimento maciço em novas tecnologias e na renovação de suas instalações. Entre 1954 e 1955, a planta de Mirafiori entra mais uma vez numa nova fase produtiva, com a introdução de um sistema automático de produção que exigia pouco ou nenhum treinamento em sua operação. Com a automação, o volume de produção é aumentado enormemente, os custos unitários da mercadoria produzida são diminuídos, o mercado é expandido. Além disso, o processo de demissões daqueles velhos trabalhadores, até então secundário em relação à marginalização e à desqualificação, é intensificado a partir de 1958 e consolidado a partir do ano seguinte. Ao mesmo tempo, um novo corpo de trabalhadores, composto mormente por jovens ingressantes no mercado de trabalho, muitos advindos do Sul pobre e rural da Itália, é adicionado à fábrica para abastecer as expandidas linhas de produção.²²¹

²²¹ ALQUATI. “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 1, p. 33-4. Transformação semelhante se deu na Olivetti de Ivrea, onde esse processo é descrito explicitamente em termos marxianos de aumento da composição orgânica do capital e de introdução da maquinaria. “É tudo como na FIAT”, diziam os trabalhadores

Guardadas as diferenças entre este processo e aquele descrito por Marx, interessa-nos destacar a analogia existente entre um e outro no que se refere à modificação da figura da força de trabalho com o incremento da produtividade por meio de avanços tecnológicos. Segundo Alquati, enquanto a maioria das outras grandes empresas metalúrgicas de Turim mantinha um corpo de trabalhadores minimamente qualificado no trabalho com os metais, a FIAT baseava sua produção “sobre a parcialidade, sobre a repetição de movimentos iguais, sobre a completa separação [...] entre o trabalho executivo e o trabalho criativo”, isto é, sobre o taylorismo, um modo de trabalho inaceitável para os experientes trabalhadores provenientes de outras firmas. Assim, “para fazer aceitar seus sistemas de produção, a FIAT necessitou de ‘matéria virgem’, de mão de obra de primeiro emprego em todos os níveis, e formou esse corpo de trabalhadores para suas necessidades particulares”.²²² Ou seja, ainda que a contratação de mulheres ou crianças não fosse relevante no caso FIAT como foi no advento da grande indústria inglesa, o que permanece é o fato de que para atender suas necessidades acumulativas foi necessária ao capital a formação de um novo corpo de trabalhadores. Novo, para ficar no exemplo da fábrica turinesa de automóveis, não porque seus componentes eram jovens, em oposição à alta média de idade dos trabalhadores do pós-guerra, e tampouco pela sua inexperiência, em oposição às habilidades profissionais dos velhos operários. O “novo” se refere à própria constituição desse corpo de trabalhadores, que não apenas foi formado de modo diverso, mas, principalmente, que trabalha de modo diverso daquele encontrado nos ciclos acumulativos anteriores. Semelhante processo foi elevado ao primeiro plano na compreensão operarista do desenvolvimento do capital e do desenvolvimento da classe trabalhadora. Com ele, os operaristas puderam verificar em seu próprio tempo, bem como Marx descobrira no século anterior, que as transformações no ambiente produtivo ensejam mutações na forma de trabalhar e, por conseguinte, na própria constituição da força de trabalho ou, dito de outro modo, que à mudança na composição do capital sobrevém uma mudança naquilo que os pensadores e militantes do operarismo italiano passaram a nominar “composição técnica” da força de trabalho.²²³

da Olivetti. ALQUATI. “Composizione organica del capitale e forza-lavoro alla Olivetti” In: *Sulla FIAT*, cap. 3, p. 96.

²²² *Id.* “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *ibid.*, cap. 1, p. 34.

²²³ Na verdade, o termo usado pelos operaristas para designar a “composição técnica” da força de trabalho era “composição técnica de classe”, termo que corresponderia à “composição técnica do capital”. Preferimos ajustar esse termo, substituindo “classe” por “força de trabalho”, por compreender que ele se refere exclusivamente à classe operária que o capital busca integrar dentro de si mesmo, isto é, ao corpo de trabalhadores considerado economicamente como parte variável do capital. Obedecendo as formulações trontianas, o termo “classe” será reservado ao corpo de trabalhadores considerado como força autônoma e antagônica ao capital, ou seja, em termos políticos. Essa distinção é feita por Negri, ainda que sem rigor sistemático, em “Movimento Operaio” In: *DCDS*, p. 107.

Composição política da classe operária

Todavia, esse é somente um polo da reflexão operarista sobre a composição de classe – e, com efeito, o menos original, visto que sua tematização pode ser encontrada em outras pesquisas propriamente sociológicas e, de certo modo, no próprio *O capital*. Mas, a copesquisa não pretendia assemelhar-se às tradicionais formas de sociologia dita burguesa. Como disse Roggero, ela “ou servia para organizar autonomamente os trabalhadores, ou então não existia”.²²⁴ Nesse sentido, a investigação da composição de classe a partir da consideração das transformações na estrutura produtiva das grandes indústrias italianas e da consequente transformação na “composição técnica” da força de trabalho tinha como principal função “liberar o campo desse aspecto objetivo que seria totalmente analisado nas pesquisas específicas sobre o nível do capital na Itália, [nas quais] a força de trabalho é considerada como capital variável”. Cumprida essa etapa, a pesquisa deve desenvolver aquelas

premissas postas no ano passado [1964]: a começar por aquela “escandalosa”, que, referindo-se ao método de Marx e de Lênin da ciência operária como ciência da revolução, afirmava que ‘é preciso mudar o sinal, partir do princípio: e o princípio é a luta da classe operária...’. É preciso agora começar a indicar e executar toda a série de mediações que permitem aplicar tal imposição no trabalho teórico e na atividade prática, clarificando melhor e demonstrando esses conceitos e termos científicos.

Ou seja, para além da abordagem realizada a partir do desenvolvimento capitalista, faz-se necessária sobretudo uma investigação da composição de classe a partir do ponto de vista operário, a partir do polo subjetivo da relação entre operários e capital.²²⁵

Como já dissemos, a FIAT havia conseguido adquirir ao fim dos anos cinquenta certa imagem de “encarnação do que havia de melhor no ‘milagre econômico’”.²²⁶ Por essa razão, muitos jovens aptos a entrar no mercado de trabalho enxergavam na fábrica de automóveis um excelente lugar para o início e para o desenvolvimento de suas carreiras profissionais. Porém, diz-nos Alquati, muitos dos jovens atraídos pelo “paraíso FIAT” demonstravam uma “atitude

²²⁴ ROGGERO. Liberdade operaísta. *Lugar Comum. Op. cit.*, pp. 15-6. Cf. também *supra*.

²²⁵ ALQUATI. “Ricerca sulla struttura interna della classe operaia” *In: Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 8, pp. 221-2. Ainda sobre esse tema, Alquati nos diz que “alguns quadros de extração intelectual que em sua relação com os quadros do movimento haviam compreendido a importância das mudanças que intervieram na relação de trabalho, na tecnologia e na organização da firma [...]. Mas, mesmo entre esses, quase nenhum havia identificado naquelas transformações o novo terreno sobre o qual era posta em movimento a recomposição de uma classe operária renovada que sabia não só explorar as contradições objetivas da nova fase capitalista, mas sabia também aprofundá-las e abri-las novamente com a sua iniciativa autônoma de luta, colocando-se já como força antagônica, como ‘força motriz’ de um novo possível processo revolucionário do ponto de vista do ‘poder operário’”. “Relazione sulle ‘forze nuove’” *In: ibid.*, cap. 1, p. 29.

²²⁶ Cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 2, pp. 33-4 e *supra*.

de desencantamento” e, mais importante, uma “atitude contra o que se verificou ser a grande arma da indústria na fase precedente [de acumulação], a integração na firma”, quando entravam em contato com o ambiente produtivo da metalúrgica, independentemente de seu nível funcional ou de formação.²²⁷ Essa “atitude opositiva”, detectada a partir de alguns poucos anos de trabalho na fábrica, poderia ser associada ao desmoronamento de uma série de “mitos”. Não obstante esse desmoronamento possa ser verificado em todos os níveis de trabalhadores da FIAT, detenhamo-nos, com Alquati, no caso dos jovens técnicos, o extrato mais alto dos trabalhadores da fábrica de automóveis.

Os jovens técnicos da FIAT, os “famosos operários polivalentes”, eram formados num “pomposo” curso de três anos de duração oferecido pela própria fábrica de automóveis. Esse curso, diz-nos Alquati, se propunha não somente a oferecer a formação profissional dos futuros técnicos, mas também, e mais importante, a

incutir-lhes profundamente certa mentalidade, a integrar-lhes totalmente no sistema como meros executores por meio do culto daquilo que tem a etiqueta de “técnico”, de “organizado”, na medida em que a “aceitação” completa do papel que a empresa lhes atribui no sistema produtivo é o pivô da organização FIAT, enquanto “o interesse pela técnica” ou o prestígio da categoria e da função de técnico é (no início) o mais potente incentivo para tal corpo de funcionários.²²⁸

Porém, ao tomar contato com o ambiente produtivo, os jovens trabalhadores rapidamente percebiam que a racionalidade da organização produtiva da FIAT, imagem institucional da fábrica de automóveis reforçada em sua formação profissional, não se sustentava. Como revelam os membros da Comissão Interna da metalúrgica, isto é, os representantes sindicais no interior da fábrica, importantes componentes da copesquisa conduzida por Alquati, “o famoso técnico, na verdade, é aquele que realiza um trabalho duro e que muitas vezes não tem sentido, que não pode interferir em nenhuma decisão, que é sujo e fica todo o dia na sujeira, e que tem

²²⁷ ALQUATI. “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, cap.1, pp. 35-6. Segundo Alquati, “na contratação e na formação de seu novo corpo de trabalhadores, a FIAT preocupava-se bastante em ter três níveis bem distintos, que correspondem formalmente – mas só formalmente – a três categorias: 1) A massa dos operadores de máquina ou montagem de terceira de que falamos [isto é, os trabalhadores já submetidos ao modo taylorista de produção]. Este nível não se beneficia de nenhum curso de formação e nem mesmo, às vezes, de um período de treinamento. 2) Operários qualificados, que a FIAT forma segundo as suas exigências com cursos profissionais de seis meses. São operários qualificados de tipo novo; o mínimo de qualificação que a empresa lhes dá é uma qualificação de tipo novo, para novos tipos de operações globais [isto é, não parciais, não tayloristas] que o progresso técnico comporta. Portanto, esses jovens não substituirão diretamente os velhos, mas possuem funções novas que os velhos não “saberiam” desenvolver. 3) Dos técnicos de novo tipo, os famosos operários polivalentes, que a FIAT forma diretamente na ‘Escola FIAT’ para o modo particular em que é organizada e que marcha sua produção. A escola dura três anos”. *Loc. cit.*

²²⁸ *Ibid.*, pp. 36-7. Ou seja, tão ou mais importante que a formação propriamente técnica dos operários, era a dominação política que a Escola FIAT visava.

chefes que não entendem de nada o dia todo em seus pés”. Os técnicos, então, a despeito de sua formação superior à dos demais trabalhadores, eram aproximados dos demais operários no que se refere às condições de trabalho no ambiente produtivo. Desse modo, desmoronava o “mito” de seu valor como técnicos. Sua polivalência passava a ser percebida como um blefe, sem importância nenhuma fora daquela organização produtiva específica e seu interesse pela técnica, fomentado em sua formação profissional, se esvaía. Consequentemente, após alguns meses de trabalho, o ex-aluno tinha como único objetivo “sair daquela sujeira o mais rápido possível, livrar-se daquela situação que não o satisfaz”. Todas as suas esperanças se voltavam para a progressão de carreira dentro da empresa, na obtenção do cargo efetivo de técnico prometido por sua formação. Contudo, as amplas possibilidades de ascensão na carreira vislumbradas pelos jovens técnicos revelavam-se completamente ilusórias com o passar de alguns anos. Os postos técnicos de trabalho disponíveis eram substancialmente menores do que a massa de ex-alunos que os almejava, de modo que pouquíssimos deles logravam ocupar esses postos de fato. Para a maioria, se apresentava a ideia da permanência na sujeira durante muitos anos. Assim, após os mitos da racionalidade produtiva e de seu valor como técnicos, também o mito da progressão de carreira se desmoronava ante o novo corpo de trabalhadores da FIAT.²²⁹

A partir desse desencantamento com a vida profissional na FIAT, Alquati destaca dois gêneros de reação dos operários técnicos. No primeiro, eles passam a voltar seus interesses para oportunidades profissionais além da fábrica de automóveis. Somados aos seus estudos na Escola FIAT, esses jovens buscam complementar sua formação profissional com outros cursos, visando o trabalho por conta própria ou em outras fábricas da região de Turim. Nesse caso, diz-nos Alquati, há uma primeira reversão: “a FIAT não é mais a aspiração final de uma multidão de operários; a FIAT se torna uma passagem: o trabalho na FIAT como transição”. A esse gênero de reação, os camaradas da Comissão Interna da fábrica de automóveis davam o nome de “carreira frustrada” ou de “fuga”. No segundo, os jovens técnicos demonstram uma total falta de interesse pelo papel que a FIAT e, notavelmente, a sociedade como um todo lhes atribui, ou seja, resistem à dominação política que lhes era imposta. “No trabalho são completamente negligentes [*si strafregano di tutto*], inventam uma bobagem atrás da outra para fazer ‘correr o dia’; matam o tempo e só”. Em seu tempo livre, gastam todo seu dinheiro em divertimentos

²²⁹ ALQUATI. “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 1, p. 37. Para a descrição que Alquati faz do caso dos outros dois níveis de operários da FIAT, de todo semelhante àquela dos técnicos, cf. *ibid.*, pp. 40-1. A mesma situação pode ser encontrada na Olivetti. Como revela um operário da fábrica de equipamentos empresariais: “aqui, tudo é minuciosamente organizado, predisposto. Todavia, muitas coisas não funcionam no trabalho: ao ver a meticulosidade com que cuidam de uma organização que não funciona, há de se concluir que vocês estudam na Olivetti a desorganização organizada”. *Id.* “Composizione organica del capitale e forza-lavoro alla Olivetti” In: *ibid.*, cap. 4, p. 104.

vazios, frequentemente ligados ao consumo. Semelhantes divertimentos não apenas não lhes satisfazem a longo prazo como lhes levam a odiar ainda mais sua condição de operários. Nessa última reação, Alquati percebe um fato político decisivo: os jovens técnicos passam a perceber o liame entre suas condições de trabalho, já denunciadas como “absurdas”, e o “absurdo da vida social”. A pergunta “o que a FIAT pode me oferecer?” se transforma para alguns técnicos na pergunta “o que posso esperar de diferente numa sociedade dominada por firmas como a FIAT?”. Aqui, um último “mito” se desmorona, a saber, aquele de que eles poderiam encontrar soluções individuais – seja o estudo e a transferência para outras empresas provavelmente não tão diferentes da FIAT, como no caso da “fuga”, seja o “consumismo” do segundo caso – para o seu desencantamento com a vida profissional. “Os jovens técnicos encontram a ponte política entre a exploração que a FIAT lhes submete sob o posto de trabalho e os vários aspectos da vida social fora da fábrica” e “descobrem os outros operários”, isto é, descobrem a condição coletiva de sua exploração na fábrica e do vazio de sua vida no tempo livre.²³⁰

O desencantamento dos novos técnicos, mas também do novo corpo de trabalhadores da FIAT, em geral, abriu espaço para a reabertura das lutas no interior da fábrica de automóveis. A objetividade da “racionalidade produtiva” passou a ser questionada. A não correspondência entre os níveis hierárquicos e as funções no interior da fábrica, por exemplo, levou uma massa de operários a considerar a organização produtiva a que se submetiam um mero “blefe”. Além disso, as transformações no ambiente produtivo, a socialização cada vez maior do trabalho na fábrica, “favorece nos operários a consciência de que o seu problema individual é um problema geral, que deve ser resolvido coletivamente conquanto envolve a todos, que pode ser resolvido na fábrica na medida em que o processo objetivo os une e os assimila”. Entretanto, essa percepção não levou os jovens funcionários a integrar as tradicionais instituições de organização e representação operárias. Pelo contrário, havia uma repulsa do novo corpo de funcionários aos sindicatos e, principalmente, aos partidos operários. As reivindicações sindicais lhes pareciam muito abstratas, subordinadas aos distantes e desinteressados políticos em Roma. A situação de resignação e integração política dos velhos trabalhadores que resistiram aos duros golpes – marginalização, desqualificação, demissões – da transformação produtiva na FIAT era encarada como um resultado direto desse fato. Portanto, era toda uma política, toda uma “mentalidade organizacional – que foi a do movimento sindical ainda classista do pós-guerra, e que ainda era o da FIOM em 1960” – que os jovens trabalhadores recusavam. Mesmo as reivindicações salariais passaram a tomar menor importância diante das denúncias concernentes às “condições de

²³⁰ ALQUATI. “Relazione sulle ‘forze nuove’” *In: Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 1, p. 38.

trabalho”. As insatisfações e denúncias desses jovens operários, sempre diziam respeito ao “absurdo”, ao *nonsense* de sua própria função laboral, em particular, avançando a partir daí para o questionamento de toda a estrutura da organização do trabalho, e então, da gestão da própria fábrica, da gestão capitalista sobre os operários, em geral.²³¹

Assim, ainda que de forma muitas vezes precária, Alquati foi capaz de perceber o germe da formação, da constituição de um novo comportamento ou, se quisermos, de uma nova subjetividade operária nos jovens trabalhadores da FIAT – e de outras fábricas piemontesas, como a Olivetti. Essa nova subjetividade distanciava esses trabalhadores não só dos velhos operários da Resistência e do pós-guerra, como também das instâncias de representação e organização operárias, os partidos e sindicatos. Mas, além disso, ela também produzia algumas ações políticas “espontâneas” no ambiente de trabalho, a ela correspondia novas “formas invisíveis de organização”, para usar uma expressão de Alquati.²³² Nesse sentido, as atividades de copesquisa foram capazes de perceber não só uma transformação na “composição técnica” da força de trabalho, ou seja, na constituição – habilidades, experiências, conhecimentos, relações etc. – que determinado corpo de trabalhadores assume diante de uma estrutura e organização específicas da produção, mas também nas subjetividades, nos comportamentos, nos modos de organização política, em suma, naquilo que os operaristas passaram a chamar de “composição política” da classe operária, noção que será de fundamental importância para toda a experiência operarista dos anos sessenta e setenta.

O operário massa e a recusa do trabalho

Ao retomar o mote leninista da organização e da conseguinte proposta de criação de um jornal operário no editorial do primeiro número da revista *Classe Operaia*, Tronti marca uma distinção entre a “atual fase da luta de classe” e aquela encontrada na época do líder bolchevique. Para o pensador romano, havia nos anos sessenta uma unidade da classe operária a nível internacional, sendo possível “descobrir a olho nu em todo lugar que se concentra historicamente uma massa social de força de trabalho industrial as mesmas atitudes coletivas, as mesmas escolhas práticas fundamentais, um mesmo tipo de crescimento político”, a saber, “a não colaboração programática, a passividade organizada, a espera polêmica, a recusa política, a continuidade permanente de lutas”. No entanto, ao mesmo tempo em que as novas formas de luta

²³¹ ALQUATI. “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 1, pp. 41-8.

²³² Para a noção de “organização invisível” em Alquati, cf. ALQUATI. “Lotta ala FIAT” In: *ibid.*, cap. 6, pp. 191-2 e WILLIAMS. Invisible organization. *Viewpoint Magazine*, n. 3, 2013.

operária se encontravam para além dos velhos modos de organização, ainda resguardados pelas instâncias de representação e de luta dos trabalhadores ou, se quisermos, pelo movimento operário oficial, Tronti cria que elas, ao mesmo tempo, estavam aquém de um modo de organização novo. “Formas [de luta] transitórias de uma situação transitória”, a história da classe operária, isto é, a história de sua luta contra o capital, encontrava-se num período de interregno. Nesse sentido, o autor julgava necessário descobrir uma organização adequada a essas novas formas de luta, “uma organização política não de uma vanguarda avançada, mas de toda aquela compacta massa social que a classe operária se tornou no período de sua maturidade histórica”.²³³

Um diagnóstico semelhante é encontrado poucos meses depois no editorial do terceiro número da mesma revista, redigido por Negri. Ao confrontar-se com o discurso e a prática concernente às alianças, capitaneados pelo “Movimento Operário Oficial”, nosso autor defende a necessidade de recusá-los e, mais que isso, de destruí-los. Na base desses discurso e prática estariam, por um lado, a própria necessidade capitalista de integração da classe trabalhadora, o que só pode ser feito mediante uma “aliança” entre operários e capital, e, por outro, a divisão entre classe e movimento, operada pelos partidos e sindicatos e denunciada desde Panzieri. Inversamente, Negri defende a necessidade de suprimir esses falsos problemas colocados pelo “Movimento Operário Oficial”, como a divisão entre operários “avançados” e operários “atrasados”, ou entre operariado e campesinato, e de “descobrir em todos os níveis uma crescente unidade do movimento, concomitantemente ao irrefreável processo de unificação expressado nas lutas”. A classe operária tem se tornado cada vez mais “fechada e compactada sobre si mesma” e, à medida que reúne em si toda a “massa de produtores”, toma como objetivo político a “organização de uma luta de massa, controlada, guiada, planejada pelos próprios operários”. Assim, conclui o filósofo e militante paduano, “não se trata de se fazer mover uma ‘vanguarda’ que arrastará consigo seus ‘aliados’ [...] a vanguarda é hoje toda a classe operária em luta”.²³⁴

Aquém das questões sobre a organização, que excedem os objetivos de nosso trabalho e que mais tarde serão a principal razão da ruptura entre Tronti e Negri,²³⁵ podemos conferir

²³³ TRONTI. “Lenin in Inghilterra” In: *Operai e capitale. Op. cit.*, pp. 88-9, 93, modificada, grifos nossos.

²³⁴ OSA, p. 18, grifos nossos.

²³⁵ Para o exame da organização em Negri, cf. HARDT. *The art of organization. Op. cit.*, caps. 5-6 e FONSECA. *Hardt, Negri e a organização do desejo. Op. cit.*, cap. 3, além do já citado WRIGHT. “A party of autonomy?” In: MURPHY; MUSTAPHA (Orgs.). *The philosophy of Antonio Negri. Op. cit.*, pp. 73-106. A cisão entre Tronti e Negri é assim descrita por Corradi: “Após a breve experiência da revista *Contropiano*, o grupo operarista torna a dividir-se, nos anos setenta, em duas linhas de estratégia política e pesquisa teórica [...] Os operaristas de esquerda, dos quais Negri era um dos principais líderes, revisitam a teoria leninista para dar uma liderança política ao ciclo de lutas do operário massa e, em 69, fundando o *Potere Operaio*, um partido revolucionário que persegue a recomposição política dos conflitos em torno da palavra de ordem do operário social. Os operaístas de direita, representados por Tronti, [Massimo] Cacciari e [Alberto] Asor Rosa, dobram-se, inversamente, sobre

nesses dois editoriais da revista *Classe Operaia* o mesmo diagnóstico de uma nova constituição da classe operária não mais como vanguarda, mas como “compacta massa social”. Semelhante compactação da classe em um bloco coeso, que se apresentava aos operaristas como base para novas propostas organizativas, poderia ser verificado, ao menos em estado germinal, nas transformações da composição técnica da força de trabalho e da composição política da classe operária examinadas por Alquati em importantes fábricas metalúrgicas do Piemonte, como a FIAT e a Olivetti. Segundo esse exame, com o aumento da composição orgânica do capital adquirido por meio da organização “racionalizada” da produção, isto é, da linha taylorista de montagem, tais empresas precisaram transformar também a composição de sua força de trabalho, substituindo os habilidosos, experientes e engajados trabalhadores do pós-guerra por uma mão de obra inexperiente, advinda principalmente do Mezzogiorno, o Sul pobre e rural da Itália, e que, quando muito, era formada pela “filosofia da empresa”, como diriam os atuais representantes do mundo corporativo – o que fora inobservado pela esquerda oficial, denunciava Panzieri. Mas, além das transformações na composição técnica, foi verificada nesse novo corpo de trabalhadores também a existência de uma nova composição política de classe, de um novo comportamento operário e de uma nova forma “subterrânea”, “invisível” de organização política, que deixava de passar pelos partidos e pelos sindicatos e assumia formas “espontâneas”, intimamente ligadas ao próprio processo produtivo.

A emergência do operário massa

A nova subjetividade dos trabalhadores, sua transformada composição política de classe, emergiu à superfície, fazendo-se visível a todos, nos levantes de 1963 na FIAT. Tais levantes, os mais importantes desde a revolta de Piazza Statuto, no ano anterior, tiveram seu início na 4ª seção da Fonderie da FIAT entre 14 e 15 de outubro. Neles, os trabalhadores da

o entrismo no PCI e teorizam o deslocamento do conflito para o terreno estatal para consolidar, no nível institucional, as novas relações de força: uma vez que o capital usa a manobra da crise para impedir que ao desenvolvimento econômico, desencadeado pelas lutas operárias, corresponda um adequado êxito político, a classe operária, através de um partido relativamente autônomo, deve promover um processo de modernização. A hipótese é a de uma aliança de produtores e uma nova NEP [Nova Política Econômica, empreendida na URSS após o fim do dito “comunismo de guerra”], uma gestão capitalista da economia sob a liderança política dos trabalhadores que usa a máquina do Estado para derrotar o atraso da sociedade italiana, para promover a reforma do Estado e colocar em marcha o desenvolvimento. Se nos anos 60 a classe operária é o autêntico sujeito que puxa as cordas da capital e sua luta é a única atividade capaz de desmistificar a ideologia, na década de 70 o grande tema torna-se a vontade de poder do partido e a organização política torna-se o único horizonte anti-ideológico do marxismo”. CORRADI. Panzieri, Tronti, Negri. *Consecutio Temporum*, v. 1, pp. 53-72, 2011, p. 56. A crítica e o rompimento de Negri com o grupo de Tronti são anunciados ao fim de seu segundo artigo na revista *Contropiano*, o “Marx sul ciclo e la crisi”, juntamente com a renúncia daquele ao corpo editorial da revista. Cf. NEGRI. “Marx on cycle and crisis”, Introduction In: NEGRI. *Revolution Retrieved*. London: Red Notes, 1988, p.43.

fábrica de automóveis promoveram uma greve “selvagem” [*gatto selvaggio*] – isto é, uma paralisação “espontânea” – que contou com a participação de milhares de operários. Diferentemente de Tronti, que considerava semelhantes formas de ação transitórias e “desorganizadas”, Alquati – que havia assumido a “responsabilidade pelo discurso sobre a articulação dos movimentos de luta da classe operária na grande indústria” em *Classe Operaia*²³⁶ – negava às greves “selvagens” qualquer forma “anarcoide de protesto de operários incapazes de lutar coletivamente de modo organizado”. Pelo contrário, segundo o operarista de Cremona tais levantes exigiam uma organização e uma coesão bastante altas, na medida em que elas eram uma “forma de luta tipicamente ‘geral’”, que põe em movimento toda a “compacta massa social” de trabalhadores, responsável por organizá-la, e em xeque as velhas separações entre a massa de trabalhadores e uma vanguarda, que segundo certo ideário deteria “o monopólio da consciência operária antagonista”.²³⁷

Nesse sentido, é possível encontrar de modo manifesto nas greves “selvagens” de 63 aquela “organização invisível” verificada no comportamento dos trabalhadores da FIAT nos anos imediatamente anteriores. Em *Lotta alla FIAT*, Alquati retoma as condições materiais para a emergência de semelhante forma de luta. Primeiro, há na primeira metade dos anos cinquenta um processo crescente de enfraquecimento dos sindicatos (apontamos o ápice desse enfraquecimento da derrota da CGIL em 1955), o que resulta em sua “perda de controle” sobre a classe operária. Por outro lado, dá-se início ao processo de “racionalização”, taylorização, da produção com a introdução da linha de montagem, o que permite uma crescente “socialização do trabalho”. Então, na segunda metade da mesma década, passa a surgir no interior da FIAT uma “luta subterrânea” gerida diretamente pelos operários. Semelhante luta deve ser associada ao novo comportamento operário e a sua “organização invisível”, na “fuga” dos trabalhadores, em sua não aceitação do “papel que lhes foi reservado pela FIAT”, em sua “completa negligência” com o trabalho, em sua invenção de “bobagens” com o único objetivo de “matar o tempo”, para voltar aos casos descritos a partir de Mirafiori.²³⁸ Por fim, já nos anos sessenta, Alquati destaca as lutas que unificam, recompõem e massificam a classe operária em si mesma. Esta retoma a determinação dos modos e objetivos da luta, que se tornam cada vez mais homogêneos, e se afasta progressivamente da dimensão sindical.²³⁹

²³⁶ ALQUATI. *Sulla FIAT. Op. cit.*, Parte Seconda, Presentazione, p. 183.

²³⁷ *Id.* “Lotta alla FIAT” In: *ibid.*, cap. 6, p. 187.

²³⁸ Tal comportamento pode ser abrigado sob o signo da recusa do trabalho. Voltaremos a esse tema adiante.

²³⁹ *Ibid.*, p. 188. “Do ‘operador de máquinas’ até o ‘controle de qualidade’ ou do funcionário ‘administrativo’ ao ‘técnico’, ao ‘perito’, e ainda ao ‘engenheiro’ subordinado, todos percebem-se finalmente como ‘classe operária’”. *Ibid.*, p. 190, modificada.

Os sindicatos, aliás, são descritos por Alquati no referido ensaio como meros mediadores do projeto patronal. Este, prossegue o autor, consiste na obtenção do controle político dos operários, na integração do corpo de trabalhadores ao plano e ao comando do capital, favorecendo assim maiores ganhos de produtividade. A estratégia operária, inversamente, consistia em empurrar as lutas para além do controle político capitalista, para um nível eminentemente antagonista valendo-se do uso tático da “não-colaboração”, isto é, da não aceitação ou mesmo negociação das propostas contratuais dos patrões. O controle sobre os operários, desse modo, passava necessariamente pelo controle de suas lutas, seja em relação aos objetivos que elas visavam, seja em relação à sua forma. Recuperar o controle político sobre as lutas e, consequentemente, sobre a classe trabalhadora, mantê-las naquilo que Panzieri chamava de nível conflitivo e que Negri chamará de má dialética do operarismo,²⁴⁰ interessava não só aos patrões, mas também às instâncias de organização e representação operárias, que haviam assumido desde Togliatti, no caso do PCI, e desde Nenni, no caso do PSI, toda forma de “compromisso” com o capital e que objetivavam retomar o controle sobre os trabalhadores.²⁴¹

Todavia, as lutas na FIAT mantiveram-se para além do controle político patronal e sindical nos meses seguintes. As greves “selvagens”, encabeçadas pelo novo corpo de trabalhadores da fábrica de automóveis e decerto influenciadas pela revista *Gatto Selvaggio*, dirigida por Alquati, destacavam-se não somente por sua “espontaneidade” – que fazia explodir paralisações “repentinas”, alheias ao conhecimento dos patrões ou dos sindicatos – e por sua “organização invisível” – que se dava ao largo do trabalho político realizado pelas instituições sindicais – como também por trazer à tona aquela insatisfação com a organização capitalista do trabalho. Talvez a demonstração mais contundente desse fato seja a recusa dos trabalhadores em greve de fazer quaisquer reivindicações positivas aos patrões, de evitar seriamente qualquer “racionalização” capitalista das lutas por meio das reivindicações salariais. Ao recusar-se a fazer exigências para retornar ao trabalho, os trabalhadores da FIAT ultrapassavam o nível conflitivo das lutas, nível compreendido e esperado pelos patrões e pelos sindicatos, e atingiam um nível genuinamente antagonista de combate, transbordando a racionalidade política capitalista dos

²⁴⁰ Panzieri mantinha uma distinção entre os níveis “conflitivo” e “antagonista” das lutas operárias. Enquanto o primeiro permanece no interior da dialética entre operários e capital, permitindo o desenvolvimento do último, o segundo rompe essa relação e aponta para a dissolução do capital. Para a distinção de Panzieri entre “conflito” e “antagonismo”, ver, por exemplo, PANZIERI. “Uso socialista dell’inchiesta operaia” In: *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Op. cit., p. 90. De modo semelhante, Negri define a má dialética do operarismo, e também do materialismo dialético, como “o nexos que continuamente via as lutas operárias impulsionar o mando do capitalismo a uma reestruturação, a qual fazia frente uma nova figura subjetiva de classe – e assim indefinidamente”. NEGRI. *Fin de Siglo*. Barcelona: Paidós, 1992, cap. 3, p. 72, doravante FS.

²⁴¹ ALQUATI. “Lotta alla FIAT” In: *Sulla FIAT*. Op. cit., cap. 6, pp. 188-92. Para a trajetória dos partidos operários italianos nessa época, remetemos novamente ao trabalho de GINSBORG. *A contemporary history of Italy*. Op. cit., cap. 6.

levantes trabalhistas. “Não temos nada a pedir para vocês”, diziam os trabalhadores em greve. O que estava em jogo não era um problema nesta ou naquela engrenagem da organização produtiva, que poderia ser resolvido mediante um acordo entre operários e capital, mas a organização produtiva como um todo.²⁴²

O cenário de transformação das composições técnica da força de trabalho e política da classe operária examinado de modo mais ou menos embrionário por Alquati em suas copesquisas nas fábricas da região de Turim, notadamente a FIAT, deverá consolidar-se e expandir-se para as demais regiões industriais da Itália ao longo dos anos sessenta. No Nordeste, a reestruturação da produção deu-se mormente através da intensificação do trabalho, em vez de qualquer investimento significativo em novas plantas industriais. Mesmo assim, certa diminuição relativa da atividade econômica nos anos pós-milagre ofereceram às fábricas o pretexto para a modificação de sua força de trabalho. O velho corpo de trabalhadores qualificados, experientes e sindicalizados passou a ser substituído por outro cada vez mais homogeneizado quanto ao gênero e à idade. O homem jovem – e, não menos importante, alheio à tradição sindical – foi selecionado como a figura supostamente mais indicada ao rigor das linhas de produção em massa.²⁴³

O caso não foi muito diferente em Porto Marghera, onde Negri cumpriu sua propedêutica à luta de classes. Além da reestruturação produtiva das velhas fábricas químicas, que passaram a lá se instalar em 1921, ocorreu em Marghera também a construção de um novo polo petroquímico a partir dos anos cinquenta.²⁴⁴ Os trabalhadores absorvidos por esse novo complexo industrial eram sobretudo técnicos e funcionários [*impiegati*] – isto é, os trabalhadores ditos de colarinho branco – que, malgrado sua maior formação e seu conhecimento das novas tecnologias empregadas nas indústrias petroquímicas, não tinham maior controle do processo produtivo e tampouco eram menos massificados que seus pares em Turim. Aliás, se havia algo que diferenciava os locais de trabalho dos trabalhadores de Marghera daqueles de Mirafiori, diz-nos Wright, era “a aparente perfeição da tirania do capital fixo”. Em Porto Marghera, prossegue o autor, “a própria natureza do processo de produção – um sistema altamente automatizado que exige atenção vinte e quatro horas por dia – garantia a subordinação dos trabalhadores

²⁴² ALQUATI. “Lotta alla FIAT” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 6, pp. 191-5. Exemplares do jornal *Gatto Selvaggio* eram distribuídos por todas as fábricas de Turim, onde, segundo Alquati, ele era bem conhecido e discutido. A importância do jornal para as lutas operárias “espontâneas” da FIAT e de outras fábricas talvez seja o primeiro grande exemplo efetivo do cumprimento dos objetivos organizativos almejados pela copesquisa.

²⁴³ Cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 5, pp. 107-10.

²⁴⁴ Cf. SANTIAGO. A recusa do trabalho. *Caderno de Ética e Filosofia Política*, v. 19, n. 2, pp. 249-65, 2001, pp. 254-5.

de forma ainda mais plena que a linha de montagem da fábrica de automóveis”.²⁴⁵ Assim, não obstante as diferenças que poderiam manter em relação ao restante do Norte italiano, verificou-se também na *terraferma* de Veneza uma transformação dos processos produtivos tanto quanto da força de trabalho. No início dos anos sessenta, diz nos Negri, Marghera era “um polo industrial já antigo” enquanto “as chaminés do polo petroquímico que lentamente se erguiam”. Mas, mais importante, havia do ponto de vista do trabalho a existência de uma velha “classe operária [...] já na defensiva enquanto crescia uma nova massa de trabalho vivo – tecnicamente e politicamente nova”, classe essa que assumirá primeira importância no desenvolvimento das lutas trabalhistas na Itália.²⁴⁶

A ideia da formação de uma nova composição de classe, que até meados dos anos sessenta circulava nos grupos operaristas de modo mais ou menos impreciso, receberá um grau maior de densidade teórica a partir do encontro ocorrido na Universidade de Pádua, em 1967. Nesse encontro, que contou a participação de Luciano Ferrari Bravo, Ferruccio Gambino, Mauro Gobini, Negri e George P. Rawick, Bologna apresenta seu já citado estudo sobre o movimento de conselhos operários na Alemanha do pré-guerra, no qual marca uma importante conexão entre a composição técnica da força de trabalho e a composição política da classe operária. Bologna parte da constatação de que “os trabalhadores altamente especializados na indústria de máquinas constituíam uma parte substancial dos líderes fabris no movimento alemão de conselhos operários” e, “na medida em que essa figura profissional tomou uma dimensão política e social em 1918”, ou seja, na chamada Revolução Alemã, pergunta-se “se a estrutura da indústria alemã do pré-guerra gerou esse tipo de força de trabalho e se a posição desses trabalhadores na produção estava diretamente ligada à sua adesão política ao sistema de conselhos”.²⁴⁷ Temos nesse estudo, então, uma questão semelhante àquela com a qual Alquati se deparou, mas colocada agora em termos históricos.

Na Alemanha do pré-guerra, diz-nos Bologna, a indústria mecânica, diferentemente das indústrias mineradora ou elétrica, não havia atingido um grau relevante de concentração e de racionalização, sendo constituída basicamente de fábricas de médio porte, que ainda não se dedicavam à produção especializada: “a maior parte das manufaturas de bicicletas ou, depois, de motocicletas produziam também máquinas de escritório ou de costura”, por exemplo. O mesmo valia para a indústria automotiva, que só adquiriria importância na Alemanha com a

²⁴⁵ WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 5, p. 110.

²⁴⁶ IO, pp. 140-1. Em Porto Marghera, diz-nos Negri, “assistíamos a passagem da fábrica do operário profissional à fábrica do operário massa”. *Ibid.*, p. 142.

²⁴⁷ BOLOGNA. Class composition and theory of the party at origin of the worker’s council movement. *Telos*, v. 13, pp. 4-27, 1972, p. 4.

Opel, em 1924 – enquanto nos Estados Unidos ela se desenvolve primordialmente entre os anos de 1910 e 1912. Contudo, a indústria auxiliar de máquinas industriais – por exemplo, as indústrias de peças para motores, de maquinaria leve, de ferramentas de precisão, eletromecânica e ótica – se apresentava como uma grande exceção a esse quadro, experimentando um desenvolvimento notável e tornando-se rapidamente concentrada e racionalizada. Esse setor, responsável pela reputação internacional dos produtos alemães, possuía uma força de trabalho “excepcionalmente qualificada”. Nele, a principal figura da força de trabalho era o “trabalhador inventor, ou mesmo o trabalhador que colaborava de perto com os técnicos e os engenheiros de planejamento”. Esse trabalhador participava na “mudança de estrutura do produto”, isto é, da totalidade do processo produtivo; era bastante estável em sua função, visto que ela exigia grandes habilidade e experiência; e, por isso mesmo, era alvo de uma série de políticas ditas “paternalistas” por parte de seus patrões, como a obtenção de salários acima da média, de menor jornada de trabalho e/ou mesmo de participação nos lucros das fábricas. Além disso, as figuras dos técnicos e dos engenheiros eram igualmente importantes para a indústria auxiliar de máquinas industriais alemã, de modo que nesse período, sua contratação se dava em número maior do que a dos operários. Mas, diferentemente do caso italiano examinado por Alquati, os técnicos e engenheiros ainda não eram, no caso alemão, “funcionários da organização científica [isto é, taylorista] da exploração”. Em vez disso, eles compunham uma burocracia administrativa que, com os significativos investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento e o uso das mais avançadas tecnologias na produção, era um dos pilares da indústria de máquinas industriais.²⁴⁸

De maneira semelhante ao caso italiano dos anos sessenta, a organização do trabalho nas indústrias alemãs do pré-guerra ensejou uma espécie de homogeneidade de toda a força de trabalho – o que permitiu também sua unidade política. Porém, no lugar da massificação de uma força de trabalho desqualificada, móvel e facilmente substituível, testemunha-se na Alemanha a formação daquilo que Bologna denominou “aristocracia do trabalho”, composta não só pelos engenheiros e técnicos, mas também pelos operários, possuidores de altas habilidades profissionais. Nesse sentido, eram os operários que se aproximavam dos técnicos e engenheiros no que dizia respeito à sua posição na organização do trabalho, e não o contrário, como ocorria na FIAT examinada por Alquati. De qualquer forma, Bologna assinala que era justamente essa figura da “aristocracia do trabalho” que mais aderiu ao movimento de conselhos operários:

Esses trabalhadores altamente especializados das indústrias de máquinas e ferramentas industriais, com um alto nível de habilidade profissional, engajados

²⁴⁸ BOLOGNA. Class composition... *Telos. Op. cit.*, pp. 4-6.

no trabalho de precisão, perfeitamente familiarizados com as ferramentas (manuais e mecânicas) e que trabalhavam junto aos técnicos e engenheiros na modificação do processo de trabalho, eram materialmente mais suscetíveis a um projeto político-organizacional como aquele dos conselhos de operários, isto é, a gestão operária da produção.

Para o autor, existe uma ligação fundamental entre a posição do operariado da indústria auxiliar de máquinas industriais na organização produtiva e a principal bandeira do movimento de conselhos operários. Em suas palavras, “o conceito de gestão operária da produção”, por um lado, “poderia não ter um apelo tão amplo no movimento alemão de conselhos operários sem a presença de uma força de trabalho inextrincavelmente ligada à tecnologia do processo de trabalho, com altos valores profissionais e naturalmente inclinada a frisar sua função de ‘produtores’”, o que indicaria a formação do projeto político-organizacional do movimento alemão de conselhos operários a partir de dada composição técnica da força de trabalho na Alemanha do pré-guerra; por outro, “o conceito de gestão operária pinta o trabalhador como um produtor autônomo, e o trabalho fabril como autossuficiente”, e, ao ver apenas “a relação entre os trabalhadores e os patrões ou empresas singulares”, ela “desacredita a ‘política’ em seu sentido amplo, isto é, a relação entre organização e poder, entre partido e revolução”, o que explicaria a forte adesão de dada composição técnica da força de trabalho a esse projeto político-organizacional.²⁴⁹

Todavia, e aqui está nosso maior interesse no estudo do historiador operarista, Bologna não limita seu exame das composições técnica e política do operariado alemão do pré-guerra à investigação totalmente intrínseca de uma conjuntura nacional. Dois anos antes, Alquati já havia proposto o exame de uma determinada composição de classe não apenas “enquanto tal”, mas também à luz do “capital mundial”. Além disso, já o vimos, o aprofundamento dos antagonismos locais na esfera do mercado mundial será compreendido por Negri em sua leitura dos *Grundrisse* como uma verdadeira lei do método marxiano.²⁵⁰ De certa maneira, Bologna cumpre tais proposições metodológicas quando, num segundo momento de sua exposição, dedica-se aos ciclos internacionais de luta operária bem como à composição de classe no interior do capitalismo internacional a fim de “reconstruir politicamente [a história] do movimento de conselhos operários”.²⁵¹ Quanto à composição técnica da força de trabalho, os operários especializados, assinala o autor, compõem no pré-guerra uma organização “atrasada” da produção, que

²⁴⁹ BOLOGNA. Class composition... *Telos. Op. cit.*, p. 5.

²⁵⁰ ALQUATI. “Ricerca sulla struttura interna della classe operaia” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, cap. 8 e *MM*, cap. 3, p. 80 (cf. *supra*).

²⁵¹ BOLOGNA. *Op. cit.*, p. 8. Ainda, num terceiro momento de seu texto, Bologna examina o contexto teórico geral dessa época, abordando a “teoria do partido” em Eduard Bernstein, Rosa Luxemburgo e Lênin, além de sua ausência em Daniel DeLeon.

está “objetivamente condenada à extinção pelas vanguardas capitalistas”.²⁵² Estas, ou seja, a organização produtiva mais “avançada” do capital, estariam no outro lado do Oceano Atlântico, com o fordismo, isto é, a produção industrial em massa de bens de consumo. Em 1911, porém, as ideias de Henry Ford não passavam de inovações brilhantes de um capitalista singular. Sua conversão em estratégia produtiva do capital coletivo, afirma Bologna numa leitura que se mantém fiel à hipótese operarista, deveu-se à ameaça do “ciclo de lutas” internacional ocorrido nas primeiras décadas do século XX.²⁵³

Segundo Bologna, no ciclo de lutas inaugurado nos primeiros anos do último século, “a classe operária como um todo tentou, pela primeira vez na história, reverter a tendência no processo do desenvolvimento capitalista nos setores atrasados bem como nos avançados, nas fábricas bem como no nível social”.²⁵⁴ Caso exemplar foi a atuação dos *Industrial Workers of the World* (IWW), associação criada em 1905 nos Estados Unidos. Para o historiador operarista, a IWW teve o mérito de, tal qual pretendiam os próprios operaristas na Itália dos anos sessenta e setenta, organizar não uma forma ideal da classe operária, mas os trabalhadores estadunidenses como tais. Os Estados Unidos se defrontavam nessa época com um aumento colossal da força de trabalho mediante a imigração em massa (o número de imigrantes que lá chegaram entre 1905 e 1914 ultrapassou a casa de 10 milhões), de modo que a classe trabalhadora era composta por uma mistura de grupos étnicos.²⁵⁵ Outrossim, semelhante força de trabalho era altamente móvel (atuando um dia na construção civil, depois desempregada, então ocupada na colheita sazonal de alguma cultura, depois na indústria têxtil ou como garçom nos trens etc.), um fato que pesava bastante contra a identificação com uma tarefa, habilidade ou mesmo fábrica específicas, como ocorria no caso alemão. Por razões como essas, a classe operária estadunidense exigia um modo de organização específico, e os *Wobblies*, como também eram chamados os IWW, foram capazes de transformar as condições materiais nas quais o capital punha o proletariado num “vetor da organização operária”.²⁵⁶ A IWW, insiste Bologna, foi capaz de

²⁵² Como sabemos, o trabalho manual que exige alta habilidade e experiência profissionais não foi extinto. Todavia, podemos afirmar, com Negri, que ela deixou de ser a forma hegemônica do trabalho capitalista.

²⁵³ O conceito de “ciclo de lutas”, de extrema importância para o operarismo italiano, surge de modo explícito pela primeira vez neste estudo de Bologna. Para uma descrição esquemática desse conceito, cf. ALTAMIRA. *Os marxismos do novo século*. Op. cit., cap. 2, pp. 206-12.

²⁵⁴ BOLOGNA. Class composition... *Telos*. Op. cit., p. 7. Note-se aqui a presença daquela mesma unidade política da classe operária verificada por Tronti em *Lenin in Inghilterra*.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 13. Segundo David Brody, “quase 60% da força de trabalho industrial [estadunidense] havia nascido fora do país”. *Apud* WRIGHT. *Storming heaven*. Op. cit., cap. 8, p. 191. Nessa mistura de grupos étnicos, porém, não estão incluídos os negro-americanos, que não foram atingidos pela IWW. Para o comentário de Bologna sobre o assunto, cf. Op. cit., p. 24. Ao chamar a população negra dos Estados Unidos de negro-americana, em vez do mais comum afro-americana, seguimos a indicação de JONES. *Blues People*. New York: Perennial, 2002.

²⁵⁶ Com efeito, o paralelo feito por Bologna entre os casos americano e europeu no ciclo de lutas das primeiras décadas do século XX está justamente nessa capacidade, seja a transformação da mobilidade dos trabalhadores

realizar o conceito de fábrica-social no plano político.²⁵⁷ Isso poderia ser verificado na recusa à institucionalização do conflito, por exemplo. Com a rejeição das barganhas com o patronato e das assinaturas de contratos de trabalho, os *Wobblies* recusavam o clausuramento espacial e temporal das lutas, liberando-as tanto do espaço fabril quanto da temporalidade dos contratos. Por outro, com a recusa da organização partidária das lutas, eles se voltavam para os próprios operários permitindo sua organização autônoma.²⁵⁸ Seus dois principais pilares, o internacionalismo e o igualitarismo eram completamente estranhos às reivindicações de poder na fábrica, encontradas no movimento de conselhos operários. Sua estratégia, inversamente, estava em explorar os níveis extraordinários de comunicação e coordenação entre diferentes setores permitido pelas lutas baseadas na mobilidade. Assim, os *Wobblies* foram capazes de criar um tipo absolutamente original de agitador: “não a toupeira cavando por décadas num único estabelecimento ou bairro proletário”, diz-nos o historiador operarista, “mas um tipo de agitador que “nadava nas correntes das lutas proletárias, movia-se de uma ponta a outra do enorme continente americano e calculava a onda sísmica da luta, então ultrapassando as fronteiras dos estados e navegando nos oceanos antes de organizar convenções para encontrar organizações irmãs”. Com efeito, sua preocupação

com os estivadores e os trabalhadores dos transportes, sua constante determinação em atingir o capital como um mercado internacional, sua percepção do proletariado móvel – hoje empregado, amanhã desempregado – como um vírus de insubordinação social, como o agente do *gattoselvaggio* social, todas essas coisas fazem da IWW uma organização de classe que antecipa as presentes formas de luta [isto é, as formas de luta dos anos sessenta]”.²⁵⁹

É para combater essa ameaça operária que o fordismo é convertido na estratégia do capital coletivo. Enquanto na Alemanha a resposta à “aristocracia do trabalho” se deu através

num vetor de lutas, como no caso dos *Wobblies*, seja a transformação da aristocracia do trabalho em vanguarda política, no caso dos conselhos operários ou do bolchevismo, por exemplo. Cf. BOLOGNA. *Class composition... Telos. Op. cit.*, p. 22.

²⁵⁷ O conceito de fábrica-social diz respeito a uma dimensão da socialização da produção em que os traços específicos da organização fabril, compreendidos como o modo específico do domínio político do capital sobre os operários (ou, como veremos mais tarde, como disciplina), se expandem para toda a sociedade. Nas palavras de Tronti: “quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, ou seja, quanto mais penetra e se estende a produção do mais valor relativo, tanto mais se conclui o círculo produção-distribuição-troca-consumo, ou seja, tanto mais a relação entre produção capitalista e sociedade burguesa, entre fábrica e sociedade, entre sociedade e Estado, se faz orgânica. No nível mais alto do desenvolvimento capitalista, a relação social se torna um momento da produção, a sociedade inteira se torna uma articulação da produção, portanto toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende seu domínio exclusivo sobre toda a sociedade. TRONTI. “La fabbrica e la società” *In: Operai e capitale. Op. cit.*, p. 48. Nesse sentido, Bologna se refere à ampliação do terreno das lutas operárias da fábrica para o terreno social.

²⁵⁸ Note-se aqui a semelhança entre as formas de luta dos *Wobblies* e aquelas posteriormente tomadas na FIAT examinada por Alquati.

²⁵⁹ BOLOGNA. *Op. cit.*, pp. 8-9.

de uma solução repressiva (o mesmo ocorreu na maioria dos países europeus), nos Estados Unidos, ela se deu por meio de uma completa transformação na estrutura da força de trabalho. De fato, o fordismo promove uma transformação qualitativa extraordinária da maquinaria e, com isso, modifica profundamente a composição técnica da força de trabalho, substituindo os trabalhadores com altas habilidades profissionais por trabalhadores ligados à linha de produção, desqualificados, desenraizados, altamente móveis e intercambiáveis. Semelhante processo, que pudemos verificar no caso da FIAT dos anos cinquenta e sessenta, tem início nos EUA já nas primeiras décadas do século XX. Mas, além da transformação da maquinaria e da modificação da composição técnica da força de trabalho, o fordismo, diz-nos Bologna, altera consideravelmente a estrutura salarial bem como a concepção (capitalista e operária) em relação aos salários. Nisso, ele ultrapassa o taylorismo. Enquanto este toma os salários como incentivos diretamente ligados à posição do trabalhador singular na empresa, segundo uma abordagem individualista e atomista, no fordismo os salários se tornam uma taxa geral de receita a ser usada “em conjunção com as dinâmicas do sistema. Tornam-se uma taxa geral de capital a ser injetada num quadro planejado de desenvolvimento”. Essa concepção sobre os salários, prossegue o autor, adviria justamente da mobilidade dos trabalhadores sazonais dos Estados Unidos, acompanhados e organizados pela IWW, dessa “abordagem proletária em relação aos salários que não é cristalizada em divisões setoriais, mas é uma abordagem igualitária dos salários”.²⁶⁰ Mais uma vez, então, o desenvolvimento do capital, agora nos Estados Unidos do pré-guerra, é compreendido como consequência e como reação às lutas operárias.²⁶¹ E o é feito de modo tal que a resposta dada ao questionamento realizado no início da exposição de Bologna, qual seja, que a estrutura da indústria alemã de fato gerou o tipo de força de trabalho verificado na “aristocracia do trabalho”, pode ser invertida no caso estadunidense. Nele, “*antes que a massificação do trabalho fosse introduzida pela linha de produção, o operário massa era uma realidade subjetiva moldada pelos agitadores Wobblies*”.²⁶²

²⁶⁰ BOLOGNA. Class composition... *Telos. Op. cit.*, pp, 7, 23. Sobre a concepção fordista dos salários, destacamos que já no ensaio de Bologna é estabelecida sua relação com a “*income revolution*” de Keynes. Cf. *ibid.*, p. 7. Voltaremos a esse tema adiante.

²⁶¹ “Um nível extremamente alto de cooperação social, uma abordagem global da divisão social do trabalho, uma inesgotável habilidade de transformar o conflito em racionalização e desenvolvimento, um controle sobre a força de trabalho exercido diretamente pelo aparato produtivo livre da mediação do sindicalismo, um uso político da mobilidade de massa: tudo isso conferia ao sistema americano características marcantes capazes de relegar à Europa o papel de uma província entediante. [...] E tudo isso ocorreu sob a pressão de uma luta operária frontal”. *Ibid.*, p. 21.

²⁶² *Ibid.*, p. 23, grifos nossos. A partir desses desenvolvimentos, a acusação de determinismo na concepção de composição de classe feita por Damiano Palano, no sentido de que a estrutura técnica do processo laboral figuraria como o pressuposto que determina as características do sujeito operário – ou, dito de outro modo, que a composição política de classe é determinada pela composição técnica da força de trabalho – nos parece abalada. Afinal, ainda que a leitura atribuída por Palano aos operaristas, especificamente Bologna e Negri, tenha validade

O estudo feito por Bologna sobre o movimento de conselhos operários, portanto, desloca-nos da particularidade do caso italiano para um contexto internacional, e mesmo global, mostrando-nos que a passagem da composição de classe caracterizada pelo que posteriormente será chamado de “operário profissional” à composição de classe caracterizada pelo “operário massa”, verificada na Itália dos anos sessenta pelos operaristas, teve lugar nas primeiras décadas do século XX naquela que Marx afirmava ser “a mais moderna forma de existência da sociedade burguesa”, qual seja os Estados Unidos, quando examinada à luz do “capital mundial”.²⁶³ A partir desse exame – ou, mais precisamente, dos exames da história da classe operária conduzidos por Bologna, mas também por Tronti e outros – Negri poderá sistematizar as descobertas operaristas sobre as transições da composição de classe e propor uma periodização da história da classe operária apoiada nessas transições. Isso é tentado pela primeira vez em seu estudo já citado sobre Keynes, apresentado no mesmo encontro da Universidade de Pádua, em 1967. Nele, Negri aponta os anos de 1848, 1871 e 1917 como marcos do ataque operário ao capital, e das transições em sua composição de classe. A partir de 1848, há uma composição de classe especificada pela urbanização e pela passagem à grande indústria, cuja figura operária hegemônica é ainda indiferenciada; depois de 1871, surge uma composição de classe especificada pelas altas habilidade profissional, experiência e identificação a uma função produtiva e a um posto de trabalho, além das reivindicações de controle da produção, cuja figura hegemônica é a do “operário profissional”; e, desde 1917, com a destruição da aristocracia do trabalho mediante a introdução das linhas de montagem e da massificação da produção, ou seja, do taylorismo e do

quando consideramos os casos alemão e italiano por eles examinados, o mesmo não ocorre quando o exame se dá à luz do capital mundial, de modo que a determinação política pela composição técnica não deve ser considerada uma regra universal. Se assim fosse, o exame de Bologna e tampouco a esquematização negriana da história da classe operária compartilhariam da “hipótese operarista” de Tronti; e se, por vezes, encontramos nos textos operaristas uma relação de determinação entre as composições técnica e política, talvez devamos atribuí-lo, bem como Marx fez em relação a Smith quanto à questão do trabalho abstrato, à grandiosidade e à dificuldade que representa o giro copernicano de Tronti à teoria e à prática política revolucionárias. De todo modo, Bologna recusará explicitamente essa relação anos mais tarde, quando afirma que dos elementos objetivos da composição técnica de classe não derivava “uma relação necessária entre composição de classe [composição técnica da força de trabalho] e organização [composição política da classe operária] nos termos de uma subordinação do programa político à composição de classe [entendida, mais uma vez, como composição técnica da força de trabalho]”. *Id.* Rapporto società-fabbrica come categoria storica. *Primo Maggio*, v. 2, pp. 1-8, 1973-1974, p. 5. Para esse tema, cf. também WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 8, pp. 185-9. Para a crítica de Palano, cf. PALANO. Il bandolo dela matassa. *Intermarx. Op. cit.*, esp. § 3. Enfim, para a consideração de Marx sobre Smith, cf. MARX. *Grundrisse. Op. cit.*, Introdução, § 3, p. 57 e *supra*. Destacamos ainda que nessa afirmação de Bologna sobre os *Wobblies* pode ser encontrado pela primeira vez o uso do termo “operário massa”, posteriormente adotado por todo o operarismo para referir-se àquela “compacta massa social” descrita por Tronti.

²⁶³ Ressaltamos que os termos “operário profissional” (posteriormente usado por Negri para se referir àquilo que Bologna denominou “aristocracia do trabalho”), “operário massa” e “operário social” (que veremos adiante) referem-se sobretudo à composição política de classe, isto é, ao modo como a classe operária se organiza e luta, não meramente à organização da força de trabalho e, portanto, à composição técnica. Doravante, ao usarmos o termo “composição de classe”, referir-nos-emos sempre à composição política da classe operária.

fordismo, como vimos, surge uma composição de classe especificada pela massificação, desqualificação, mobilidade e intercambialidade e pela espontaneidade e autonomia, cuja figura hegemônica é a do “operário massa”. 1917, desse modo, “é um ponto crucial de ruptura [no processo de desenvolvimento do capital e do Estado, na medida em que são determinados pelas lutas operárias]: nesse ponto, a história se torna contemporânea”.²⁶⁴ Visto à luz do capital mundial, é a partir de 1917 que a figura do operário massa toma forma, chegando ao seu ponto mais alto de combatividade no ciclo de lutas aberto nos anos sessenta.

O biennio rosso e a recusa do trabalho

Se, de acordo com Negri, o ciclo italiano de lutas dos anos sessenta, se abre com as manifestações antifascistas ocorridas em Gênova, seu primeiro pico decerto tem lugar no chamado *biennio rosso* de 1968-1969.²⁶⁵ Segundo nosso autor, a experiência italiana do 68, possuía uma dimensão operária que a diferenciou de todas as outras experiências europeias – e quiçá, poderíamos acrescentar, mundiais. O “longo 68 italiano” – que se desenrolou até ao menos 1977 e que contou com a participação fundamental dos grupos operaristas e, posteriormente, autonomistas – consistiu na maior demonstração de força política do operário massa, tendo como principal característica a “recusa do trabalho”.²⁶⁶

No entanto, a dimensão operária do 68 italiano não exclui a participação estudantil nesses eventos. A partir de 1966, testemunha-se na Itália a formação de um movimento estudantil

²⁶⁴ NEGRI. “Keynes and the capitalist theory of the State” In: *LD*, cap. 2, p. 24, doravante *KLD*. Para o modelo negriano das figuras operárias hegemônicas, cf., além de *KLD* e “Movimento Operaio” In: *DCDS*, pp. 106-14, PALANO. *Op. cit.*, p. 19 e CORRADI. *Storia dei marxismi in Italia. Op. cit.*, Parte Seconda, cap. 3, p. 217.

²⁶⁵ Os protestos de 1960 em Gênova se deram em reação à convocação do sexto congresso do *Movimento Sociale Italiano* (MSI), partido de extrema direita que reunia os apoiadores do fascismo italiano, para a mesma cidade. Segundo Wright, além da violência usada contra os manifestantes (dezenas deles foram mortos pelas forças policiais) e da ulterior renúncia do Primeiro-Ministro Fernando Tambroni, da DC, destaca-se nesses protestos a participação da mais recente geração de operários. A maioria deles, prossegue o estudioso, não era velha o bastante para se recordar do regime fascista ou da Resistência. Mas sua impetuosa presença nesses levantes poderia ser explicada pela conexão que faziam entre o fascismo e o espectro da dominação de classe em sua forma mais pura. “Eu não conheci o fascismo, embora meu pai fale muito mal dele”, admite um manifestante. “Nós somos como escravos, o trabalho é um fardo e eu nem mesmo faço o suficiente para sobreviver. Isso é fascismo para mim – o patrão”. Esse modelo de explicação foi tomado também por Panzieri, que argumentou que as raízes do fascismo residiam na fábrica, a fonte do poder patronal sobre a sociedade, e que lá ele deve ser derrotado. Cf. WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 2, pp. 34-5. Segundo Marco Bascetta e outros, “nas manifestações de julho de 1960 confluem passado e futuro. Elas foram, de uma parte, o último ato de resistência antifascista e, de outra, o prólogo das lutas operárias que irromperiam no fim da década. Os mesmos jovens operários que estiveram com “camisetas listradas” na linha de frente dessa disputa serão, dois anos depois os protagonistas da revolta de Piazza Statuto de Turim e, posteriormente, da explosão de lutas operárias em 1969”. BASCETTA *et al.* “Italia, 1960-1981” In: NEGRI. *Los libros de la autonomia obrera*. Madrid: Akal, 2004, Apêndice, p. 340. Por fim, acrescentamos que “*biennio rosso*” é uma referência à luta operária dos anos 1919 e 1920 na Itália, ápice do ciclo de lutas das primeiras décadas do século XX naquele país, que culminou com a ocupação das fábricas.

²⁶⁶ Cf. *OMOS*, cap. 5 e *FS*, cap. 3.

cujo papel nos levantes dessa época não deve ser desprezado. Esse movimento concentrou-se inicialmente nas universidades de Trento e Turim, no noroeste italiano, mas no ano seguinte espalhou-se de modo vigoroso, atingindo praticamente todo o sistema universitário daquele país.²⁶⁷ As origens da agitação estudantil residiam em basicamente dois aspectos. O primeiro dizia respeito às próprias necessidades materiais do sistema universitário italiano. Embora esse sistema tivesse passado por reformas que permitiram o aumento expressivo na quantidade de alunos, elas não contemplavam a melhoria da infraestrutura universitária (o aumento no número de professores e de salas, por exemplo) e tampouco mudanças estruturais no ensino (mantendo currículos que datavam dos anos vinte). Além disso, não obstante o ensino superior fosse formalmente aberto a todos (os exames de admissão foram abolidos em 1965), a estrutura universitária se mantinha classista, o que atingia principalmente o desempenho daqueles alunos que necessitavam trabalhar durante a graduação (os chamados estudantes-operários), grupo em que se verificava altas taxas de reprovação e evasão. Os problemas, todavia, não cessavam mesmo para aqueles que logravam obter seus diplomas, na medida que o mercado de trabalho, mesmo a nível nacional, não era capaz de absorvê-los completamente, frustrando assim as expectativas de muitos estudantes por bons cargos e salários.²⁶⁸

O segundo aspecto dizia respeito a certa recusa aos valores que imperavam na Itália desde o “milagre econômico”, como o consumismo, o individualismo, a tecnocracia, dentre outros.²⁶⁹ Essa “crise normativa” encontrou bases nas duas maiores correntes da cultura italiana de então: no catolicismo, com o pontificado do Papa João XXIII e as reformas por ele empreendidas, que deslocaram o lugar da Igreja na sociedade italiana e permitiram o reavivamento de novas ideias e práticas; e no marxismo, com a influência constante de diversas revistas e periódicos, como os próprios *Quaderni Rossi*. Somada a isso, a conjuntura internacional dos anos sessenta também fomentara o imaginário dos estudantes italianos. A Revolução Cultural chinesa foi lida por eles como sublevação espontânea e massiva da juventude contra a burocracia e a hierarquia do socialismo de extração soviética – e como modelo de crítica às próprias políticas socialista e comunista na Itália. Pelo noticiário era revelada a “verdadeira face” do Estado estadunidense, com os bombardeios aos vilarejos vietnamitas, mas também da sociedade estadunidense, com os protestos contra a guerra, as lutas dos negros, os levantes estudantis, a

²⁶⁷ Cf. WRIGHT. *Op. cit.*, cap. 4, p. 89 e HARMAN. *The fire last time*. London; Chicago; Melbourne: Bookmarks, 1998, cap. 7, p. 137. Para uma avaliação negriana da contribuição dos “companheiros de Trento”, cf. OMOS, cap. 5, pp. 94-6.

²⁶⁸ Cf. GINSBORG. *A history of contemporary Italy*. *Op. cit.*, cap. 9, pp. 298-300.

²⁶⁹ Recordemos que, de certa maneira, semelhante recusa aos valores sociais vigentes já havia sido identificada entre os operários pelos *Quaderni Rossi*, especialmente por Alquati em *Relazione sulle ‘forze nuove’*. Cf. *supra*.

contracultura etc. Por fim, na América Latina os ensinamentos e práticas de padres que viriam a formular a chamada Teologia da Libertação tiveram uma especial ressonância na Itália, e o assassinato de Ernesto “Che” Guevara forneceu à juventude daquele país um ícone da recusa dos valores da sociedade capitalista.²⁷⁰

Se o primeiro aspecto dirigiu as demandas estudantis durante o início do movimento, o segundo foi sobretudo responsável por moldar seus valores. O valor nuclear consistia decerto no antiautoritarismo. Seus alvos mais óbvios e imediatos eram as relações de poder no interior na Universidade, no entanto, a rejeição à autoridade ultrapassou os campi universitários, dirigindo-se também a outros alvos, como a família nuclear (um pilar quase inquebrantável da sociedade italiana) e a esquerda oficial. Ao recusar a autoridade dos partidos de esquerda e de suas organizações da juventude, o movimento estudantil recusava também as formas de organização dessas instituições, além de abrir espaço para a experimentação de novas formas organizativas, como a “assembleia permanente” – de modo que um operarista como Asor Rosa, do núcleo romano, pôde identificar no movimento estudantil, a despeito das lutas operárias mais ou menos autônomas que ocorreram ao longo dos anos sessenta, “o primeiro exemplo de uma luta de massas não controlada pelo partido”.²⁷¹

Contra a autoridade do Estado, da família e do partido, então, os estudantes clamavam por um “poder estudantil”. Tal mote, influenciado pelos movimentos estudantis da Alemanha e dos Estados Unidos, tem origem mormente sectária, isto é, restrita aos interesses da “classe” estudantil no interior do mundo acadêmico, mas passou a tomar características peculiares no *bel paese*. Ao investigar seu próprio lugar na sociedade italiana, os estudantes perceberam que as relações de poder no âmbito universitário “eram somente uma expressão das relações de poder mais gerais da sociedade”. Percepção que se tornou ainda mais radical em cidades como Turim, Veneza e Pisa, onde os estudantes identificaram na relação entre o microcosmo universitário e o macrocosmo social a subjacência da dominação de classe, abandonando assim o sectarismo que até então caracterizava as lutas estudantis. Ecoando as teses dos *Quaderni Rossi*, as *Tesi di Pisa*, um dos poucos documentos teóricos produzidos pelo *Movimento Studentesco*, apontavam o nascimento de um novo modelo de capitalismo que, devido ao seu alto grau de socialização, integrava à classe trabalhadora novos estratos de trabalhadores assalariados, como

²⁷⁰ Cf. GINSBORG. *A story of contemporary Italy*. *Op. cit.*, cap. 9, pp. 300-2 e WRIGHT. *Storming heaven*. *Op. cit.*, cap. 4, pp. 90-1.

²⁷¹ *Apud* WRIGHT. *Op. cit.*, p. 91. A Assembleia permanente substituiu as formas representativas de participação política que imperavam não só no Estado como nos partidos italianos de esquerda por uma espécie de democracia direta em que todos os estudantes eram incentivados a participar das decisões políticas do movimento. Cf. GINSBORG. *Op. cit.*, pp. 304-5.

os trabalhadores intelectuais, que antes lhes eram exteriores. Como a Universidade é o lugar mesmo da formação desses profissionais, os estudantes passaram a compreender sua própria posição no interior da sociedade italiana como força de trabalho em processo de formação, como mercadorias moldadas e selecionadas para serem vendidas no mercado de trabalho intelectual.²⁷² Assim, a restrição das lutas ao ambiente universitário se mostrava insuficiente e as ações do Movimento *Studentesco* passaram a se deslocar em direção às fábricas.²⁷³

À convergência entre as lutas estudantis e operárias se seguirá a intensificação das novas demandas trabalhistas que surgiram na Itália com o advento do operário massa. No *biennio rosso*, muitas reivindicações giravam ainda em torno de questões salariais, mas – bem como no caso pioneiro da FIAT – de modo que ultrapassava em muito os tradicionais pleitos sindicais de aumento de salário para esta ou para aquela categoria de operários. Era o caso, por exemplo, da demanda por paridade salarial. Em Porto Marghera, essa demanda foi levantada pela primeira vez pelo *Potere Operaio* (PO) de Porto Marghera.²⁷⁴ Em meados de 68, teve lugar a renovação contratual na maior firma do polo petroquímico, a Montedison, criada dois anos antes a partir da fusão entre a Edison e a Montecatini, passando a empregar quase metade dos trinta mil trabalhadores ativos em Porto Marghera. Aos trabalhadores era oferecido um aumento que variava entre 0,5% e 2%, uma cifra irrisória que, em média, mal chegava a 1000 liras.²⁷⁵ Contra a proposta patronal, o PO lançou a reivindicação de aumento salarial de “5000 liras iguais para todos”. Embora tenham sido pegos de surpresa por semelhante demanda (pois, duma parte, ainda não haviam decidido suas próprias campanhas salariais e, doutra, discordavam entre si sobre o aumento paritário de salários), os sindicatos cederam à força das reivindicações operárias e apresentaram o aumento paritário de 5000 liras como exigência oficial dos trabalhadores ao patronato. Contudo, a aceitação das demandas da base não eliminará a contestação feita pelos trabalhadores aos sindicatos. “Que esteja claro”, impunha um panfleto do PO intitulado *La distruzione della direzione riformista della lotta*, “são os operários – e só os operários,

²⁷² WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 4, pp. 92-5. Cf. também GINSBORG. *A story of contemporary Italy. Op. cit.*, cap. 9, p. 302. Cabe notar ainda que Gian Mario Cazzaniga, um dos autores das *Tesi di Pisa* foi membro ativo dos núcleos pisano e turinês dos *Quaderni Rossi*. Cf. BRESCHI. “La lunga vigilia del Sessantotto”, cap. 4.2 In: COCCIA (Org.). *40 anni dopo*. Roma: APES, 2008, p. 121.

²⁷³ GINSBORG. *Op. cit.*, p. 312. Com efeito, diz-nos Harman, a mais forte união entre a “efervescência nas universidades e o poder nas fábricas não estava em absoluto na França, mas atravessando os Alpes, no Norte da Itália”. HARMAN. *The fire last time. Op. cit.*, cap. 7, p. 137. Para uma consideração do Movimento *Studentesco* feita por Negri, cf. verbete homônimo em *DCDS*, pp. 114-7.

²⁷⁴ O *Potere Operaio* (PO) de Porto Marghera foi um organismo autônomo de luta operária. Posteriormente o PO nacionalizou-se, tornando-se um dos mais importantes grupos de esquerda extraparlamentar da Itália dos anos setenta. Para o material produzido pelo PO de Porto Marghera em 1968, cf. POTERE Operaio di Porto Marghera. *Porto Marghera/Montedison/Estate '68*. Firenze: Centro G. Francovich, 1968. Para o PO nacional, cf. WRIGHT. *Op. cit.*, cap. 6.

²⁷⁵ A título de comparação, o último exemplar da revista *Classe Operaia*, de março de 1967, custava 400 liras.

reunidos em assembleia – que devem decidir durante a luta”.²⁷⁶ Efetivando tal palavra de ordem, a primeira “Convenção nacional de estudantes e operários” é realizada na Faculdade de Arquitetura de Veneza, com a presença massiva de estudantes e trabalhadores, além de figuras como Tronti, Cacciari, Asor Rosa, e Rossana Rossanda, intelectual do PCI. Nessa convenção, em que rivalizavam os discursos “entrista” e “autonomista”, é lançada a palavra de ordem “120000 liras de salário mínimo para todos os trabalhadores de Porto Marghera”, reivindicação que logo se torna um dos objetivos do PO.

Em 21 de junho de 68 dá-se a primeira paralização pela campanha salarial no polo petroquímico, contando com 90% dos trabalhadores da Montedison, além de uma massa de estudantes próximos ao PO. Uma semana depois, dá-se a segunda paralização operária, que contou com uma participação ainda maior de trabalhadores e de estudantes. Os sindicatos atuam pela divisão entre esses dois setores e recusam a proposta de paralizações em dias alternados aprovada em sua assembleia. Entretanto, a união entre operários e estudantes cresce e, numa assembleia realizada em 3 de julho na Faculdade de Arquitetura, é decidido que a assembleia é a única sede legítima da tomada de decisões na luta, como reivindicava o PO.²⁷⁷ A campanha salarial dos operários da Montedison segue com as paralizações em dias alternados, obtendo também a adesão de operários das demais empresas químicas de Porto Marghera. Até que, com o cansaço do movimento, é convocada para 4 de agosto uma assembleia para a discussão de um acordo entre os operários e o patronato. Nela, os operários conquistam um aumento de 5000 liras – pago em três parcelas, a última em julho de 1969. A reivindicação de paridade, porém, foi abandonada pelas organizações sindicais nas tratativas, e os funcionários de colarinho branco, os *impiegati* receberam um aumento de 7000 liras. De todo modo, assinala Gianni Sbrogiò,

um mês e meio de luta fez os operários da petroquímica amadurecerem rapidamente. Eles aprenderam que a gestão autônoma da luta é possível; que os estudantes, o movimento estudantil, são parte integrante da classe operária; que as assembleias das repartições e dos grupos servem como momento de discussão e de organização para colmatar a distância entre vanguarda e massa; que os piquetes, os bloqueios de estradas ou estações ferroviárias são formas de luta como quaisquer outras; que a única unidade é aquela que se forma entre a base e no conflito; que é necessário organizar-se contra os prazos contratuais com uma plataforma operária que parta do igualitarismo.²⁷⁸

²⁷⁶ In: POTERE Operaio di Porto Marghera. *Porto Marghera/Montedison/Estate '68*. Op. cit., p. 21.

²⁷⁷ Para a união dos estudantes e operários, cf. *Id.* “Operai e studenti” In: *ibid.*, pp. 31-42 e também CHINELLO. Il sessantotto operaio e studentesco a Porto Marghera nel trentennale. *Sindacato e lotte dei lavoratori a Padova e nel Veneto (1945-1969)*. Annale 2, pp. 179-222, 1998.

²⁷⁸ SBOGRIÒ. “Il lungo percorso delle lotte operaie a Porto Marghera” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio*. Op. cit., p. 32. Para as lutas operárias de junho de 1968 em Porto Marghera, cf. *ibid.*, pp. 26-33.

O movimento dos operários de Porto Marghera teve ressonância em diversas outras regiões industriais da Itália e as demandas de igualdade salarial entre os trabalhadores ecoaram por todo o país. O fim da “jaula salarial” era demandado em diversos levantes e, pela primeira vez, se reivindicou a paridade salarial entre os trabalhadores do Norte e os trabalhadores do Sul, cujos salários eram substancialmente menores que o de seus companheiros nortistas. Em tais demandas, os salários e a produção eram encarados como fatores inteiramente independentes. A noção taylorista de que o salário era um pagamento mais ou menos adequado à energia despendida na produção – que justificava a necessidade do aumento da produtividade para o aumento dos salários – era marcada como pura mistificação patronal. Em 1969, o jornal *La Classe* lançava as palavras de ordem “mais dinheiro, menos trabalho”. Palavras semelhantes eram entoadas também pelo *Comitato Operaio* (CO) de Porto Marghera, que afirmava

a simplicidade elementar do interesse da classe dos operários: menos trabalho e mais salário. Menos trabalho porque é o único modo de ataque operário também sobre o plano do emprego. Mais salário. Basta de salário ligado à produtividade: o salário deve ser ligado às exigências materiais da vida do operário”.²⁷⁹

Como recorda Negri, “o salário era imediatamente considerado pelos operários como um terreno de poder [...]. A luta sobre o salário não diz[ia] respeito simplesmente à porção de riqueza que posso obter tomando-a do patrão, para atenuar minha pobreza e reduzir sua riqueza”. Antes, ela “se vincula[va] à contestação revolucionária do plano geral do capital”, um plano, prossegue nosso autor, “que serve para hierarquizar a sociedade, na fábrica e sobre o território, dividindo a população do Norte e a do Sul com salários diversos, dividindo os técnicos/funcionários e os operários, dividindo os homens das mulheres, etc.”.²⁸⁰ Falar de salários, então, era “inseparável da oposição às hierarquias e ao andamento da produção que dividiu os trabalhadores enquanto força social”, diz-nos Wright. “Em outras palavras, era a recusa da divisão do trabalho existente, a luta por apropriar toda a riqueza social fora da lógica das relações entre mercadorias”.²⁸¹

²⁷⁹ Apud SBROGIÒ. “Il lungo percorso delle lotte operaie a Porto Marghera” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio*. Op. cit., p. 37. O *Comitato Operaio* (CO) de Porto Marghera foi um comitê autônomo que atuou em toda a região de Porto Marghera na organização da base operária, sendo inspirado pelo *Comitato Unitario di Base* (CUB) da fábrica milanese da Pirelli-Bicocca, criado em junho de 1969. Para o material produzido pelo CO de Porto Marghera no *biennio rosso*, cf. COMITATO Operaio di Porto Marghera (Org.). *Lotte operaie e problema dell’organizzazione*. Milano: Edizione della Libreria, 1970. Para o CUB da Pirelli de Milão, cf. WRIGHT. *Storming heaven*. Op. cit., cap. 5, pp. 118-9, GINSBORG. *A story of contemporary Italy*. Op. cit., cap. 9, p. 314 e BASCETTA et al. “Italia, 1960-1981” In: NEGRI. *Los libros de la autonomía obrera*. Op. cit., Apéndice, pp. 356-7.

²⁸⁰ IO, p. 144.

²⁸¹ WRIGHT. Op. cit., p. 122. Segundo a crítica operária, afirmam Bascetta e outros, “com o salário se adquiria unicamente o tempo do operário, sua capacidade de trabalhar, não seu trabalho”. BASCETTA et al. Op. cit., p. 357. Essa linha reivindicativa atravessará a Autonomia Operária com a demanda de um “salário social igual para todos” e atingirá os últimos trabalhos de Negri. Cf., por exemplo, E, cap. 4.3, pp. 401-3.

Igualmente importantes nessa época foram as mobilizações pela melhoria das “condições de trabalho”. Esse tema, cujo interesse crescente por parte dos trabalhadores já havia sido descoberto por Alquati em suas copesquisas do início dos anos sessenta, toma o primeiro plano nas lutas do *biennio rosso*. No setor metalúrgico, os alvos principais eram a velocidade das esteiras na linha de produção e o ritmo das repetições do trabalho parcelar realizado pelo operário massa. No setor químico, entretanto, as condições de trabalho são particularmente piores. Segundo Sbrogiò, Porto Marghera era um laboratório do uso de substâncias nocivas.²⁸² Os trabalhadores eram submetidos a condições completamente insalubres e expostos diuturnamente a substâncias venenosas e cancerígenas, que também foram lançadas por décadas ao ar e às águas da região de Veneza. Dentre tais substâncias destacavam-se o fosgênio (COCl₂), gás tóxico usado como arma química por diversos países na Primeira Guerra Mundial, o diisocianato de tolueno (C₉H₆N₂O₂), o acetileno (C₂H₂) proveniente do carbureto de cálcio (CaC₂) e o cloreto de vinila (C₂H₃Cl) monômero. As taxas de acidentes de trabalho e de mortes no polo petroquímico eram escandalosas: “no porto se trabalha e ali se morre pelo trabalho”, diz-nos Santiago.²⁸³ Aos casos de morte imediata, contudo, somam-se ainda os casos de morte a longo prazo. O cloreto de vinila usado para a fabricação do plástico PVC, por exemplo, foi provado cancerígena pelos estudos do professor Pier Luigi Viola, entre os anos de 1970 e 1971, e do professor Cesare Maltoni, em 1973. Dos operários que trabalharam com essas substâncias, 25% morreram com uma idade média de 55 anos, dos quais 86% com tumor. A luta contra as más condições de trabalho, então, transbordava a temática da diminuição dos ritmos produtivos, dirigindo-se à preservação da própria vida dos trabalhadores. “A saúde não se paga”, dizia o CO de Porto Marghera em resposta às propostas patronais de aumento do adicional de insalubridade e das indenizações pagas aos operários das indústrias petroquímicas. Essa, prosseguia o CO, deve ser preservada por meio de uma mudança nas plantas das fábricas a fim de aumentar a segurança no ambiente produtivo e também pela diminuição da exposição dos trabalhadores aos riscos desse ambiente através da diminuição da jornada de trabalho.²⁸⁴

²⁸² SBROGIÒ. “Il lungo percorso delle lotte operaie a Porto Marghera” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio*. Op. cit., p. 33.

²⁸³ SANTIAGO. A recusa do trabalho. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. Op. cit., p. 255.

²⁸⁴ Cf. SBROGIÒ. Op. cit., p. 33 e SANTIAGO. Op. cit., pp. 254-57, onde é fornecida uma pequena bibliografia sobre Porto Marghera (p. 255, n. 19). A ela, acrescentamos os diversos trabalhos de Cesco Chinello, dentre os quais o monumental CHINELLO. *Sindacato, Pci, movimenti negli anni sessanta*. Milano: Franco Angeli, 1996. Ainda de Santiago, destacamos uma passagem que nos parece decisiva: “a luta em Porto Marghera, até por seu específico entorno (se ainda hoje as condições de trabalho podem ser terríveis, imagine-se o que era um complexo petroquímico na década de 60!), como que redescobre uma oposição cabal entre trabalho e vida que já fora enunciada havia muito por Marx mas bem amiúde esquecida até pelos regimes autoneameados “marxistas”, que deram margem ao surgimento de todas as balelas stakhanovistas: a vida acaba onde o trabalho começa e vice-versa”. SANTIAGO. Op. cit., p. 257.

Assim, a partir de mais de um *front*, as lutas em Porto Marghera passam a se organizar em torno da recusa do trabalho. Discutia-se “a organização da ‘jornada de trabalho’, o quão justa era a obrigação de trabalhar todo dia para viver, a denúncia do ‘regime de morte’, isto é, da nocividade imensa que reina nas fábricas”, diz-nos Negri.²⁸⁵ A convergência das lutas em direção a esse ponto nodal, entretanto, pode ser melhor conferida num panfleto escrito e distribuído pelo CO, intitulado justamente *A recusa do trabalho*. Nele, o terreno da luta operária é delimitado antes de tudo: “o que significa destruir o poder dos patrões? Quem são e o que querem os patrões?”, indaga o panfleto. Ao contrário do correntio, em grande parte herdeiro do debate das Segunda e Terceira internacionais, que interpretou as lutas operárias como lutas econômicas, o CO de Porto Marghera afirma que “é falso o lugar comum de que os patrões exploram os operários para enriquecerem”. Isso não significa que a exploração dos operários pelos patrões não leve de fato ao enriquecimento dos últimos. Mas não é aí, argumenta o comitê, que está o cerne da questão. O exemplo dado para ilustrá-lo é caricato e banal: “em proporção aos carros que produz, Agnelli [dono da FIAT] deveria andar vestido de ouro, porém ele se contenta com um navio e com um avião privado, o que pode muito bem se permitir um outro patrão com uma fábrica bem mais modesta que a FIAT”. Não é a opulência, portanto, o que mais interessa aos patrões, mas, antes, “a conservação e o desenvolvimento de seu poder, que coincide com o desenvolvimento e o crescimento do capitalismo”. Nesse sentido, o próprio capitalismo, ele também, não deve ser avaliado simplesmente pelo seu ímpeto incontrolável de acumulação ilimitada. Se, conforme o CO, ele é um “sistema social que faz com que as pessoas sejam obrigadas a trabalhar”, uma avaliação meramente econômica do capitalismo se faz insuficiente. Em vez disso, ele deve ser avaliado sobretudo pela ótica de seu exercício de poder, ou seja, segundo o âmbito político: “o capitalismo está substancialmente interessado, antes de tudo, em conservar essa relação de poder contra a classe operária e usa o seu desenvolvimento para reforçá-lo sempre mais”.²⁸⁶

Uma série de desenvolvimentos históricos do capital comprovariam essa afirmação, segundo o CO. Essa história é já interpretada a partir do ponto de vista da classe operária, seguindo não só as proposições do giro copernicano de Tronti como também o esquema das formas hegemônicas de classe presente nos mais recentes escritos de Negri. Nela, o capitalismo valer-se-ia de uma decomposição da classe operária para responder à ameaça que por ela lhe é feita.

²⁸⁵ IO, p. 145.

²⁸⁶ COMITATO Operaio di Porto Marghera. “Il rifiuto del lavoro (1970)” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio*. Op. cit., p. 161. Ao citarmos esse panfleto valemo-nos da tradução de Homero Santiago, disponível em SANTIAGO. *A recusa do trabalho*. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. Op. cit., pp. 259-65, modificando-a quando conveniente.

Tomando como base o ciclo de lutas das primeiras décadas do último século, o CO argumenta que “a introdução da linha de montagem em torno dos anos vinte foi uma resposta à onda revolucionária que abalou o mundo nos anos imediatamente seguintes à primeira guerra mundial”. Nesse sentido, a adoção do taylorismo como estratégia de organização da produção pelo capital coletivo não dizia respeito meramente à entrada numa nova fase de acumulação. O que interessava ao capital, em vez disso, era sobretudo “fazer desaparecer aquele tipo de classe operária qualificada que tornara possível a Revolução Russa em 17 [bem como] o movimento dos conselhos de fábrica”, fazer desaparecer sua principal forma de organização, que ameaçava o sistema capitalista em toda a Europa. Ou seja, a introdução da linha de montagem veio em socorro do capitalismo quando ele sofria duros ataques do operário profissional. Como resultado, ela “desqualificou todos os operários, forçando o recuo da onda revolucionária”, que se apoiava fortemente na hábil, experiente e identificada ao seu ofício figura do operário profissional. Mas, em contrapartida, ela modificou “o modo da luta de classe se manifestar”. Vimos como isso ocorreu nos casos estadunidense e italiano. De “aristocracia do trabalho”, a classe operária passou a ser uma “compacta massa social”, que “agora”, prossegue o comitê, “voltou-se contra o capital, produzindo uma massificação das reivindicações salariais que encontra na estrutura assim achatada do ciclo de produção na fábrica um dos seus motivos principais”. Essa é a nossa história contemporânea (isto é, a história que se vivia nos anos sessenta), diria Negri. Mas, como ocorrido a partir dos anos vinte, o capitalismo já passava a organizar-se para decompor mais uma vez a composição política de classe, buscando, para tanto, “eliminar operários [...] através da introdução da automação, que se configura como um verdadeiro ataque político à classe operária”, ou seja, seguindo aquilo que Negri chamou em diversos lugares de “caminho tecnológico da repressão”. Assim, a ideia já presente nos *Quaderni Rossi* de que “o progresso tecnológico não é jamais algo neutro e inevitável”, mas usado pela classe capitalista politicamente contra a classe trabalhadora, é reafirmada pelo CO de Porto Marghera.²⁸⁷

Entretanto, a reação contrária, diz-nos o CO, também comprovaria essa tese. Segundo o comitê, “a exigência de controlar os operários politicamente e de manter o próprio poder é tão forte nos patrões que para isso estão dispostos até a perder dinheiro”. É o caso, uma vez mais,

²⁸⁷ COMITATO Operaio di Porto Marghera. *Op. cit.*, “Il rifiuto del lavoro (1970)” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio. Op. cit.*, pp. 161-2. A essa altura, não só o vocabulário como também os mais importantes princípios do operismo já haviam sido absorvidos tanto pelo movimento operário quanto pelo movimento estudantil no Norte da Itália, figurando de modo cada vez mais presente em suas lutas, como pudemos ver em *A recusa do trabalho* e nas *Tesi di Pisa*. Sobre a questão do progresso tecnológico nos *Quaderni Rossi*, remetemos mais uma vez a PANZIERI. “Sull’uso capitalistico delle macchine nel neocapitalismo” In: *Lotte operaie nel sviluppo capitalistico. Op. cit.* Sobre o caminho tecnológico da repressão, cf., por exemplo, NEGRI. “Movimento Operaio” In: *DCDS*, p. 112, *KLD*, p. 25 e *E*, cap. 3.3, pp. 267-8.

da “forma mais avançada da sociedade burguesa”, os Estados Unidos. Naquele país, a automação do setor produtivo havia sido introduzida com anos de antecedência em relação à Itália, o que permitiu a consolidação de um grande “exército industrial de reserva” nos anos sessenta. No entanto, “com as pressões maciças das lutas que se desenvolvem na sociedade americana”, lutas conduzidas não só pela massa de trabalhadores ativos como também pela massa supranumerária de trabalhadores, composta majoritariamente pela população negro-americana, os capitalistas e o capitalismo estadunidenses preferiram “retornar aos velhos sistemas produtivos [ou seja, a organizações da produção ultrapassadas do ponto de vista técnico-científico] para poder dar trabalho [a tal população excedente]”. Assim, haveria no caso estadunidense uma solução (formalmente) inversa para lidar com um mesmo fato: a ameaça da luta operária.²⁸⁸ Na interpretação do CO, isso reafirma a tese de que “o progresso não é um fato neutro, [de que] ele é decidido exclusivamente segundo um ponto de vista particular que é o do controle político sobre as forças que podem tolher o poder do capitalismo”. Além disso, uma estratégia na qual a defesa contra a luta operária dá-se adicionando mais trabalhadores às linhas de produção em vez de liberá-los indica também que o controle político de classe “se exerce antes de tudo através do trabalho”. O capital não precisaria abrir mão do progresso tecnológico para reabsorver a massa supranumerária de trabalhadores caso diminuísse a jornada de trabalho geral. Mas, em vez disso, conclui o comitê de fábrica, ele “está disposto a levar prejuízo, a construir instalações tecnicamente superadas a fim de controlar os operários politicamente; para isso ele está disposto até a pagar pessoas que trabalham completamente em vão”.²⁸⁹

Se o que interessa aos patrões e ao capitalismo de modo geral é manter determinada relação de poder, de controle sobre a classe operária, as lutas operárias deverão visar sobretudo o terreno político. E se essa relação de controle se dá sobretudo no terreno do trabalho, no pôr a trabalhar para sobreviver, privando assim os operários de qualquer liberdade efetiva, o ataque proletário deverá ser desferido também nesse terreno. Desse modo, o CO volta suas atenções para a diminuição gradativa e permanente da jornada de trabalho. Contra os capitalistas que

²⁸⁸ Dizemos “formalmente inversa” porque em sua substância a solução capitalista para a ameaça da classe operária, qual seja, a decomposição de classe, não se altera. Talvez devesse ser apontada na consideração do CO de Porto Marghera citada acima uma das primeiras vezes em que a população desempregada é considerada como parte pertencente à mesma composição de classe dos trabalhadores ativos, adiantando uma das principais teses defendidas pela Autonomia Operária e pelo nosso autor nos anos setenta. Para o tema do chamado “operário social”, cf. FS, PSLR, NEGRI. “Archaeology and project” In: *Revolution Retrieved. Op. cit.*, pp. 199-228, do-ravante AP, WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 6, pp. 131-41 e *infra*.

²⁸⁹ COMITATO Operaio di Porto Marghera. “Il rifiuto del lavoro (1970)” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio. Op. cit.*, p. 163. A denúncia feita pelo CO de Porto Marghera se assemelha àquela já feita por Alquati no que dizia respeito às fábricas do Norte italiano, especialmente a FIAT e a Olivetti, onde as diversas hierarquias e divisões no interior do sistema produtivo diziam respeito antes de tudo ao controle político dos operários em vez da organização científica do trabalho. Cf. *supra*.

usam o progresso tecnológico para desempregar massas cada vez maiores de trabalhadores, “os operários têm uma lógica diversa: eles pensam que, em vez de trabalhar oito horas em cem, depois da introdução da mencionada máquina, podem muito bem trabalhar em duzentos, fazendo quatro horas por cabeça”. Igualmente, em vez de retornar ao uso de instalações e maquinaria tecnicamente ultrapassadas, a redução expansiva da jornada de trabalho é vista como a melhor alternativa pelos trabalhadores: “esta lógica, além de aliviar o peso da permanência na fábrica, resolveria também o problema do desemprego”. Para tanto, se faz necessário um diferente uso da maquinaria nas fábricas. Costumeiramente usada na reação capitalista contra a classe operária a maquinaria pode tornar-se uma aliada na liberação em relação ao trabalho:

Os operários não são [...] contra as máquinas, mas contra aqueles que usam as máquinas para fazê-los trabalhar. A quem diz que trabalhar é necessário, nós respondemos que a quantidade de ciência acumulada (ver, por exemplo, as viagens à lua) é tal que pode reduzir de imediato o trabalho a fato puramente secundário da vida humana, ao invés de concebê-lo como a “razão mesma da existência do homem”. [...] É preciso impor a lógica operária segundo a qual é preciso inventar tantas máquinas quantas necessárias para reduzir sempre mais o tempo de trabalho até fazê-lo tendencialmente sumir.²⁹⁰

Trata-se, portanto, da imposição da ciência operária sobre o domínio da produção, quebrando os mecanismos de controle que o capital predispõe sobre os operários. Enquanto os patrões justificam a demissão dos trabalhadores com desenvolvimento tecnológico, estes afirmam que com esse mesmo desenvolvimento seria possível trabalhar menos, e cada vez menos com o fim de seu monopólio pelas potências econômicas e com o avançar de sua distribuição. Porém, para alcançar semelhante propósito, como sempre nas discussões operaristas, é necessária a organização dos trabalhadores. Esses, afirma o CO, devem “criar uma organização que esteja em condições de recusar o controle político dos patrões; assumir todo o poder necessário para que sejam os interesses de classe a triunfar”. Somente desse modo, a classe operária deixará o nível conflitivo de lutas, que colabora para o desenvolvimento capitalista, e atingirá aquele antagonismo que colocará em xeque todo o desenvolvimento do capital. Afinal, conclui o CO, o problema da eliminação do capitalismo não está no fim da propriedade privada, “mas na destruição mesma da relação de produção, isto é, na destruição da necessidade de trabalhar para viver”, o novo objetivo a ser perseguido pelas lutas operárias contemporâneas.²⁹¹

²⁹⁰ COMITATO Operaio di Porto Marghera. “Il rifiuto del lavoro (1970)” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio*. Op. cit., pp. 162, 164. Aqui o CO muito se aproxima da análise de Marx, quando é dito que “foi preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinguisse entre a maquinaria e sua aplicação capitalista e, com isso, aprendesse a transferir seus ataques, antes dirigidos contra o próprio meio material de produção, para a forma social de exploração desse meio”. MARX. *O capital*. Op. cit., cap. 13, § 5, p. 501.

²⁹¹ COMITATO Operaio di Porto Marghera. Op. cit., p. 165. A relação entre a liberação em relação ao trabalho, a derrota do capitalismo e a aurora de uma sociedade comunista permanece firme em toda a filosofia de Negri.

Dois, três, muitos Vietnãs

O ciclo de lutas iniciado nos anos sessenta, porém, não se limitou ao território italiano. Nessa época, diversos eventos de suma importância para a história da classe operária – ou ainda, do proletariado, compreendido agora não só como a classe de trabalhadores industriais, como era usual no operarismo, mas, de modo mais abrangente, como “todos aqueles que são subordinados pelo capital, que por ele são explorados e que produzem sob seu comando”, incluindo aí, para nos limitarmos aos casos até aqui vislumbrados, os trabalhadores do campo, os funcionários de colarinho branco [*impiegati*], as massas de estudantes e o dito exército industrial de reserva – ocorreram em variados pontos de globo. O exemplo mais conhecido é decerto o Maio de 68 francês, quando estudantes e trabalhadores se uniram naquele que foi um dos maiores levantes populares daquele país; do outro lado da cortina de ferro, diversas sublevações também ocorreram, dentre as quais a célebre Primavera de Praga, quando diversos setores sociais da então Tchecoslováquia rebelaram-se contra o socialismo stalinista de Antonín Novotný (secretário geral do Partido Comunista daquele país) e da URSS como um todo; no continente africano, uma série de revoltas anticoloniais e processos de independência nacional tomaram lugar entre os anos sessenta e setenta (e além); na América Latina, as lutas tinham como alvo sobretudo os regimes autoritários que governavam todos os países em que, diriam alguns, fora necessário conter a “ameaça comunista” trazida por iniciativas mais ou menos progressistas; nos Estados Unidos, testemunhava-se demonstrações de toda ordem contra uma série de questões perenes daquela sociedade, como o racismo e o belicismo; finalmente, no sudeste asiático, o pequeno, pobre e agrícola Vietnã resistia heroicamente aos ataques perpetrados pelas grandes potências capitalistas. Ainda que tais eventos, ligados a uma série de distintos contextos políticos, econômicos e culturais concernentes às diferentes regiões em que ocorreram, possam parecer à primeira vista distantes uns dos outros, eles passarão a ser interpretados por Negri como componentes de um mesmo ciclo internacional de lutas.

Tal interpretação, contudo, não surge na filosofia de nosso autor durante o calor do momento, isto é, durante o próprio ciclo de lutas. Diversamente, é apenas a partir de seu exílio na França, com o seu afastamento compulsório do cenário político e intelectual italiano, duma parte, e com a consequente oportunidade de colaboração teórica com pensadores de outros países, doutra, que nosso autor consegue cumprir aquela lei do método marxiano que postulava a

Para esse tema, cf., por exemplo *NEL*, cap. 1. Para uma outra interpretação do capitalismo como sistema que fundamentalmente coage ao trabalho assalariado, cf. CLEAVER. *Reading Capital politically*. *Op. cit.*

ampliação dos antagonismos locais na esfera do capital mundial. No exílio, os anteriores exames negrianos circunscritos à esfera do Estado (e especialmente do Estado italiano), como aqueles encontrados em *La forma-Stato*, darão lugar a investigações expandidas sobre os chamados Capitalismo Mundial Integrado, com Guattari, e Império, com Hardt, em que as fronteiras nacionais são ultrapassadas rumo a uma perspectiva global. Temos nessa mudança de perspectiva um reposicionamento da investigação e é somente a partir dele que as sublevações proletárias dos anos sessenta e setenta poderão ser compreendidas como componentes de um mesmo ciclo internacional de lutas e um novo quadro teórico poderá ser constituído. Destarte, ao nos dedicarmos a esse tema, efetuaremos um salto temporal na trajetória intelectual de Negri, tomando por base não mais seus escritos redigidos nos contextos operarista e autonomista, mas aqueles publicados no período mais recente de seu pensamento.²⁹²

Em *Empire*, o ciclo internacional de lutas iniciado nos anos sessenta é simbolizado pela criação de “dois, três, muitos Vietnãs”. Tal mote é tomado de um opúsculo redigido por Che Guevara, publicado em abril de 1967 na revista *Tricontinental* (1966-presente).²⁹³ Neste texto, intitulado *Mensaje a los pueblos del mundo*, o revolucionário argentino, animado pelos diversos conflitos antiditatoriais, anticoloniais e anti-imperialistas travados ao redor do globo, convoca os povos subordinados do planeta (genericamente, aqueles da África, da América Latina e da Ásia) a lutar por sua própria liberação. O grande modelo dessa luta é encontrado nas florestas do Vietnã, país que para surpresa de todos fazia frente à maior e mais bem equipada força militar do planeta, o exército dos Estados Unidos. Aquele país, diz-nos Che, “representa as aspirações, as esperanças de vitória de todo um mundo preterido”, e lá “os povos dos três continentes observam e aprendem a sua lição”.²⁹⁴ Tal lição se refere sobretudo à tática utilizada

²⁹² Como nos diz Giuseppe Cocco, no exílio Negri parte da Itália, até então o verdadeiro universo de nosso autor, em direção ao mundo, fazendo do *bel paese* uma mera província, ou, como afirma o próprio Negri em 1997, um “paiseco às margens do Império”. Cf. COCCO. “Negri além de Negri” In: NEGRI, Antonio. *Marx além de Marx*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016, p. 331 e MM, *Introduzione alla nuova edizione*, p. 10, respectivamente. Para os temas do Capitalismo Mundial Integrado e do Império, cf. GUATTARI. “Le Capital comme intégrale des formations de pouvoir” e “Plan sur la planète” In: *La révolution moléculaire*. Paris: Les pairies ordinaires, 2012, pp. 80-105 e 106-21, respectivamente, *Id.* *Le Capitalisme Mondial Intégré et la révolution moléculaire*. *Politis*, pp. 1-9, 1981, GUATTARI; ALLIEZ “Systèmes, structures et processus capitalistiques” In: GUATTARI. *Les années d’hiver 1980-1985*. Paris: Les pairies ordinaires, 2009, pp. 165-203, e NEL, cap. 3, duma parte, e E, doutra. Para o surgimento e maturação do exame negriano do desenvolvimento da classe operária e do capital a partir não mais do contexto italiano, mas de uma perspectiva global, cf. NEL, esp. cap. 3, FS, esp. cap. 5, e E, esp. Part 3.

²⁹³ A revista *Tricontinental* é um periódico político fundado em 1966 a partir da Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, mais conhecida justamente como Conferência Tricontinental, realizada em janeiro daquele ano em Havana, Cuba. A Conferência Tricontinental, bem como a revista que leva seu nome, pretendia reunir as diversas alternativas aos sistemas capitalistas nas regiões ditas subordinadas do planeta, contando também com os representantes dos socialismos soviético e chinês. Para um comentário sobre o opúsculo de Che e seu contexto histórico-político, cf. KOHAN. “Por la revolución mundial” In: *Ernesto Che Guevara*. Buenos Aires: Nuestra America, 2003.

²⁹⁴ GUEVARA. “Mensaje a los pueblos del mundo” In: *Obras escogidas*. [s.l.]: Resma, 2004, pp. 427, 428.

contra as forças militares estadunidenses: a guerrilha. Esta, que já havia provado seu valor nas lutas da Revolução Cubana de 1959, era também usada no Vietnã com análogo sucesso.²⁹⁵ Inspirados no exemplo do país asiático (e, em certa medida, também naquele do país caribenho), os povos subordinados deveriam preparar-se para o confronto em todo lugar onde a “precária paz” então existente no planeta estivesse “em risco de romper-se ante qualquer passo irreversível e inaceitável dado pelos norte-americanos”.²⁹⁶ Nos lugares onde ela já fora rompida, os diversos focos e lutas existentes deveriam “atacar dura e ininterruptamente cada ponto de confrontação” a fim de minar a bases de sustentação do imperialismo – quais sejam, “nossos povos oprimidos, donde extrai capitais, matérias-primas, técnicos e operários baratos e para onde exporta novos capitais (instrumentos de dominação), armas e toda a sorte de artigos, submetendo-nos a uma dependência absoluta” – e, por conseguinte, liberar os povos subordinados dos três continentes. “Como poderíamos olhar para um futuro brilhante e próximo se dois, três, muitos Vietnãs florescessem na superfície do globo!”, afirma Che em tom esperançoso.²⁹⁷ Construir cada vez mais focos de resistência, estrategicamente voltados à derrubada do imperialismo estadunidense e taticamente apoiados no combate de guerrilha, reproduzir não só o modelo vietnamita como também seu sucesso, “criar dois, três, muitos Vietnãs”, enfim, eis a tarefa política dos povos explorados do mundo em direção a uma verdadeira revolução terceiro-mundista.²⁹⁸

Entretanto, não obstante tomem o mote guevariano, as considerações de Hardt e Negri sobre os “dois, três, muitos Vietnãs” distanciam-se consideravelmente daquelas proferidas pelo

²⁹⁵ Para a tática de guerrilha, cf. GUEVARA. “La guerra de guerrillas” In: *Obras escogidas. Op. cit.*, pp. 7-83.

²⁹⁶ *Id.* “Mensaje a los pueblos del mundo” In: *ibid.*, p. 428. Por um lado, fala-se em paz porque, no ano em que é publicada a *Mensaje*, comemoravam-se os 21 anos do fim da Segunda Guerra, marcando o período mais longo sem conflagrações mundiais já vivido até então no século XX. Por outro, Che classifica essa paz como precária porque, ainda que nenhuma conflagração mundial tenha ocorrido no período considerado, diversos conflitos locais não deixaram de ocorrer, dentre eles a guerras da Coreia e do Vietnã, destacadas por Che – a intervenção soviética na Hungria em 1956, no entanto, está ausente das considerações do revolucionário argentino.

²⁹⁷ *Ibid.*, pp. 427, 432, 435. Che oferece mesmo um esquema de lutas a partir do caso latino americano, região cujas sublevações, devido à similaridade entre os diversos países que a compõem, principalmente no que concerne à língua, adquiririam uma dimensão continental. Segundo o autor, somados aos focos de guerrilha já existentes, outros surgirão “e crescerão, com todas as vicissitudes que implica esse perigoso ofício de revolucionário moderno. [...] Hoje há assessores [estadunidenses] em todos os países onde a luta armada se mantém [...]. Mas se os focos de guerra forem conduzidos com suficiente destreza política e militar, irão se tornar praticamente imbatíveis e exigirão novos envios dos ianques. [...] Pouco a pouco, as armas obsoletas, que são suficientes para a repressão de pequenos bandos armados, irão se converter em armas modernas e os grupos de assessores em combatentes norte-americanos, até que, em um determinado momento, se vejam obrigados a enviar quantidades crescentes de tropa regulares para assegurar a relativa estabilidade de um poder cujo exército nacional títere se desintegra ante os combatentes das guerrilhas. É o caminho do Vietnã; é o caminho que devem seguir os povos; é o caminho que seguirá a América”. *Ibid.*, pp. 431-2.

²⁹⁸ Isso não significa, porém, que as lutas por liberação não tivessem sentido na Europa, por exemplo. Segundo Che, as contradições do capitalismo alcançariam um caráter explosivo em alguns países europeus num futuro próximo. Entretanto, “seus problemas e, por conseguinte, a solução desses problemas são diferentes em relação aos nossos povos dependentes e atrasados economicamente”. *Ibid.*, p. 428. Para a noção de terceiro-mundismo, cf., por exemplo, VIGEVANI. *Terceiro mundo*. São Paulo: Ática, 1990.

revolucionário argentino – o que talvez justifique a ausência de qualquer referência explícita a ele em todo *Empire*. Enquanto Che, escrevendo nos anos sessenta, põe a criação dos muitos Vietnãs como uma tarefa a ser cumprida pelos povos subordinados, através da luta armada e contra o imperialismo dos países desenvolvidos, especialmente o dos Estados Unidos; Hardt e Negri, escrevendo nos anos noventa, consideram a Guerra do Vietnã como o “centro simbólico de toda uma série de lutas ao redor do mundo que até aquele ponto permaneciam separadas e distantes uma das outras”. A resistência vietnamita às investidas estadunidenses marcaria nesse sentido a confluência de uma série de lutas aparentemente tão distantes quanto as do “campeinato subordinado ao capital multinacional, [d]o proletariado (pós-)colonial, [d]a classe operária industrial nos países capitalistas dominantes, e [d]o novo estrato do proletariado intelectual” contra um inimigo comum: aquilo que Hardt e Negri, certamente influenciados pelo vocabulário do dito “pós-estruturalismo” francês, notadamente o de Michel Foucault, nomeiam “ordem disciplinar internacional”.²⁹⁹

Detenhamo-nos um momento no exame desse inimigo comum. Ainda que, com Hardt, Negri utilize um vocabulário renovado, a ideia de uma ordem disciplinar não é exatamente uma novidade em seu pensamento. Algo desse gênero já havia sido antevisto por nosso autor no fim dos anos sessenta, com seus exames da história contemporânea da luta de classe. Desse modo, ainda que tenhamos anunciado um salto temporal na trajetória intelectual de Negri, salto que nos levaria dos anos sessenta diretamente aos anos noventa, retornemos àquele primeiro período a fim de melhor conduzir nossa discussão.

No decorrer de nosso comentário sobre o operário massa, vimos que ao reagir à ameaça operária do ciclo de lutas das primeiras décadas do último século, que chegou a seu ponto mais agudo em 1917 com a Revolução de Outubro, o capital adotou no plano produtivo, por um lado, aquilo que Alquati chamou de “racionalização”, isto é, a organização científica, taylorista do

²⁹⁹ *E*, cap. 3.3, p. 260. Com efeito, embora Negri não fosse avesso à ideia de uma luta armada contra o capitalismo, o pensador italiano, bem como o operismo em geral, era duro crítico do pensamento terceiro-mundista. A respeito desse assunto, nosso autor afirma, referindo-se ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que “é preciso realmente romper com o terceiro-mundismo, e é preciso que Porto Alegre o faça. O terceiro-mundismo tem sido uma ilusão pernicioso: não lutou contra o capitalismo porque nunca levou em conta sua unidade em nível mundial. O problema é identificar o mesmo adversário no mundo inteiro: aqueles que exploram trabalhadores por meio de hierarquias e trocas desiguais”. MANDARD. Negri defende antiliberalismo globalizado. *Folha de São Paulo*, 03-fev-2002, p. A 12. Cf. também *E*, cap. 3.3, p. 264. Em outra ocasião, Negri afirma que o terceiro-mundismo era “a besta negra de *Classe Operaia*”. *OMOS*, cap. 4, p. 80. Tal postura teórica levou Negri a ser denunciado como eurocêntrico por pensadores do dito terceiro mundo. Cf., por exemplo, KOHAN. “O Império de Hardt & Negri: para além de modas, ‘ondas’ e furores”, Tese III In: BORON (Org.). *Filosofia Política Contemporânea*. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Departamento de Ciência Política. FFLCH. USP, 2006. Finalmente, para as considerações de Negri sobre a luta armada, conferir os diversos textos reunidos em *LR* e, sobre a luta armada no contexto do *Potere Operaio*, ver WRIGHT. *Storming heaven. Op. cit.*, cap. 6, pp. 141-51.

trabalho, e no plano salarial, por outro, um modelo fordista de gestão no qual os salários “tornam-se uma taxa geral de rendimento a ser usada em conjunção com as dinâmicas do sistema, uma taxa geral de capital a ser injetada nos quadros do desenvolvimento planejado”, para usar as palavras de Bologna.³⁰⁰ Mas, além da adoção do taylorismo no terreno produtivo e do fordismo no âmbito salarial, Negri destaca no fim dos anos sessenta a adoção de uma estratégia do capital coletivo na esfera estatal para responder à ameaça operária: a construção do que chamamos *Welfare State*, primeiramente nomeado Estado social e posteriormente chamado de Estado-plano pelo filósofo e militante italiano.³⁰¹

Se as transformações na organização produtiva estão intimamente associadas ao nome de Frederick Taylor e as mudanças no regime salarial remetem fundamentalmente ao nome de Ford, é John Maynard Keynes a quem se deve atribuir o estabelecimento dos alicerces teóricos para a construção do Estado social. Seu papel nessa tarefa é mais de uma vez exaltado por Negri, que afirma ter sido o economista britânico quem “demonstrou a maior consciência e a mais refinada intuição política ao confrontar a nova situação enfrentada pelo capital nesse ponto crucial” em que ele era gravemente ameaçado pela luta operária. “Foi seu diagnóstico desencantado que indicou à classe capitalista internacional a terapia a ser aplicada. Keynes”, insiste nosso autor, “foi talvez o teórico mais penetrante da reconstrução capitalista, da nova forma do Estado capitalista que surgiu em reação ao impacto revolucionário da classe operária de 1917”.³⁰²

O grande mérito do pensamento de Keynes, segundo a leitura de Negri, consiste no reconhecimento da mudança no equilíbrio de forças entre as classes capitalista e operária a partir do fim da primeira guerra mundial – e, evidentemente, da Revolução de Outubro. Tal reconhecimento poderia ser verificado na forma de uma intuição política nas considerações keynesianas sobre o Tratado de Versalhes em *The economic consequences of the Peace*, publicado em 1919. Nesse ensaio, Keynes faz a crítica do Tratado, que em vez de ter sido usado como uma oportunidade para a reconstrução da ordem europeia, “meramente expressou as frustrações e vinganças de séculos de poder político”. Semelhante rancor diplomático evidenciaria

³⁰⁰ BOLOGNA. *Class composition... Telos. Op. cit.*, p. 7. Cf. *supra*. Negri sintetiza esse processo ao dizer que “o objetivo geral do capital no período que seguiu [a Revolução de Outubro] foi derrotar as vanguardas operárias e, mais especificamente, implodir a base material de sua liderança nessa época: nomeadamente, uma composição de classe que continha um setor relativamente bem “profissionalizado” com sua ideologia de organização operária [da produção] como corolário. [...]. O taylorismo e o fordismo tinham precisamente essa função”. *KLD*, pp. 25-6.

³⁰¹ “Ao taylorismo se segue o keynesianismo como complemento necessário da iniciativa do capital”, diz-nos Negri em “Movimento Operário” *In: DCDS*, p. 111.

³⁰² *KLD*, p. 30.

a incapacidade dos governantes europeus em compreender as novas dimensões que tomou a luta de classes no primeiro pós-guerra. Com efeito, diz Keynes que

se visarmos deliberadamente o empobrecimento da Europa Central, a vingança, ousou prever, não titubeará. Nada pode atrasar por muito tempo essa guerra civil derradeira entre as forças de reação e as desesperadas convulsões de revolução, diante das quais os horrores da guerra alemã tardia desvanecer-se-ão no nada, e que destruirá a civilização e o progresso de nossa geração, independentemente de quem seja o vencedor.

A melhor solução para reconstruir a ordem europeia, inversamente, seria a consolidação da economia da Europa Central, “como um baluarte contra a ameaça soviética, vinda do Leste, e como uma garantia contra movimentos revolucionários internos”. Dessa maneira, interpreta Negri, Keynes estaria advertindo contra as consequências desastrosas do Tratado, bem como contra as “implícitas ilusões de que as relações de classe não haviam mudado pela ruptura da classe operária com o sistema do pré-guerra”.³⁰³

Porém, o que até 1919 era apenas uma intuição política, prossegue nosso autor, deverá tornar-se uma teoria científica. Isso ocorreria gradativamente a partir dos anos vinte. Não obstante sua opinião sobre o Tratado tivesse mudado em apenas alguns anos após a publicação de *The economic consequences of the peace*, a intuição política fundamental de Keynes teria passado a implicar “uma nova apreciação das dimensões maiores do desenvolvimento capitalista”.³⁰⁴ Inicialmente, o problema da classe operária, diz-nos Negri, foi tomado na teoria keynesiana em termos objetivistas relativos ao emprego, de acordo com a tradição da economia clássica. Entretanto, tendo em vista o alto nível da luta de classes, evidenciado sobretudo pela greve geral de 1926 na Grã-Bretanha, a classe operária foi chamada a historicizar a ciência econômica:

os sindicatos são fortes o bastante para interferir no jogo livre de forças entre oferta e procura, e a opinião pública, ainda que resmungando e suspeitando que os sindicatos sejam cada vez mais perigosos, apoia-os em seu principal argumento de que os mineiros de carvão não podem ser vítimas de forças econômicas cruéis que eles nunca puseram em movimento,

afirma Keynes em *Am I a liberal?*.³⁰⁵ Uma consequência desse fato é que a economia liberal clássica e particularmente a lei de Say, amplamente apoiadas num equilíbrio natural entre a oferta e a procura, não podem mais conservar sua validade (se é que ela já tivesse existido de

³⁰³ KLD, pp. 31-2.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 32. Para a revisão da leitura keynesiana do Tratado, cf. KEYNES. *A revision of the Treaty*. San Diego: Simon, 2003.

³⁰⁵ *Apud* KLD, p 35.

fato).³⁰⁶ A relação de força entre as classes não é mais aquela encontrada no pré-guerra e a manutenção do sistema capitalista deve agora ser colocada como questão, como problema teórico.³⁰⁷ A ciência precisa ser remetida à realidade histórica, e a história recente nos apresenta um fator desconhecido que deve ser integrado à ciência econômica. Tal fator, entende Negri, é a ameaça da classe operária.

De toda forma, se é verdade que Keynes abandona a ideia liberal de um equilíbrio natural dos mercados, a ideia de equilíbrio em si mesma continua a fazer parte de seu pensamento teórico. Assim, é a construção de um novo modelo de equilíbrio econômico que se faz necessária.³⁰⁸ Tal modelo tomará sua forma definitiva apenas com a *General theory of employment, interest and money* (doravante *Teoria geral*) publicada em 1936. Lá, diz-nos Negri, o esforço do economista britânico na construção de um novo modelo de equilíbrio pode ser verificado principalmente em duas ocasiões. A primeira se refere à formulação noção de “expectativa”. Para melhor compreender essa noção, é preciso reconhecer a íntima ligação entre a *Teoria geral* e a crise de 1929. Como efeito da crise, as expectativas dos investidores capitalistas quanto ao futuro foram amplamente abaladas, o que tinha efeitos diretos nas taxas de eficiência marginal do sistema e contribuía para o prolongamento da depressão econômica. Assim, era mister afastar os temores quanto ao futuro. Para cumprir essa tarefa, Keynes propôs a fixação do futuro como um presente por meio de uma postura convencional na qual a situação atual deverá ser projetada ao futuro pelo investidor, que deverá modificar suas expectativas somente se houver razões concretíssimas para tal. A noção de expectativa, contudo, não diz meramente respeito a uma prescrição comportamental para os capitalistas. É o Estado quem deve garantir a convenção, eliminando os riscos de investimentos e estabelecendo um ponto de referência substancial para as formas e os ritmos de desenvolvimento. Em outras palavras, para defender o presente do futuro, “o Estado precisa estender sua intervenção para tomar o papel de planejador [...],

³⁰⁶ Lembremo-nos de Marx, quando ele afirmou que “tão logo os trabalhadores desvendam [...] o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária pra eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante *trade's unions* [sic] etc., uma cooperação planejada entre empregados e desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruinosas que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer “sagrada” lei da oferta e demanda. MARX. *O capital*. *Op. cit.*, cap. 23, pp. 715-6 e *supra*.

³⁰⁷ “A ideia do partido do velho mundo de que se pode, por exemplo, alterar o valor do dinheiro e, em seguida, deixar os ajustes consequentes serem trazidos pelas forças da oferta e da demanda”, afirma Keynes, “pertencem aos dias de cinquenta ou cem anos atrás, quando os sindicatos eram impotentes, e quando ao *juggernaut* econômico era permitido barbeirizar ao longo da estrada do progresso, às vezes com aplausos”. *Apud KLD*, p. 35.

³⁰⁸ Todavia, como nota Negri, o fundador da macroeconomia moderna volta a aceitar as velhas leis de equilíbrio da economia clássica em contextos de pleno emprego. Cf. *ibid.*, pp. 36 e 317, n. 13.

agindo de acordo com uma série de normas, ditando o que é para ser”.³⁰⁹ Semelhante modelo de intervenção tomará formas sobretudo jurídicas, ocorrendo de forma indireta, portanto. Os investimentos não serão assegurados pelo Estado, mas a convenção, isto é, a fixação do futuro no presente, o será.

Que futuro é esse, porém, de que o capitalismo precisa se defender? Para Negri, trata-se daquele fator novo, desconhecido, que deve ser adicionado à teoria econômica. O futuro a se evitar é o da catástrofe. De uma parte, Keynes já havia se referido a um “partido da catástrofe” em *Essays in Persuasion*, partido que não confiava nas leis do equilíbrio econômico. Doutra, já sabemos o que a catástrofe significa para o capitalismo de acordo com Negri: trata-se da ameaça operária, de sua vontade e organização revolucionárias.³¹⁰ Semelhante ameaça, entretanto, não figura apenas nas expectativas futuras, mas se faz presente, ante os olhos de Keynes. Portanto, o projeto do economista britânico precisava dar conta da catástrofe também nesse tempo. A segunda ocasião em que o esforço keynesiano na construção de um novo modelo de equilíbrio pode ser verificado vincula-se ao cumprimento dessa tarefa. Tal ocasião diz respeito à transformação do Estado no representante do capital coletivo. No tempo presente, argumenta o nosso autor, a intervenção estatal indireta se faz insuficiente. Para além da garantia da convenção, do domínio do futuro através da projeção do presente, dada por meio do planejamento econômico através sobretudo do âmbito jurídico, o Estado deve ocupar-se diretamente dos investimentos, o que lhe transforma numa estrutura econômica e, virtualmente, num sujeito produtivo. Aqui, prossegue Negri, nasce o “Estado do capital social”, ou, simplesmente, o Estado social.³¹¹

A transformação da forma-Estado, contudo, não reside somente no aumento de sua capacidade de intervenção, agora estendida para todo o terreno social, “mas também na forma em que suas estruturas têm que refletir o impacto da classe operária”. Ou seja, aquilo que há de

³⁰⁹ KLD, p. 40.

³¹⁰ Cf. *ibid.*, pp. 36, 40-1. Como já vimos, a ideia da classe operária como catástrofe para o capital, como motor de suas crises, retornará na leitura negriana dos *Grundrisse* de Marx. Cf. *MM*, cap. 1, p. 16 e *supra*.

³¹¹ KLD, p. 41. Nesse momento, Negri entra num comentário mais específico de alguns elementos da *Teoria Geral* que não examinaremos em detalhe aqui. Porém, é interessante notar como Negri se vale de algumas teorias econômicas keynesianas para justificar o reconhecimento que o economista britânico teria do impacto e da ameaça da classe operária. É o caso da teoria da demanda efetiva e seu corolário, a crítica da rigidez dos salários. Aqui, Keynes consolidaria seu distanciamento em relação à teoria liberal, reconhecendo não só a presença da classe operária como fator interno ao capital (os salários, por exemplo, passam a ser considerados o fruto da barganha entre operários e patrões) como, por conseguinte, a impossibilidade de qualquer equilíbrio estável. Desse modo, os objetivos da economia se alterariam na teoria keynesiana: “a tarefa da política econômica é ditar uma revolução contínua nos salários e a propensão ao consumo, que manterão o investimento e a produção globais e trará a única forma de equilíbrio que é possível – que só será efetivo se ela [a política econômica] estiver preparada para assumir todo o risco e precariedade do balanço de poder que é e permanece aberto. Assim, então, é como podemos sumarizar o espírito da teoria da demanda efetiva: ela assume a luta de classes, e postula resolvê-la, de modo cotidiano, em vias que sejam favoráveis ao desenvolvimento capitalista”. *Ibid.*, p. 45. Para o comentário negriano dos principais elementos da *Teoria geral*, cf. *ibid.*, pp. 41-8.

mais importante na nova forma-Estado não é somente sua estrutura organizacional pautada pelo intervencionismo, “mas o tipo particular de dinâmica de classe que ela incorpora”. Como sabemos, a transformação da forma-Estado se fez necessária no contexto da crise causada pela ameaça operária e da tentativa de reestruturação capitalista que visava justamente combater essa ameaça. Ora, se a última ocorre no âmbito social, como todo o desenvolvimento teórico do operarismo defende desde ao menos Tronti, será precisamente nesse âmbito que o Estado deverá construir “uma forma específica de controle dos movimentos da classe operária”. Assim, o capital é obrigado pela classe operária a mover seu domínio, anteriormente restrito ao ambiente produtivo, para toda a sociedade ou, dito de outro modo, a organização da produção e da exploração capitalistas rompem os muros das fábricas em direção ao todo social “na nova forma de um Estado planejador que [...] reproduz diretamente a figura da fábrica”.³¹²

É nesse sentido que a noção de “disciplina” evocada anteriormente deve ser compreendida. Decerto, essa noção nos remete aos desenvolvimentos teóricos de Foucault. Segundo o filósofo francês, a disciplina é uma “anatomia política do pormenor”, uma “anatomopolítica” que ordena os corpos minuciosamente e vigia-os como que ininterruptamente a fim de retirá-los sua máxima utilidade. Tal forma de domínio dos corpos se impõe por meio de arquiteturas institucionais, “instituições disciplinares” dispostas de maneira capilar num dado território (trata-se das escolas, da caserna, dos hospitais, das fábricas, das prisões, etc.) e que “acompanham” os indivíduos ao longo de sua vida, de modo que eles não cessam de passar de uma instituição a outra: “primeiro a família, depois a escola (‘você não está mais na sua família’), depois a caserna (‘você não está mais na escola’), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência”, diria Gilles Deleuze.³¹³ No entanto, embora Hardt e Negri, como eles mesmos justificam, se refiram “às mesmas práticas e à mesma globalidade de aplicação” do conceito foucauldiano de disciplina e embora as reflexões de Foucault sobre o assunto sejam “todas igualmente válidas para as nossas considerações aqui”, a compreensão que nossos autores fazem de tal conceito é sensivelmente distinta daquela encontrada no filósofo francês.³¹⁴

Já em 1980, num verbete escrito para o *Dizionario critico del diritto* organizado por Cesare Donati, Negri definia a disciplina como “normatização do trabalho produtivo para a exploração” ou “normatização do conjunto do trabalho produtivo social para o lucro”. Trata-se

³¹² KLD, p. 45.

³¹³ DELEUZE. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” In: *Conversações*. São Paulo: 34, 2010, p. 223. Para o conceito foucauldiano de disciplina, cf. esp. FOUCAULT. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2010, Terceira Parte.

³¹⁴ E, cap. 3.2, p. 453, n. 7.

então da imposição por parte do capital de certas normas, valores e comportamentos a uma determinada força de trabalho a fim manter sobre ela o controle político (principal objetivo do capital segundo a leitura operarista), além da extração do mais-valor. A disciplina, porém, tem seu próprio desenvolvimento histórico e deve ser considerada, como quase tudo no pensamento de Negri, em termos dinâmicos. Destarte, nosso autor descreve duas tendências do desenvolvimento histórico das relações disciplinares. Conforme o filósofo e militante italiano, se originalmente – isto é, no período manufatureiro – o capitalista era o “Licurgo da fábrica”, ordenando segundo seus próprios critérios toda a organização da produção, com o advento da grande indústria e do desenvolvimento da luta de classes os capitalistas singulares deixaram de ser capazes de regular a disciplina fabril. Assim, a disciplina passa num primeiro momento a ser regulada juridicamente, especialmente pelas leis sobre o trabalho, como a “lei das 10 horas” que vimos acima. Nesse primeiro momento, “para além do fato (discutível) de que a disciplina seja mais ou menos suavizada, a grande modificação consiste no fato de que a legitimidade da disciplina de fábrica escapa ao poder do capitalista singular para adquirir características jurídicas de relevância sempre mais pública”. Dito de outro modo, com a passagem do capitalista e do trabalhador singulares para a formação das classes capitalista e operária, a disciplina passa a ser regulada no âmbito social. Contudo, num segundo momento, dado que a regulação da disciplina fabril só pode ocorrer no social, a judicialização “deve reconhecer a complexidade das inter-relações que envolvem a fábrica e a sociedade ao colocar-se [...] a tarefa de fixar uma homogeneidade disciplinar entre os processos de produção e os processos de reprodução”. Ou seja, a disciplina, antes restrita ao interior dos muros da fábrica, deve transbordá-los em direção à toda sociedade.³¹⁵

Ora, Negri nos descreve um processo análogo em sua leitura de Keynes, segundo a qual a figura da fábrica é reproduzida pelo Estado. E é justamente essa passagem, até aqui tratada em termos teóricos ou tendenciais, que está no foco primário do emprego negriano do conceito de disciplina. Trata-se de compreender “como as práticas e relações de disciplinaridade que se originaram no regime fabril vieram a investir todo o terreno social como mecanismo de produção e de governo, isto é, como um regime de produção social”. “Numa sociedade disciplinar”, prosseguem os autores,

a sociedade inteira, com todas as suas articulações produtivas e reprodutivas, é subsumida sob o comando do capital e do Estado, e [...] a sociedade tende, gradualmente mas com inexorável continuidade, a ser regrada somente pelos

³¹⁵ Cf. NEGRI. “Disciplina” em *DCDS*, pp. 167-71.

critérios da produção capitalista. Uma sociedade disciplinar, então, é uma sociedade-fábrica. Disciplinaridade é ao mesmo tempo uma forma de produção e uma forma de governo em que a produção disciplinar e a sociedade disciplinar tendem coincidir completamente.³¹⁶

Uma solução para a ameaça operária trazida pelo ciclo de lutas das primeiras décadas do último século, contudo, fazia-se necessária não só no campo teórico, como em Keynes, mas principalmente na esfera política. Ainda assim, como já dissemos, os Estados europeus não foram capazes de formulá-la. Em países como França e Inglaterra, quaisquer projetos de reforma foram travancados pelas forças conservadoras. Na Itália e na Alemanha, por outro lado, eles tomaram a forma do fascismo e do nazismo. Mais uma vez, foi do outro lado do Atlântico que a melhor resposta capitalista ao “partido da catástrofe” foi dada. Somente nos Estados Unidos, dirão Hardt e Negri, “uma reforma capitalista foi levada adiante, proposta como um Novo Acordo [*New Deal*] democrático”.³¹⁷ O *New Deal*, nome dado à política econômica de recuperação do presidente Franklin Delano Roosevelt, surgiria de necessidades idênticas àquelas que

³¹⁶ E, cap. 3.2, p. 453, n. 7 e p. 243, respectivamente. Aqui, “sociedade-fábrica” não é mais que outro modo de se referir ao conceito de fábrica-social. Este, já o dissemos, foi cunhado por Tronti em *La fabbrica e la società*, referindo-se a uma dimensão da socialização da produção em que os traços específicos da produção fabril se expandem para o todo social. Interessa ora acrescentar, porém, que, segundo o próprio Tronti, “é sobre essa base que o Estado político tende a se identificar sempre mais com a figura do capitalista coletivo, torna-se cada vez mais uma propriedade do modo capitalista de produção e, então, função do capitalista”, o adianta, por assim dizer, as considerações de Negri sobre o Estado social. TRONTI. “La fabbrica e la società” In: *Operai e capitale. Op. cit.*, p. 48. Destacamos também que embora o sentido de “sociedade-fábrica” referido por Negri seja o mesmo daquele de fábrica-social usado por Tronti (“nessa nova sociedade-fábrica, subjetividades produtivas e reprodutivas são forjadas como reproduções unidimensionais do desenvolvimento econômico. As figuras, estruturas e hierarquias da divisão do trabalho social tornam-se cada vez mais generalizadas e minuciosamente definidas ao passo que a sociedade civil é cada vez mais absorvida no Estado: as novas regras de subordinação e os regimes disciplinares capitalistas são estendidos por todo terreno social”, diz o operarista de Pádua. E, cap. 3.2, p. 243), em outros contextos é possível que Negri se refira pelo mesmo nome a um fenômeno diferente, que passou a ser conhecido como terciarização, ou seja, a crescente importância dos setores de comércio e de serviços na produção capitalista. Para essa distinção entre as noções de fábrica-social em Tronti e em Negri, cf. TURCHETTO. “Antonio Negri e o triste fim do operarismo italiano”. *Crítica Marxista*, v. 18, n. 1, pp. 84-99, 2004, pp. 89-97. Finalmente, não podemos deixar de observar que uma relação semelhante entre as formas política e econômica de disciplinaridade descritas acima talvez pudesse ser encontrada também em Foucault, quando ele afirma que “este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; em boa parte, é como força de produção que o corpo é investido de relações de poder e de domínio; mas, em contrapartida, a sua constituição como força de trabalho só é possível se estiver integrado num sistema de sujeição”. Sobre o contexto fabril, Foucault afirma que “a vigilância se torna operador econômico decisivo, na medida em que é simultaneamente uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”. Além disso, Foucault dissera ainda, em sentido bastante próximo ao de Hardt e Negri acima, que as disciplinas haviam conquistado “domínios cada vez maiores, como se tendessem a cobrir todo o corpo social”. FOUCAULT. *Vigiar e punir. Op. cit.*, cap. 1, pp. 41-2, cap. 6, p. 192 e cap. 5, p. 154. De fato, alguns temas do arcabouço teórico foucauldiano são absorvidos por Negri em chave marxista. Isso é ainda mais nítido no que se refere aos conceitos de disciplina e de controle, intimamente associados por Negri aos conceitos de subsunção formal e real do trabalho – e da sociedade, na medida em que ela é uma sociedade-fábrica – ao capital. Para a interpretação negriana da filosofia de Foucault, cf. NEGRI. *Quando e como eu li Foucault*. São Paulo: n-1, 2016. Para a leitura feita por nosso autor dos conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital, cf. *Id. Fabbrica del soggetto*. Livorno: XXI secolo, 1987.

³¹⁷ E, p. 241.

Keynes havia encontrado no terreno teórico, sendo essas necessidades provocadas por reflexões similares sobre a crise do entreguerras. Para Negri,

todos os elementos teóricos que identificamos como componentes do sistema keynesiano também atuam – e são postos por vias similares, se não idênticas – no experimento do *New Deal*: do reconhecimento do impacto da classe operária na estrutura do capitalismo às técnicas políticas e econômicas que visam o estímulo da demanda efetiva através do financiamento de novos e públicos fundos de investimento; da ênfase na urgência de uma reconstrução capitalista radical da sociedade ao tipo particular de Estado que a sucede,

de modo que o *New Deal* foi a melhor realização das aspirações teóricas keynesianas.³¹⁸ Com efeito, os autores de *Empire* afirmam que nos Estados Unidos – onde a sociedade parecia livre de qualquer resíduo de atraso produtivo ou institucional e onde a classe capitalista possuía uma maturidade incomparável em relação àquela da Europa, para retomar as palavras de Bologna³¹⁹ – a política econômica rooseveltiana “fora apoiada por uma forte subjetividade política presente tanto entre as forças populares quanto entre a elite”. Em solo ianque o Estado passaria a ser celebrado “não só como mediador de conflitos, mas também como motor do desenvolvimento social”. No plano jurídico (indireto), as reformas “permitiram vigorosa participação e expressão de uma ampla pluralidade de forças sociais”; no plano econômico (direto), “o Estado tomou um papel central na regulação da economia”.³²⁰ Desse modo, o programa econômico de Roosevelt foi capaz de produzir uma trindade que conjugava o taylorismo na organização do trabalho, o fordismo nos regimes salariais e o keynesianismo na regulação macroeconômica da sociedade na recuperação um capitalismo que não poderia ser o mesmo depois de 1929.³²¹

Semelhante trindade constituirá para Negri, e também para todo o operarismo, a era do operário massa, com o Estado social ou plano e com o reformismo capitalista como um todo.³²² Isso será possível porque a condução da política econômica presente no *New Deal* não se restringirá aos Estados Unidos da Grande Depressão, mas, inversamente, expandir-se-á para todo

³¹⁸ KLD, p. 49. Como afirma Negri, no mesmo lugar, a experiência do *New Deal* “torna explícito o que vimos como característica fundamental do keynesianismo: o reconhecimento da mudança na relação entre as forças econômicas em jogo, e uma correspondente reestruturação da hegemonia do capital nesse novo contexto”, ainda que não possa ser apontada nenhuma relação direta entre economista britânico com o cenário político estadunidense, por exemplo.

³¹⁹ Cf. BOLOGNA. *Class composition... Telos. Op. cit.*, p. 21 e *supra*

³²⁰ *E*, cap. 3.2, pp. 241-2.

³²¹ Se, no contexto da leitura negriana dos *Grundrisse* de Marx, a crise é vista como uma condição, uma possibilidade para as práticas transformadoras e revolucionárias por parte do proletariado, ela é também o ponto de partida para o rearranjo das relações de produção e, conseqüentemente, para a reestruturação por parte do capital. É a partir das crises, causadas pela ameaça da classe operária, que o capitalismo passa a alterar seu modo de operação de forma estrutural. Cf. *ibid.*, cap. 3.3.

³²² Para as relações entre o operário massa e a trindade acima mencionada, cf. *CL*, Lição 1, pp. 63-6 e, principalmente, *AP*, § 1. Para uma discussão sobre o reformismo capitalista, cf. *FS*, cap. 2.

o globo. A expansão do modelo rooseveltiano – isto é, do modelo disciplinar da sociedade-fábrica atualizado pelo *New Deal* – para os outros países capitalistas dito avançados deu-se a partir de uma nova guerra mundial. Após a Segunda Guerra, a reconstrução da economia dos países vencedores bem como dos países derrotados nos moldes do *New Deal*, sob o abrigo da agora única superpotência capitalista, parecia um fato inelutável. Nas palavras de Freda Kirchwey citadas por Hardt e Negri, “somente um Novo Acordo [*New Deal*] para o mundo, mais amplo e consistente que o nosso vacilante *New Deal*, pode prevenir a chegada da Terceira Guerra Mundial”. Com o fim do padrão ouro e o início do padrão dólar a partir dos acordos de Bretton Woods, em 1944, a moeda estadunidense tornou-se hegemônica perante todas as outras moedas do mundo e a partir de 1947, com a Doutrina Truman, o Plano Marshall e o início da Guerra Fria, o modelo de recuperação econômica do *New Deal* foi exportado para a Europa e para o Japão. Assim, agora não mais em termos puramente teóricos, mas histórico-políticos, “nasc[ia] o ‘Estado social’, ou melhor, o Estado disciplinar global, que levou mais ampla e profundamente em conta os ciclos de vida das populações, ordenando sua produção e reprodução num esquema de barganha coletiva estabelecida por um regime monetário estável”. Semelhante regime continuou a ser expandido e refinado como estratégia para conter os avanços do socialismo soviético bem como, para retomar um termo de Che Guevara, os diversos focos de luta operária nos países capitalistas, chegando ao seu ponto mais alto nos anos sessenta: “foi a Idade do Ouro da reforma do capitalismo pelo *New Deal* no palco mundial”.³²³

Mas o modelo da sociedade-fábrica não se limitará aos países do capitalismo “avançado”, sendo aplicado também nas nações do chamado “Terceiro Mundo”, com maior ou menor precariedade. Todavia, diferentemente do primeiro caso, em que a exportação do modelo rooseveltiano se deu basicamente por meios diplomáticos, através de aportes financeiros dos planos

³²³ E, cap. 3.2, p. 244. Tornou-se mundialmente célebre o discurso proferido pelo presidente Harry Truman ao Congresso estadunidense no dia 12 de março de 1947. Nesse discurso, em que o presidente recomenda ao congresso a aprovação de uma assistência financeira à Grécia e à Turquia é dito que, “no presente momento da história mundial, praticamente toda nação deve escolher entre dois modos de vida. A escolha frequentemente não é livre. Um modo de vida é baseado na vontade da maioria, e é distinguido por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantia da religião, da liberdade de expressão e das liberdades individuais, e liberdade da opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade da minoria forçosamente imposta sobre a maioria. Apoia-se no terror e na opressão, controle da imprensa e do rádio, eleições fixas e supressão das liberdades individuais. Acredito que a política dos Estados Unidos deve apoiar os povos livres que estão resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou pressões externas. Acredito que devemos ajudar os povos livres a realizar seus próprios destinos de seu próprio modo. Acredito que nossa ajuda deve ser feita primordialmente através de suporte financeiro e econômico, que são essenciais para a estabilidade econômica e para um processo político ordeiro [...]. Se falharmos em ajudar a Grécia e a Turquia nesse momento fatídico, o efeito terá longo alcance no Ocidente bem como no Oriente. Devemos agir imediata e resolutamente”. TRUMAN. *Recommendation of assistance to Greece and Turkey*, pp. 1-5, 1947. Esse mesmo período da Idade do Ouro do *New Deal* e do reformismo capitalista, em geral, ficou popularmente conhecido como os “Trinta Gloriosos”, expressão cunhada por Jean Fourastié. Cf. FOURASTIÉ. *Les trente glorieuses*. Paris: Fayard, 1979.

de recuperação econômica, aqui tal expansão ocorrerá primordialmente através de um processo de descentralização da produção mundial. Esse processo será levado adiante com a expansão das indústrias ditas “transnacionais”, que a partir dos anos setenta passaram a estabelecer seus negócios pelo globo. Ao estabelecer-se nos países subordinados, as transnacionais fixavam também o modelo capitalista de organização produtiva das fábricas, ou seja, o modelo de disciplina fabril, tornando-se um motor fundamental de transformação política e econômica desses países.³²⁴ Mas, além do regime taylorista na organização da produção e do fordismo nos regimes salariais, um “Estado de bem-estar que seria modernizador, paternalista e protetor” também compunha o modelo ideológico que se projetava dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos, argumentam Hardt e Negri. Semelhantes mecanismos, contudo, não foram implementados nos últimos da mesma maneira que nos primeiros. “O regime de altos salários que caracterizava o fordismo e a expansão da assistência social que caracterizava o Estado de bem-estar social”, dizem os autores, “foram realizados somente de modo fragmentário e para populações limitadas nos países capitalistas subordinados”. Sua realização plena se fazia dispensável, visto que os benefícios trazidos pelos altos salários e pela assistência social tinha como função tão somente a criação de um consenso em torno de um projeto político-econômico determinado. Não obstante, “a substância real do esforço, a real decolagem para a modernidade, de fato atingida, foi a expansão do regime disciplinar pelas esferas da produção e da reprodução”, concluem os autores.³²⁵ Assim, um “Novo Acordo para o mundo” foi estabelecido e, com ele, um novo paradigma global, a “ordem disciplinar internacional”, a sociedade-fábrica mundial e integrada que buscava realizar a utopia capitalista de que “cada trabalhador no mundo, suficientemente disciplinarizado, [fosse] intercambiável no processo de produção global”.³²⁶

Cumprindo a afirmação de Tronti segundo a qual “lá onde mais potente é o domínio do capital, mais profundamente se insinua a ameaça operária”, o novo paradigma global do reformismo capitalista passou a sofrer os maiores ataques justamente no período de seu apogeu.³²⁷ A estratégia capitalista de contenção da ameaça operária causada pelo ciclo de lutas simbolizado pela Revolução de Outubro chegou ao seu ponto de inflexão no ciclo simbolizado pela Guerra do Vietnã. Isso ocorreu porque ao passo avançava o projeto do reformismo capitalista,

³²⁴ Os autores recordam que esse tipo de projeto recebeu apoio dentre alguns teóricos da esquerda, que viam a industrialização como o único caminho para o desenvolvimento e que enumeravam os benefícios da expansão do “fordismo periférico”. Cf. *E*, cap. 3.2, p. 248.

³²⁵ *Loc. cit.* Os autores defendem ainda, no mesmo lugar, que o modelo da sociedade-fábrica foi expandido também para os países do socialismo real, citando o apreço de Lênin pelo taylorismo e os projetos de modernização de Mao Tsé-Tung.

³²⁶ *Ibid.*, p. 247. Cf. também *ibid.*, pp. 251-4.

³²⁷ Para a afirmação de Tronti, cf. “Lenin in Inghilterra” *In: Operai e capitale. Op. cit.*, p. 87.

instituindo a tríade formada pelo taylorismo na organização da produção, o fordismo nos regimes salariais e o keynesianismo na regulação macroeconômica, ainda que em termos meramente ideológicos, avançava também a resistência proletária ao comando do capital, às suas formas de disciplinarização.³²⁸ Tal resistência aparecia de maneiras amplamente variadas e proliferava-se num plano que Alquati chamaria de “invisível”: “era o estudante universitário que experimentava LSD em vez de procurar um emprego; era a jovem mulher que se recusava a casar e formar uma família [nuclear]; era o ‘inepto’ trabalhador afroamericano que se movia em ritmo de CP (*colored people*), recusando o trabalho de toda forma possível”. Não obstante, a tendência de mundialização da sociedade-fábrica “criou necessariamente uma unidade potencial ou virtual do proletariado internacional” que, conquanto nunca tivesse sido “plenamente atualizada como uma unidade política global [...], teve efeitos substanciais”. Nesse sentido, a resistência proletária ao capital não deveria ser avaliada exclusivamente a partir dos combates travados pelos movimentos operários oficiais, mas a partir da “coincidência objetiva das lutas que se sobrepõe precisamente porque, a despeito de sua diversidade radical, direcionavam-se todas contra o regime disciplinar internacional do capital”, isto é, a partir de um “acúmulo de lutas”.³²⁹

Bem como em Porto Marghera e na Itália como um todo, o acúmulo de lutas contra o regime disciplinar internacional, defendem Hardt e Negri, expressou-se como uma recusa do trabalho. Segundo os autores, “as várias formas de contestação e experimentação social concentraram-se numa recusa em valorizar o tipo de programa fixo de produção material típico do regime disciplinar”. A crise normativa identificada nas *‘forze nuove’* ou nos estudantes italianos é vista também a nível global. “O regime disciplinar claramente não conseguia mais conter as necessidades e desejos da juventude”, insistem os autores.

³²⁸ Com efeito Negri passa, em suas obras de maturidade, a interpretar o postulado metodológico de Foucault segundo o qual “lá onde há poder há resistência” de maneira bastante próxima ao postulado trontiano da anterioridade da classe perante o capital. Essa interpretação é apoiada especialmente nas considerações foucauldianas sobre o sujeito e o poder, onde o poder é definido como “um modo de ação sobre as ações dos outros”, ou seja, um modo de “estruturar o campo de ação possível dos outros”. Nesse sentido, diz-nos Foucault, “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto livres – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas razões, e diversos modos de comportamento podem acontecer”. A partir disso, Negri pode sustentar que “afirmar que o poder só é exercido sobre ‘sujeitos livres’ [...] significa na realidade afirmar que o poder só é exercido sobre sujeitos que resistem, sujeitos que, mesmo antes da aplicação do poder, exercem sua liberdade” e que, portanto, “a resistência é anterior ao poder. [...]. Sua liberdade é anterior ao exercício do poder, e sua resistência é simplesmente o esforço para fomentar, expandir e fortalecer essa liberdade”. Para as citações Foucault, cf. FOUCAULT. *História da sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 2013, cap. 4.2, pp. 105-7 e *Id.* “O sujeito e o poder” In: DREYFUS; RABINOW. *Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995, pp. 245, 244, respectivamente. Para as citações de Negri, cf. HARDT; NEGRI. *Commonwealth*. Cambridge (MA); London: The Belknap of Harvard University, 2011, cap. 2.2, pp. 75, 82, doravante C.

³²⁹ *E*, cap. 3.3, pp. 274, 262-3.

A perspectiva de conseguir um emprego que garantisse um trabalho regular e estável, oito horas por dia, cinquenta semanas ao ano, por toda uma vida, a perspectiva de entrar no regime normalizado da fábrica-social, que fora um sonho para muitos de seus pais, agora parecia uma espécie de morte.³³⁰

Porém, diferentemente dos casos italianos examinados até aqui, nos quais a luta se afirmou em torno de questões diretamente ligadas ao ambiente produtivo, como a segurança e a saúde no trabalho, por exemplo,³³¹ a recusa do trabalho vista de um ponto de vista global, dizem Hardt e Negri, afirmou-se sobretudo no âmbito do não trabalho. Semelhante deslocamento das lutas proletárias do terreno fabril para toda a esfera social permitiu que a recusa do trabalho não tomasse somente um aspecto negativo, mas se “transvalorasse” positivamente.³³² Ou seja, para usar um vocabulário mais constante na filosofia de Negri, a afirmação das lutas no terreno do não trabalho, além de negar a organização constituída do trabalho, mostrou-se um processo constituinte. Isso pôde ser visto mais nitidamente no caso dos países desenvolvidos. Neles “a recusa do regime disciplinar e a afirmação da esfera do não-trabalho tornaram-se as características definidoras de um novo conjunto de práticas coletivas e de novas formas de vida”. Em países como a França, os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, a Inglaterra e mesmo a Itália, os levantes ocorridos nos anos sessenta e setenta tomaram a forma de manifestações culturais ou, melhor, contraculturais que tiveram grande importância política e econômica segundo os autores de *Empire*. Por exemplo, os movimentos estudantis “forçaram a atribuição de um alto valor social ao conhecimento e ao trabalho intelectual”, a segunda onda do movimento de mulheres “elevou o valor do que era tradicionalmente considerado trabalho feminino, que envolve um alto conteúdo de trabalho afetivo e de cuidados, além de centrar-se em serviços necessários à reprodução social”, e toda a panóplia de movimentos e toda a contracultura emergente “puseram luz sobre o valor da cooperação e da comunicação”.³³³

Subjacente a semelhante deslocamento nas lutas proletárias, afirmarão Hardt e Negri, uma alteração na composição política de classe deve ser apontada. Tal alteração já foi indicada pela mudança de vocabulário de Negri em sua colaboração com Hardt, reproduzida por nós nessa subseção. De classe operária, passamos a falar em proletariado, noção que abrange todos

³³⁰ *E*, cap. 3.3, pp. 273-4. Para um trabalho sociológico em perspectiva geracional que toma conclusões bastante semelhantes às de Hardt e Negri quanto à expectativa dos jovens ante o trabalho fabril, cf. BEAUD; PIALOUX. *Retour sur la condition ouvrière*. Paris: La découverte, 2012.

³³¹ Cabe lembrar que mesmo a questão estudantil, em determinado momento, foi compreendida como um problema de força de trabalho em formação. Cf. WRIGHT. *Storming heaven*. *Op. cit.*, cap. 4, pp. 93-6, NEGRI. “Movimento Studentesco” In: *DCDS*, pp. 114-7 e *supra*.

³³² “A recusa em massa do regime disciplinar, que tomou uma variedade de formas, não foi somente uma expressão negativa, mas também um momento de criação, que Nietzsche chama de transvaloração de valores”. *E*, p. 274. Para uma consideração ontológica da transvaloração, ver KAM, cap. 3.2. Sobre a transvaloração de valores em Nietzsche, cf. esp. NIETZSCHE. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

³³³ *E*, pp. 261, 274-5.

aqueles que são explorados pelo capital, não mais somente a classe de trabalhadores industriais. Essa alteração na composição da classe operária era já vislumbrada por Negri no calor do momento, isto é, em meio ao ciclo de lutas dos anos sessenta e setenta. Nosso autor recorda numa entrevista que

o 68 na Alemanha, como nos Estados Unidos, parte do interior de uma sociedade já terceirizada, em que a qualidade e as necessidades do operário social estão já no centro da luta [...]. A luta na Alemanha parte, então, de uma situação profundamente diversa [em relação à italiana]. Diria que a leitura do 68 alemão e do 68 americano se tornaram extremamente importantes mais tarde.³³⁴

Porém, essa asserção não deve nos remeter novamente a certa relação de determinação entre a composição técnica da força de trabalho – já terciarizada nos países citados – e a composição política de classe. Faltava ainda a Negri o exame do ciclo de lutas a partir de um ponto de vista global, mundial e integrado, que, como dissemos, só surge em seu pensamento a partir dos anos oitenta e que só tomará sua forma mais acabada com a chamada “trilogia do império”. Desse ponto de vista, as sublevações do ciclo de lutas dos anos sessenta e setenta, bem como no caso dos *Wobblies* em relação ao ciclo das primeiras décadas do século XX, anteciparam as mudanças na composição técnica da força de trabalho e, de modo mais abrangente, a reestruturação capitalista como um todo. Nas palavras de Hardt e Negri,

a reestruturação da produção, do fordismo ao pós-fordismo [...] foi antecipada pelo surgimento de uma nova subjetividade. A passagem da fase do aperfeiçoamento do regime disciplinar à fase sucessiva de mudança do paradigma produtivo foi impulsionada de baixo, por um proletariado cuja composição já havia mudado.³³⁵

Então, a guerra do Vietnã, assim como a Revolução de Outubro, representou uma mudança de paradigma no desenvolvimento do capital e no desenvolvimento da luta de classes. Enquanto neste caso a composição política da classe operária será transformada e a figura hegemônica do operário massa dará espaço à figura do operário social; naquele o reformismo capitalista dos Trinta Gloriosos, reformismo que representa todo o século XX segundo Negri, dará lugar a uma reestruturação rumo a uma nova forma-Estado, ou melhor, rumo ao Império.³³⁶ Nesse sentido, a história contemporânea da luta de classe mudou, não sendo mais a mesma que aquela apontada por nosso autor. As lutas dos anos sessenta e setenta ensejarão tanto uma mudança nos comportamentos, na subjetividade da classe operária, quanto na forma de disciplina,

³³⁴ *OMOS*, cap. 5, pp. 92-3.

³³⁵ *E*, cap. 3.3, p. 276.

³³⁶ Para o tema da nova forma-Estado, cf. *LD*, esp. cap. 6 e 7, para o tema do Império, cf. *E*.

de domínio político do capital. Mas, além disso, também o terreno produtivo, o terreno em que o embate entre operários e capital se dá de modo mais imediato, será transformado. “A esse ponto, o sistema disciplinar tornou-se completamente obsoleto e precisava ser deixado para trás. O capital precisa conseguir um mole negativo e uma inversão da nova qualidade da força de trabalho; deve ajustar-se para ser capaz de comandar novamente”.³³⁷ A partir da Guerra do Vietnã uma nova forma de trabalhar, chamada por Negri de trabalho imaterial, também surge. A esse tema pretendemos dedicar o último capítulo de nosso trabalho.

³³⁷ *E*, cap. 3.3, p. 276.

Bases materiais para a teoria do trabalho imaterial

Depois de tratar do método em Negri bem como na tradição teórico-política de que ele participa nos anos sessenta e setenta, em nosso primeiro capítulo, e dos conceitos de composição técnica e política bem como de suas mutações ao longo da história da classe operária, em nosso capítulo segundo, pretendemos enfim dedicar ao tema do trabalho imaterial o terceiro e último capítulo deste escrito. O conceito de trabalho imaterial surge no que poderia ser chamada de última – ou de mais recente – fase da trajetória intelectual do filósofo e militante italiano. Tal fase pode ser caracterizada pela tentativa de Negri em compreender o que é por ele visto como a nova forma de soberania global (nomeada Império) e o novo sujeito antagônico que lhe é adequado (nomeado multidão), assim como pela constituição de sua parceria intelectual com Hardt. Porém, não obstante essa fase do pensamento negriano seja melhor circunscrita entre meados dos anos noventa e os dias atuais, julgamos possível retrocedê-la à virada da década de oitenta para a década de noventa, quando é criada a revista *Futur Antérieur* (1990-1998) e quando o nosso autor passa a realizar uma série de trabalhos sociológicos em parceria com, dentre outros, Maurizio Lazzarato.³³⁸

Aqui, nos vemos diante daquele mesmo salto temporal realizado no fim do último capítulo. Ali, contudo, não havíamos mencionado um fato de extrema importância para a trajetória militante e intelectual de nosso autor: a verdadeira odisséia vivida por Negri entre 1979 e 1997. Com efeito, o chamado “longo 68” italiano chegara ao seu ápice no ano de 1977 quando, em resposta ao assassinio de um manifestante chamado Francesco lo Russo pela polícia, os diversos focos de contestação da juventude italiana se reuniram na cidade de Bolonha num movimento cujos radicalismo e violência, diz-nos Dosse, “quase relegam o Maio de 68 francês à categoria de desfile de estudantes”.³³⁹ A reação a essa “grande onda revolucionária e criativa, política e existencial”, para usar as palavras de Nanni Balestrini, foi brutal. Erguendo-se contra a contestação das políticas que conduziam a Itália, como aquela do “compromisso histórico”, e também contra a face terrorista que parte dessas lutas assumiu, com o crescimento das Brigadas Vermelhas, o Estado italiano deu início a uma bárbara e duradoura onda de repressão naqueles que

³³⁸ Para uma tentativa de circunscrever as diversas “fases” do pensamento negriano, remetemos novamente a MURPHY. *Antonio Negri. Op. cit.* Para a questão do sujeito político adequado a uma dada estrutura de comando, cf. PC, cap. 1.3.

³³⁹ DOSSE. *Gilles Deleuze e Félix Guattari*. Porto Alegre: Artmed, 2010, cap. 16, p. 237. Para uma história do 1977, e do panorama de levantes e sublevações ocorridas durante todo o longo 68 italiano, cf. GRISPIGNI. 1977. Roma: Manifestolibri, 2006; POZZI. *Insurrezione*. Roma: DeriveApprodi, 2007; BALESTRINI; MORONI, *L'orda d'oro*. Milano: Feltrinelli, 2015; LUMLEY. *States of emergency*. London; New York: Verso, 1990.

ficaram conhecidos como os *anni di piombo*.³⁴⁰ Durante os “anos de chumbo”, nosso autor foi acusado de chefiar as Brigadas Vermelhas e de ser o mentor intelectual do sequestro e do homicídio de Aldo Moro, ex-Primeiro-Ministro da Itália e líder da DC, ocorridos em março de 1978. O chamado “processo 9 de abril”, aberto no ano seguinte, levou Negri a uma prisão preventiva que só seria interrompida em 1983, quando o filósofo, militante, e agora *cattivo maestro* paduano foi eleito deputado pelo Partido Radical, obtendo com isso uma imunidade parlamentar que lhe permitiria responder ao processo em liberdade. Porém, após uma apertada votação do Parlamento pela retirada dessa imunidade, Negri foge para a França, onde viverá por quatorze anos, até 1997, quando decide retornar à Itália para cumprir o restante de sua pena, numa tentativa fracassada de acelerar os processos de anistia em favor de milhares de militantes do “longo 68 italiano” que se encontravam presos ou exilados desde o fim dos anos setenta.³⁴¹

Com a sua prisão, Negri foi radicalmente afastado da prática política, e mesmo com o seu exílio na França esse quadro não foi alterado. É verdade que, em mais de uma ocasião, ele assinala ter sido em certa medida beneficiado pela perseguição promovida pelo Estado italiano. Na “Apresentação” de *Marx oltre Marx*, nosso autor registra seu agradecimento “aos estúpidos que, forçando-me a emigrar, terminaram me obrigando a organizar minhas ideias com uma tranquilidade que, de outra forma, eu não teria condições de fazer”. Numa entrevista concedida a Cesare Casarino, ele salienta também a respeito de *Marx oltre Marx* que “sempre que me forçam a abandonar a prática política, não tenho mais nada a fazer senão começar a escrever mais uma vez! Já havia dito muitas vezes aos juízes: ‘por que vocês querem me forçar a escrever? Não me coloquem na cadeia e [lá] me deixem só; assim, não terei que escrever!’”.³⁴² Porém, em 1977-1978 a emigração de Negri possuía um caráter sobretudo preventivo. Ele era acusado de ser líder da Autonomia Operária e, mais especificamente, do grupo *Rosso*, mas as acusações de terrorismo bem como o horizonte de um distanciamento de longo prazo em relação às suas atividades na Itália ainda não existiam, o que lhe permitia dedicar-se a seu trabalho

³⁴⁰ Para os anos de chumbo italianos, cf. GINSBORG. *A story of contemporary Italy*. *Op. cit.*, cap. 10 e LAZAR; MATARD-BONUCCI (Orgs.), *L'Italie des années de plomb*. Paris: Autrement, 2010.

³⁴¹ Durante sua prisão preventiva e exílio, as acusações que recaíam sobre Negri foram alteradas diversas vezes, sendo retiradas aquelas que o associavam às Brigadas Vermelhas e ao sequestro e assassinato de Moro. Ao fim de mais de uma década de processos, a única acusação restante, pela qual Negri precisou cumprir pena entre 1997 e 2003, foi a de “sublevação contra o Estado”, crime estabelecido na época do regime fascista e, por assim dizer, requeitado na repressão da DC (apoiada pelo PCI) aos levantes dos anos setenta. Para o “processo 7 de abril”, remetemos mais uma vez a NEGRI. *Books for burning*. *Op. cit.*, Editor's Introduction. Durante sua prisão e exílio, Negri redigiu uma série de textos autobiográficos que tematizaram não só a sua, mas também a situação dos movimentos italianos de contestação como um todo. Para esses textos, cf. NEGRI. *Pipe-line*. Roma: DeriveApprodi, 2009; *Id. Diary of an escape*. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity, 2010 e *Id. Exílio*. São Paulo: Iluminuras, 2001, doravante *Ex*.

³⁴² *MM*, Premessa, p. 13, *PrC*, A class-struggle propaedeutics, p. 60.

teórico com relativa tranquilidade no estrangeiro. Além disso, a luta de classes na Itália se encontrava no ponto mais agudo das últimas décadas, o que certamente incentivava o nosso autor a continuar seu trabalho. Em 1983, doutra parte, Negri era um foragido da prisão, acusado de ser o cérebro por trás de um grupo terrorista e do assassinato de um líder máximo da política italiana. No *bel paese*, o movimento revolucionário havia sido duramente derrotado, levando a Itália aos seus “anos de inverno”. Na França, o governo socialista de François Mitterrand, embora não extraditasse os militantes italianos que lá se refugiaram, Negri incluído, também não lhes conferia nenhum estatuto oficial, lançando-os no limbo jurídico, sem documentos, liberdade de expressão ou mesmo possibilidade de possuir um emprego regular.³⁴³ Diante desse cenário, o afastamento compulsório do operarista de Pádua de suas atividades políticas será vivido em termos mais dramáticos.

No período que envolve sua prisão e exílio, os escritos de Negri, em certo sentido, deixaram de se pautar estritamente nas necessidades da luta de classes – ou, no mínimo, deixaram de ser feitos “sob encomenda” do movimento operário, como acontecia anteriormente. No início dos anos oitenta, era outra questão que se lhe apresentava de maneira inelutável. “A situação em que eu me encontrava era realmente desesperadora”, recorda nosso autor referindo-se ao contexto que o levou à escrita de seu livro sobre Jó. “Já estava há um bom tempo trancado, unicamente por razões políticas, em uma prisão de segurança máxima; realmente não via como encontrar uma saída”.³⁴⁴ Sua derrota pessoal, e a consciência de que era impossível defender-se de um poder absoluto, o do Estado repressor, é vista como um exemplo da derrota de toda uma geração, de todo um movimento contestatório que não fora capaz de superar o domínio do

³⁴³ “Anos de inverno” é uma expressão usada por Guattari para se referir à primeira metade dos anos oitenta. Na introdução ao livro homônimo, revela o intelectual e militante francês: “sou daqueles que viveram os anos sessenta como uma primavera que prometia ser interminável; por isso tenho alguma dificuldade para me acostumar com esse longo inverno dos anos oitenta!”. GUATTARI. *Les années d'hiver. Op. cit.*, Introduction, p. 31. A postura do governo de François Mitterrand de não extradição dos refugiados políticos italianos ficara conhecida como “Doutrina Mitterrand”. Para esse tema, ver GERVASONI. “La gauche italienne, les socialistes français et les origines de la ‘doctrine Mitterrand’” In: LAZAR; MATARD-BONUCCI (Orgs.), *L'Italie des années de plomb. Op. cit.*, Partie IV, pp. 323-37.

³⁴⁴ NEGRI. *Jó*. Rio de Janeiro: Record, 2007, Prefácio à nova edição, p. 7, doravante *JO*. Sobre esse assunto, Negri escreve do cárcere a Guattari: “Presenciei uma sucessão de atrocidades na prisão. Que tipo de mundo é este? Toda a história é pesada e absurda. O drama da prisão está se desenrolando depressa com o processo judicial. As acusações foram apresentadas pelo promotor público. Nada mudou no que diz respeito à substância das acusações que têm pairado sobre mim há dois anos. A base das acusações é fraca, mas seu objetivo é ameaçador. Elas são claramente animadas pela vontade de destruição. Esse julgamento é parte integrante de uma estratégia política abrangente de repressão estatal. A acusação tem sido elaborada nesses termos. É por isso que não se trata de um simples caso de acusação judicial, mas de um teste público por meio do qual o Estado está buscando uma legitimação autoritária de suas políticas. Você entende muito bem o quão difícil, talvez impossível e em todo caso ineficaz, é lutar contra essa sobredeterminação. Pessoalmente, estou muito cansado”. NEGRI. “Letter from Toni Negri to Félix Guattari, after the events of the Trani Prison Revolt” In: *Revolution Retrieved. Op. cit.*, p. 259.

capital. “Não, na verdade não há palavras de esperança”, lamenta Negri agora na ocasião de seu retorno à prisão, em 97.

Dentro dessas transformações que vivemos não existe a possibilidade de imaginar um novo sol que nasce no horizonte [...]. Quando faltam palavras de esperança, o tempo acelera e surge um desconforto da vida e da civilização naqueles momentos em que a relação entre o presente e o futuro se apresenta como um abismo. Quem ainda teria a coragem de lançar pontes sobre o abismo? Quem terá o desejo de preencher esse vazio que está diante de nós? A quem caberá a potência de se insurgir contra esse fechamento que sufoca? Estou convencido de que a passagem que vivemos [...] e o desconforto que sofremos cobre um rasgo histórico que, considerado em si, provoca apenas vertigem. Dói. Dói muito.³⁴⁵

Mas, mesmo perante a dor abissal da derrota e do esmagamento sob a repressão estatal, a resistência ainda figurava no horizonte teórico e militante de nosso autor. Malgrado o abismo da desesperança, era necessário “não mergulhar intelectualmente na dor e na miséria da prisão” e, ao mesmo tempo, “desenvolver uma leitura adequada da repressão que permitisse, justamente, resistir e interpretar a própria derrota política como crítica do poder”. O primeiro esforço de Negri nesse sentido, foi uma reflexão sobre o sofrimento, tema presente não só em seu livro sobre Jó, mas também naquele sobre o poeta romântico italiano Giacomo Leopardi.³⁴⁶

Doutra parte, se a experiência do afastamento da prática política causado pela prisão é descrita em termos de dor e de sofrimento, aquela causada pelo exílio é retratada em termos de solidão e de impotência

Após as lutas de 1995 [...] que haviam dado início a uma formidável iniciativa e pelas quais havíamos começado a compreender o que poderia ser uma nova construção do espaço público – a construção da democracia absoluta – houve uma espécie de recaída que traduzia a insuficiência de nossos meios de intervenção, de nossa *práxis*. Podíamos analisar as lutas de 95 e compreendê-las em sua finalidade implícita, mas éramos de todo incapazes de trabalhar politicamente em cima delas. Foi aí que nasceu minha nova solidão: nessa impotência de agir praticamente. Quando redescobrimos esses grandes fenômenos, essas estranhas renovações da Comuna de Paris que a história produz a cada trinta ou cinquenta anos, é de todo essencial retomar a ação política. Foi desse ponto de vista que, quando me era unicamente possível continuar um trabalho

³⁴⁵ *Ex*, Prefácio à edição brasileira, p. 13.

³⁴⁶ *JO*, Prefácio à nova edição, p. 7. Sobre o tema da derrota em Negri, cf. *NEL*, Annexe II. Para o trabalho de Negri sobre Leopardi, cf. *NEGRI. Lenta ginestra*. Milano: Mimesis, 2015. Nessa mesma época, as reflexões de Negri se debruçaram também sobre a ontologia e especialmente sobre a filosofia de Espinosa. Tal mergulho na ontologia permitiu ao filósofo e militante italiano retomar o seu marxismo dos anos sessenta e setenta em termos renovados. A ontologia de Negri, e sua produção teórica dos anos oitenta de modo mais geral, ultrapassa em muito os objetivos de nosso trabalho. Sobre esse tema, remetemos a MURPHY. *Antonio Negri. Op. cit.*, cap. 5 e MONTEFUSCO; SERSANTE. *Dall'operaio sociale alla moltitudine*. Roma: DeriveApprodi, 2016. Para o Espinosa de Negri, cf. *S*.

sociológico, essa experiência que realizamos juntos me pareceu uma solidão.³⁴⁷

Diante da solidão e da impotência política, portanto, restava a sociologia.³⁴⁸ Todavia, nem por isso devemos baixar sobre os trabalhos sociológicos realizados por Negri uma leitura triste, de mera decorrência da impotência política, e, portanto, de completo desvio em relação à sua trajetória intelectual anterior. Não nos esqueçamos que as pesquisas sociológicas, “anarcossociológicas”, marcadas principalmente pela figura de Alquati, foram de fundamental importância para o desenvolvimento das teoria e prática operaristas. Além disso, esse tipo de trabalho jamais deixou de ser valorizado por Negri, que o empreendeu em Porto Marghera e que não deixou de reivindicá-lo mesmo em seus escritos mais recentes.³⁴⁹ Acreditamos, pelo contrário, que bem como no caso da emigração de 1977 e a escrita de *Marx oltre Marx*, o exílio iniciado em 1983 permitiu ao nosso autor reorganizar algumas de suas ideias sobre as transformações na história do desenvolvimento capitalista e no desenvolvimento da luta de classes a partir de uma investigação empírica que provavelmente não teria sido feita por ele em outra ocasião. A partir dessa reorganização, o conceito de trabalho imaterial será construído e uma nova reflexão sobre a produção capitalista será articulada. Assim, nosso autor poderá responder a algumas críticas que haviam sido dirigidas aos seus escritos dos anos setenta e, ao mesmo tempo, suscitar outras novas no interior de um debate mundial a respeito de nosso presente. Passemos então ao comentário do último segmento do itinerário militante e intelectual que leva à construção do conceito de trabalho imaterial, com a reestruturação capitalista dos anos setenta e oitenta, e, enfim,

³⁴⁷ *Ex*, p. 22, modificada. Para o exame negriano das lutas de 1995, cf. “Un nuovo pubblico” *In*: NEGRI. *L'inverno è finito*. Roma: Caltelvecchi, 1996, pp. 8-22, doravante *IF*.

³⁴⁸ Pode-se dizer que há ainda uma razão material de inquestionável importância para a prática da pesquisa sociológica por Negri na França. Como dissemos, as condições do exílio de nosso autor foram precárias. Por essa razão, era preciso não só superar a dor e a solidão existenciais de uma derrota e da posterior impotência política como também, para nos valermos de uma expressão popular, pôr comida na mesa. No início de seu exílio, o suporte financeiro dado a Negri por companheiros franceses foi primordial – ao relembrar essa época, o filósofo e militante italiano declara que “de 1983 a 1987, eu me chamava Antoine Guattari. Era ele que pagava tudo. Mudei-me da Place d'Italie para o Boulevard Pasteur, depois para a rua Monsieur-le-Prince para apartamentos que Guattari conseguia: ‘Félix realmente me assistiu como um irmão. Ele me ajudava por toda a parte’”. NEGRI *In*: DOSSE. *Gilles Deleuze & Félix Guattari, Op. cit.*, cap. 16, pp. 247. Mas, no decorrer de sua permanência na França, mesmo com uma condição jurídica ambígua, nosso autor pôde realizar alguns trabalhos de pesquisa e de docência em Universidades (como por exemplo a Paris VIII, que nessa época já havia se mudado para Saint-Denis) e em alguns órgãos governamentais, para os quais o desenvolvimento de algumas pesquisas sociológicas permitiram-lhe sustentar-se financeiramente.

³⁴⁹ “Como nos aproximávamos dos problemas e dos militantes na fábrica?”, refere-se Negri à época de sua prope-dêutica à luta de classes em Porto Marghera. “Através da *enquete*. Sobre esses temas e sobre esses métodos se torna cada vez mais importante a influência dos companheiros dos *Quaderni Rossi*. [...] O trabalho dos companheiros feito em torno do primeiro número dos *Quaderni* foi comunicado em tempo real. E assim a configuração da *enquete* operária em termos de copesquisa”. *IO*, p. 142. Ao comentar sobre a metodologia usada em *Empire*, nosso autor afirma que “podemos retomar o discurso também de outro ponto de vista, isto é, daquele da velha tradição operarista copesquisa como forma exemplar de método [...]. Nesta perspectiva nos perguntamos: qual é a copesquisa que *hoje* se pode fazer no pós-moderno, dentro da total transformação dos horizontes do trabalho e da organização social?”. *CL*, Lição 5, pp. 227-8, modificada.

da construção propriamente dita desse conceito, a partir das pesquisas sociológicas realizadas por Negri na última metade de seu exílio na França.

Tudo começou com uma revolução

Como fizemos no fim da última seção, retornemos – uma última vez – ao panorama dos anos sessenta e setenta para retomar a ligação entre a produção negriana daqueles anos “gloriosos” e os trabalhos sociológicos que o levarão à construção do conceito de trabalho imaterial. Na introdução de *La forma-Stato*, à semelhança de diversos outros pensadores políticos do último século, como Deleuze, Foucault e Guattari, Negri estabelece o ano de 1968 – na medida em que ele condensa os desejos e aspirações de toda uma geração, que ele (também) simboliza o ciclo de lutas dos anos sessenta e setenta – como um divisor de águas em sua reflexão filosófica.³⁵⁰ Sabemos que a produção acadêmica do operarista de Pádua havia praticamente cessado a partir de 1962. Devido à sua crescente participação nas lutas políticas do operariado italiano, a escrita de Negri foi reduzida até 1967 a alguns panfletos políticos direcionados aos operários e a algumas resenhas, artigos e verbetes enciclopédicos direcionados ao mundo acadêmico. Esses escritos – mesmo pouco numerosos e tidos como de baixa relevância perante a trajetória intelectual de nosso autor quando considerada de modo abrangente – são ainda marcados pela preponderante atenção ao Estado e ao capital. Porém, a partir de 68, ano que marca não só o fim da propedêutica à luta de classes de Negri como também o fim a qualquer propedêutica, seja ela prática ou teórica, nada disso será mais possível.³⁵¹ Assim, as proposições metodológicas enunciadas nas experiências dos *Quaderni Rossi* e de *Classe Operaia* deverão ser adotadas inexoravelmente, resultando num reposicionamento do pensamento negriano. “*Da crítica da valorização capitalista à ciência da autovalorização operária*”, diz-nos o autor, “este é o caminho que nos é lícito”.³⁵²

Tal deslocamento, o sabemos, só pode se apoiar nas variações, mutações, ou mesmo revoluções da realidade efetiva, bem como na participação dos sujeitos nesse desenvolvimento.

³⁵⁰ Cf. *CGFE*, p. 18 e ss. Se em sua colaboração com Hardt é a Guerra do Vietnã o evento escolhido para simbolizar o ciclo internacional de lutas dos anos 60 e 70, o marco inicialmente escolhido por Negri para simbolizá-lo, frequentemente de um ponto de vista nacional ou europeu, foi o ano de 1968. Recurso parecido já havia sido usado quanto aos ciclos de luta anteriores, como no caso do ano de 1848, usado para simbolizar o ciclo de lutas pela jornada normal de trabalho, que se estendeu por cerca de 30 anos, ou 1917, para fazê-lo em relação ao ciclo de lutas das primeiras décadas do último século. Nesse sentido, o esquema da história da classe operária feito por Negri contaria, somado aos anos do 1848, 1871, 1917, com o ano de 1968.

³⁵¹ Cf. *PrC*, *A class-struggle propaedeutics*, p. 57 e *supra*. Parte dos escritos negrianos redigidos no período de sua propedêutica à luta de classes, cuja exceção sobre a baixa importância diante da obra negriana posterior cabe mais uma vez a *Il lavoro nella Costituzione*, podem ser conferidos em *FE*, Segunda parte.

³⁵² *CGFE*, p. 25.

A constituição de um novo quadro teórico, para insistirmos no vocabulário do exame negriano dos *Grundrisse* de Marx, é uma exigência da transformação do “estado de coisas atual”. É nesse sentido que Negri assinala que “os anos que confluem em 1968 permitem o passo prático a um nível teórico mais alto”.³⁵³ A partir de então, os levantes operários italianos se acumularão com diversas outras sublevações ao redor do globo, formando um mesmo ciclo internacional de lutas que provocará a constituição de um novo paradigma histórico, com a elevação da ameaça operária a um novo patamar e com a reação do sistema capitalista que a ela se seguiu.³⁵⁴ Como dizem Negri e Hardt sobre a modernidade, “tudo começou com uma revolução”. Mas semelhante postulado não se limita aos primórdios da modernidade histórica e filosófica. Ele mantém sua validade também para a passagem à nossa história contemporânea da luta de classes: “[uma] nova época se inicia nos anos que se seguiram a 1968”, ou melhor, à “revolução de 1968”, dizem Negri. Nesses anos, “a besta fera do trabalho vivo”, da classe operária que subia mais uma vez ao palco para atacar os espectadores e assaltar o céu, “esmagou qualquer limite disciplinar”.³⁵⁵

Da decomposição à recomposição: reestruturação capitalista na Itália

Adiantamos no fim do último capítulo que, de acordo com Negri, o ciclo de lutas dos anos sessenta e setenta, a “revolução de 68”, ou ainda a criação dos “muitos Vietnãs”, com todas as suas vicissitudes, revelou novas necessidades e desejos, novos comportamentos e subjetividades, e enfim, uma nova composição política de classe que já não se assemelhava àquela examinada nos primórdios do operarismo, que se distanciava daquela expressada pelo operário massa.³⁵⁶ Compreender o que havia se tornado a classe operária a partir desse ciclo de lutas, então, tornou-se mister.

A primeira aproximação de nosso autor nesse sentido é feita em *Proletari e Stato*. Nesse ensaio de 1976, porém, as observações de Negri sobre as alterações na composição de classe partem não de uma perspectiva global (âmbito em que se encontrava a nossa exposição após a

³⁵³ CGFE, p. 19. Cf. também *supra*.

³⁵⁴ Tentamos descrever essa história a partir das lutas operárias de Porto Marghera, no contexto italiano, e da criação dos “muitos Vietnãs”, em contexto global. Para a consolidação da narrativa negriana sobre ela, cf. *NEL*, caps. 2-3, *FS*, caps. 2-5, e *E*, caps. 3.2-3.3.

³⁵⁵ Cf. *E*, cap. 2.1, p. 70, *ICTS*, Thesis 4, pp. 77, 75 e *LD*, cap. 7, p. 273. Notemos também que, com Guattari, Negri intitula o segundo capítulo de seu livro conjunto de “a revolução começou em 68”. Cf. *NEL*, cap. 2. Sobre esse tema, Eco é ainda mais radical, reempregando o calendário jacobino utilizado após a Revolução Francesa de 1789 e, assim transformando 1968 no ano 1 e 1977 no ao 9. Cf. *ECO. Sette anni di desiderio*. Milano: Bompiani, 1985.

³⁵⁶ Cf. mais uma vez, *OMOS*, cap. 5, pp. 92-3, e *supra*. Ver também *AP*, *FS*, cap. 3, e *E*, cap. 3.3, p. 276.

realização do “salto temporal” que nos levou dos escritos negrianos da década de setenta para aqueles dos anos noventa), mas ainda da específica conjuntura italiana. Nela, duma parte, as lutas do *biennio rosso* se arrastavam ao longo dos anos setenta, conquistando graus cada vez maiores de autonomia, mas, doutra, o Estado, compreendido como representante do capital coletivo, iniciava seu projeto de reestruturação diante da crise causada pela ameaça da classe operária, tentando reduzi-la mais uma vez a mera força de trabalho. Assim, não serão apenas a luta dos trabalhadores e a sua chamada autovalorização que Negri considerará em sua nova compreensão da classe operária, mas também a reestruturação capitalista e sua ação sobre ela: o “ponto de partida para uma investigação marxista atual”, assinala nosso autor aos moldes do que havia feito Panzieri nos anos cinquenta, é “compreender o que seja hoje a classe operária diante e no interior dessa reestruturação”.³⁵⁷

Para cumprir essa tarefa, uma hipótese é lançada de chofre: “ante as imponentes modificações provocadas – ou em via de serem determinadas – pela reestruturação, o corpo da classe operária se distende e se articula em corpo de classe social, em proletariado”.³⁵⁸ Tendo em vista a recuperação do controle sobre a força de trabalho, o capital buscou, por meio da reestruturação da produção, desarticular aquela coesão política característica ao operário massa. Sua finalidade, diz-nos Negri, era a de “destruir a imagem – construída pela luta do operário massa – da identidade e da generalidade do específico interesse operário”.³⁵⁹ Tratava-se, portanto, de dividir a classe operária, e uma série de mecanismos concernentes tanto ao ambiente produtivo, em sentido estrito, quanto à esfera estatal foi usada para tanto. Assim como na reação ao ciclo de lutas do operário profissional, esses expedientes visavam sobretudo a força de trabalho. Atendendone especificamente às estratégias utilizadas pelo capital no plano especificamente produtivo, de maior interesse para nossa exposição, pode-se dizer, em termos bastante gerais, que por meio da automação – e a consequente demissão massiva de operários – os trabalhadores foram divididos entre garantidos (empregados) e não-garantidos (desempregados) e que com a descentralização – isto é, com a terceirização da produção para fábricas de pequeno e médio porte – eles foram separados entre operários das grandes fábricas (possuidores de maior estabilidade salarial e empregatícia, além de maior organização política) e operários das pequenas fábricas, por exemplo.

³⁵⁷ *PSLR*, Tesi 1, p. 145.

³⁵⁸ *Loc. cit.*

³⁵⁹ *Ibid.*, Tesi 6, p. 162. Lembremos que Tronti afirmava ser possível “descobrir a olho nu em todo lugar que se concentra historicamente uma massa social de força de trabalho industrial as mesmas atitudes coletivas, as mesmas escolhas práticas fundamentais, um mesmo tipo de crescimento político”. Cf. “Lenin in Inghilterra” *In: Operai e capitale. Op. cit.*, pp. 88-9 e *supra*.

Entretanto, Negri sustenta que a intervenção capitalista na composição técnica da força de trabalho não foi capaz de “estancar a sangria” (como diriam nossos próprios representantes do capital coletivo) causada pelo ciclo de lutas dos anos sessenta e setenta. “Longe de superar a crise”, ele nos diz, a reestruturação “a distende e expande sua sombra para toda a sociedade”. O argumento do filósofo e militante italiano é que o traço negativo da reação capitalista à luta do operário massa é transmutado positivamente em luta e insubordinação crescentes, tornando-se a base para uma nova composição da classe operária.³⁶⁰ Assim, por exemplo,

a *cassa integrazione* ensina ao operário a identidade de seu interesse com o do desocupado; a descentralização mostra ao operário da grande fábrica a identidade de seu interesse imediato e aquele do operário da pequena fábrica; a terciarização produtiva mostra ao operador do terciário que sua condição é diretamente proletarizada, do ponto de vista da colocação do processo produtivo e no sistema salarial; a exclusão de vários estratos da produção, a marginalização escolar etc. mostram a presença de uma única lei de exploração sobre todo o processo de planificação (produtiva e/ou excludente) da sociedade capitalista; as divisões por sexo, por idade, por raça mostram às mulheres, aos jovens e a todas as minorias a malévola perspectiva do projeto capitalista de divisão e da organização da sociedade e incitam a uma rebelião que só encontra na unidade de todo o proletário explorado a sua base material.³⁶¹

Nesse sentido, nosso autor afirma que embora a categoria “classe operária” tenha sido posta em crise pela reestruturação capitalista, ela “continua a produzir todos os efeitos que lhe são próprios [em suma, o antagonismo em relação ao capital] sobre o terreno social inteiro, como proletariado”. Desse modo, ele prossegue, “depois que o proletariado *foi feito* operário, agora o processo se inverte: o operário *se faz* operário terciário, operário social, operário proletário, proletário”, de modo que “dissolver o conceito segundo-internacionalista de classe operária é responder à necessidade da teoria – isto é, identificar as características próprias de um sujeito que resulta do combinado disposto da luta operária e da reestruturação capitalista neste período histórico”.³⁶²

Essa hipótese, aqui exposta de forma brevíssima, será trabalhada por Negri não só no decorrer de *Proletari e Stato*, mas também em seus outros escritos ditos políticos dos anos setenta, como *Per la critica della costituzione materiale* e *Il dominio e il sabotaggio*, ambos de

³⁶⁰ PSLR, Tesi 1, p. 145.

³⁶¹ *Ibid.*, Tesi 6, pp. 163-4. A *cassa integrazione guadagni* (CIG) consiste num préstimo financeiro concedido aos trabalhadores afastados, demitidos, ou de jornada reduzida. Assemelha-se, a depender do caso, ao nosso Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou ao nosso Seguro Desemprego.

³⁶² *Ibid.*, Tesi 1, p. 145, grifos nossos. O termo “operário social” que aqui aparece pela primeira vez nas considerações de Negri, foi cunhado originalmente por Alquati para fazer referência ao novo extrato de trabalhadores intelectuais proletarizados e massificados. Para esse tema, cf. ALQUATI. “Ulteriori note sull’università e il territorio” In: ALQUATI; NEGRI; SORMANO. *Università di ceto medio e proletariato intellettuale*. Torino: Stampatori, 1978, pp. 9-206 e WRIGHT. *Storming heaven*. Op. cit., cap. 7, p. 163.

1977, quando os eventos da cidade de Bolonha são lidos por nosso autor como uma confirmação de suas conjecturas teóricas.³⁶³ Contudo, não nos aprofundaremos adiante sobre o desenvolvimento dessa hipótese. Como nos leva a crer a continuidade dos debates sobre o tema do operário social nos anos setenta, tal esforço seria plenamente dispensável. Explicamos.

A ideia da constituição de uma nova composição de classe foi recebida com diversas críticas no interior dos círculos operaristas. Alquati advertiu contra o perigo de construir uma ideologia em torno de uma figura de classe que ainda precisava surgir como um sujeito político maduro, não obstante o operário social fosse para ele “um nome e uma ideia sugestiva”.³⁶⁴ Crítica semelhante foi feita de modo mais incisivo por Bologna, para quem Negri teria buscado equivocadamente “arquivar o passado”, isto é, o desenvolvimento imediatamente anterior da luta de classes na Itália bem como o debate operarista em torno dela, ao pretender “partir do ano zero” e “refundar a teoria”. Além disso, enquanto o nosso autor recolhe algumas tendências no interior do movimento e da luta dos trabalhadores para defender a hipótese de sua unificação no âmbito social, o historiador operarista afirma haver igualmente outras tendências que indicariam uma realidade contrária, qual seja, a da cisão política cada vez maior dos operários no interior das fábricas. Nesse sentido, assinala Bologna, as explicações negrianas sobre a formação de uma composição de classe renovada não convencem, de modo que o operário social mais parece uma invenção categorial que uma realidade (ainda que tendencialmente) efetiva.³⁶⁵ Por fim, a categoria de operário social foi questionada também por Alberto Battaglia, que, numa leitura comparativa entre a gênese histórico-política do operário massa e do operário social, defende não haver “homogeneidade material que sustente internamente a nova composição de classe assim como parece ser formulada”. Para o autor, não se verifica na categoria de operário social uma coesão quanto a sua relação técnica com o ambiente produtivo (pois trata-se de diversas categorias, como a dos operários intelectuais, dos estudantes, das mulheres, dos trabalhadores do setor terciário, etc.) e tampouco uma unidade dos objetivos políticos imediatos (como a recusa do trabalho fabril do operário massa). É claro, prossegue Battaglia, poder-se-ia argumentar, como faz Negri, que o capital subsumiu ao seu comando não só o trabalho fabril como o trabalho *tout court*, e daí derivar uma homogeneidade compacta do operário social tanto em relação às condições de exploração quanto ao conteúdo político. No entanto, semelhante

³⁶³ “Depois de 77 não há mais ninguém que possa falar seriamente de composição de classe sem considerar o proletário difuso e o novo mundo das necessidades como elemento fundamental da luta de classes. Quem fala em termos antigos, depois de 77, está morto. [...] O 77 muda a fase”. *OMOS*, cap. 8, pp. 135-6.

³⁶⁴ ALQUATI. “Ulteriori note sull’università e il territorio” In: ALQUATI; NEGRI; SORMANO. *Università di ceto medio e proletariato intellettuale*. Op. cit., cap. 2.7.

³⁶⁵ BOLOGNA “Proletari e Stato” di Antonio Negri. *Primo Maggio*, v. 7, pp. 25-8, esp. p. 27.

operação seria meramente analógica e teria valor heurístico limitado. Portanto, observa o colaborador da revista *Primo Maggio*, se os conflitos de classe “tenderem a se desenvolver nos próximos anos em uma forma mais ‘social’, difusa, policêntrica, concentrada sobre objetivos imediatos autônomos, guiada por várias frações do proletariado em luta”, como indica a hipótese negriana do operário social, “será útil, ao menos, introduzir categorias que se diferenciem daquelas utilizadas anteriormente e então evitar o entrelaçamento (e a confusão) entre determinações linguísticas pertencentes a fases distintas da relação de capital”.³⁶⁶

Além disso, não foi somente a fortuna crítica que apontou problemas e limitações na hipótese do operário social. Isso foi feito pelo próprio Negri apenas alguns anos depois da publicação de *Proletari e Stato* e dos *libri del rogo* que o sucederam. Numa entrevista concedida em 1979, nosso autor confessa o “atraso” de seu discurso teórico dos anos anteriores. Primeiro, ele nos diz, “ainda não pudemos dar uma definição inteiramente social dos comportamentos capitalistas e dos comportamentos operários, ou seja, não pudemos definir em termos completamente sociais os processos de valorização”. Segundo, “fomos incapazes de passar do terreno da crítica da economia política à crítica da política e, portanto, de conceber as passagens que hoje documentamos [...] sobre o terreno qualificado da existência política das duas classes em luta”. Enfim, especificamente quanto à nova composição de classe, “não pudemos traduzir a determinação pessoal, individual dos comportamentos na dimensão da elaboração de políticas”. Desse modo, ajuíza o filósofo e militante italiano, era preciso ainda aprofundar “a crítica da economia política, investindo sobre os problemas da socialização no nível da definição das categorias e, em particular, dos antagonismos fundamentais”; realizar “uma crítica da política capaz de identificar formas políticas, isto é, formas gerais de expressão desses antagonismos, seus dois lados”; e, enfim, mais uma vez quanto à determinação do operário social em específico, “ligar a intensidade determinada do pessoal, do individual, da historicidade concreta da existência a este projeto crítico e subversivo”. É então um programa teórico e militante de pesquisa que Negri formula em *Dall’operaio massa all’operaio sociale*. Nas palavras do autor:

Até aqui formulamos aproximações teóricas que correspondem apenas formal e minimamente, certamente não material e adequadamente, à espessa realidade desse processo [de reestruturação capitalista e transformação da composição política da classe operária]. [...]. Creio que nos próximos meses, nos próximos anos, deveremos trabalhar muito – e evidentemente, como de costume, não será um trabalho que possamos imaginar sob o plano da experiência teórica individual. Será um trabalho que conseguirá encontrar sua dimensão

³⁶⁶ BATTAGLIA. Operaio massa e operaio sociale. *Primo Maggio*, v. 14, pp. 71-7, 1980, esp. pp. 74, 77.

coletiva e, portanto, ser atravessado pela prática, caso contrário será um trabalho que não creio logarmos realizar.³⁶⁷

E, de fato, esse trabalho não será realizado por Negri, ou, ao menos, não o será da maneira como ele havia imaginado. Como sabemos, nosso autor – além de grande parte daqueles militantes e intelectuais envolvidos nas lutas operárias e com os grupos de esquerda extraparlamentar – foi detido pouco tempo depois de conceder a entrevista supracitada, adiando a realização de sua *inchiesta* sobre o desenvolvimento do capital e, principalmente, sobre o desenvolvimento da luta de classes, anunciada desde *Proletari e Stato*, em mais de uma década, até 1989.³⁶⁸

Nesse ano, através do Grupo de Pesquisa e de Análise das Migrações Internacionais da *École Normale Supérieure* da Rue d’Ulm, em Paris, dirigido por Yann Moulier-Boutang, e a pedido do secretariado permanente do Plano Urbano do Ministério do Equipamento, da Habitação, do Ordenamento do Território e dos Transportes da França, Negri realiza uma pesquisa sociológica sobre a transformação do mundo produtivo italiano durante a reestruturação capitalista iniciada imediatamente após o ciclo de lutas dos anos sessenta e setenta. Nessa pesquisa, intitulada *Les PME italiennes, l'exemple Benetton et le nouveau chef d'entreprise en Europe*, nosso autor pretende demonstrar um certo número de teses: primeiro, que “o processo de socialização da produção que recompôs o tecido industrial italiano a partir dos anos setenta foi o produto da grande crise da transformação social que atravessou o país no curso das décadas precedentes”; em seguida, que “a partir dos anos setenta novos modelos industriais emergiram do processo de socialização em curso”, mas que, além disso, “o conjunto dos processos foi, num primeiro momento, controlado pela grande indústria e, então, reorganizado conforme suas regras”; enfim, que, “malgrado as tentativas de restauração [...], essa fase de desenvolvimento permitiu a edificação de figuras originais de sujeitos produtivos no nível social”.³⁶⁹ Ao dedicar-

³⁶⁷ OMOS, cap. 8, pp. 138-9.

³⁶⁸ Para a proposta negriana de enquête operária sobre a nova composição de classe em *Proletari e Stato*, cf. Tesi 13-4. Contudo, não obstante as enquetes realizadas em seu exílio e a escrita de *Fine secolo*, cujo subtítulo da primeira edição italiana – substituído nas edições subsequentes – era “*Un manifesto per l'operaio sociale*”, é possível argumentar que Negri nunca foi capaz de dar uma forma bem-acabada ao conceito de operário social, razão pela qual nos é dispensável o esforço de aprofundarmos o exame da hipótese do operário social nos textos negrianos dos anos setenta. Com efeito, a partir de seu estudo sobre Espinosa, nosso autor abandona paulatinamente tal conceito e, como se atendesse às sugestões dadas por Battaglia, procura determinar o novo sujeito antagonista ao capital reestruturado através de outro conceito, aquele de multidão. Para esse tema, cf. PC, cap. 7.1 e M, cap. 2. Sobre interpretação negriana do conceito de multidão em Espinosa, ver NEGRI. *A anomalia selvagem*. São Paulo: 34, 1993, esp. cap. 8. Enfim, para um comentário do conceito de multidão como “um conceito de classe”, remetemos a SANTIAGO. Um conceito de classe. *Cadernos Espinosanos*, v. 30, pp. 24-48, 2014.

³⁶⁹ NEGRI. “Les PME Italiennes, l'exemple Benetton et le nouveau chef d'entreprise en Europe” In: LAZZARATO et al. *Des entreprises pas comme les autres*. Paris: Publisud, 1993, Première Partie, Préambule, p. 27, doravante BECA.

se a esses temas, além de apontar para um novo desenvolvimento da luta de classes, Negri recria o percurso do desenvolvimento capitalista na Itália, desde a crise causada pelo ciclo de lutas do operário massa até a reestruturação capitalista iniciada na década de setenta e consolidada nos anos oitenta, período em que nosso autor foi compulsoriamente afastado da prática política. Refaçamos, então esse percurso a fim de construir uma ponte entre os desenvolvimentos operaristas dos anos sessenta e setenta e a construção do conceito de trabalho imaterial, na década de noventa.

Segundo a narrativa de *Proletari e Stato*, exposta acima, o capital intentou, por meio da reestruturação da produção, desarticular aquela coesão política que dava forma ao operário massa de modo a recuperar seu controle sobre a força de trabalho. Modelos explicativos mais ou menos próximos a esse podem ser encontrados também nas investigações de diversos outros pensadores italianos, especialmente aqueles vinculados por Negri às escolas institucionalistas ou, ainda, da “formação social do mercado”, com as quais o nosso autor trava maior diálogo em seu estudo de 89 e que são divididas segundo uma vertente dita sociológica (representada principalmente por Arnaldo Bagnasco, na Itália, e por Jean Saglio, na França) e outra dita política (que tem em Sebastiano Brusco, Vittorio Capecchi e outros pensadores parcialmente ligados à Universidade de Modena e às administrações socialistas e comunistas de regiões do Norte e do Centro da Itália seus mais importantes representantes).

De acordo com essas escolas, a reestruturação da produção foi encarada pelo patronato como uma necessidade, visto que a grande estabilidade e os altos salários da força de trabalho impostos pelas lutas operárias que culminaram no *biennio rosso* diminuíram o lucro dos patrões e deslocaram as relações de poder nas fábricas. A principal característica dessa reestruturação poderia ser conferida na descentralização dos processos produtivos, isto é, no deslocamento da produção para uma série de empresas menores, subcontratadas – ou, como diríamos no Brasil, terceirizadas – pelas grandes indústrias. Entretanto, os efeitos da descentralização seriam bastante limitados se a grande massa dessas pequenas e médias empresas (PMEs) subcontratadas não fosse vinculada ao desenvolvimento da chamada “economia informal”, que escapa tanto à regulação fiscal e às regras contratuais previstas nas leis trabalhistas quanto aos bloqueios à mobilidade e às pressões salariais impostas pelos movimentos sindicais e autônomos, ao recorrer a mercados de trabalho não regulamentados, como o das mulheres e das famílias ou o da dupla jornada [*double travail*] (que frequentemente se expressa naquilo que no Brasil é chamado de “bico”). Nesse sentido, observa o institucionalismo, a reestruturação não pretendia repelir apenas a produção em si mesma para o exterior, mas repelir sobretudo a regulamentação sobre a força de trabalho, obtendo com isso a supressão dos encargos fiscais e das obrigações

contratuais, além de uma maior “flexibilidade” da força de trabalho – no que concerne ao seu número, ao seu salário e à sua jornada de trabalho, que poderiam a partir de então ser aumentados ou diminuídos livremente conforme as variações de demanda do mercado – e de novas formas de cooperação produtiva – ligadas às “novas dimensões sociais”, como por exemplo a família e o território.³⁷⁰

Para Negri, não há dúvidas sobre a validade dos fatores elencados pelas escolas institucionalistas para explicar a descentralização da produção: “ela nasce indubitavelmente de necessidades econômicas [...] e então da exigência patronal de conquistar ou, antes, de reconquistar uma maior flexibilidade do trabalho e de combinar as vantagens de uma economia em escala reduzida com o controle acrescido ou reimposto sobre a força de trabalho”. Porém, as necessidades econômicas seriam capazes de responder apenas à parte da questão. Isso porque, segundo o operarista de Pádua, os problemas da grande indústria não se limitavam à esfera econômica, mas se estendiam também e principalmente ao âmbito político. Tratava-se de “um problema de poder sobre a sociedade”, afirma Negri. Era de interesse da grande indústria, ele prossegue, “bloquear aquilo que estava construindo um verdadeiro deslocamento dos poderes na fábrica e na sociedade”, era preciso “reestabelecer o controle sobre a regulação no interior da fábrica depois que dez anos de lutas [...] haviam fissurado, abalado e reestruturado o poder na fábrica”. Ao ignorar esse aspecto fundamental da luta de classes e da crise que ela impôs ao capital, a teoria institucionalista ofereceria um quadro “pura e simplesmente idílico” da descentralização produtiva ocorrida nos anos setenta. Uma explicação mais adequada para esse fenômeno, inversamente, exigia a consideração do *ponto de vista* da classe operária e a recuperação da memória de suas lutas travadas ao longo da década anterior, “determinações absolutamente concretas que constituem o apogeu deste período”, mas que foram completamente esquecidas pelo institucionalismo. Assim, seria possível perceber que “a descentralização industrial não é somente o resultado da vontade da grande indústria. Ela decorre também e sobretudo dos movimentos de setores inteiros da classe operária nas grandes fábricas para *escapar ao sistema fabril*”. Ou seja, é a recusa do trabalho que está no centro da descentralização produtiva dos anos setenta na Itália, de acordo com Negri. Embora iniciativas patronais de descentralização possam ser de fato documentadas, prossegue o nosso autor, elas possuem um valor explicativo para a compreensão da reestruturação capitalista da produção menor que o antagonismo dos trabalhadores, especialmente no que concerne ao primeiro impulso de proliferação das PMEs.³⁷¹

³⁷⁰ BECA, cap. 1, § A, pp. 31-2.

³⁷¹ *Ibid.*, pp. 44-5, grifos nossos. Negri periodiza a reestruturação da produção capitalista na Itália em quatro momentos. O primeiro se inicia em torno dos eventos do *biennio rosso* e se entende até 1974. Nesse período, o

Precisemos, então, o “giro copernicano” que Negri aplica às teorias institucionalistas. Em *Empire*, é afirmado a respeito da reestruturação que “o capital não precisou inventar um novo paradigma [de produção] (ainda que fosse capaz disso) porque *o verdadeiro momento criativo já havia ocorrido*”.³⁷² É nesse mesmo sentido que devemos compreender a insistência do filósofo e militante italiano em estabelecer a recusa do trabalho como o fator basilar da descentralização produtiva: tal recusa não é meramente a ocasião, o motivo que obrigou o patronato a buscar novos modelos de produção; foi a recusa do trabalho ela mesma, ou melhor, foram os próprios operários que recusavam a racionalidade do trabalho fabril os responsáveis pela invenção de modelos de produção alternativos.

Voltemos por um momento às investigações institucionalistas – que, conquanto sejam criticadas por Negri no nível dos conceitos e dos sistemas, são por ele francamente valorizadas quanto à seriedade e exatidão de suas documentações.³⁷³ Segundo o institucionalismo, que recupera e modifica as teorias do duplo mercado de trabalho ou, ainda, da segmentação desse mercado, a força de trabalho empregada nas PME's italianas até os anos setenta se dividia basicamente em três estratos: o primeiro diz respeito aos trabalhadores – e especialmente às trabalhadoras – fordistas da grande indústria que, embora tivessem a garantia salarial de um trabalho formal, possuíam contratos pouco vantajosos, isto é, de baixa remuneração; o segundo concerne aos trabalhadores altamente qualificados das grandes fábricas, que se adaptam pouco a pouco

nosso autor destaca o deslocamento do poder na gestão do processo de produção decorrente das lutas operárias e a tentativa patronal de expelir as tensões causadas pelas lutas para fora da empresa através da descentralização, tentativa que, insiste o nosso autor, não é mais que o “contrafeito da recusa do trabalho (como poder) nas fábricas”. Nesse mesmo período, testemunha-se a mais forte expansão das PME's sobre o território. “É o período em que elas inventam suas próprias estruturas sociais, é o momento entusiasmante de um desenvolvimento novo e irreprimível”. Além disso, diz-nos Negri, “tem-se a impressão que, embora permaneça na fábrica, o dualismo do poder se transfere para o terreno social, opondo assim a grande indústria e as PME's e suas formas do processo de trabalho, da qualidade do trabalho, etc.”. O segundo se estende de 1974 a 1979, caracterizando-se pelo fortalecimento do quadro anterior. Neste período a relação entre a proliferação das PME's e as lutas nas grandes fábricas é mais notável. De acordo com Negri, “o tecido das PME's e a nova cooperação produtiva reforça a luta operária na fábrica. O operário sabe que sair da fábrica não é mais uma catástrofe, mas exatamente o contrário: a possibilidade de desenvolver uma atividade produtiva, possivelmente autônoma”. Nesses dois primeiros períodos, destaca-se o papel da GIC, que “desempenhou seu papel de instrumento efetivo de transferência de recursos econômicos”. O terceiro, localizado entre 1979 e 1985, marca a reversão do quadro presente nos dois períodos anteriores. Há aqui a derrota definitiva da classe operária nas grandes fábricas, a expansão generalizada das novas técnicas informáticas de organização e de comunicação e a redução expressiva do crédito que fomentou a criação das PME's na década anterior. Como consequência, a proliferação das PME's sobre o território cessa e elas começam a ser reconvertidas em meras empresas subcontratadas pelas grandes indústrias. Por fim, a partir de 1985 há a consolidação deste quadro, com a vitória da “redução da descentralização produtiva à subcontratação e à dependência financeira”. Além disso, assevera Negri, “a fábrica difusa não pode mais aparecer como um elemento capaz de promover uma atividade produtiva autônoma, nem de organizar o trabalho que se libera da grande indústria. Mobilidade e flexibilidade do trabalho, processo de inovação, cooperação social expandida voltam a ser elementos da composição do capital”. Tal periodização deverá ficar clara ao longo de nosso texto, interessando-nos sobretudo a divisão entre os períodos de uma nova composição técnica da força de trabalho e sua posterior recomposição ao capital. Para as citações acima, cf. *BECA*, cap. 1, § B, pp. 54-6.

³⁷² *E*, cap. 3.3, p. 276.

³⁷³ Ver *BECA*, cap. 3, § B, p. 113.

às necessidades das PMEs, com graus de participação bastante variados, porém essenciais, com salários superiores àquele da grande indústria e com uma relação personalizada com a organização de trabalho; enfim, há um último estrato que age nos “interstícios” da produção e que é composto basicamente por donas-de-casa e por estudantes. Independentemente do estrato em que estão dispostos, esses trabalhadores cumprem sempre uma dupla jornada de trabalho, sendo a segunda nas PMEs e a primeira na grande indústria, em casa, ou no ensino básico/superior. A descentralização, nesse sentido, refere-se antes de tudo a essa dupla jornada, lugar para onde a recusa do trabalho inicialmente se direcionou, conforme Negri.³⁷⁴

Como compreender, no entanto, essa ideia aparentemente contraditória de que a recusa do trabalho se direciona (ao menos inicialmente) para a realização de uma dupla jornada, de um trabalho em dobro?³⁷⁵ O argumento de Negri, apoiado nas pesquisas realizadas pelos institucionalistas, é de que essa dupla jornada pouco tinha a ver com o trabalho fabril desenvolvido na grande indústria. Ela geralmente se apoiava na família, se orientava para os serviços, e exigia menos capital e mais uma cooperação social produtiva de maior intensidade. Mas o fundamental é que, além disso, uma nova racionalidade produtiva se abria aos operários: uma racionalidade que, contra o princípio moderno da liberdade contratual (que não passa da obrigação moral e jurídica de vender sua própria força de trabalho, diria Polanyi), “inventa seus meios a fim de que o trabalhador possa reapropriar-se de seu trabalho, individual e coletivamente”.³⁷⁶

O mais importante elemento dessa “nova racionalidade” responsável por construir um novo modelo produtivo é a “flexibilidade”. Esse fator já havia sido destacado pelas escolas

³⁷⁴ BECA, cap. 1, § A, p. 35. Para um esforço de síntese sobre as teorias duais do mercado de trabalho, ver SOUZA. Mercado de trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, v. 18, n. 1, pp. 59-69, 1978.

³⁷⁵ Lembremo-nos, porém, que algo desse gênero já havia sido relatado por Alquati em sua pioneira pesquisa na FIAT. Nela, repetimo-lo, foi percebida certa “atitude opositiva” dos jovens operários, notadamente os de nível técnico, que entravam em contato com o ambiente produtivo. Tal atitude manifestava-se tanto em algumas ações “espontâneas” que Negri chamaria de “sabotagem” – que envolviam a “negligência completa” com a produção, a invenção de “bobagens” com o único objetivo de “matar o tempo” etc. – quanto naquilo que os membros da Comissão Interna da fábrica de automóveis chamaram de “carreira frustrada” e (como que por consequência) de “fuga” – que envolvia a saída dos funcionários da FIAT (anteriormente vista como a aspiração final de suas carreiras profissionais) para o trabalho em outras fábricas turinesas (pequenas, médias, grandes) ou, o que mais interessa no desenvolvimento atual de nossa reflexão, para o trabalho autônomo. Assim, talvez não seja inadvertidamente que Negri utilize aqui o termo “fuga” do trabalho tão ou mais frequentemente que “recusa” do trabalho, como é mais comum em seus demais escritos. Além disso, o nosso autor reúne os dois tipos de “atitude opositiva” constatados por Alquati (e outros não comentados pelo operarista de Cremona em suas copesquisas), vinculando-os à recusa do trabalho: “sabotagem industrial, lutas sindicais, lutas autônomas, absenteísmo sistemático, e então, naturalmente, o desejo de promoção social, de valorizar sua própria habilidade profissional, e todas as energias vitais que impelem ao enriquecimento, alimentam essa *fuga do trabalho assalariado* – que caracterizou o operário das grandes fábricas durante esses anos [sessenta]” e que os levou “primeiro ao trabalho duplo, e então ao trabalho informal [*travail noir*] e, em seguida, ao trabalho descentralizado e à iniciativa empresarial”. BECA, § B, pp. 45-6, grifos nossos. Sobre o relatório de Alquati, remetemos novamente a “Relazione sulle ‘forze nuove’” In: *Sulla FIAT. Op. cit.*, pp. 36-41 e *supra*. Para a noção negriana de sabotagem, cf. DSLR, Parte Seconda.

³⁷⁶ BECA, p. 46. Para as investigações de Polanyi, cf. POLANYI. *A grande transformação*. Lisboa: Edições 70, 2015.

institucionalistas, para as quais a flexibilidade no tempo e a mobilidade no espaço da nova força de trabalho, especialmente no que diz respeito ao estrato composto pelos estudantes e pelas donas-de-casa, que atua nos interstícios da produção, constituíam, ante a fixidez da jornada e a estabilidade nos postos de trabalho dos operários da grande indústria, fatores centrais para o sucesso produtivo das PMEs no período entre meados da década de setenta e meados da década de oitenta.³⁷⁷ Contudo, antes de ser um elemento de rentabilidade para o capital, diz-nos Negri, a organização flexível do trabalho era uma escolha dos trabalhadores, que com isso punham em questão “toda a jornada de trabalho [industrial], seus ritmos e seus cortes”. Nesse sentido, a flexibilidade, sua valorização pelos operários, expressaria uma primeira manifestação positiva da recusa do trabalho: “a recusa do trabalho industrial, do trabalho comandado”, diz-nos o filósofo e militante italiano, “orienta-se na direção dessa primeira transformação, rumo a um enriquecimento de seu próprio conceito”, ou seja, para retomarmos o vocabulário de *Marx oltre Marx*, há um deslocamento da recusa do trabalho que parte de sua “atitude opositiva”, dada em termos negativos, rumo a uma constituição positiva de valorização e, principalmente, de criação de novas formas de trabalhar e de produzir.³⁷⁸

Do mesmo modo, outros elementos destacados pelo institucionalismo na organização produtiva das PMEs são lidos por Negri a partir da chave da recusa do trabalho. Sumariamente, a socialização do trabalho e a valorização da cooperação familiar e social – relacionadas pelo institucionalismo sociológico a tradições artesãs e camponesas que remontariam ao fim do Renascimento – são contrapostas por nosso autor à cooperação organizada verticalmente pelo capitalista nas linhas de montagem, enquanto a “incrível” e “ingênua” abertura à inovação tecnológica – relegada por aquela escola a certo espontaneísmo dos empreendedores – é contraposta por ele ao trabalho manual, repetitivo e fatigante das fábricas. “Recusa do trabalho fabril, autovalorização do trabalho e da cooperação social produtiva, busca de inovação e abertura às novas tecnologias”, assinala o nosso autor, “são elementos que sempre andam juntos o que quer que aconteça”, quando se trata da dupla jornada de trabalho no período germinal de proliferação das PMEs. Desse modo, semelhante trabalho adicional surgiria não como uma espécie de autoexploração dos trabalhadores ou uma mera duplicação do trabalho recusado na fábrica, mesmo

³⁷⁷ BECA, cap. 1, § A, pp. 35-6.

³⁷⁸ *Ibid.*, § B, pp. 46-7. Em sua pesquisa sobre o Sentier parisiense, Negri afirma, referindo-se ao contexto italiano: “A combatividade, levada ao seu nível mais alto – o da recusa do trabalho – produz neste caso uma verdadeira alternativa produtiva. A recusa do trabalho se torna autovalorização: milhares de operários, descontentes com o taylorismo, começam a agir sobre o terreno da cooperação social e organizam novas experiências de produção. LAZZARATO; NEGRI; SANTILLI. “Le Sentier” In: LAZZARATO *et al.* *Des entreprises pas comme les autres. Op. cit.*, Deuxième Partie, cap. 5, p. 220, doravante SECA. Esse deslocamento já havia sido abordado por nós a partir de *Empire*, onde ele recebe o nome nietzschiano de “transvalorização de valores”. Cf. *E*, cap. 3.3, p. 274 e *supra*.

quando a quantidade de horas trabalhadas aumenta substancialmente, defende Negri. Inversamente, ao criar uma nova racionalidade que permite a reapropriação do trabalho, a dupla jornada surge como “um ato de liberdade”.³⁷⁹

Contudo, um primeiro problema se apresenta a semelhante tentativa operária de liberação do trabalho industrial. Com efeito, a dupla jornada não pode deixar sua posição marginal, de mero “bico”, e tornar-se a principal atividade laboral dos operários fabris sem que os meios financeiros e organizacionais necessários para o desenvolvimento da produção descentralizada sejam obtidos. Aqui, especialmente entre 1974 e 1979, a CIG desempenha um papel fundamental como mecanismo de transferência de renda para os operários. Ao lado da poupança familiar, em torno da qual primeiramente se organizou a resistência dos trabalhadores industriais submetidos às variações do mercado de trabalho, o suporte da seguridade social foi o meio primordial de financiamento para a transformação do segundo trabalho, do trabalho autônomo, numa iniciativa empresarial. De acordo com Negri, isso se torna possível graças ao excepcional clima cultural italiano, isto é, ao clima de lutas operárias que se estendeu por praticamente toda a década de setenta. Diferentemente de outros países europeus, onde os dispositivos de assistência aos trabalhadores desempregados teriam sido vistos como instrumentos de repressão, na medida em que eram ligados ao desemprego forçado, no *bel paese* eles foram compreendidos como elementos que aumentavam as possibilidades de poder operário estabelecidas pelo Estatuto dos trabalhadores.³⁸⁰ Dessa perspectiva, diz-nos Negri, a CIG “garantia autonomia financeira – limitada, mas real – a quem desejava fazer do segundo trabalho uma atividade plena e completa, e iniciar uma atividade empresarial”.³⁸¹

Outro elemento que permitiu o desenvolvimento de atividades que escapavam ao trabalho fabril, a expansão da busca de um estatuto de autonomia produtiva, em suma, o aumento da descentralização operária da produção, dizia respeito a diversas iniciativas comunitárias. Iniciativas desse gênero já haviam sido abordadas pelo institucionalismo político. Segundo as investigações dessa escola, realizadas principalmente em regiões governadas pelo PCI e pelo PSI na Emília-Romanha e na Toscana, houve no pós-guerra uma escolha dos dirigentes locais de se estabelecer politicamente por meio da atividade empresarial. Consequentemente, esse tipo de

³⁷⁹ BECA, cap. 1, § B, pp. 46-7. Essa posição não será compartilhada por Lazzarato, que identifica a segunda jornada a uma auto-exploração operária. Sobre esse tema, ver LAZZARATO. “Estratégias do empreendedor político” In: LAZZARATO; NEGRI. *Trabalho imaterial. Op. cit.*, cap. 3, p. 58. Para o institucionalismo sociológico a que Negri se contrapõe cf. BAGNASCO. *Le tre Italie*. Bologna: Il Mulino, 1977.

³⁸⁰ O Estatuto dos trabalhadores consistia na lei nº 300 de 20 de maio de 1970, que passou a regular na Itália as relações de trabalho, aquelas entre empregadores e empregados, além da atividade sindical, anteriormente pautadas sobretudo pelo Código Civil fascista, de 1942.

³⁸¹ BECA, p. 49.

atividade passou a ser apoiada pelas elites e pelo poder público locais, independentemente de qualquer incentivo ou política centralizada do Estado, através de financiamentos, da “racionalização do território” (isto é, a construção de infraestrutura, escolas, meios de transporte etc. que favorecessem esse tipo de atividade) e principalmente da construção de um consenso político em torno da dita “produção difusa”, isto é, descentralizada.³⁸² Contudo, nosso autor assinala que essa “ideologia produtiva” habitava não só as regiões governadas pelos partidos socialista e comunista no Norte e no Centro da Itália, como também aquelas administradas pela democracia cristã e as regiões submetidas à organização político-social imposta pela Máfia, no Sul. Por essa razão, virtualmente todas as regiões do *bel paese* se “prepararam” para acolher as novas iniciativas empresariais. “Cada cidadezinha [pôs] o seu orçamento municipal à disposição de toda uma série de iniciativas de produção destinadas a erguer e consolidar o mercado político” e, por conseguinte, “as ‘zonas industriais’ começa[ram] a proliferar-se na Itália” a partir dos anos setenta.³⁸³

Assim, a produção difusa, inicialmente baseada na dupla jornada de trabalho, frequentemente autônoma e informal, e posteriormente consolidada em iniciativas empresariais de pequeno porte e na abertura de PMEs, floresceu a partir dessa “convergência de elementos, tão eficaz quanto fortuita”.³⁸⁴ Como podemos perceber até aqui (e como verificaremos de modo mais preciso com os exemplos da Benetton e do Sentier parisiense, abaixo), essa produção não consiste na mera repetição da organização da produção presente nas grandes fábricas por um conglomerado de pequenas unidades produtivas, como acreditam as investigações marshalianas do “distrito industrial”.³⁸⁵ Inversamente, na medida em que se dedicam a diferentes etapas de uma mesma cadeia de produção, as diversas PMEs espalhadas sobre um dado território mantém entre si uma relação de interdependência. A compartimentagem da organização empresarial – isto é, a separação das diversas etapas da produção em diferentes empresas – lhes exige um grande volume de trocas e um alto nível de comunicação que, por sua vez, conduz a uma socialização e uma cooperação produtivas muito maiores que aquelas encontradas nas linhas de

³⁸² BECA, cap. 1, § A, pp. 40-2.

³⁸³ Por mercado político deve-se entender aqui, na esteira das considerações teórica de Pizzorno, “a descrição de uma situação social profundamente atravessada pelo político, onde todas as dimensões do social possuem uma representação política e onde todas as soluções acabam por ter uma lógica que vai no sentido de uma reprodução do próprio mercado político”. *Ibid.*, § B, p. 50. Para o uso do conceito de mercado político por Pizzorno no contexto dos conflitos trabalhistas, ver. PIZZORNO. “Political exchange and collective identity in industrial conflict” In: CROUCH; PIZZORNO (Org.). *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*, London; Basingstoke: Macmillan, 1978, v. 2, pp. 277-98.

³⁸⁴ BECA, *loc. cit.*

³⁸⁵ Para as considerações negrianas sobre esse tema, ver *ibid.*, § C. Quanto ao exame de Alfred Marshall sobre o “distrito industrial”, remetemos a MARSHALL. *Principles of economics*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2013, cap. 10.

montagem tayloristas. Desse modo, essa verdadeira “coordenação” interempresarial, construída a partir do terreno social, é capaz de produzir “sinergias” que de longe extrapolam a organização produtiva presente na grande indústria, ou, dito de outro modo, as novas formas de cooperação promovida pela rede de PMEs são capazes de gerar um excedente produtivo maior que aquele gerado pela cooperação organizada no interior de uma fábrica.³⁸⁶

Entretanto, tal modelo, bem como a utopia da formação social do mercado que ele encarna, será rapidamente absorvido pelos velhos padrões e, em seguida, recomposto ao capital a partir da virada da década de setenta para a década de oitenta. Como assinala Negri, “o objetivo do patronato da grande indústria e de seus representantes sobre o mercado político (nacional e local) é garantir a manutenção do poder central da grande fábrica e então recuperar, regulamentar, e dividir em diferentes funções o trabalho que havia escapado à grande empresa” (GE).³⁸⁷ Não obstante, existe um modelo intermediário de recomposição do capital que se localiza entre as novas e originais iniciativas empresariais à frente da proliferação das PMEs e a grande indústria que meramente exterioriza sua produção para empresas terceirizadas. Esse modelo, da maior importância para o nosso autor, é encontrado de maneira exemplar na malharia Benetton, “uma empresa diferente das outras”, como diz o título do livro que reúne as primeiras pesquisas sociológicas realizadas por Negri a partir de 1989.

Para compreender a excepcionalidade do “modelo Benetton” de recomposição, são fundamentais algumas considerações sobre o território em que se instala essa empresa do vestuário. Trata-se do Vêneto, região conhecidíssima de Negri, onde ele desenvolveu praticamente toda a sua atividade política na Itália antes da prisão e do exílio. Essa região é descrita por nosso autor como fundamentalmente agrícola, muito pobre, culturalmente atrasada e de forte tradição emigratória. Semelhante quadro, porém, começa a se alterar a partir da Segunda Guerra Mundial (e, decerto, do “milagre econômico” que a ele sobreveio), quando tem início um processo de industrialização que se estabelece no eixo central formado pelas comunas de Verona, Vicenza, Pádua e o Porto Marghera. A partir dos anos sessenta, a população rural do norte das províncias de Pádua, Treviso e Vicenza, que não haviam sido tocadas pela industrialização senão indiretamente, é atraída pelas fábricas instaladas no eixo central. Não obstante, tal população não se desliga de seus territórios de origem e lá mantém raízes, frequentemente acompanhadas de uma

³⁸⁶ BECA, § A, pp. 32-5. A ideia de um excedente produtivo gerado pela cooperação é evidentemente recuperada de Marx. Para esse tema, cf. MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 11, esp. pp. 400-5.

³⁸⁷ *Ibid.*, § B, p. 51. E, prossegue o autor, “o patronato da grande indústria e seus representantes políticos têm trabalhado para desvendar esse valor produtivo que, tornado difuso e incontrolável, refugia-se no secreto, no escuro, no trabalho fora da norma. O patrão da grande indústria quer a subcontratação, mas detesta o trabalho descentralizado que se auto-organiza”. *Loc. cit.*

atividade agrícola que ela não pretende abandonar. De toda forma, uma vez acostumada aos ritmos da produção fabril, essa população rural então tornada força de trabalho industrial manifesta-se com uma potência política irredutível na segunda metade da década de sessenta, como vimos a partir das lutas de Porto Marghera.³⁸⁸ A manutenção da atividade agrícola garante a subsistência desses trabalhadores e de sua família, atenuando o temor causado pelas ameaças de demissão nas fábricas e desimpedindo a radicalidade de suas lutas. Então, quando diante da crise da grande indústria, causada pela ameaça operária culminada no *biennio rosso*, o patronato decide reestruturar a organização da produção, é essa população que se apresenta sobre o mercado de trabalho no território vênето do início dos anos setenta. Ela já se encontrava em equipes móveis (jovens em processo de transferência) e flexíveis (quando há trabalho, ele se dá a qualquer hora do dia), possuía em geral uma formação média em mecânica, alguns de seus membros já haviam aberto oficinas de trabalho artesanal às quais se dedicavam nos fins de semana e nos dias em que faltavam ao trabalho fabril, eram jovens e empreendedores, descreve Negri. Assim, como vimos em âmbito geral, a dupla jornada de trabalho já realizada por esses trabalhadores se desenrola na criação de novas PMEs, que se proliferam sobre o território do norte das províncias de Pádua, Treviso e Vicenza a partir das demissões em massa da grande indústria (apenas em Porto Marghera mais de dez mil operários são demitidos entre 1970 e 1973, recorda o operarista), da obtenção da CIG, e do acesso a financiamentos privados permitidos pela iniciativa de comunidades locais, que desejavam superar o “atraso” representado pela produção agrícola e realizar a sua própria “zona industrial”.³⁸⁹

A Benetton, diz-nos Negri, percebe esse movimento. Fundada em 1965 como uma pequena e tradicional fábrica têxtil, a malharia italiana reformular-se-á a partir da “onda de 68” (termo usado por um de seus fundadores), dando início a um modelo empresarial que se tornará famoso em todo o mundo. Os eventos que giram em torno de 1968 revelam um novo mercado consumidor, composto sobretudo pelos jovens, para o qual a empresa do vestuário passa a fabricar roupas despojadas, coloridas e de preços acessíveis, feitas em algodão ou jeans – anteriormente, seu público-alvo era formado basicamente por mulheres, para quem se confeccionava vestimentas de alta qualidade e de preços elevados, feitas em lã. Porém, é na organização produtiva propriamente dita que está a mais importante inovação da Benetton. A partir de 1971, ela decide exteriorizar a sua produção, gerando resultados extraordinários da perspectiva empresarial.³⁹⁰ Todavia, é preciso valer-se mais uma vez do ponto de vista da classe operária para

³⁸⁸ Tal caracterização da força de trabalho do Vênето será retomada por Negri em *IO*, p. 140.

³⁸⁹ *BECA*, cap. 2, § B, pp. 83-6.

³⁹⁰ Os números da Benetton podem ser conferidos em *ibid.*, § A, pp. 69-72.

compreender tal processo de exteriorização. Assim, o nosso autor defenderá que, em vez de exteriorização, o que ocorreu de fato foi a interiorização de uma produção que já se dava “no social”, isto é, na rede produtiva organizada pelas PMEs. A Benetton “constitui-se a partir de uma descentralização preexistente”, assevera Negri. “O tipo de indústria que ela representa é pré-constituído pela atividade que milhares de operários, saídos das grandes fábricas e reorganizados precisamente sobre o território, começam a desenvolver”.³⁹¹

No início da década de setenta, a Benetton se dirige aos trabalhadores (muitos deles operários da própria companhia têxtil) que têm a possibilidade de estabelecer unidades produtivas na região e que buscam apoio para tal: “eles necessitam de colaboração, da solidariedade para levar a cabo um projeto importante e arriscado”, relata Negri. Como sabemos, toda uma comunidade local se mobilizará em torno desse tipo de projeto colaborativo de construção de novas unidades produtivas e, como consequência possível, de zonas industriais. Nesse quadro, prossegue o nosso autor, “os operários ensinam à Benetton todas as leis de funcionamento da organização social do trabalho e todos os métodos para fazer uso dela. *O saber dos operários é tomado como referência pela [se fait autorité sur] Benetton* – a Benetton passa por muito investimento coletivo”.³⁹² Com efeito, é justamente no triângulo formado pelo norte das províncias de Pádua, Treviso e Vicenza que se concentrará mais de 60% das empresas subcontratadas pela malharia italiana, sendo as demais localizadas em territórios próximos.³⁹³ Construídas num “clima cooperativo”, as relações mantidas entre essas PMEs e a Benetton são classificadas por Negri como “essencialmente informais – inclusive e especialmente no que diz respeito àquelas mais sólidas”. A única exigência formal que a empresa do vestuário matinha em relação às suas subcontratadas era uma declaração em que as últimas se comprometiam a respeitar o Contrato Nacional de Trabalho e as leis concernentes ao pessoal.³⁹⁴ Para além disso, não há nenhuma relação formal recíproca, seja quanto à remuneração pelo trabalho, seja quanto à forma de pagamento. Diferentemente das relações puramente hierárquicas que caracterizavam a grande indústria, há no caso Benetton uma relação de confiança fundada sobre a “consciência de uma interdependência recíproca, sobre relações de mercado nem históricas, nem oportunistas, mas

³⁹¹ BECA, cap. 2, § B, p. 86. Para alguns relatos operários sobre a saída da fábrica rumo a realização de trabalhos autônomos, cf. também SACHETTO. “Esperienze di classe” In: SACHETTO; SBROGIÒ. *Quando il potere è operaio*. Op. cit., pp. 268-9.

³⁹² *Ibid.*, § C, pp. 90-1.

³⁹³ *Ibid.*, § B, pp. 83. Da totalidade de empresas subcontratadas pela Benetton, 85% se localizam na própria Vêneto, 10% estão em regiões limítrofes da Emília-Romanha e o restante se concentra em zonas vizinhas da Lombardia. *Ibid.*, p. 81.

³⁹⁴ O Contrato Nacional de Trabalho consistia num dispositivo contratual que ratifica os acordos coletivos firmados entre os representantes dos operários (frequentemente as centrais sindicais) e os representantes patronais para uma dada categoria de trabalhadores, em nível nacional.

tendencialmente solidárias” e, embora a relação entre a última e as PMEs possa ser interrompida a qualquer momento por qualquer uma das partes, elas tendem à estabilidade, não passando dos 5% a rotatividade [*turn-over*] anual de empresas subcontratadas. Como afirma Negri, as trocas nesse modelo se dão “não entre subordinados, mas entre iguais”.³⁹⁵

Quadro semelhante é descrito sobre a famosa rede comercial da malharia italiana. Os produtos Benetton são vendidos unicamente em pontos de venda exclusivos, cuja propriedade tem participação direta ou indireta (via Benetton Group) da família Benetton. Diz-nos Negri (citando Giuseppe Nardin, da Universidade de Modena) que o Benetton Group frequentemente tem como associados nas lojas os próprios representantes comerciais da empresa do vestuário em uma determinada região. Como esses representantes normalmente estão à frente de várias lojas, os gerentes de cada loja em particular se associam aos primeiros na propriedade das unidades em que trabalham. Finalmente, os últimos amiúde passam a investir na rede de lojas, deixando o cargo de gerentes de uma única loja e tornando-se sócios de dezenas delas. Essa configuração – que, tudo nos leva a crer, se desenvolve continuamente, numa espécie de retro-alimentação piramidal do modelo – dá origem a um “modelo de coordenação comumente fundado sobre formas de colaboração empresarial, mais que sobre simples mecanismos hierárquicos ou comerciais”. Além disso, como será comum em outros modelos de produção pós-fordistas (como o toyotismo), a Benetton mantém uma estreita contiguidade entre produção e distribuição, assegurando uma flexibilidade produtiva absoluta em relação às variações do mercado (a distribuição comanda a produção, diz-nos Negri), assegurando, por um lado, uma circularidade entre produção, comercialização, consumo, implementação de projeto (novas coleções, etc.) e, novamente, produção, e, por outro, uma homogeneidade comercial e um esforço promocional que se renova em todas as etapas do ciclo produtivo (não só nas propagandas e patrocínios, como também na distribuição, nas lojas, etc.).³⁹⁶

Nesse sentido, o filósofo e militante italiano chega mesmo a definir o modelo Benetton como um modelo voluntário, “*uma variante mercantil da ‘Gemeinschaft’, da comunidade solidária*”: solidária na convergência de sujeitos independentes que fazem coincidir de maneira não conflitiva seus próprios interesses, e organizam a participação e a solidariedade segundo esquemas funcionais e expansivos”.³⁹⁷ Trata-se, em outras palavras, da realização da formação

³⁹⁵ BECA, cap. 2, § B, pp. 80-2 e cap. 3, § B, p. 112.

³⁹⁶ *Ibid.*, § A, pp. 74-8. Para a investigação citada por Negri, ver NARDIN (Org.). *La Benetton*. Roma: Edizioni Lavoro, 1987.

³⁹⁷ BECA, § C, p. 96. “O sistema Benetton determina, assim, o grau de integração real que é infinitamente superior àquele da integração técnica e financeira formal (que é reduzido ao mínimo). A grande novidade do modelo de empresariado proposto pela Benetton é então o de oferecer uma situação aberta a todos aqueles que querem

social do mercado teorizada pelas escolas institucionalistas. Entretanto, se a Benetton realiza a utopia da formação social do mercado, ela o faz de modo diferente daquele teorizado pelo institucionalismo sociológico, que previa a consolidação das PMEs. No modelo de produção da malharia italiana, a formação social do mercado “conduz para a GE”.³⁹⁸ A partir de meados dos anos setenta, a relação entre a empresa do vestuário e a rede de PMEs subcontratadas começa a se modificar, afastando-se do quadro inicial de interdependência, solidariedade e mesmo igualdade em direção às relações tradicionais de subordinação, de hierarquia e de autoridade típicas das grandes fábricas fordistas, quadro que se consolida na década seguinte, “quando não será mais possível tratar os irmãos Benetton pelo primeiro nome”.³⁹⁹

Tais modificações podem ser percebidas antes de tudo na nova forma de remuneração das PMEs adotada pela Benetton. Se anteriormente o acordo sobre a remuneração e a forma de pagamento era mútuo, ainda que informal, a partir dos anos oitenta haverá uma padronização vertical do preço pago ao trabalho das PMEs. Assim, diz-nos Negri, a subcontratação se torna “um puro e simples sistema industrial, no velho sentido do termo”, sistema que se dá agora em escala ampliada, visto que é sobre o território vêneto que a Benetton exerce a sua autoridade, fazendo das PMEs meros departamentos ou seções da GE. Dessa forma, a companhia têxtil consegue “acumular as vantagens de uma direção de fábrica centralizada e das economias informais descentralizadas”, sendo “evidente que esse acúmulo não deixa espaço a nenhuma espontaneidade”.⁴⁰⁰ O mesmo ocorre quanto ao estabelecimento de uma rede informática pela Benetton. Com o seu crescimento, e principalmente com a sua multinacionalização, a obtenção de informações precisas sobre o consumo através da interação entre os vendedores das lojas e os clientes finais, pressuposta na circularidade entre produção, consumo, implementação de novos projetos e novamente produção mantida pela malharia italiana, se torna cada vez mais

contribuir ao projeto empresarial. Este favorece a *mobilidade vertical* do agente de produção como o investimento do comerciante: a um como a outro, ela busca fornecer uma garantia de investimento, quer ele consista em força de trabalho, em coordenação do trabalho social, em instalação de lojas, ou no desenvolvimento dos pontos de venda. Para a Benetton as vantagens são evidentes: ela se libera dessa forma de toda uma série de limites próprios à empresa, sejam eles de ordem financeira (são os novos participantes que realizam os aportes financeiros) ou de ordem da gestão (são os novos participantes que enfrentam e que eventualmente são promovidos para essa função). Os encargos financeiros da integração são assim transferidos para agentes exteriores, que tem como contrapartida a mobilidade vertical e a possibilidade de expansão garantidas pela Benetton, sem contar, evidentemente, os benefícios maiores dados pela integração ela mesma. O novo *manager*, quando procura participar da Benetton, mobiliza todas as suas energias, e suas capacidades financeiras em primeiro lugar. A Benetton se beneficia do resultado dessa iniciativa, a faz sua, e coopta o novo *manager* para a estratégia de conjunto da empresa”. *Ibid.*, p. 97. Para o conceito de *Gemeinschaft* a que Negri provavelmente se refere, ver WEBER. *Economia e sociedade*, v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, cap 1, § 9. Cf. também o verbete “comunidade” em ABBAGNANO. *Dicionário de filosofia*. *Op. cit.*, p. 162.

³⁹⁸ BECA, cap. 2, § B, pp. 82-3.

³⁹⁹ “*Ne sera plus possible tutoyer les frères Benetton*”, em francês. Tal alteração na forma de tratamento dos donos da malharia italiana é relatada por seus próprios operários a Negri. *Ibid.*, § C, p. 89.

⁴⁰⁰ *Ibid.*, pp. 89-91.

difícil, de modo que ela recorre a um sistema informático que visa conectar as informações da produção, da distribuição e do consumo. Ainda que para alguns autores essa rede informática permita a miniaturização da produção e da distribuição comercial (numa síntese entre o fordismo e o “*small is beautiful*” schumacheriano), Negri acredita que ela acabou levando a Benetton para uma uniformização da produção e da extensão da distribuição e para o afastamento cada vez maior em relação àquele “look” inspirado pela “onda de 68” produzido na primeira metade dos anos setenta. Por fim, a normalização da companhia têxtil é verificada também nas estratégias de comercialização. Se antes ela poderia parecer uma “espécie de anel pelo qual passam milhares de fios coloridos que se direcionavam, de um lado, a uma rede difusa de produção, constituída de trabalhadores efetivamente independentes, e, de outro, a um conjunto de lojas que inovavam em função do gosto da massa de jovens”, no decorrer da década de oitenta, conclui o filósofo e militante italiano, ela tendeu a repetir formas e cores em sua uniformidade mais que buscar produzir elementos de singularidade em suas coleções, modelar os itens sobre categorias ligadas às faixas etárias e aos seus estereótipos mais que uma renovação cultural das faixas etárias e dos estereótipos, e produzir um tipo de vestuário estratificado em setores sociais mais que a “moda democrática” produzida no início da década anterior.⁴⁰¹

Para Negri, essa alteração no modelo Benetton está imediatamente vinculada ao desenvolvimento da luta de classes na Itália. Primeiramente, em termos locais. Diferentemente dos trabalhadores fixados nos territórios administrados pelo PSI e pelo PCI na Emília-Romanha e na Toscana, o proletariado vênето não foi capaz de dar à nova cooperação do trabalho uma figura política e jurídica, como por exemplo na forma de cooperativas operárias.⁴⁰² Além disso, passado o pânico inicial causado pelas lutas do *biennio rosso*, as elites e as classes dirigentes do Vêneto (de maioria democrata cristã) estabeleceram grandes eixos estratégicos de recomposição industrial, valendo-se principalmente do direcionamento de financiamentos para esse fim.⁴⁰³ Depois, em termos nacionais. A derrota definitiva da classe operária na grande indústria

⁴⁰¹ BECA, cap. 2, § C, pp. 89-95. Para as reflexões de Ernst Friedrich Schumacher, cf. SCHUMACHER. *Small is beautiful*. New York: Harper & Row, 1975, esp. cap. 5.

⁴⁰² Isso seria explicado pela insuficiente assimilação desses operários à grande indústria (tratava-se geralmente da primeira geração que realizava um trabalho fabril), malgrado a intensidade e a violência de suas lutas nas grandes fábricas. Negri nota que em diversos pontos a gestão empresarial das PMEs vênéticas lembra uma gestão agrícola. Cf. BECA, p. 88.

⁴⁰³ O uso dos financiamentos para a organização vertical do território produtivo será assumido pela própria Benetton a partir dos anos oitenta. Se inicialmente a malharia italiana passou a atuar no setor financeiro para manter uma instância central de transações com os seus diversos pontos de venda e fornecedores de matérias-primas, nos anos oitenta esse setor passou a ter importância, rendimento e autonomia cada vez maiores em relação à produção, sendo usado para controlar as empresas subcontratadas através de operações como *leasing*, que permitia controlar a qualidade da maquinaria e, por conseguinte, do produtivo final, e do *factoring*, que aumentava a relação de dependência das PMEs em relação à Benetton. Cf. *ibid.*, § B, pp. 73-4.

é estabelecida na virada de 1979 para 1980. Como de costume, esse marco no desenvolvimento da luta de classes na Itália, a saber, o encerramento do ciclo de lutas do operário massa, pode ser representado pelas lutas na FIAT, que nesses anos derrotou não só o movimento sindical como também o movimento autônomo e dispensou nada menos que trinta e seis mil operários.⁴⁰⁴ Com a derrota na grande indústria, aquela relação virtuosa entre o operariado das grandes fábricas fordistas e as novas iniciativas empresariais sobre o território cessa. Além disso, a formação de novas PMEs sobre o território, bem como as novas formas de produção que elas desenvolvem, se interrompe com o fim do ciclo de lutas do operário massa. Nesse sentido,

*a Benetton é a resposta à derrota da cooperação social que não pode se colocar como modelo alternativo à grande indústria: ela se formou sobre o terreno da cooperação social, mais que isso, ela foi formada pela cooperação social – mas ela reconduz tudo para o terreno da grande indústria.*⁴⁰⁵

Todavia, como dissemos acima, a Benetton representa um modelo intermediário de reestruturação da produção, localizado entre a grande indústria e as PMEs. Portanto, não obstante todo um processo de normalização da organização produtiva tenha ocorrido na malharia italiana a partir da segunda metade dos anos setenta, e mais propriamente, durante os anos oitenta, esse processo não levou a um retorno puro e simples para o fordismo. Quando a companhia têxtil não conseguiu replicar o modelo realizado na Itália em suas filiais na França e nos Estados Unidos, onde se chocou com divergências culturais e com problemas legais concernentes às

⁴⁰⁴ Segundo o relato de Bascetta e outros, diante das inovadoras – e sobretudo prejudiciais à acumulação da fábrica – formas de luta por parte da classe operária, a montadora de automóveis se preparou para o “enfrentamento decisivo” ao longo da segunda metade dos anos setenta. O primeiro golpe veio em 1979, quando 69 operários são demitidos da firma sob acusação de ligação com o terrorismo. Embora a acusação seja verdadeira em alguns poucos casos, na maioria deles trava-se apenas de alguns operários insubordinados, frequentemente presentes nas lutas internas da fábrica. Os interesses da montadora de automóveis residiam menos em livrar-se dos sessenta e nove operários “extremistas” que em pôr à prova a capacidade de ação dos sindicatos. Esta última foi incipiente, talvez em razão da profunda hostilidade dos sindicatos ao autonomismo operário e à dita extrema-esquerda em geral. Tamanha debilidade foi interpretada pelos dirigentes da FIAT como um sinal verde ao prosseguimento de seu plano de reestruturação. Em 10 de setembro do ano seguinte é dado o segundo golpe, com o anúncio de quatorze mil quatrocentos e noventa e seis demissões. Em reação às demissões, milhares de trabalhadores realizam piquetes diurnos e impenetráveis em todos os portões da FIAT. O recuo da fábrica de automóveis diante dos levantes é bem pequeno, com a substituição das demissões pela suspensão dos contratos de trabalho (*layoff*) de vinte e três mil trabalhadores. Embora tivessem o suporte do PCI, os levantes operários não conseguem obter o apoio dos “quadros intermediários” da fábrica, que passam a mobilizar-se contra as manifestações. Em 14 de outubro, “pela primeira vez uma manifestação de massa ocupa Turim não a favor, mas contra os operários em luta”. A reação dos setores médios causa um importante impacto na opinião pública e enfraquece a ação dos sindicatos. O terceiro e último golpe, aliás, é dado pela própria direção dos sindicatos, que acorda o *layoff* para trinta e seis mil funcionários, sem qualquer garantia de reincorporação dos trabalhadores em seu término. A partir de então, o controle patronal na FIAT volta rapidamente aos níveis da década de cinquenta, e o poder dos sindicatos é anulado completamente em poucos meses. Além disso, o caso da fábrica de automóveis, centro do desenvolvimento da luta de classes na Itália durante os anos sessenta e setenta, logo será replicado nas demais indústrias italianas, destruindo qualquer força da organização operária, que em poucos anos desaparecerá de todas as demais fábricas”. BASCETTA *et al.* Italia, 1960-1981 In: NEGRI. *Los libros de la autonomia obrera*. Op. cit., pp. 375-7.

⁴⁰⁵ BECA, cap. 2, § C, p. 98.

legislações trabalhistas locais, e teve que recorrer a formas mais tradicionais de produção, seu desempenho diminuiu consideravelmente, o que indica que alguns elementos trazidos pela produção social da rede de PMEs simplesmente não podem ser destruídos pela normalização sem prejuízo da própria produtividade. Nas palavras de Negri,

o crescimento acelerado de um setor industrial avançado e a afirmação de uma grande empresa enquanto indústria fragmentada pode eventualmente ser feito através de um modelo de recomposição que determina um relaxamento dos liames financeiros e da organização do crescimento, mas somente se as determinações da mobilidade, da flexibilidade e de uma gestão adequada permanecem.⁴⁰⁶

Assim, os dois modelos que a Benetton sintetiza no seu próprio – isto é, as velhas estruturas hierárquicas e autoritárias de organização da produção características das grandes fábricas fordistas e as novas formas cooperativas e solidárias de produção social sobre o território presentes nas PMEs – não são apenas distintos, mas contraditórios entre si. Tal contradição não deixará de se exprimir na gestão da própria empresa do vestuário, podendo ser vista de maneira exemplar, diz-nos Negri, na fundamental figura do empresário [*chef d'entreprise*] de novo tipo.⁴⁰⁷

A essa altura, o exemplo da Benetton se reencontra com o exame dos institucionalistas políticos. Nas regiões governadas pelo PCI e pelo PSI no Norte e no Centro da Itália, os elementos de cooperação e solidariedade presentes na produção difusa e a organização que tinha o seu suporte material nas administrações locais se encontram ambos à mão. Mas, além do mais amplo suporte à implementação de infraestruturas essenciais e de serviços industriais suplementares, as comunidades locais “se ocupam diretamente da gestão do mercado de trabalho e – de modo indireto, mas não menos eficaz – da política de financiamento”. Assim, no cadinho das iniciativas empresariais e da colaboração das comunidades locais, diz-nos Negri, a integração ocorrida é de ordem tal que “não se sabe mais distinguir o pessoal político-administrativo daquele das [pequenas e médias] empresas”.

Então, um empresário que não podemos não qualificar de “político”, em sentido estrito, é constituído. Ele é estruturado tanto pelas combinações políticas quanto pelas preocupações de estabilidade e de consolidação do poder local (frequentemente com reflexos de caráter nacional), pelo apoio à empresa privada como pela continuidade das experiências de cooperação, pela necessidade de cuidadosamente construir desde baixo formas mistas de desenvolvimento econômico.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ BECA, cap. 2, § D, p. 103.

⁴⁰⁷ *Loc. cit.*

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 100, grifos removidos. As experiências de cooperação citadas por Negri acima se referem à formação de cooperativas de trabalhadores aludidas acima, que se tornaram numerosas na Emília-Romanha durante os anos setenta.

Tal empresário, prossegue Negri, mobiliza menos “categorias de disciplina de fábrica ou de coações administrativas ou financeiras”, associadas à atividade do patrão fordista, que “categorias de legitimação social [...] que não se distinguem, mesmo formalmente, de categorias políticas análogas”. Isso não significa, porém, que as velhas categorias ligadas por nosso autor ao fordismo desapareçam, mas elas “são subordinadas a um dispositivo singular de instituição [*mise en place*] da organização empresarial, que é sempre uma mediação entre as necessidades industriais e as determinações sociais nascidas de circunstâncias locais, frequentemente utilizando as últimas para satisfazer as primeiras”.⁴⁰⁹

Detenhamo-nos por um momento neste último ponto. A organização empresarial promovida pelo empresário político [*entrepreneur politique*] diz respeito a uma mediação entre “necessidades industriais” e “determinações sociais” na qual estas frequentemente servem para a satisfação daquelas. Ora, as determinações sociais mencionadas por Negri dizem respeito ao que foi por ele chamado de produção social, isto é, a produção cooperativa das redes de PMEs espalhadas sobre o território, levada a cabo por operários que recusaram o trabalho comandado nas grandes fábricas fordistas e que, a partir de um trabalho autônomo frequentemente realizado como uma segunda jornada, se dedicaram a novas iniciativas empresariais. Essa produção, o sabemos, preexiste a qualquer recuperação pela grande indústria. Nesse sentido, a formação do empresário político só pode ocorrer quando uma organização social do trabalho produtivo lhe antecede, ou seja, diferentemente das tradicionais descrições da função empresarial, a cooperação produtiva, aqui, é primeira em relação à figura do empresário. Mas é preciso mencionar que, além disso, a cooperação das PMEs no território gera um excedente – uma “força de massas”, diria Marx – que a organização taylorista do trabalho presente nas grandes fábricas não é capaz de alcançar. A produção social gera um excesso que a grande indústria deseja e, mais que isso, necessita recuperar para si, sendo justamente a função do empresário político agenciar a cooperação produtiva preexistente para extrair em benefício das GEs – e do capital financeiro, na medida em as atividades financeiras estão cada vez mais presentes na administração não só da Benetton, em particular, como das empresas de grande porte, em geral – o excesso que ela produz, ou para valermos-nos mais uma vez do vocabulário marxiano, o empresário político é o sujeito responsável por transformar “a massa maior de valor de uso” gerada pela produção difusa em valores de troca para o grande capital.⁴¹⁰

⁴⁰⁹ BECA, cap. 3, § B, p. 112.

⁴¹⁰ “A criatividade da função do empresário de novo tipo está [...] ligada à descoberta do valor econômico que jorra da cooperação, dos níveis de cooperação social do trabalho cada vez mais intensos e cada vez mais extensos. [...] A função do empresário de tipo novo é aumentar essa produção, e então agir para que as sinergias se expressem cada vez mais. Desse ponto de vista, o novo empresário constitui um órgão regulador da flexibilidade

Já vimos como se dá essa recuperação a partir do caso Benetton. Por um lado, a relação de solidariedade, de interdependência e mesmo de igualdade que inicialmente havia entre a GE e as PME é revertida numa relação de subordinação, de hierarquia e de autoridade da primeira sobre as últimas. Por outro lado, contudo, essa normalização não pode abrir mão das novas qualidades da força de trabalho social sem prejuízo da sua própria atividade produtiva. É preciso um modelo intermediário. Nesse sentido, diferentemente do que se dá com as PME subcontratadas, antes abordadas pela GE em termos de igualdade e posteriormente abordadas em termos de subordinação, a produção social não deve ser dominada, mas antes mediada, agenciada, incorporada com todo o seu excesso no movimento de reestruturação. Semelhante tarefa é realizada pelo empresário político, que realiza um “empresariamento coletivo” das diversas unidades produtivas espalhadas sobre o território, intermediando as “interfaces entre a produção efetivada por vários grupos no âmbito do território”, isto é, as PME, “e as dinâmicas dos mercados externos”, nesse caso, a GE, para utilizar as palavras de Cocco e outros.⁴¹¹ Assim, a GE é capaz de recuperar o trabalho produtivo autônomo, social e difuso em seu benefício, transformando os operários que recusaram o trabalho comandado e “fugiram” da grande indústria numa nova força de trabalho, que atuará segundo uma composição técnica renovada.⁴¹²

É justamente com o exame da nova composição de classe, tratada agora em termos “técnicos” em vez dos termos “políticos” presentes em seus escritos dos anos setenta que Negri encerra *Les PME italiennes, l'exemple Benetton et le nouveau chef d'entreprise en Europe*,

temporal e da mobilidade espacial do trabalho social, ele está ligado a essas determinações mais que todos os outros. [...] E é aí que o caráter político de sua ação é reforçado, pois o tempo e o espaço da produção (da cooperação produtiva) nunca são elementos contingentes e particulares, mas elementos gerais, comuns, universais da condição do trabalho”. *BECA*, cap. 3, § C, pp. 122-3. Por descrições tradicionais da função empresarial, Negri se refere principalmente à descrição shumpeteriana (“grande inovador, herói solitário sempre em ruptura com os sistemas rígidos e com os limites que eles impõem, obtém lucro dos riscos encarados”) e a descrição burnhamiana ou galbraithiana (gestor de uma burocracia de técnicos que produzem racionalmente de maneira eficaz e obtém assim seu lucro”). *Ibid.*, § B, p. 117. Para o que nos interessa, dentre tais descrições tradicionais encontrar-se-ia mesmo aquela de “Marx, o revolucionário”, na medida em que no capítulo d’*O capital* dedicado à cooperação ele põe como condição para a produção capitalista o emprego simultâneo de um maior número de trabalhadores por um capital individual, ou seja, a produção capitalista só pode começar quando, por iniciativa de um capitalista qualquer (e, posteriormente, a classe dos capitalistas), um maior número de operários é posto para trabalhar cooperativamente. Para a cooperação em Marx, bem como para as citações do pensador alemão feitas acima, ver *O capital. Op. cit.*, cap. 11, pp. 401, 404.

⁴¹¹ COCCO *et al.* “Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália” In: COCCO; GALVÃO; URANI (Orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 24. Na medida em que se torna o funcionário da mediação entre a produção social e as GEs, o empresário político se ocupa cada vez menos de atividades eminentemente consagradas à produção – como a sua organização, a análise dos produtos, a relação com o corpo de trabalhadores etc. – e passa a ocupar-se cada vez mais (inclusive no tempo consagrado à família, às férias, etc.) de atividades classificadas por Negri como políticas – por exemplo, a relação com os bancos, como fisco, as relações públicas, o estudo dos mercados e os contatos com fornecedores e subcontratadas, os contatos políticos locais, etc. *BECA*, p. 116.

⁴¹² Ao comentar certa bibliografia que aproxima os modelos das PME italianas e do Sentier parisiense, Negri afirma que uma das condições fundamentais para o funcionamento de ambos os modelos foi a “modificação da natureza mesma da força de trabalho”. Cf. *SECA*, cap. 6, p. 234.

permitindo-nos reencontrar aquela noção de operário social com que iniciamos esta seção. A nova composição da força de trabalho, decerto abordada de maneira deficitária nos *Libri del rogo*, como denunciara Battaglia e como admitira o próprio operarista de Pádua, poderá ser abordada na pesquisa sociológica de 89 a partir de levantamentos estatísticos dos institutos oficiais. Segundo o Censis, o Centro de Estudos sobre Investimentos Sociais, o trabalho operário se apresentava à época nos países capitalistas “avançados” segundo três formas fundamentais: a) “o *trabalho operário tradicional*, que permaneceu nas grandes fábricas não reestruturadas e nas PMEs tradicionais”, isto é, no vocabulário operarista, o operário profissional e, principalmente, o operário massa; b) o “*trabalho indeterminado*, seja nas margens do trabalho produtivo (trabalho informal, difuso, etc.), seja em seus interstícios (trabalho doméstico), seja como resíduo de formas precedentes de organização do trabalho (no artesanato, na agricultura, e frequentemente também nas manufaturas)”; c) o “*trabalho operário reestruturado*”, que de acordo com Negri está no centro da atual composição técnica da força de trabalho.

O operário reestruturado, diz-nos filósofo e militante italiano, é “reestruturado em sentido estrito, isto é, enriquecido de um novo conhecimento do ciclo de trabalho”; além disso, ele é também “informatizado em sentido estrito, isto é, requalificado no nível produtivo”. Conforme o Censis, citado por Negri, ele está presente na grande indústria automatizada, na indústria informática, na indústria de comunicação, na formação contínua, na ciência e “domina enfim a *empresa social*, onde opera de modo fundamental a implementação de um novo modelo de cooperação social produtiva”.⁴¹³ Trata-se da força de trabalho que se encontra nas redes de produção social das PMEs e é (principalmente) ela que será agenciada pelo empresário político e interiorizada pelas grandes empresas. Esse novo tipo de operário, para usar as palavras de Negri na que talvez seja a sua melhor descrição da nova composição técnica da força de trabalho,

não se contenta em produzir valor, mas recolhe, acumula, valoriza todos outros trabalhos sociais em torno de si. O operário reestruturado jamais está só, mesmo quando se encontra desesperadamente sozinho diante de seu computador: ele é sempre o terminal de uma rede complexa de trabalho social. Para o operário reestruturado, o processo de trabalho está sempre aberto. O processo de trabalho do operário reestruturado é um limite do trabalho social. Nesse sentido, podemos dizer sem nenhuma hesitação que o operário reestruturado é um “*operário social*”.⁴¹⁴

Assim como nas hipóteses lançadas em *Proletari e Stato*, o operário social é também aqui compreendido como o saldo da reestruturação capitalista dos anos setenta e oitenta. Mas,

⁴¹³ BECA, cap. 3, § D, pp. 128-9.

⁴¹⁴ *Ibid.*, pp. 129-30.

enquanto no escrito de 1976 trava-se, em termos políticos, de um operário que descobre uma só e mesma exploração no interior e no exterior da fábrica, em 89 tal saldo ocorre na medida em que a reestruturação incorpora um novo modo de produção nascido a partir da recusa do trabalho e que, portanto, havia escapado ao capital. “Nas condições de produção determinadas pela cooperação social produtiva, o trabalho operário reestruturado se põe como revelador e realizador último da potência social”, diz-nos Negri. Ele é “a expressão da nova cooperação social produtiva”, ainda que recuperada, agenciada, extraída para o benefício das GEs.⁴¹⁵ Será esse trabalhador, já outro em relação ao operário fabril, ao operário massa, que estará envolvido com a nova forma do trabalho chamada por Negri de imaterial, considerada hegemônica em nossos tempos pelo operarista de Pádua. Desse modo, vejamos enfim o surgimento dessa nova forma do trabalho no itinerário teórico de nosso autor, examinando sua pesquisa sociológica sobre a região do Sentier parisiense, concluída em 1990.

Um novo modo de produção: o Sentier parisiense e o trabalho imaterial

No relatório negriano de 1989 sobre a proliferação das PMEs na Itália dos anos setenta e sua posterior absorção pelas GEs na década seguinte, cujo modelo Benetton é exemplar, podemos encontrar algumas referências – cerca de uma dezena, para ser mais preciso – a certos fatores ditos *imateriais* do processo produtivo, embora os nomes “produção imaterial” ou “trabalho imaterial” não estejam ainda presentes. Nessas referências, o significado de “imaterial” não recebe nenhuma definição explícita, assemelhando-se a um termo da linguagem corrente mais que a um conceito. Mesmo assim, o uso do termo “imaterial” nesse relatório mantém um nível suficientemente claro de precisão.

Duma parte, ele se refere à produção. Nesse caso, o imaterial é descrito como um insumo [*input*] para a confecção de roupas. Para além das matérias-primas propriamente ditas, como as linhas, os tecidos e as tintas, a Benetton é capaz de mobilizar na confecção de seus produtos uma série de “fenômenos de gosto” presentes na sociedade e especificamente nos jovens. Através da interação entre lojista e consumidor final, das ações publicitárias e (posteriormente, mas com menor grau de sucesso) da integração informática dos dados da produção, da distribuição e do consumo, a malharia italiana transforma um dado “imaterial”, o gosto, no consumo “material” de vestuário pela massa de jovens. Doutra parte, ele diz respeito ao trabalho ou, antes, à

⁴¹⁵ A ideia de extração do valor produzido pelo social, pelo comum, será fundamental nos trabalhos mais recentes de Negri. Para esse tema, cf. NEGRI. Il comune come modo di produzione. *Euronomade*, 10-jul-2016.

composição técnica da força de trabalho. Diferentemente do trabalho manual, repetitivo e mecânico realizado pelo operário taylorizado, o operário massa, o trabalho cumprido pelo operário reestruturado, o operário social, exige uma série de elementos “imateriais”, como os saberes relacionados à comunicação e à cooperação social, que são instrumentalizados pela indústria automatizada, pela indústria informática, pelo mercado científico, etc. Por fim, ele se refere ainda à própria fábrica. Numa espécie de renovação do tema da fábrica-social, é dito que com a descentralização a grande fábrica perde seu lugar de unidade produtiva por excelência, ficando a produção espalhada nas redes cooperativas da produção difusa. Nesse sentido, o *locus* da produção, tradicionalmente situado na fábrica, teria se tornado cada vez mais “imaterial”.⁴¹⁶

Salvo o último caso, que julgamos ser uma forma isolada de descrever a chamada fábrica-social, os supracitados usos do termo “imaterial” serão mantidos e sistematizados nas posteriores obras do nosso autor. Isso pode ser conferido já em *Le Sentier*, relatório produzido a partir de uma pesquisa sociológica realizada por Lazzarato, Negri e Giancarlo Santilli imediatamente após àquela de 89, através do Grupo de Pesquisa e de Análise das Migrações Internacionais da École Normale Supérieure da Rue d’Ulm, em Paris, dirigido por Yann Moulier-Boutang, a pedido do ministério do Trabalho, Emprego e Formação Profissional e do ministério da Solidariedade, Saúde e Proteção Social da França. Logo nas páginas iniciais desse relatório, a primeira e mais célebre definição de trabalho imaterial nos é fornecida. Conforme os autores, se entende por esse nome “todas as competências de inteligência social (a Bacia do Trabalho Imaterial, BTI) que contribuem para a definição do caráter informativo e cultural da mercadoria produzida”.⁴¹⁷

Definições semelhantes a essa serão oferecidas por Negri e pelo círculo intelectual em seu entorno, chamado genericamente de pós-operarista, em diversos escritos dos anos noventa. Para tomarmos apenas alguns exemplos, em *Le concept de travail immatériel*, de 1992, Lazzarato repete a definição de *Le Sentier*, chamando o trabalho imaterial de “trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural da mercadoria”; em *Labor of Dionysus*, de 1994, Hardt e Negri dizem que, “numa medida cada vez maior, o trabalho em nossas sociedades tende para o trabalho imaterial – trabalho intelectual, afetivo, e tecnocientífico, o trabalho do *cyborg*”; em *Radical thought in Italy*, de 1996, Hardt e Virno ratificam as definições anteriores dizendo que “o trabalho imaterial deve ser compreendido como o trabalho que produz o elemento informacional, cultural ou afetivo da mercadoria”; em *Empire*, escrito entre 1994 e 1997 e publicado

⁴¹⁶ Cf., por exemplo, *BECA*, cap. 2, § C, pp. 94-5 para o primeiro sentido, cap. 3, § A, pp. 109-10 para o segundo sentido, e cap. 3, § B, pp. 111, 118 para o terceiro.

⁴¹⁷ *SECA*, cap. 1, p. 138.

em 2000, Hardt e Negri definem o trabalho imaterial como “o trabalho que produz um bem imaterial, como um serviço, um produto cultural, conhecimento ou comunicação”.⁴¹⁸

Porém, malgrado a sua recorrência, esse tipo excessivamente abstrato de definição talvez não deixe de causar alguma decepção ao leitor, e tal decepção poderia mesmo aumentar quando se leva em consideração que os textos de caráter mormente filosófico-conceitual publicados no mais recente período do itinerário negriano, certamente os de maior circulação nos ambientes acadêmicos e intelectuais, parecem não dar conta de apresentar concretamente os novos processos laborais anunciados pelo operarista de Pádua. Com efeito, essa debilidade é admitida, ainda que indiretamente, pelo próprio Negri, que junto a Hardt confessa ter tratado o tema do trabalho imaterial “de maneira pura, refinando-o no plano ideal” – a nosso ver, um pecado gravíssimo para alguém cujas investigações, como dissemos no início deste escrito, se caracterizam pelo inequívoco materialismo.⁴¹⁹

Não obstante, é possível argumentar que algumas bases materiais, concretas, empíricas, do conceito de trabalho imaterial, ausentes nos textos filosófico-conceituais redigidos nos anos noventa por Negri e pelo círculo pós-operarista se fazem presentes nas pesquisas sociológicas por eles realizadas no início de tal década, especialmente aquela que tem como objeto o Sentier parisiense. Mais que isso, acreditamos que, embora tenham sido completamente omitidos das posteriores obras do nosso autor, que jamais lhes fazem referência, e que, por conseguinte, tenham passado despercebidos pela esmagadora maioria dos comentadores e críticos do pensamento negriano, os relatórios produzidos a partir de tais pesquisas são fundamentais para uma compreensão mais adequada do conceito de trabalho imaterial.⁴²⁰ Sendo assim, passemos ao comentário de *Le Sentier*.

Desde as primeiras linhas de seu relatório, Lazzarato, Negri e Santilli destacam a dificuldade na abordagem do “complexo, contraditório e bastante nuançado” “sistema econômico” do Sentier, bairro localizado no centro de Paris e especializado na produção e no comércio de itens de vestuário. Tal dificuldade se deve a uma série de razões. Dentre elas destacam-se, por um lado, a novidade do objeto pesquisado – o “modelo Sentier”, caracterizado pelas formas

⁴¹⁸ LAZZARATO. “Le concept de travail immatériel”. *Futur Antérieur*, v. 10, n. 2, 1992, LD, cap. 1, p. 29, HARDT; VIRNO (Orgs.). *Radical Thought in Italy*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 1996, Glossary of concepts, p. 262 e E, cap. 3.4, p. 290, respectivamente. Para uma apresentação do pós-operarismo, cf. MEZZADRA. “Operaísmo e pós-operaísmo”. *Lugar Comum*, v. 42, pp. 85-92, 2014.

⁴¹⁹ E, cap. 1.2, p. 29. Dizemos que autocrítica de Negri se dá de maneira indireta porque é a certo “grupo de autores marxistas italianos contemporâneos”, do qual o próprio operarista de Pádua faz parte, que ele e Hardt se referem em *Empire*. Tal grupo, prossegue o nosso autor, “agiu como se descobrir as novas formas das forças produtivas fosse suficiente para abordar concretamente a dinâmica e a criativa relação entre a produção material e a reprodução social”. *Loc. cit.*

⁴²⁰ É exceção o prefácio de *L'inverno è finito*, onde os estudos sociológicos realizados a partir da virada dos anos oitenta são, ao menos, referidos por nosso autor.

originais com que é organizada praticamente a totalidade do ciclo econômico, isto é, o fluxo da produção e a gestão da mão-de-obra tanto quanto a comercialização do produto e as modalidades de financiamento, emergiu há menos de uma década como um caso de sucesso em meio a um ramo de atividades em franco declínio na França – e, por outro, o fato de que tudo isso se apresenta como um “‘mundo subterrâneo cujos modos de funcionamento são frequentemente ‘opacos’”. Nesse sentido, bem como *O castelo* de Kafka, o Sentier parisiense, doravante compreendido sempre como um modelo produtivo e comercial específico, possui múltiplas entradas, sendo possível acessá-lo ou, antes, abordá-lo por qualquer parte. Isso talvez explique o reaparecimento dos temas levantados pela pesquisa de 1990 em diversas partes do relatório que lhe corresponde, além do curioso “prefácio em forma de conclusão” que lhe introduz, malgrado o esforço para bem compartimentar tais temas em capítulos independentes, que não raramente se assemelham mais a tópicos – esforço indubitavelmente maior que o demonstrado em *Les PME italiennes, l'exemple Benetton et le nouveau chef d'entreprise en Europe*, de feições mais ensaísticas. É distinto, contudo, o nosso caso. Nele, a passagem pelo Sentier interessa somente na medida em que ela pode nos conduzir a uma aproximação mais adequada da formação do conceito de trabalho imaterial. Desse modo, julgamos haver uma entrada específica que melhor acomoda a abordagem de nosso tema, a saber, a tese do chamado “circuito curto”.⁴²¹

A tese do circuito curto ganhou bastante popularidade na explicação do Sentier, segundo os nossos autores. Presente nas investigações de autores como Solange Montagné-Villette e, principalmente, George Jollès e Jean Boutine, essa noção pode ser definida em termos gerais como “um circuito de produção que tende a reduzir massivamente o intervalo temporal entre o momento em que o produto começa a ser fabricado e aquele em que ele é vendido ao cliente”.⁴²² Especificamente no bairro parisiense, observam Lazzarato, Negri e Santilli, o circuito curto compreende a “produção sobre a base de um estoque mínimo [de matérias-primas], com a tendência de reduzi-lo a zero”. Ainda que a redução dos estoques não seja essencial para a redução do tempo de produção, ela é considerada – e mesmo vivida – pelos fabricantes como uma condição complementar, e mesmo um pré-requisito, da máxima flexibilidade dos fatores de produção. Além disso, a redução paroxística dos estoques de matérias-primas obedece a certas determinações materiais, como a ausência de espaço físico nos apertados estabelecimentos do bairro.

⁴²¹ Uma apresentação geral do Sentier, e do ramo em que ele está inserida, pode ser conferida em *SECA*, cap. 2, § A. Para as citações acima, ver *ibid.*, cap. 1, p. 137 e cap. 2, p. 145. Quanto à referência a Kafka, enfim, cf. DELEUZE; GUATTARI. *Kafka*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, cap. 1, pp. 9-10.

⁴²² *SECA*, cap. 3, § B, p. 161. Para as investigações citadas, cf. MONTAGNÉ-VILLETTE. *Le Sentier*. Paris: Masson, 1990 e JOLLÈS; BOUNINE. *Un projet pour le textile-habillement français*, rapport au Ministère de l'Industrie e de l'aménagement du territoire, 1989.

Doutra parte, o circuito curto compreende também “uma aceleração máxima da circulação e do consumo dos fatores de produção nas diversas fases de transformação das mercadorias”. Com isso, pretende-se reduzir o quanto possível o custo de utilização desses fatores, notadamente do capital fixo, por unidade temporal. Nesse sentido, o modelo do Sentier aproximar-se-ia consideravelmente da organização de tipo “*just-in-time*” presente nas grandes empresas. Entretanto, dirão os autores, enquanto o *just-in-time* conserva características de “‘estandardização na produção’ das mercadorias, mesmo quando se trata de novos estândares”, o Sentier não mantém nenhuma dessas “rigidezes” ainda presentes na produção das empresas de grande porte. Inversamente, e aqui pode ser adicionado um segundo sentido de circuito curto, a produção do bairro parisiense é caracterizada por um “esforço máximo em adaptar no menor tempo possível a quantidade e a qualidade das mercadorias produzidas às demandas dos clientes”, mobilizando todos os agentes de produção para esse fim.⁴²³ Nesse outro sentido, o circuito curto aproximar-se-ia do modelo Benetton e, como defenderão Jollès e Boutine, das PMEs italianas, em geral. Contudo, embora algumas aproximações entre o modelo parisiense e o italiano sejam possíveis, nossos autores observam a inconveniência de fazê-las, uma vez em que, a seu juízo, a produção difusa da chamada Terceira Itália mantém distâncias fundamentais com o circuito curto do Sentier, seja quanto à força de trabalho, à qualidade do produto final, aos modos de capitalização ou ainda ao modelo de produção – de nossa parte, todavia, o modelo italiano figurará sempre no horizonte para que a partir de suas semelhanças e suas diferenças com o modelo parisiense melhor possamos compreender o último.⁴²⁴

A contração máxima do ciclo produtivo, assim como as altas taxas de flexibilidade que ela exige, está disposta de maneira global no sistema econômico do Sentier, sendo as rigidezes presentes na organização fordista da produção combatidas desde a etapa de concepção até aquela de venda dos produtos. Tomemos essas duas extremidades, as de maior importância para

⁴²³ A esse respeito, nossos autores defendem que “o ‘circuito curto’ não foi inventado para organizar a produção ou para reduzir seus custos”, mas, em vez disso, nasceu “de uma série de tentativas de satisfazer as exigências de comercialização e responder às suas urgências”. *SECA*, cap. 3, § A, p. 159.

⁴²⁴ *Ibid.*, § B, pp. 161-2, 165. De acordo com os nossos autores, a força de trabalho da produção difusa italiana é homogênea, proveniente de territórios locais, enquanto no Sentier há uma força de trabalho heterogênea, composta por diversos fluxos migratórios que só podem existir numa metrópole global; além disso, os produtos produzidos e comercializados no bairro parisiense são de baixa qualidade, enquanto os produtos das PMEs italianas possuem alta qualidade; outrossim, o processo de capitalização está no cerne da produção difusa no *bel paese*, enquanto o Sentier opera segundo um processo de descapitalização contínua (o bairro parisiense é visto como uma passagem, um lugar que se pretende abandonar no futuro, e os lucros lá obtidos são investidos no mercado imobiliário, em busca de maior rentabilidade); finalmente, as PMEs italianas são dominadas por um comportamento industrial, enquanto o bairro parisiense opera segundo um comportamento comercial. *Ibid.*, p. 165. Para um comentário específico das analogias e diferenças entre o modelo italiano e o parisiense, ver *ibid.*, cap. 7, § A, pp. 237-9. Para as considerações de Lazzarato, Negri e Santilli sobre as pesquisas citadas acima, cf. *ibid.*, cap. 6.

os fabricantes do bairro parisiense. Na primeira, a referida contração envolve, por exemplo, o abandono de qualquer aspiração de originalidade na criação dos novos modelos de roupas. Em casos extremos, o processo criativo é substituído pela mera cópia dos modelos lançados pela alta-costura. É mais frequente, porém, que o trabalho de concepção das peças de vestuário consista num processo de bricolagem que reúne a criação baseada em desenhos e fotos de modelos da alta-costura, por um lado, e, por outro, a adaptação desses modelos a uma série de determinações referentes por exemplo às matérias-primas disponíveis, de custo e qualidade evidentemente inferiores. Ainda mais corriqueira é a concepção baseada na reapresentação, ou poderíamos mesmo dizer reciclagem, com pequenas modificações aqui e acolá, de modelos antigos que obtiveram grande sucesso comercial em coleções passadas. Na outra ponta do ciclo, o Sentier se caracteriza basicamente pelas vendas de tipo *cash and carry* e pelas vendas de estoques. Neste caso, descrito como a base de estabilidade das empresas, as vendas de quantidades massivas de produtos se dirigem a grandes circuitos comerciais, inclusive no exterior. Naquele, descrito como um verdadeiro momento de verificação comercial do produto junto aos varejistas, as vendas se dão em lojas representantes do Sentier conforme um modelo de autoatendimento (*self service*) e os pagamentos se dão exclusivamente por meio de dinheiro vivo, eliminando assim os serviços de crédito e de transporte tradicionalmente oferecidos aos clientes.⁴²⁵

Entre essas duas extremidades, todavia, há a “*production véritable*”, isto é, a produção material, o momento dedicado à confecção dos produtos. À primeira vista, ponderam Lazzarato, Negri e Santilli, a função produtiva poderia parecer mesmo inexistente no modelo Sentier uma vez que ela é inteiramente confiada à subcontratação. Não obstante, embora seja o nível “mais baixo” do ciclo, a produção material está longe de ser exterior ao domínio do bairro parisiense. Em vez disso, ela faz parte de seu modelo e representa-lhe uma fase importante.⁴²⁶ Aqui, mais um paralelo pode ser encontrado entre os modelos parisiense e italiano. No entanto, enquanto na dita Terceira Itália a força de trabalho é homogênea, disposta sobre território locais, de urbanização meramente parcial, etc., tem-se no Sentier uma força de trabalho dita “étnica”, composta por imigrantes de variadas nacionalidades, cuja situação na capital francesa é na maioria dos casos irregular. Usualmente, as comunidades étnicas servem de base à divisão social do trabalho, cada uma delas especializando-se num tipo particular de operação. Assim, os trabalhadores de origem paquistanesa e cingalesa costumam ocupar-se do transporte de mercadorias e dos serviços de manutenção da maquinaria, enquanto aqueles de origem turca e iugoslava

⁴²⁵ SECA, cap. 3, § B, p. 163. Para a maior importância da criação e da comercialização em relação à confecção dos produtos, cf., por exemplo, *ibid.*, cap. 1, p. 140.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 139.

dominam o mercado da subcontratação, por exemplo. Tal divisão “étnica” do trabalho confere grande dinamismo à produção do bairro parisiense, especialmente quando o trabalho realizado pela comunidade de imigrantes se vincula aos modos de produção tradicionais de suas regiões de origem. Todavia, o elemento mais importante dessa força de trabalho deve ser apontado em seu preço. Segundo os dados levantados por nossos autores, o preço do trabalho subcontratado no Sentier permanecia estável – e com tendência de queda – desde 1973, ou seja, havia quase vinte anos! Semelhante fixidez é explicada pela situação irregular da força de trabalho imigrante na França e pela ameaça trazida pelo fluxo ininterrupto de imigração. Devido à fragilidade de sua situação jurídica e à oferta ilimitada de mão-de-obra de baixíssimo custo, os trabalhadores subcontratados submetem-se a uma precarização cada vez maior das condições de trabalho e a uma “manipulação indefinida” da sua remuneração, que é tendencialmente reduzida ao mínimo necessário para a sua própria subsistência ou, dito em outros termos, para a reprodução de sua força de trabalho.⁴²⁷

Para manter-se competitivo no mercado internacional, o Sentier promove a reprodução de condições de trabalho análogas às aquelas encontradas nos bolsões de pobreza do dito Terceiro Mundo. Se, por um lado, suas ruas oferecem aos olhos um vivo e alegre “espetáculo” do “vai-e-vem incessante de grupos multicoloridos de diaristas [*journaliers*] encarregados dos transportes e da manutenção”, por outro elas escondem um terreno subterrâneo e triste, onde se desenvolve o trabalho do grupo familiar de cinco a dez pessoas, de todas as idades, confinados num buraco fétido da periferia ou num porão do décimo terceiro [distrito, onde se concentra a comunidade de imigrantes do sudeste asiático], ao lado de uma máquina [de costura] e de uma pilha de produtos semiacabados”. Bem como disse Marx, em contexto análogo, para além da esfera rumorosa onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, há “o terreno oculto da

⁴²⁷ A fixidez do preço do trabalho subcontratado, pilar do circuito produtivo do Sentier, foi questionada no início dos anos oitenta. Naqueles anos, os primeiros trabalhadores subcontratados do bairro parisiense, a saber, os imigrantes iugoslavos, passaram a reivindicar uma melhor remuneração para o seu trabalho, apoiados na regularização de sua situação na França, na experiência adquirida na confecção dos produtos e em seu maior conhecimento do mercado e dos circuitos do Sentier. Ainda que essas reivindicações tenham se dado de maneira individualizada (não havia nenhum sindicato dos subcontratados e tampouco organização trabalhista autônoma no bairro parisiense), foi possível verificar uma oscilação frequentemente favorável aos trabalhadores nos preços do trabalho subcontratado. Entretanto, as iniciativas dos trabalhadores iugoslavos foram destruídas por uma série de eventos, dentre os quais o excepcional afluxo de “*boat people*” – isto é, de refugiados de países do sudeste asiático, notadamente o Vietnã, reunidos pelos autores sob a inadequada denominação de “chineses” – na capital francesa. Para que fizessem frente às comunidades já estabelecidas no Sentier, os “fabricantes” incentivaram a nova comunidade “chinesa” a abrir novas firmas de subcontratação, oferecendo-lhes demanda de trabalho e mesmo um financiamento inicial. A partir de então, os novos “empresários de subcontratação” de origem sudeste-asiática, cuja estratégia produtiva poderia ser resumida nas palavras “baixa qualidade dos produtos e baixa remuneração”, paulatinamente derrubaram os preços do trabalho subcontratado, fixando-o novamente em seu nível mais baixo. Para a fixidez do trabalho subcontratado no Sentier, cf. *SECA*, cap. 4, § B. Sobre a divisão “étnica” da força de trabalho, ver *ibid.*, cap. 5, § D, pp. 226-7.

produção”.⁴²⁸ Esse terreno oculto, argumentam os nossos autores, representa uma quebra em relação ao circuito principal do Sentier, a saber, o circuito comercial. “Entre o investimento, a produção, e a efetivação da mercadoria”, eles observam, “existe uma ruptura, um buraco negro em que o circuito se desmorona e desaparece – uma espécie de pequeno circuito cárstico que a análise qualifica da interrupção”. Interrupção, aqui, no sentido em que – diferentemente do modelo Benetton, em que a GE organizava de dentro a produção das PME – a confecção dos itens de vestuário, isto é, a produção material, não é organizada e nem mesmo contabilizada pelo circuito principal. Destarte, trata-se de um circuito marginal e mesmo independente que é subsumido em termos meramente formais ao grande circuito comercial do Sentier. Assim, concluirão Lazzarato, Negri e Santilli, mais que em “circuito curto”, deve-se falar em “circuito quebrado”. Entretanto, a definição do momento produtivo, da confecção dos itens de vestuário do Sentier, como um circuito quebrado não diminui a sua importância para o circuito principal. Pelo contrário,

o jogo de coexistência de ciclos diferentes, de sua articulação, da hierarquia que rege essa relação, constitui uma condição política e social específica. Sem certas condições políticas gerais, como a existência de uma política e de uma gestão particulares de imigração, sem uma forte tendência ao dualismo do mercado de trabalho, o modo de produção do Sentier seria impossível.

Nesse sentido, mais que a ideia de interrupção do grande ciclo é a metáfora do “circuito cárstico” – do deslocamento do circuito para um terreno subterrâneo, onde se encontra o trabalho subcontratado, o trabalho informal, o trabalho em domicílio, segundo uma organização “que mais se avizinha da escravidão que do modo de produção capitalista” propriamente dito, especialmente aquele encontrado na grande indústria, em vez de sua interrupção – que, a nosso ver, deve ser retida.⁴²⁹

Todavia, malgrado a popularidade da teoria do circuito curto na explicação da produção do Sentier, a força desse modelo explicativo, mesmo com as observações que lhe são feitas por Lazzarato, Negri e Santilli, não deve ser exagerada, uma vez que o resultado positivo da “acumulação recolhida de pequenas economias e de pequenas astúcias” e da “redução máxima da duração da rotação do capital investido” presentes no circuito curto são verificados somente em

⁴²⁸ SECA, cap. 4, § C, p. 198, MARX. *O capital. Op. cit.*, cap. 4, p. 250.

⁴²⁹ Cf. SECA, § A, p. 186. Nossa última percepção será confirmada pelos autores em outro trecho de seu relatório, quando é dito que “o circuito de produção do Sentier pode ser representado por uma série de ‘circuitos quebrados’, que são *reunidos por um mecanismo hierárquico*; um jogo de ‘bonecas russas’ cujo encaixe permite extrair uma massa produtiva considerável”. *Ibid.*, cap. 5, § D, p. 225. Para o conceito de subsunção formal e real em Marx, cf. MARX. *O capital*. São Paulo: Livraria editora ciências humanas ltda., 1978, cap. 6 (inédito), pp. 51-70. Sobre o dualismo do mercado de trabalho, remetemos mais uma vez a SOUZA. Mercado de trabalho. *Revista de Administração de Empresas. Op. cit.*

fases de produção “breves e eminentemente sazonais”. Como na indústria do vestuário, em geral, os ciclos de produção do Sentier, em particular, dão-se segundo a temporalidade das coleções, e ainda que o ritmo das estações se acelere cada vez mais e alguns fabricantes elaborem até seis coleções por ano, esse quadro não pode ser generalizado, pois, na maioria dos casos, os fabricantes se limitam à elaboração de uma ou, no máximo, duas coleções anuais: as de verão e de inverno. Desse modo, creem os nossos autores, “imaginar um modelo do Sentier que produza por ano no mesmo ritmo que por estação é impensável: extrapolar esse tipo de produção (que não se verifica sequer nos grandes produtores) equivale a fazer mitologia”. Contudo, para além do circuito curto, há uma outra coisa que se revela no exame do bairro parisiense e de seu modo excepcional de produção. “Com efeito, se são longas as pausas de um ciclo de produção a outro, o que se passa durante essas pausas?”. Uma primeira hipótese, logo descartada, diz que nada ocorre entre os ciclos de produção, que as pausas são pura e simplesmente pausas de far niente. Por outro lado, entretanto, é possível que essas pausas sejam, “por assim dizer, produtivas, mas de um tipo particular de produção – a produção imaterial”.⁴³⁰

Inicialmente, pode-se dizer que a produção imaterial se encontra do lado oposto ao trabalho subcontratado. Ou seja, se este ocupa o nível mais “baixo” do ciclo produtivo do Sentier, aquela perfaz o nível mais “alto” desse mesmo ciclo. Mas, em que sentido? De fato, a confecção de itens do vestuário é organizada sob as formas mais precárias de trabalho, assemelhando-se mesmo ao trabalho escravo. Contudo, se a produção material é considerada o nível mais baixo do sistema do Sentier, isso se deve menos à precariedade sob a qual ela é organizada que ao fato de que esse tipo de produção, assim como a organização que lhe é própria, está presente não só na metrópole parisiense, mas potencialmente em qualquer lugar, seja em outras cidades francesas (caso de Lyon, que começava a produzir para o Sentier), seja em outros países (notadamente aqueles do chamado Terceiro Mundo, os maiores concorrentes desse bairro). Inversamente, o trabalho imaterial presente no Sentier é intimamente vinculado à metrópole parisiense, não podendo ser facilmente encontrado em outros polos de produção têxtil ou de vestuário. Isso ocorre porque Paris e suas periferias abrigam aquilo que nossos autores nomeiam de “Bacia do Trabalho Imaterial” (BTI). Resumindo numa frase, eles nos dizem, “podemos considerar que a BTI ocupa um lugar específico e, às vezes, intercambiável, no ciclo produtivo, e que ela tem como fim conceber e produzir o conteúdo cultural e informacional da mercadoria”.⁴³¹ Contudo,

⁴³⁰ SECA, cap. 3, § C, pp. 166-7, grifos removidos.

⁴³¹ *Ibid.*, cap. 2, § B, p. 153. “... *produire le contenu culturel et informationnel de la machine*”, no original, em francês. Acreditamos que o aparecimento do termo “máquina” no lugar do mais intuitivo “mercadoria” constitua um erro tipográfico da edição original.

esse tipo de definição, muito próximo às fornecidas para o trabalho imaterial, expostas acima, não nos parece menos insuficiente que aquelas. De todo modo, quando expomos a primeira definição de trabalho imaterial dada em *Le Sentier* (e, portanto, a primeira definição desse conceito na trajetória intelectual de Negri), a BTI havia sido associada a “todas as competências de inteligência social”. Assim, persigamos tal associação na tentativa de melhor compreender o significado dessa “bacia” a partir da qual o trabalho imaterial se desenvolve.

Em dado momento do relatório de 1990, é dito que o Sentier se beneficia financeiramente pelo mero fato de se localizar no centro de uma das maiores metrópoles do mundo, a capital francesa. Trata-se de uma renda de situação que pode ser verificada em ao menos três ocasiões.⁴³² Primeiramente, na socialização dos custos de infraestrutura. Embora se assemelhe às grandes lojas de departamento francesas do século XIX, como a Galerie Lafayette do Boulevard Haussmann; embora as suas ruas sejam verdadeiros vasos comunicantes de toda uma estrutura produtiva ligada ao ramo do vestuário, com um movimento incessante de entregadores e de clientes, o Sentier é um lugar público e os custos envolvidos em sua manutenção são partilhados por toda a sociedade – ou, mais especificamente, pelos contribuintes, através dos impostos. Além disso, o bairro parisiense também se beneficia de uma série de fatores relacionadas às suas próprias urbanização e inserção na metrópole parisiense, como no caso do transporte público abundante e da fatura de equipamentos urbanos, como os serviços de telefonia e comunicação. Mas, somadas a essa ocasião de obtenção de renda, existem duas outras, ligadas mais de perto à BTI. Duma parte, há a relação de Paris com a área da moda. Com efeito, observam Lazzarato, Negri e Santilli, a metrópole parisiense “apresenta todas as características favoráveis ao desenvolvimento da moda”. Nela, há uma longa tradição ligada à alta-costura, com todas as habilidades profissionais (*savoir-faire*) que a última exige; igualmente, existe uma presença massiva de escolas de estilismo, além de um museu dedicado especificamente à moda e uma atenção particular dos governantes para com esta área que se tornou um setor específico da economia francesa. Doutra, a capital conta com uma série de elementos propriamente sociais que favorecem o desenvolvimento da moda. *A ville lumière* é “um caldeirão de raças e culturas, ela encarna a escolha permanente de tradições e sensibilidades, mistura a diversidade e a riqueza de estilos de vida” e, assim, constitui um “reservatório do gosto, seu incubador e o agente perfeito de sua transmissão”.⁴³³

⁴³² O conceito de renda de situação tem sua origem na economia clássica, sendo renovado pela teoria neoclássica. Em *Le Sentier*, se entende por esse conceito “todas as vantagens financeiras que são ligadas à simples localização do investimento produtivo, isto é, à sua implantação”. *SECA*, cap., 4, § D, p. 200.

⁴³³ *Ibid.*, pp. 200-1.

Isso, que em economia poderia ser chamado de externalidades positivas, assume para os nossos autores uma função produtiva fundamental, especialmente no que concerne à última ocasião em que a “renda de situação” pode ser verificada. “À renda tradicional (aquela que retorna às atividades situadas numa zona urbana de potencial elevado em matéria de implantação e de equipamento)”, eles observam, “não é somada apenas a renda funcional (que deriva da concentração de numerosas atividades do vestuário em um único lugar, permitindo assim a equação ‘Sentier = vitrine de venda = oficina de produção’), mas também um efeito produtivo direto, conectado à vocação imaterial da indústria da moda”. Em outras palavras, mais que os benefícios causados por elementos como a sua localização central, a estação de metrô que lhe serve, ou a multiplicidade de restaurantes que há ao seu redor, o Sentier “é atravessado por correntes contínuas de criatividade e concentra um vigoroso potencial de moda e de gosto”. A originalidade, a diversidade e a excentricidade do vestuário parisiense, nesse sentido, não são apenas o fruto da alta-costura, mas também de uma “imaginação que vem desde baixo”; as soluções originais e inovadoras surgem não só nos grandes costureiros e estilistas, mas também em “gente comum que a partir de ligeiras variações e de imperceptíveis associações descobrem perspectivas inéditas ou não exploradas pela moda oficial”. Ou seja, nessa metrópole em que as relações entre a cultura e a moda são “tradicionais e excepcionalmente estreitas”, existe uma produção “espontânea” e “autônoma” dos gostos, dos modos, dos estilos de vida, uma produção de elementos imateriais que escapa aos circuitos da moda oficial e que se apresenta diretamente no terreno social.⁴³⁴

A BTI, então, é o espaço para o qual confluem essas correntes sociais de criatividade que, no caso do Sentier, contribuem para a produção e para a comunicação dos gostos, das modas, dos estilos de vida. Semelhantemente à produção difusa da chamada Terceira Itália, há na BTI uma produção que se dá diretamente no terreno social, e, portanto, fora do grande circuito – industrial, naquele caso, comercial, neste. Outrossim, também como no caso italiano, tal produção precisa ser agenciada para os interesses do grande circuito, isto é, recuperada em favor do consumo de massa. Nas palavras de Lazzarato, Negri e Santilli, a renda deve se tornar lucro, a vantagem financeira obtida pela mera localização deve se deslocar, passando da passividade à criatividade, do espaço metropolitano ao tempo econômico.⁴³⁵ Para tanto, faz-se necessário que a produção de bens imateriais, dada “espontânea” e “autonomamente” no terreno

⁴³⁴ SECA, cap. 4, § D, p. 202. Para uma consideração sobre a questão das externalidades a partir dos estudos sociológicos negrianos de 1989 e 1990, cf. MOULIER-BOUTANG In: LAZZARATO *et al.* *Des entreprises pas comme les autres*. *Op. cit.*, Introduction, § 2.

⁴³⁵ SECA, *loc. cit.*

social, se converta na produção de bens materiais. Ou seja, para efetivar-se economicamente, a produção “imaterial” dos gostos, dos modos, dos estilos de vida, deve “materializar-se” na produção e na posterior comercialização de itens de vestuário.

Tal agenciamento, o sabemos, é realizado pelo empresário de novo tipo, o empresário que já havia sido nomeado por Negri de “político”, a partir de sua análise das transformações produtivas na Itália. No Sentier, por sua vez, a função do empresário político pode ser encontrada na figura dos fabricantes. Apesar de seu nome, os fabricantes do bairro parisiense muito pouco tem a ver com a produção *stricto sensu*, ou seja, com a confecção das peças de vestuário, que, como vimos acima, é inteiramente exteriorizada para as empresas subcontratadas e para a força de trabalho imigrante. Suas atividades essenciais consistem, em vez disso, em comprar os tecidos, criar os modelos, e, frequentemente, em assegurar-lhes o corte e ocupar-se da comercialização dos produtos. Dedicam-se às fases de criação e de comercialização, portanto. Mas, para além dessas atividades, cabe também ao fabricante do Sentier uma função dita “política” que diz respeito à reunião das condições de produção que se apresentam de forma autônoma no terreno social metropolitano. “Com efeito”, dizem Lazzarato, Negri e Santilli, “os novos agentes que se enquadram nessa categoria [de empresários de novo tipo] se exprimem e se definem essencialmente a partir de suas competências de administrador e de sua aptidão para fazer cooperar diversos sujeitos produtivos em diferentes fases do ciclo”. Decerto, isso é verdadeiro no que diz respeito ao trabalho manual subcontratado. Cabe ao fabricante, por exemplo, interpretar argutamente as políticas e os fluxos de imigração, o surgimento de novas comunidades étnicas, sua participação na produção e sua exclusão civil e política para melhor explorá-las. Assim, as desavenças entre as comunidades judia e armênia pode ser usada para confinar os últimos à produção artesanal, o excepcional afluxo de *boat people* e a constituição da comunidade leste-asiática pode ser manobrada para a derrubada dos preços do trabalho subcontratado, e a coesão dos fabricantes judeus pode ser empregada no fechamento do mercado para qualquer outra comunidade que tente escapar à subordinação que lhes é imposta para conduzir os seus próprios negócios.⁴³⁶ Porém, a atividade do empresário político do Sentier não se exerce, nem se pratica exclusivamente num ciclo de produção material, garantem os nossos autores. O empresário de novo tipo deve “gerenciar as relações externas, usar e controlar os processos independentes tanto na produção direta como na indireta”. Portanto, a ele também cabe “identificar e integrar momentaneamente no processo de produção os novos agentes sociais da produção imaterial que

⁴³⁶ Para a situação dos trabalhadores armênios no Sentier, cf. *SECA*, cap. 5, § C, p. 224. Sobre a comunidade leste-asiática, cf. *ibid.*, cap. 4, § B, 193-4 e *supra*. Enfim, para o caso dos trabalhadores malis e o seu fracasso em “sair do Sentier”, cf. *ibid.*, cap. 5, § D, p. 226.

não são ligados a nenhuma estrutura produtiva, mas se deslocam ‘livremente’ sobre o mercado como estilistas, fotógrafos, etc.”, transformando a atividade produtiva que se dá de maneira “autônoma” e “espontânea” no terreno social metropolitano em trabalho para o capital, em trabalho que materialize a potência imaterial produzida pela metrópole, em suma, em trabalho imaterial.⁴³⁷

A integração momentânea desses “agentes sociais da produção imaterial” é chamada pelos nossos autores de “empresa dúplice informal” [*entreprise bis informelle*].⁴³⁸ Ainda que não façam parte do ciclo de produção em termos estruturais, esses agentes podem “se integrar a diversas situações da vida do processo produtivo”, dependendo de sua função, de suas competências específicas e da demanda do mercado. Trata-se de uma espécie de “trabalho por projeto”; por exemplo, a criação de uma nova coleção. Mas é importante ressaltar que a BTI oferece uma disponibilidade permanente de agentes de produção prontos a oferecer os seus serviços não somente para uma única demanda de intervenção direta, um projeto específico, mas a qualquer hora e em qualquer fase da produção. Desse modo, observam os nossos autores,

a BTI se torna um segundo circuito produtivo em paralelo, onde a reprodução da inteligência social produz a mercadoria demandada, que posteriormente reintegra o circuito principal do ciclo produtivo. Se forma assim uma série de combinações produtivas de dependência ou de interdependência, em que os agentes produtivos são todos autônomos, mas ligados entre si por um vínculo contratual momentâneo. Trata-se de uma espécie de “empresa dúplice” que se constitui sempre de maneira diferente para responder a pedidos de entrega bastante precisos e que desaparece assim que a demanda seja satisfeita.

A BTI, portanto, oferece um mercado de força de trabalho imaterial extremamente flexível e ainda mais “desregulado” e informal que o do trabalho manual efetuado por imigrantes.⁴³⁹

⁴³⁷ Cf. *SECA*, cap. 1, pp. 140-1 e cap. 2, § B, pp. 153-4. Para melhor demarcar a produção social anterior à organização empresarial e a produção que se dá sob o comando capitalista, usamos os termos atividade e trabalho, respectivamente. Essa distinção vocabular, entretanto, não é operada por Negri. Nos escritos de nosso autor, o termo usado para as duas formas de produção é sempre “trabalho”. Por essa razão, será possível falar em “BTI” para se referir ao acúmulo de atividade produtiva que se dá de forma autônoma e espontânea na metrópole ou em “força de trabalho imaterial” para se referir tanto aos sujeitos da produção social quanto aos trabalhadores das áreas de criação e comunicação do Sentier. Implícita a esse uso dual do termo “trabalho” está a distinção marxiana entre trabalho “vivo” e trabalho “morto”, “passado”, “objetivado”, “cristalizado”, etc. Para esse tema, cf. BENSUSSAN; LABICA (Orgs.). *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Quadrige; PUF, 2001, p. 1178. Sobre os fabricantes do Sentier, remetemos a *SECA*, cap. 1, p. 140, cap. 2, § A, p. 151, § B, pp. 153-4 e cap. 4, § A, pp. 185-94.

⁴³⁸ Conforme a ordem de exposição de *Le Sentier*, o trabalho imaterial é tratado anteriormente ao trabalho manual subcontratado. Portanto, “empresa dúplice”, empresa que se soma à loja/oficina dos fabricantes. Em nossa ordem de exposição, que trata primeiramente do trabalho manual subcontratado e então do trabalho imaterial, poder-se-ia falar em “empresa tríplice”, sendo a empresa dúplice composta pela gama de PMEs subcontratadas. Destacamos ainda que nada impede a existência de empresas quadríplice, quintúplice, etc. Com efeito, é a imagem das bonecas russas citada acima que prevalece aqui.

⁴³⁹ *SECA*, cap. 2, § B, p. 154-6. Para introduzir essa produtividade dispersa no circuito principal de produção e comercialização, os novos empresários políticos precisam “dispor de competências administrativas que vão desde os conhecimentos técnicos até uma rede sólida de relações”, como, por exemplo, com outros empresários

A principal tarefa dessa força de trabalho imaterial, e do próprio trabalho imaterial realizado no Sentier, de forma mais geral, “é estruturar, dar uma forma articulada a algo que restaria disforme na vaga do gosto, da sensibilidade artística. É transformar tudo isso em capacidade profissional e então materializá-la em trabalho concreto”, dizem-nos Lazzarato, Negri e Santilli. Isso pode ser conferido de maneira exemplar na criação de novos modelos. A partir de sua pesquisa de campo, os nossos autores separaram três “tipos ideais” do trabalho imaterial. No primeiro, o criador da coleção é o próprio fabricante. O modelo pode ser uma criação original, ou, mais frequentemente, como já vimos, uma adaptação de outras coleções ou modelos. É bastante comum que, além dos casos – descritos por nós acima – em que as adaptações são feitas com base nos modelos da alta-costura, o fabricante simplesmente utilize de maneira fraudulenta, isto é, sem pagar por eles ou creditar os seus autores, alguns croquis ou portfólios apresentados por estilistas em busca de trabalho. No segundo, tem-se uma troca entre o fabricante e o estilista. Frequentemente, um jovem estilista (não raro formado em alguma das escolas localizadas no próprio Sentier) que precisa confeccionar uma pequena série de modelos para preparar suas coleções pessoais encontra ou, antes, é encontrado por um fabricante que se oferece para confeccionar junto à sua rede de subcontratados as peças de que o estilista necessita em troca de alguns croquis de modelos voltados ao mercado de massa. No terceiro, o fabricante se endereça às agências, que apresentam ao mercado o trabalho de seus clientes. No entanto, maior que o interesse em comprar esses trabalhos é a intenção do fabricante de usar a agência como um intermediário para encontrar facilmente uma força de trabalho disponível, num mercado não estruturado e em contínua evolução. Seja qual for o tipo ideal considerado, o mercado de trabalho imaterial é sempre usado de forma “marginal” (que envolve a bricolagem e a parasitagem) pelo fabricante do Sentier. É a sua “capacidade de tirar vantagem [*ruser*] desse modelo de relações de trabalho quando houver oportunidade” que se faz necessária em seu agenciamento dessa nova força de trabalho.⁴⁴⁰

e com as agências, que passavam a assumir um papel cada vez mais importante na BTI parisiense graças ao seu “raio de ação extremamente grande” na medida em que elas podem “intervir nos setores de publicidade e/ou de promoção, ocupar-se da reunião e da comercialização de dados e informações sobre diversos produtivos, ou enfim uma função mais clássica de agências de emprego generalistas e especializadas (modistas, fotógrafos, estilistas, etc.)”. *SECA*, cap. 2, § B, p. 155. Sobre o trabalho por projetos, remetemos sobretudo a BOLTANSKI; CHIAPELLO. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2011, cap. 2. Para um recorte sobre os empresários políticos na dita Terceira Itália e no Sentier, ver NEGRI. “O empresário político” In: COCCO, GALVÃO, URANI (Orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. *Op. cit.*, pp. 59-75.

⁴⁴⁰ *SECA*, cap. 3, § D, pp. 175-6. O que é importante para o fabricante do Sentier é que a novidade, o corte, as cores do momento sejam integradas aos seus produtos. Basta que ‘a ideia’ então em voga esteja na coleção. Que essa ideia seja uma reprodução *kitsch*, que os acabamentos sejam grosseiros, que a qualidade do tecido seja das piores, tudo isso não é muito importante para o cliente do Sentier. Para o Sentier, o mais importante é a rapidez da reprodução da moda do dia, a possibilidade de pôr o estilo que funciona [...] à disposição de sua clientela. Se existe uma qualidade específica do empresário do Sentier é precisamente a de saber “o que é preciso ser feito”

Mas o trabalho imaterial não se limita à transformação do gosto em novas coleções de roupas. Nossos autores falam de uma “multiplicação em cadeia” desse tipo de trabalho. Isso pode ser conferido no estilista que recebe uma nova encomenda e, a fim de melhor adequar as suas criações às preferências do cliente, recolhe “todas as informações a propósito do indivíduo para quem ele deve trabalhar”. Assim, ele se lança no que é chamado pelos autores de *Le Sentier* de “arquivos da inteligência social”. Trata-se tanto de bibliotecas, museus, galerias, quanto de amigos, de conhecidos que se especializaram sobre um indivíduo particular, do acúmulo de saber e de informação de colegas de trabalho, e, ainda, de revistas do setor, mensários da moda, dentre outros. Com efeito, a encomenda não exige somente a competência de um único indivíduo, mas também um saber que “é coextensivo à rede de relações, de conhecimentos e de informações” por ele acumuladas, ou seja, a uma rede colaborativa que se dá de maneira autônoma na metrópole. Também nesse sentido, o trabalho imaterial é sempre social. Outrossim, a comunicação das coleções é estreitamente ligada à sua criação. Sobre o uso da publicidade no *Sentier*, os autores nos fornecem mais dois tipos ideais que representam os casos extremos, havendo entre eles uma miríade de outros casos. O primeiro concerne à pequena empresa, onde se verifica um uso dito passivo da publicidade. Aqui, a publicidade é vista como a representação do gosto e da sensibilidade do momento, como expressão da moda atual, e, por conseguinte, é usada pelo fabricante como fonte de inspiração, de empréstimo de ideias, donde serão adaptados os novos modelos por ele confeccionados. O segundo diz respeito à grande empresa, que faz um uso dito ativo da publicidade. Neste caso, há a concepção de uma campanha publicitária que faz parte integrante da criação de uma linha de moda e a criação do gosto repousa também sobre a aptidão em explorar ao mesmo tempo uma coleção de moda e sua imagem publicitária.⁴⁴¹

Mais que a produção social dos territórios italianos, que é anterior à sua organização pelas GEs, o trabalho imaterial é exterior à organização produtiva do *Sentier*. Ou seja, embora faça um uso fundamental da força de trabalho imaterial, o bairro parisiense não se interessa por sua formação e tampouco pela organização de seu mercado. Assim, opostamente ao velho operário da FIAT, que recebia a sua formação técnica da própria fábrica de automóveis em uma

no momento e de fabricá-lo em dois dias por um preço que desafia toda a concorrência. Por essa razão, o fabricante está sempre atento à sensibilidade das ruas “e seus grandes sucessos dos últimos anos só podem ser explicados por sua faculdade de interpretar esse gosto de massa e de enriquecê-lo”. *SECA*, cap. 3, § D, p. 176-7 e cap. 4, § D, p. 201. Para a noção weberiana de “tipo ideal”, cf. WEBER. “A ‘objetividade’ do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política” In: *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Editora da Unicamp, 2001, v. 1, pp. 138-54.

⁴⁴¹ *SECA*, cap. 3, pp. 177-8. Em *Le bassin du travail immatériel dans la métropole parisienne*, Antonella Corsani, Lazzarato, Negri dedicam-se a cada um dos ramos da bacia de trabalho imaterial parisiense, a saber, a moda, a publicidade, a fotografia e o audiovisual, e à sua força de trabalho. Para essa pesquisa, cf. *BTI*, Deuxième Partie.

escola específica, ou mesmo às PMEs da Terceira Itália, que eram financiadas e recebiam certo *know-how* das GEs, o jovem estilista cooptado pelos fabricantes do Sentier é constrangido a se orientar por conta própria. Nas palavras de nossos autores, “o Sentier não lhe garante nenhuma escola, nenhum instituto de pesquisa ou de experimentação concernente ao *sport-wear*, ao desenvolvimento do gosto e à moda de massa. Tudo é deixado à iniciativa pessoal ou à intervenção das estruturas do Estado”. Ao mesmo tempo, essa força de trabalho possui “verdadeiras competências gerenciais”. Isso pode ser verificado quando não existe uma relação estável entre o estilista e o seu contratante, o que leva a empregabilidade do primeiro a resultar de uma espécie de gerenciamento de suas relações sociais (o que hoje é conhecido pelo nome de *networking*). Contudo, tais competências são percebidas de forma mais nítida quando a encomenda é recebida. Para cumpri-la, como dissemos, se faz necessário recorrer a uma rede de cooperação social, de modo que a própria habilidade do estilista é implementada por intermédio das suas relações diretas ou indiretas. Nesse sentido, o que emerge, para além da capacidade específica do estilista de criar e de inovar os gostos, é a sua função – e também da força de trabalho imaterial, em geral – de “ativar a cooperação social”. Somado a isso, o trabalhador imaterial tem também a função de “estruturar um circuito dúplice de produção amorfa (em sentido literal) em si mesma e pô-lo em atividade graças à organização de uma cooperação social que por vezes toma a forma de um verdadeiro ciclo de produção”. Por essa razão, fazer parte das redes de cooperação e informação, isto é, o gerenciamento das relações sociais, é essencial para a execução do trabalho imaterial e para o prolongamento de seu circuito, o circuito dúplice de produção.⁴⁴²

Destarte, o modelo do Sentier, dizem-nos Lazzarato, Negri e Santilli, guarda em si uma situação paradoxal. Por um lado, ele oferece grandes margens de liberdade à força de trabalho em sua cooperação social, por outro, ele a explora de maneira por eles qualificada de “pré-capitalista”.⁴⁴³ Em suas palavras, o Sentier utiliza

⁴⁴² SECA, cap. 3, § D, pp. 178-80. Dissemos acima que cabia ao empresário político reunir uma empresa dúplice de trabalhadores imateriais, e não aos trabalhadores imateriais eles mesmos. A esse respeito, esclarecem os nossos autores: “é pelo pedido de trabalho que o empresário do Sentier intervém indiretamente na atividade do *savoir-faire* e da competência empresarial da força de trabalho imaterial. O pedido de trabalho permite, com efeito, a materialização de um saber difuso e informal em redes de *savoir-faire*, tornando-as produtivas. Mas essa capacidade pertence ao próprio trabalho imaterial”. Além disso, se citamos acima que cabe ao empresário político “identificar e integrar momentaneamente no processo de produção os novos agentes sociais da produção imaterial que não são ligados a nenhuma estrutura produtiva, mas se deslocam ‘livremente’ sobre o mercado como estilistas, fotógrafos, etc.”, a essa citação complementam os nossos autores “e que, por seu turno, para responder ao pedido, devem coordenar o trabalho de uma série de colaboradores mais ou menos ocasionais”. Cf., respectivamente, *ibid.*, p. 179 e cap. 2, § B, p. 174.

⁴⁴³ A ideia de uma exploração “pré-capitalista” da força de trabalho já havia aparecido no relatório negriano de 1989. Lá é dito: “a grande revelação de nosso estudo desse resíduo de inovação produzida ao mesmo tempo pelas relações sociais e pelas relações de produção na Itália ao longo dos anos setenta consiste no fato que o novo

uma cooperação social que se constitui de maneira autônoma e independente dele. Todos os custos de reprodução social do trabalho imaterial são suportados pela própria força de trabalho imaterial e não pelo Sentier. Este, então, se apropria de forma quase gratuita do trabalho imaterial ao pagar derrisoriamente essa atividade estratégica.

O mais interessante no que concerne à força de trabalho imaterial, entretanto, é que, de acordo com a pesquisa conduzida por nossos autores no bairro parisiense, esse tipo de apropriação praticamente gratuita do trabalho não se dá exclusivamente por meio da coerção direta do capitalista (nesse caso, o empresário político). Ao contrário da Benetton, não é encontrado no Sentier nenhum vestígio do modelo disciplinar caro à organização fordista do trabalho. Em vez disso, a apropriação é fundada “sobre o interesse específico que tal mão-de-obra tem em aceitar [semelhantes] condições de trabalho”.⁴⁴⁴

São variadas as razões que levam os trabalhadores imateriais a oferecer de forma quase gratuita a sua força de trabalho. A primeira diz respeito à “relativa autonomia e independência que lhe são conferidas por sua relação de trabalho”. Ora, trata-se de uma geração pós-68, uma geração herdeira das lutas contra o que foi chamado por Hardt e Negri de “sociedade disciplinar”, isto é, a sociedade regida pelas normas disciplinares da grande indústria, a sociedade-fábrica. Bem como os trabalhadores italianos que, ao recusar o trabalho fabril, se dirigiram para a realização de uma dupla jornada de trabalho, questionando as rigidezes do trabalho comandado na indústria, o modelo do Sentier é vivido pelos trabalhadores imateriais em termos de liberdade. Além disso, “o fornecimento quase gratuito de competências profissionais e gerenciais dessa força de trabalho são compensadas por uma circulação de saber social muito estimulante intelectual e culturalmente, o que enriquece a vida profissional dos indivíduos”. Visto

empresário se modela sobre a modificação essencial do processo de produção. Em sua forma e em sua substância. [...]. É como se tivéssemos que descrever aqui uma nova acumulação primitiva [...]. Uma acumulação primitiva que se estende sobre o território, que requalifica a cooperação social, que se estende de forma totalitária sobre a sociedade. Mas com isso emerge a diferença em relação à acumulação marxiana: isso significa que essa nova acumulação primitiva que se dá sobre o conjunto do social não consegue – e isso desde o começo – se propor como tecido global. No modelo marxiano de acumulação primitiva, um setor da sociedade é completamente submetido ao capital, trabalha exclusivamente para o capital, se encontra (no fim do processo) pré-constituído pelo capital. Nessa segunda acumulação primitiva, a organização social produtiva se põe como alternativa ao processo capitalista tradicional. [...]. A autonomia da cooperação social produtiva é inteira. A extensão do modo de produção capitalista a toda a sociedade, até suas margens, em todas as suas fendas, não é uma redução totalitária da sociedade ao poder capitalista – é, em vez disso, a descoberta de uma nova realidade irreduzível, aquela da nova cooperação social independente”. *BECA*, cap. 3, § C, p. 127. Tal visão sobre as novas formas de produção social, fortemente influenciada pelo que nosso autor compreende como um “ato de liberdade” dos trabalhadores italianos e, portanto, bastante otimista, será temperada pela pesquisa no Sentier. Com efeito, em vez de uma “nova realidade irreduzível” ao comando capitalista, as novas formas de produtividade social serão vistas como parte integrante de uma contradição entre a autonomia produtiva e o comando capitalista, como veremos abaixo. O tema de uma nova acumulação primitiva, no entanto, continuará presente nas posteriores reflexões de Negri, até os dias atuais. Cf., por exemplo, *E*, cap. 3.2, pp. 256-9 e *C*, cap. 3.1, pp. 137-42.

⁴⁴⁴ *SECA*, § D, pp. 181-2.

que as relações sociais, a rede de contatos e o pertencimento a certos círculos são de importância substancial para a execução do trabalho imaterial, a inserção, a permanência e a contínua renovação dessas redes cooperativas pode ser profissionalmente mais interessante que a remuneração monetária imediata, principalmente quando são considerados o médio e o longo prazo, isto é, a carreira como um todo. Finalmente, o Sentier frequentemente oferece para muitos jovens a possibilidade “de se iniciar no trabalho, de *‘faire leurs premières armes’* e de acumular experiência e prestígio profissional”. Com efeito, “encarar a produção, ser capaz de gerir a preparação das coleções (dos projetos à confecção dos modelos), representa uma experiência insubstituível para aquele que deseja entrar na profissão”. O Sentier oferece essa oportunidade, e, em contrapartida, impõe suas condições precaríssimas de trabalho e de remuneração. Desse modo, como base da organização do trabalho imaterial no bairro parisiense, tem-se “uma espécie de pacto tácito entre uma força de trabalho em formação, que busca o seu estilo, e um empresário [ou, antes, um empresariado] que se aproveita disso para diminuir [seus gastos com] as remunerações”.⁴⁴⁵

Assim, pode-se perceber que os trabalhadores imateriais escapam às tradicionais categorias sociológicas concernentes ao trabalho. Por um lado, as categorias de trabalho de meio período, de trabalho informal, de trabalho regular, dizem os nossos autores, “se mostram absolutamente insuficientes para a apreensão do fenômeno”. Com efeito, é a categoria de “tempo de trabalho” que está em jogo aqui. No trabalho imaterial, é impossível distinguir o tempo de trabalho do tempo global de vida, e mesmo entre tempo produtivo e tempo improdutivo, na medida em que o saber desse trabalhador está em formação contínua, sua qualificação está em evolução permanente uma vez que ela é solicitada pelas relações de trabalho, pelos estudos e pesquisas pessoais, pelos encontros com outros criadores, pelas experiências em empresas, etc. Por outro, eles prosseguem, as divisões da força de trabalho em trabalho precário, trabalho regular, trabalho artesanal, profissionais liberais etc., levantam as mesmas dificuldades. Na verdade, há no trabalho imaterial uma espécie de síntese de saberes relacionados a uma série de ofícios. No que diz respeito à qualificação do primeiro, ela parece consoar aos profissionais liberais, no que concerne ao conteúdo cultural-informacional de seu trabalho, à formação intelectual que eles recebem e às competências gerenciais que devem exhibir; ao trabalho artesanal, pela capacidade

⁴⁴⁵ SECA, cap. 3, § D, p. 182. É claro que a apropriação gratuita do trabalho não é uma artimanha exclusiva do Sentier, assinalarão os nossos autores. Entretanto, o que torna o sistema do bairro parisiense específico é a sua função em um “acordo informal que abandona completamente ao trabalho imaterial a constituição e a organização de formas de cooperação social. Sua rede de informações, de troca, de *savoir-faire*, é praticamente desconhecido e, então, opaco ao sistema de produção. Aqui a cooperação é também em grande parte circulação espontânea de informações e de habilidades que não é esquadrinhada por uma estrutura de comunicação própria ao sistema de produção, mas que este se contenta em utilizar. *Ibid.*, p. 182-3.

de aliar a criatividade, a imaginação, e o trabalho técnico manual (além de desenhar, cortar o modelo, costurá-lo, etc.); ao trabalho precário, devido à completa ausência de garantias sociais necessárias (esses trabalhadores frequentemente combinam os recursos do trabalho oficialmente remunerado, do trabalho informal e do seguro-desemprego).⁴⁴⁶ Trata-se de uma nova composição técnica da força de trabalho, isto é, de uma força de trabalho que atua nos espaços ilimitados da produção social e, portanto, de operários sociais, segundo aquele vocabulário utilizado por Negri nos anos setenta.

De todo modo, é um modelo novo de produção aquele encontrado no Sentier, um modelo que decerto ultrapassa a organização fordista da produção. Ao fim de seu relatório, Lazzarato, Negri e Santilli perguntam-se a respeito de uma possível expansão desse modelo. Uma resposta positiva a essa questão já havia sido dada por alguns pesquisadores, que apontaram essa expansão seja na equivalência entre o modelo do Sentier parisiense e a produção difusa das PMEs italianas dos anos oitenta, seja na reprodução desse modelo em regiões periféricas de Paris, como o bairro Tolbiac e a comuna de Saint-Denis, seja ainda em sua adoção por grandes indústrias do ramo têxtil e do vestuário, como a Bidermann (cujas atividades foram encerradas em 1995). Para os nossos autores, entretanto, as semelhanças entre o Sentier parisiense e os outros casos supracitados, apoiados fortemente nas questões da subcontratação e do circuito curto, são meramente formais e mesmo ilusórias. Não obstante, eles prosseguem, o modelo do Sentier conhece uma expansão em termos “propriamente paradigmáticos, como modelo de uma fase do desenvolvimento industrial”. Tal expansão, diz respeito não à subcontratação ou ao circuito curto, mas, sim, ao caráter imaterial da produção. Destarte, caso se queira definir o paradigma do Sentier, ele pode ser definido “como o paradigma da subsunção da cooperação social no plano produtivo sob a dimensão da produção imaterial” ou, em outras palavras, como a apropriação da produção social pelo capital sob a forma do trabalho imaterial.⁴⁴⁷

A pesquisa conduzida no bairro parisiense levou os nossos autores à conclusão de que “no modelo do Sentier a cooperação produtiva, em sua densidade, se apresenta cada vez mais como um fato independente [da organização pelo fabricante] e [por conseguinte] como um processo autônomo de valorização”. Portanto, há uma nova forma sob a qual a cooperação se organiza no terreno produtivo, na esfera da produção imaterial. Trata-se de “uma estrutura de

⁴⁴⁶ *SECA*, cap. 3, § D, pp. 180-1.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, cap. 7, § B, p. 242. Devemos reconhecer aqui que, contrariamente ao que afirmam alguns autores, o trabalho imaterial não representa a nova forma de trabalho criada pelos trabalhadores a partir da recusa do trabalho. Em vez disso, o trabalho imaterial é o modo pelo qual o sistema capitalista se apropria do trabalho autônomo, social e cooperativo dos operários que de alguma forma resistiram às disciplinas do capitalismo reformista dos Trinta Gloriosos. Sobre esse tipo de acusação ao trabalho imaterial, cf., por exemplo, LESSA. *Para além de Marx? Op. cit.*, cap. 1.

produção orientada para uma espécie de terciarização avançada da produção e da comercialização do vestuário”, isto é, embora os autores ainda não usem esse termo, orientada para a forma dos serviços. Nesse sentido, Lazzarato, Negri e Santilli arriscam-se a tecer alguns prognósticos sobre o futuro do Sentier. A primeira consequência dessa “terciarização avançada” seria a passagem da apropriação gratuita do trabalho imaterial para uma verdadeira gestão desse tipo de trabalho e de seus recursos; por conseguinte, o “novo Sentier” deverá dotar-se de estruturas de centralização, administração, seleção e formação do trabalho imaterial; isso implicaria, por sua vez, a perda de “autonomia” e de “liberdade” relativas à cooperação social no trabalho criativo, sendo esse absorvido pela lógica da grande empresa; por fim, haveria o desmantelamento do circuito da subcontratação, que tende a automatizar-se. O Sentier então, deverá passar por uma espécie de transformação, deverá tornar-se um “novo Sentier”, o que já poderia ser observado em uma de suas empresas mais célebres, a Naf Naf. Paralelamente, o trabalho imaterial, tomará cada vez mais importância em relação ao trabalho material, até tornar-se, como afirmará Negri em obras posteriores, o novo paradigma tendencial do trabalho.⁴⁴⁸

Tais prognósticos nos levam ao último tema que gostaríamos de indicar em nosso comentário de *Le Sentier*. Um exame operarista da produção jamais poderia deixar de tocar a questão do conflito e tal questão não está ausente do relatório de 1990. Em dado momento, Lazzarato, Negri e Santilli afirmam que, “no Sentier, o conflito, tanto nos fabricantes quanto em parte dos agentes de subcontratação, pode ser definido como *a recusa da exploração normalizada*, do trabalho controlado”. Trata-se, como sabemos, de imigrantes que deixaram seus lugares de origem para fazer em Paris uma nova vida. Na França, prosseguem os nossos autores, essa recusa “tomará a forma de uma recusa de integração ordinária na cultura capitalista da metrópole parisiense”.

Cada enquête sobre o Sentier só pode desembocar nessa verdade fundamental: a não integração do fabricante bem como aquela de uma boa parte dos pertencentes à subcontratação. A combatividade toma no Sentier a forma da não integração. Cada entrevista com um fabricante (mesmo o mais bem-instalado) leva à conclusão da impossibilidade que existe para ele de normalizar a sua

⁴⁴⁸ SECA, cap. 7, §§ B e C, pp. 242-4. A afirmação da hegemonia do trabalho imaterial, portanto, não se apoia exclusivamente nas necessidades lógicas de um modelo teórico, mas na análise de um caso concreto e de sua expansão para outras regiões de Paris e da Europa. Para esse tema, podem ser conferidas as posteriores pesquisas de Negri e de Lazzarato, como “L’Europe en creux? Territoires de circulation? Limites et obstacles” em *Des entreprises pas comme les autres. Op. cit.*, Troisième Partie, “Le Bassin de Travail Immatérielle (BTI) dans la métropole parisienne” em BTI, pp. 15-161 e “Du service à la relation de service” em BTI, Annexe 2, além de pesquisas efetuadas por autores externos ao ciclo pós-operarista, como CLOT; ROCHEX; SCHWARTZ. *Les Caprices du flux*. Vigneux: Matrice, 1990, comentada por Lazzarato em LAZZARATO. *Les caprices du flux. Futur Antérieur*, v. 4, inverno, 1990. Para um comentário negriano do trabalho imaterial como paradigma produtivo do capitalismo atual, cf. E, cap. 3.4.

situação: o fabricante não se reconhece como uma instituição e se proclama inversamente um irregular e um nômade.⁴⁴⁹

Mesmo em contexto diverso do original, portanto, é a chave da recusa do trabalho que Negri utiliza para compreender os conflitos no Sentier, ao menos para os fabricantes e para “boa parte” dos trabalhadores subcontratados, de origem estrangeira. E quanto à nova força de trabalho imaterial? Como vimos, essa nova força de trabalho produz “livremente” nas redes de cooperação social. Não obstante, os prognósticos de nossos autores indicam a tendência de uma sub-sunção real do trabalho imaterial pelo capital, que passaria a assumir sua organização. Realizada essa tendência (realização que é confirmada nas obras posteriores de nosso autor), uma nova contradição tomaria lugar nas relações de trabalho, qual seja, a contradição entre as redes autônomas de cooperação social produtiva e as redes de comando do capitalismo reestruturado, a exigência de uma forma “livre” de produção e a tentativa de controlar essa nova potência social. Nesse sentido, o espaço para uma nova forma de resistência dos trabalhadores e de um novo antagonismo entre operários e capital se abre e, com isso, a pesquisa de uma nova composição política do proletariado, interrompida em 1979, poderá ser retomada. Com a configuração de uma nova composição técnica da força de trabalho no capitalismo reestruturado e com as lutas travadas por ela sobre o território metropolitano, o inverno que sobreveio a praticamente todo o exílio negriano na França “*è finito*”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ SECA, cap. 5, § C, p. 221

⁴⁵⁰ As pesquisas sobre a nova composição política da classe trabalhadora são retomadas por Negri em “Un nuovo pubblico”, a partir da “greve metropolitana” de 1995 contra o Plano Juppé, na França. Para esse tema, cf. “Un nuovo pubblico” In: *IF*, pp. 8-22. Para a passagem “da fábrica para a metrópole” como espaços de produção e de luta, cf. NEGRI. “Dalla fabbrica alla metropoli” In: *Dalla fabbrica alla metropoli*. Roma: Datanews, 2008, pp. 21-45.

Considerações finais ou *Eppur si muove!*

Com a abordagem do itinerário operarista de Negri e, notadamente, das pesquisas sociológicas cumpridas por ele em seu exílio na França proposta acima, julgamos ser possível avaliar uma dimensão do conceito de trabalho imaterial indisponível na esmagadora maioria dos comentários e críticas que lhe foram dirigidas. Evidentemente, o conceito de trabalho imaterial, como sabemos, tomará importância cada vez maior na trajetória intelectual do nosso autor ao longo dos anos noventa, sendo retomado e desenvolvido nos artigos por ele escritos para a revista *Futur Antérieur* e em sua posterior colaboração com Hardt. Contudo, acreditamos que nesses textos, de caráter mormente filosófico-conceitual e certamente mais conhecidos do público acadêmico, em geral, a faceta empírica presente na investigação dos novos processos laborais e das novas formas de produção bem como na formação do conceito de trabalho imaterial desvanece, dando espaço às mais diversas e, não raramente, equivocadas interpretações. Nesse sentido, retornar a tal itinerário militante e intelectual e, especialmente, a tais pesquisas sociológicas – essa modalidade de pesquisa tão importante para o operarismo italiano – no exame do conceito de trabalho imaterial nos parece fundamental.

Com efeito, não obstante Negri tenha “provincializado a Itália” nos anos de seu exílio, para retomar a expressão de Cocco, foi possível perceber ao longo desta dissertação que a formação do conceito de trabalho imaterial se vincula intrinsecamente a certa conjectura italiana do desenvolvimento da luta de classes e do desenvolvimento do capital, bem como a certa tradição interpretativa desses desenvolvimentos, a saber, o operarismo italiano – cujas linhas principais de pensamento jamais serão abandonadas pelo nosso autor.

De acordo com essa tradição interpretativa, o desenvolvimento do capital é ditado de maneira bastante precisa pelas lutas da classe operária, sendo esta última compreendida sempre em termos dinâmicos, históricos, através de suas composições técnica e, principalmente, política. Assim teria sido em 1848, quando a limitação jurídica da jornada de trabalho em dez horas diárias decorrente das lutas operárias forçou a alteração da forma capitalista de exploração, do mais-valor absoluto ao mais valor relativo. Igualmente, assim teria sido em 1917, quando os levantes operários em toda a Europa, notadamente a Revolução de Outubro, obrigaram ao abandono de uma gestão *laissez-fairiste* do capital, que passou a adotar um reformismo calcado na trindade constituída pelo taylorismo no modo de produção, o fordismo nas relações salariais e o keynesianismo na política macroeconômica. Assim teria sido também em 1968, quando as sublevações da juventude em todo o globo coagiram o capital a uma nova reestruturação, que

vem substituindo o modelo dito fordista de produção para um outro em que o trabalho imaterial, defende Negri, é tendencialmente hegemônico.

Porém, como vimos, as lutas contra o capital não são somente a ocasião que impele o último a reestruturar-se, buscando um novo modelo produtivo. As novas e originais formas de produzir são inventadas pela própria classe trabalhadora, seja qual for o nome que dermos a ela, e não raramente são também expressadas em suas lutas. Isso, segundo Negri pôde ser verificado na recusa do trabalho, presente de maneira explícita nas lutas dos operários de Porto Marghera, onde o nosso autor cumpriu a sua propedêutica à luta de classes, mas também em diversos outros levantes ao redor do globo, ainda que de maneira implícita. A perspectiva de um emprego estável de oito horas por dia e de cinco ou seis dias por semana na indústria, que era o sonho de muitos de seus pais, repetimo-lo, parecia uma espécie de morte àqueles jovens. Fugindo de tal perspectiva e, frequentemente, de tal realidade, eles passaram a engajar-se em novos modelos de produção, flexíveis, autônomos e dados diretamente no terreno social.

Não é difícil encontrar intérpretes que identificam essa nova forma social de produção àquilo que é chamado por Negri de trabalho imaterial. Assim, tal conceito faria referência a um “comunismo do capital”, a uma forma bela e boa de produção nos “tempos”, se assim podemos dizer, do fim da história, onde não há mais nenhum espaço para a transformação do real. Por outro lado, também uma “mistificação liberal” poderia ser encontrada na interpretação negriana da recusa do trabalho e na ideia de ulterior deslocamento operário na direção do trabalho autônomo e, em alguns casos, do empreendedorismo. Mas não é disso que se trata. O trabalho imaterial, bem como as tradicionais formas de trabalho fabril, é trabalho explorado pelo capital, trabalho organizado, ou, antes, agenciado para a sua acumulação. Como mostra a pesquisa de campo no Sentier parisiense, nada há de idílico nessa nova forma do trabalho. Pelo contrário, ao menos no que se refere à sua remuneração, ele envolve uma exploração ainda mais intensa que aquela imposta ao trabalho manual.

Decerto, o nome “trabalho imaterial” pode causar algum desconforto. Afinal, o que haveria de imaterial no trabalho do estilista, que não só desenha, mas também corta e costura os tecidos na confecção de seus modelos, ou no do fotógrafo, que para além dos cliques se dedica a um árduo e fatigante trabalho de edição fotográfica e que não deixa de se expor a condições mais ou menos insalubres das câmaras escuras e dos ambientes externos, para ficarmos com apenas dois exemplos da bacia do trabalho imaterial parisiense? A imaterialidade, poder-se-ia dizer, como frequentemente o fez Negri, está no produto. O valor se realiza não só na vestimenta, mas, por exemplo, no *glamour* que ela evoca, não só no papel fotográfico, mas, por

exemplo, nos afetos a que a fotografia conduz. Por outro lado, a imaterialidade estaria na matéria-prima. Trata-se, no caso da indústria do vestuário comentada acima, de transformar o gosto em consumo de massa, uma onda político-cultural da juventude em malhas de cores vivas. Mas ainda que a imaterialidade esteja presente nas duas pontas do processo produtivo, há entre elas um momento que a materialidade deve necessariamente estar presente: o trabalho.

Quando se diz trabalho imaterial, então, se diz uma bobagem. O trabalho é sempre material, disse o próprio Negri em sua última vinda ao Brasil. Um nome ruim, portanto. Um nome que, no mínimo, peca pela economia. Muito menos desconfortável seriam as noções “trabalho do imaterial”, de “trabalho sobre o imaterial”, ou mesmo de “trabalho para o imaterial”. Mas isso importa pouco. O que importa, é que “trabalho imaterial” é um nome *parlant*, um nome que bastante tem a dizer sobre as formas de trabalho e, de modo mais geral, sobre as formas de produção no capitalismo contemporâneo. Assim, é absolutamente precipitado pretender, sem mais, descartar tal conceito de Negri e, mais propriamente, a reflexão que a ele subjaz. Afinal, como alhures teria dito outro grande *cattivo maestro* italiano: *eppur si muove!*

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Ivone Castilho Benedetti; Alfredo Bosi. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALQUATI, Romano. *Per fare la conricerca*. Padova: Calusca, 1993.

———. Per una storia di classe operaia. *Bailamme*, v. 24, n. 2, pp. 173-205, 1999.

———. *Sulla Fiat e altri scritti*. Milano: Feltrinelli, 1975.

———. "Ulteriori note sull'università e il territorio" In: ALQUAT, Romano; NEGRI, Nicola; SORMANO, Andrea (Orgs.). *Università di ceto medio e proletariato intellettuale*. Torino: Stampatori, 1978, p. 9–216.

ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ALTHUSSER, Louis. "L'object du Capital" In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne (Orgs.). *Lire Le capital*. Paris: Maspero, 1973, v. 1, pp. 87-184.

———. *Pour Marx*. Paris: La découverte, 2005.

ARANTES, Paulo Eduardo. Um Hegel errado mas vivo: notícia sobre o Seminário de Alexandre Kojève. *IDE*, v. 21, pp. 72-9, 1991.

ARMANO, Emiliana; SACHETTO, Devi; WRIGHT, Steve. Co-research and couter-research: Romano Alquati's itinerary within and beyond italian radical political thought. *Viewpoint Magazine*, v. 3, 2013. Disponível em: < <https://www.viewpointmag.com/2013/09/27/coresearch-and-counter-research-romano-alquatis-itinerary-within-and-beyond-italian-radical-political-thought/>>. Acesso em: 15 out 2015

BAGNASCO, Arnaldo. *Le tre Italie: La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.

BALESTRINI, Nanni; MORONI, Primo. *L'orda d'oro: 1968-1977: la grande ondata rivoluzionaria e creativa, politica ed esistenziale*. S. Bianchi. Milano: Feltrinelli, 2015.

BASCETTA, Marco *et al.* "Italia, 1960-1981: un laboratorio político de la lucha de clases en la metrópoli capitalista" In: *Los libros de la autonomía obrera: antagonismo, organización, comunismo: hipótesis para la nueva política del sujeto hiperproletario global*. Trad. Marta Malo de Monila Balderon; Raúl Sanchez Cedillo. Madrid: Akal, 2004, pp. 339-77.

BATTAGLIA, Alberto. Operaio massa e operaio sociale: alcune considerazioni sulla “nuova composizione di classe”. *Primo Maggio*, v. 14, inverno, pp. 71-7, 1980.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. *Retour sur la condition ouvrière : Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Monbéliard*. Paris: La découverte, 2012.

BENSUSSAN, Gérard; LABICA, Georges (Orgs.). *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Quadrige; PUF, 2001.

BOLOGNA, Sergio. A review of “Storming heaven: class composition and struggle in Italian Autonomist Marxism” by Steve Wright. Trad. Arianna Bove. *Strategies: journal of theory, culture and politics*, v. 16, n. 2, pp. 97-105, 2003.

———. Class composition and theory of the party at origin of the worker’s council movement. Trad. Bruno Ramirez. *Telos*, v. 13, pp. 4-27, 1972.

———. "Moneta e crisi" In: BOLOGNA, Sergio; CARPIGNANO, Paolo; NEGRI, Antonio. *Crisi e organizzazione operaia*. Milano: Feltrinelli, 1974.

———. Problematiche del lavoro autonomo in Italia. *Altre Ragioni*, v. 1, 1992.

———. “Proletari e Stato” di Antonio Negri: una recensione. *Primo Maggio*, v. 7, pp. 25-8, [s.d.].

———. Rapporto società-fabbrica come categoria storica. *Primo Maggio*, v. 2, pp. 1-8, 1973-1974.

BOLOGNA, Sergio *et al.* *Operai e Stato: Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Milano: Feltrinelli, 1972.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. 2^a ed. Paris: Gallimard, 2011.

BORIO, Guido; POZZI, Francesca; ROGGERO, Gigi. "Conricerca as political action" In: COTÉ, M.; DAY, R.J.F.; PEUTER, G. de (Orgs.). *Utopian pedagogy: radical experiments against neoliberal globalization*. Trad. Enda Brophy. Toronto: University of Toronto, 2007, pp. 163-85.

BOUNINE, Jean; JOLLÈS, Georges. *Un projet pour le textile-habillement français*. Rapport au Ministre de l'Industrie et de l'Aménagement du Territoire, 1989 (relatório de pesquisa).

BRESCHI, Danilo. "La lunga vigilia del Sessantotto: appunti per una genealogia della 'nuova sinistra' italiana" In: COCCIA, Benedetto (Org.). *40 anni dopo: il sessantotto in Italia fra storia, società e cultura*. Roma: APES, 2008, pp. 59-154.

BROWN, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Trad. Bruno Casotti. São Paulo: Record, 2012.

BROWN, Nicholas; SZEMAN, Imre. O que é a multidão? Trad. Milton Ohata. *Novos Estudos*, v. 75, pp. 93-108, 2006.

CAFFENTZIS, George. *In letters of blood and fire: work, machines, and crisis of capitalism*. Oakland; Brooklyn: PM Press; Common Notions; Autonomedia, 2013.

CASARINO, Cesare; NEGRI, Antonio. *In the praise of de common: a conversation on Philosophy and Politics*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 2008.

CAVA, Bruno. A copesquisa militante no autonomismo operaista. *Lugar Comum*, v. 37-38, pp. 17-38, 2013.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels. *EconomicA*, v. 11, n. 1, pp. 199-215, 2010.

CHINELLO, Cescio. Il sessantotto operaio e studentesco a Porto Marghera nel trentennale. *Sindacato e lotte dei lavoratori a Padova e nel Veneto (1945-1969)*, Annale 2, pp. 179-222, 1998.

———. *Sindacato, Pci, movimenti negli anni sessanta: Marghera-Venezia 1955-1970*. Milano: Franco Angeli, 1996.

LA CLASSE. n. 13-4, ago. 1969.

CLASSE OPERAIA, v. 1, jan. 1964.

———, v. 3, mar. 1964.

———, v. 4-5, mai. 1964.

———, v. 6, jun. 1964.

CLEAVER, Harry. *Reading Capital politically*. Leeds (UK); Edinburgh: Anti/Thesis; AK, 2000.

CLOT, Yves; ROCHEX, Jean-Yves; SCHWARTZ, Yves. *Les caprices du flux: les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent*. Vigneux: Matrice, 1990.

COCCO, Giuseppe. "Negri além de Negri" In: NEGRI, Antonio (Org.). *Marx além de Marx: ciência da crise e da subversão: cadernos de trabalho sobre os Grundrisse*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016, pp. 322-49.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Patez; URANI, André (Orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Trad. Frédéric Monié, Eliana Aguiar; Sieni Maria Campos. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COLLETTI, Lucio. *Il marxismo e Hegel*. Bari: Laterza, 1969.

COMITATO OPERAIO DI PORTO MARGHERA. *Lotte operaie e problema dell'organizzazione: luglio '68-febbraio '70*. Milano: Edizione della Libreria, 1970.

CORRADI, Cristina. Panzieri, Tronti, Negri: le diverse eredità dell'operaismo italiano. *Consecutio Temporum*, v. 1, pp. 53-72, 2011.

———. *Storia dei marxismi in Italia*. Roma: Manifestolibri, 2005.

CORSANI, Antonela et al. *Le basin de travail immatériel (BTI) dans la métropole parisienne*. Paris: L'Harmattan, 1996.

CRISTÓFARO, Helgis Torres. *O trabalho como categoria em Economia Política*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016 (dissertação de mestrado).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian; MOUHOUD, Eli Mouhoub. *Sauver Marx? Empire, multitude, travail immatériel*. Paris: La découverte, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. 2ª ed. São Paulo: 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. "Os intelectuais e o poder" In: DELEUZE. *A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)*. Luiz B. L. Orlandi (Org.). Trad. Roberto Machado. São Paulo: Iluminuras, 2006, pp. 265-73.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

———. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr.; Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: 34, 1992.

DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau e Marx: e altri saggi di critica materialistica*. 5ª ed. Roma: Editori Riuniti, 1997.

DESCARTES, René. "Discurso do método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências" In: *Os pensadores*. Trad. Bento Prado Jr.; J. Guinsburg. São Paulo: Abril cultural, 1973, v. 15, pp. 33-79.

———. *Regras para a direcção do espírito*. Trad. João Gama. Lisboa: 70, [s.d.].

DOSSE, François. *Gilles Deleuze e Félix Guattari: biografia cruzada*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

———. *História do Estruturalismo: O campo do signo - 1945/1966*. Trad. Álvaro Cabral. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

———. *O renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Trad. Constancia Morel. São Paulo: Unesp, 2003.

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: Un comentario a los Grundrisse*. 2ª ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 1991.

DYER-WITHEFORD, Nick. Cyber-Marx: general intellect and immaterial labor. In: MURPHY, Timothy S; MUSTAPHA, Abdul-Karim (Orgs.). *The philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. London; Ann Arbor (MI): Pluto, 2005, v. 1, pp. 136-62.

ECO, Umberto. *Opera aberta*. 5ª ed. Milano: Bompiani, 1997.

———. *Sette anni di desiderio*. 2ª ed. Milano: Bompiani, 1985.

ENGELS, Frederick; MARX, Karl. *Marx-Engels collected works: Marx and Engels letters (1856-1859)*. Trad. Peter Ross; Betty Ross. Moscou: Progress Publishers, 1983.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

———. *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

FASULO, Fabrizio. Raniero Panzieri and the workers inquiry: the perspective of living labor, the function of science and the relationship between class and capital. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, v. 14, n. 3, pp. 315-33, 2014.

FAVILLI, Paolo. *Storia del marxismo italiano*. Milano: Franco Angeli, 1996.

FONSECA, Thiago Silva Augusto da. *Hardt, Negri e a organização do desejo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015 (dissertação de mestrado).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

———. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-49.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOURASTIÉ, Jean. *Les trente glorieuses: ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979.

GALLINO, Luciano (Org.). *Il lavoro e suo doppio: seconda occupazione e politiche del lavoro in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1985.

GINSBORG, Paul. *A story of contemporary Italy: 1943-1980*. London: Penguin, 1990.

GRAEBER, David. The Sadness of Post-workerism or “Art and Immaterial Labour” Conference, a sort of Review. *The Commoner*. Disponível em: <http://www.commoner.org.uk/wp-content/uploads/2008/04/graeber_sadness.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2017.

GRISPIGNI, Marco. *1977*. Roma: Manifestolibri, 2006.

GUATTARI, Félix. *La révolution moléculaire*. Paris: Les pairies ordinaires, 2012.

———. Le Capitalisme Mondial Intégré et la révolution moléculaire. *Politis*, pp. 1-9, 1981.

———. *Les années d’hiver 1980-1985*. Paris: Les pairies ordinaires, 2009.

GUATTARI, Félix; NEGRI, Antonio. *Les nouveaux spaces de liberté*. Clemency: Lignes, 2010.

GUEVARA, Ernesto. *Obras Escogidas*. [s.l.]: Resma, 2004.

HAIDER, Asad; MOHANDESI, Salar. Worker’s inquiry: a genealogy. *Viewpoint Magazine*, v. 3, 2013. Disponível em: <<https://www.viewpointmag.com/2013/09/27/workers-inquiry-a-genealogy/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HARDT, Michael. *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia*. Trad. Sueli Cavendish. São Paulo: 34, 1996.

———. *The art of organization: foundations of a political ontology in Gilles Deleuze and Antonio Negri*. University of Washington, Seattle, 1990 (tese de doutorado).

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge (MA); London: The Belknap of Harvard University, 2011.

———. *Empire*. Cambridge (MA); London: Harvard University, 2000.

———. *Labor of Dionysus: a critique of the State-form*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 1994.

———. *Multitude: war and democracy in the age of Empire*. New York: Penguin, 2004.

HARDT, Michael; VIRNO, Paolo (Orgs.). *Radical Thourght in Italy: a potential politics*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 1996.

HARMAN, Chris. *The fire last time: 1968 and after*. London; Chicago; Melbourne: Bookmarks, 1998.

HARVEY, David. *Para entender O capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Scritti di filosofia del diritto*. Antonio Negri (Org. Trad. Antonio Negri. Bari: Laterza, 1962.

HENN, Leonardo G. A virada tática comunista no final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. *Revista Latino-americana de História*, v. 1, n. 3, pp. 289-99, 2012.

JONES, LeRoi. *Blues People: negro music in white america*. New York: Perennial, 2002.

KEYNES, John Maynard. *A revision of the Treaty: being a sequel to The economic consequences of the peace*. San Diego: Simon, 2003.

KOHAN, Néstor. *Ernesto Che Guevara: el sujeto y el poder*. Buenos Aires: Nuestra America, 2003.

———. "O Império de Hardt & Negri: para além de modas, “ondas” e furores" In: BORON, Atilio A. (Org.). *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Departamento de Ciência Política. FFLCH. USP, 2006, pp. 247-68.

LANZARDO, Dario. Intervento socialista nella lotta operaia. *Quaderni Rossi*, v. 5, pp. 1-24, 1965.

LANZARDO, Dario. *La rivolta di piazza statuto: Torino, luglio 1962*. Milano: Feltrinelli, 1979.

LAZAR, Marc; MATARD-BONUCCI, Marie-Anne (Orgs.). *L'Italie des années de plomb: le terrorisme entre histoire et memoire*. Paris: Autrement, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. *Futur Antérieur*, v. 10, n. 2, 1992. Disponível em: < <http://www.multitudes.net/Le-concept-de-travail-immateriel/>>. Acesso em : 01 abr. 2016

———. Les caprices du flux. *Futur Antérieur*, v. 4, inverno, 1990. Disponível em: < <http://www.multitudes.net/Les-caprices-du-flux-les-mutations/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

LAZZARATO, Maurizio *et al.* *Des entreprises pas comme les autres: Benetton en Italie, le Sentier a Paris*. Paris: Publisud, 1993.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: formas de vida a produção de subjetividade*. Trad. Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSA, Sergio. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. *Revista Outubro*, v. 8, pp. 27-46, 2003.

———. *Para além de Marx? Crítica da teoria imaterial do trabalho*. São Paulo: Xamã, 2005.

LOSURDO, Domenico. *Dai fratelli Spaventa a Gramsci: Per una storia politico-sociale della fortuna di Hegel in Italia*. Napoli: Città del Sole, 1997.

LUMLEY, Robert. *States of Emergency: cultures of revolt in Italy from 1968 to 1978*. London; New York: Verso, 1990.

MACHIAVELLI, Niccolò. "Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio". In: *Tutte le opere*. Mario Martelli (Org.). Firenze: Sansoni, 1971, pp. 73-254.

MALO, Marta (Org.). *Nociones Comunes: experiencias y ensaios entre investigación y militancia*. Madrid: Traficante de sueños, 2004.

MANDARD, Stéphane; NEGRI, Antonio. Negri defende antiliberalismo globalizado. *Folha de São Paulo*, p. A 12, 2002.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien años de soledad*. Madrid: Alfaguara, 2007.

MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. 8ª ed. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2013.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França: de 1848 a 1850*. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

———. "Carta a Ludwig Kugelmann" (12 de abril 1871). In: *Obras escolhidas*. José Barata Moura *et al.* (Orgs.). Trad. José Barata-Moura; João Pedro Gomes. Moscou: Progresso Lisboa, 1982, v. 2, pp. 457-8.

———. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

———. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle; Leonardo de Deus. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

———. Enquête ouvrière. *Travailler*, v. 12, n. 2, pp. 21-8, 2004.

———. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer; Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

———. "Marx an Ludwig Kugelmann (12 April 1871)" In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Karl Marx-Friedrich Engels Werke*. Berlin: Dietz, 1976, v. 33, pp. 205-6.

———. "Marx to Ludwig Kugelmann (12 April 1871)" In: ENGELS, Frederick; MARX, Karl. *Marx-Engels collected works*. Trad. Rodney Livingstone. Moscou: Progress Publishers, 1989, v. 44, pp. 131-4.

———. *Miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

———. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

———. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

———. *O capital: livro I, capítulo VI (inédito)*. Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria editora ciências humanas Ltda., 1978.

MEZZADRA, Sandro. Operaísmo e pós-operaísmo. *Lugar Comum*, Trad. Bruno Cava. v. 42, pp. 85-92, 2014.

MOMIGLIANO, Franco. Possibilità e limite dell'azione sindacale. *Quaderni Rossi*, v. 2, pp. 99-115, 1962.

MONTAGNÉ-VILLETTE, Solange. *Le Sentier: un espace ambigu*. Paris: Masson, 1990.

MONTEFUSCO, Willler; SERSANTE, Millo. *Dall'operaio sociale alla moltitudine: la prospettiva ontologica di Antonio Negri (1980-2015)*. Roma: DeriveApprodi, 2016.

MURPHY, Timothy S. *Antonio Negri: modernity and multitude*. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity, 2012.

MUSTO, Macello (Org.). *Karl Marx's Grundrisse: foudation of the critique of political economy 150 years later*. London; New York: Routledge, 2008.

NARDIN, Giuseppe (Org.). *La Benetton: Strategia e struttura di un'impresa di successo*. 2ª ed. Roma: Edizioni Lavoro, 1987.

NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*. Trad. Raquel Ramalhete. São Paulo: 34, 1993.

———. *Alle origini del formalismo giuridico*. Padova: Cedam, 1962.

———. Ambiguità di Panzieri? *Aut Aut*, v. 149-150, pp. 141-55, 1975.

———. "Biocapitalismo e constituição política do presente" *In: Biocapitalismo*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Iluminuras, 2015.

———. *Books for burning: between civil war and democracy in 1970s Italy*. Trad. Arianna Bove, Ed Emery, Timothy S Murphy, *et al.* London; New York: Verso, 2005.

———. *Cinco lições sobre Império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. *Dall'operaio massa all'operaio sociale: intervista sull'operaismo*. Paolo Pozzi e Roberta Tomassini (Orgs.). Verona: Ombre Corte, 2007.

———. "Dalla fabbrica alla metropoli" In: *Dalla fabbrica alla metropoli: saggi politici*. Roma: Datanews, 2008, pp. 21-45.

———. *Dentro/contro il diritto sovrano: Dallo Stato dei partiti ai movimenti della governance*. Verona: Ombre Corte, 2009.

———. Diálogos com Antonio Negri: Império. In: São Paulo: [s.n.], 25 out. 2016 (conferência). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lDdqF3ThmWA&t=18027s>>. Acesso em: 05. jan. 2017.

———. *Diary of an escape*. Trad. Ed Emery. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity, 2010.

———. *Exílio: seguido de Valor e afeto*. Trad. Renata Cordeiro. São Paulo: Iluminuras, 2001.

———. *Fabbrica del soggetto: Profili, protesi, transiti, macchine, paradossi, passaggi, sovversione, sistemi, potenze: appunti per un dispositivo ontologico*. Livorno: XXI secolo, 1987.

———. *I libri del rogo*. Roma: DeriveApprodi, 2006.

———. Il comune come modo di produzione. *Euronomade*, 2016. Disponível em: <<http://www.euronomade.info/?p=7331>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

———. *Il lavoro nella Costituzione*. Verona: Ombre Corte, 2009.

———. "Interpretation of the class situation today: methodological aspects" In: BONEFELD, Werner; GUNN, Richard; PSYCHOPEDIS, Kosmas (Orgs.). *Open Marxism: theory and practice*. Trad. Michael Hardt. London: Pluto, 1992, v. II, pp. 69-105.

———. *Jó: a força do escravo*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

———. *Kairòs, Alma Venus, Multitudo: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Trad. Orlando dos Reis; Marcello Lino. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. *Karl Marx's Grundrisse*. Uninomade 2.0. Disponível em: <<http://www.uninomade.org/karl-marx-grundrisse/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

———. *L'inverno è finito: Scritti sulla trasformazione negata (1989-1995)*. Roma: Caltelvecchi, 1996.

———. *La forma-Estado*. Trad. Raúl Sanchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003.

———. *Lenta ginestra: Saggio sull'ontologia di Giacomo Leopardi*. Milano: Mimesis, 2015.

———. *Marx beyond Marx: lessons on the Grundrisse*. Trad. Harry Cleaver, Michael Ryan; Maurizio Viano. London; New York: Pluto; Autonomedia, 1991.

———. *Marx oltre Marx*. Roma: Manifestolibri, 1998.

———. "Movimento operaio" In: *Enciclopedia Feltrinelli-Fischer: Scienze Politiche 1: Stato e Politica*. Milano: Feltrinelli, 1970, pp. 228-37.

———. O comum: dos afetos à construção de instituições. Trad. Thiago Silva Augusto da Fonseca. *Uninômade*, 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/1948/>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

———. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

———. Operai senza alleati. *Classe Operaia*, v. 3, pp. 1, 18, mar. 1964.

———. *Pipe-line: lettera da Rebibbia*. Roma: DeriveApprodi, 2009.

———. Qu'est-ce que la philosophie, selon Deleuze et Guattari. *Futur Antérieur*, v. 8, inverno, 1991. Disponível em: < <http://www.multitudes.net/Qu-est-ce-que-la-philosophie-selon/>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

———. *Quando e como eu li Foucault*. Mario Antunes Marino (Org.). Trad. Mario Antunes Marino. São Paulo: n-1, 2016.

———. *Saggi sullo storicismo tedesco*. Milano: Feltrinelli, 1959.

———. *Spinoza*. 2ª ed. Roma: DeriveApprodi, 2006.

NEGRI, Antonio. *Stato e diritto nel gionave Hegel: studio sulla genesi illuministica della filosofia giuridica e politica di Hegel*. Padova: Cedam, 1958.

———. *The political Descartes: reason, ideology and the burgueois project*. Trad. Matteo Mandarinini; Alberto Toscano. London; New York: Verso, 2007.

NEGRI, Antonio. *The politics of subversion: a manifesto for the twenty-fist century*. Trad. James Newell. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity, 2005.

———. *Trentatré lezione su Lenin*. Roma: Manifestolibri, 2004.

———. Un intellettuale fra operai. In: SACHETTO, Devi; SBROGIÓ, Gianni (Orgs.). *Quando il potere è operaio*. Roma: Manifestolibri, 2009, pp. 140-50.

NEGRI, Antonio; RIESER, Vittorio. Chimici: dalla lotta sindacale alla lotta politica. *Quaderni Rossi - Cronache Operaie*, 1963.

NEGRI, Toni. *Fin de Siglo*. Trad. Pedro Aragón Rincón. Barcelona: Paidós, 1992.

———. *Revolution Retrieved: writings on Marx, Keynes, capitalist crisis, and social subjects (1968-1983)*. Trad. Ed Emery. London: Red Notes, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

PALANO, Damiano. Il bandolo della matassa: forza lavoro, composizione di classe e capitale sociale: note sul metodo dell'inchiesta. *Intermax*, pp. 1-51, 2000.

PANZIERI, Raniero. *La crisi del movimento operaio: scritti, interventi, lettere, 1956-1960*. Milano: Lampugnani Nigri, 1973.

———. *Lotte operaie nello sviluppo capitalistico*. Torino: Einaudi, 1976.

———. *Ripresa del marxismo leninismo in Italia*. Roma: Nuove edizioni operaie, 1977.

———. Uso socialista dell'inchiesta operaia. *Quaderni Rossi*, v. 5, pp. 67-76, 1965.

PATALANO, Rosario. "Genesi e sviluppo del paradigma marxista in Italia" In: BELLOFIORE, Riccardo (Org.). *Da Marx a Marx? Un bilancio dei marxismi italiani del Novecento*. Roma: Manifestolibri, 2007, pp. 35-75.

PAVONE, Claudio. *Una guerra civile: Saggio storico sulla moralità nella Resistenza*. Torino: Bollati Boringhieri, 1991.

PIZZORNO, Alessandro. "Political exchange and collective identity in industrial conflict" In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (Orgs.). *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968*. London; Basingstoke: Macmillan, 1978, v. 2: pp. 277-98.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições 70, 2015.

POTERE OPERAIO DI PORTO MARGHERA. *Porto Marghera/Montedison/Estate '68*. Firenzi: Centro G. Francovich, 1968.

POZZI, Paolo. *Insurrezione*. Roma: DeriveApprodi, 2007.

PRIESTLAND, David. *A bandeira vermelha: uma história do comunismo*. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2012.

QUADERNI ROSSI, v. 5, 1965.

RABINBACH, Anson. *A human motor: energy, fatigue and the origins of modernity*. Berkeley; Los Angeles: University of California, 1992.

RIESER, Vittorio. "L'inchiesta comme stile di militanza: un ricordo de Vittorio Rieser" In: BORIO, Guido; POZZI, Francesca; ROGGERO, Gigi (Orgs.). *Futuro Anteriore: dai "Quaderni Rossi" ai movimenti globali: ricchezze e limiti dell'operaismo italiano*. Roma: DeriveApprodi, 2002.

ROGGERO, Gigi. Breves notas sobre o método. *Lugar Comum*, Trad. Bruno Cava. v. 39, pp. 91-6, 2013.

———. Liberdade operaísta. *Lugar Comum*, Trad. Pedro Barbosa Mendes. v. 30, pp. 13-6, 2011.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. 3ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2011.

SANTIAGO, Homero. A recusa do trabalho (a experiência revolucionária de Porto Marghera). *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 19, n. 2, pp. 249-65, 2001.

SANTIAGO, Homero. Um conceito de classe. *Cadernos Espinosanos*, v. 30, pp. 24-48, 2014.

SASSO, Robert; VILLANI, Arnaud (Orgs.). *Le vocabulaire de Gilles Deleuze*. Paris: J. Vrin, 2003.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *Small is beautiful: economics as if people mattered*. New York: Harper & Row, 1975.

SIQUEIRA, Rafael Sousa. *O método da crítica da economia política: a ciência de Marx na "Introdução" dos Grundrisse de 1857*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2015 (dissertação de mestrado).

SOUZA, Maria Cristina Cacciamali de. Mercado de trabalho: abordagens duais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 18, n. 1, pp. 59-69, 1978.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3ª ed. São Paulo: Polis, 1982.

THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class*. London: Penguin, 1991.

TOSCANO, Alberto. "Chronicles of insurrection: Tronti, Negri and the subject of antagonism" *In*: CHIESA, Lorenzo; TOSCANO, Alberto (Orgs.). *The Italian difference*. Melbourne: Re.press, 2009, pp. 109-28.

TRONTI, Mario. *Operai e capitale*. Roma: DeriveApprodi, 2006.

———. Our operaismo. Trad. Eleanor Chiari. *New Left Review*, n. 73, pp. 118-39, 2012.

TRUMAN, Harry S. Recommendation of assistance to Greece and Turkey: addressed of presidente of the United States delivered a joint session of the Senate and the House of Representatives, recommenting assistance to Greece and Turkey. pp. 1-5, 1947 (discurso oficial).

TURCHETTO, Maria. Antonio Negri e o triste fim do operarismo italiano. *Crítica Marxista*, Trad. Guilherme Cavalheiro Dias. v. 18, n. 1, pp. 84-99, 2004.

VERCELLONE, Carlo. "Composizione organica del capitale e composizione di classe" *In*: COMMONWARE; EFFIMERA; UNIPOP (Orgs.). *La crisi messa a valore: scenari geopolitici e la composizione da costruire*. [s.l.]: CWPress; Sfumature, 2015, pp. 103-18.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990.

VYGODSKY, Vitaly. *The story of a great discovery: how Karl Marx wrote "Capital"*. Trad. Christopher Salt. Berlin: Verlag Die Wirtschaft, 1973.

WEBER, Max. "A 'objetividade' do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política" In: *Metodologia das ciências sociais*. Trad. Augustin Wernet. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Editora da Unicamp, 2001, v. 1, pp. 107-54.

———. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WILLIAMS, Evan Calder. Invisible organization: reading Romano Alquati. *Viewpoint Magazine*, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://www.viewpointmag.com/2013/09/26/invisible-organization-reading-romano-alquati/>>. Acesso em 30 nov. 2015.

WOODCOCK, Jamie. The workers' inquiry from Trotskyism to Operaismo. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, v. 14, n. 3, pp. 489-509, 2014.

WORKERISM. Disponível em: <<http://libcom.org/library/workerism-antagonism>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

WRIGHT, Steve. "A party of autonomy?" In: MURPHY, Timothy S; MUSTAPHA, Abdul-Karim (Orgs.). *The philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. London; Ann Arbor (MI): Pluto, 2005, v. 1, pp. 73-106.

———. *Storming heaven: class composition and struggle in Italian autonomist Marxism*. London; Stearling (VA): Pluto, 2002.